

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UM PATRIMÔNIO ESQUECIDO: a Usina Joaquim Antônio Vianna e a Educação
Patrimonial em Central do Maranhão- MA.

ARICÉLIA CANTANHEDE SALES

São Luís/MA
2022

ARICÉLIA CANTANHEDE SALES

**UM PATRIMÔNIO ESQUECIDO: a Usina Joaquim Antônio Vianna e a Educação
Patrimonial em Central do Maranhão- MA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA com vistas à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Eloy Barbosa de Abreu

São Luís/MA

2022

Sales, Aricélia Cantanhede.

Um patrimônio esquecido: a Usina Joaquim Antônio Vianna e a Educação patrimonial em Central do Maranhão. / Aricélia Cantanhede Sales. – São Luís, 2022.

223 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Eloy Barbosa de Abreu.

1. Ensino de História. 2. Educação Patrimonial. 3. Central do Maranhão. 4. Engenho de Açúcar. I. Título.

CDU 37.013:94(812.1CENTRAL MARANHÃO)

ARICÉLIA CANTANHEDE SALES

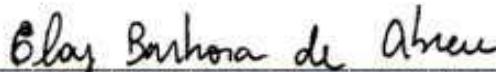
UM PATRIMÔNIO ESQUECIDO: a Usina Joaquim Antônio Vianna e a Educação Patrimonial em Central do Maranhão- MA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA com vistas à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Eloy Barbosa de Abreu

Aprovada em: 04 / 07 /2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eloy Barbosa de Abreu (orientador)
(PPGHIST/UEMA)



Profª. Dra. Helidacy Maria Muniz Corrêa (arguidora)
(PPGHIST/UEMA)



Profª. Dra. Arydimar Vasconcelos Gaioso (arguidora)
(PPGCSPA/UEMA)

Prof. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos (Suplente)
(PPGHIST/UEMA)

São Luís/MA
2022

*Dedico esse trabalho a todos aqueles que
fecharam as portas para mim. Pena que
esqueceram as janelas abertas!*

AGRADECIMENTOS

À Minha família, em especial minha mãe Celia Maria Nunes Cantanhede.
Aos Senhores Zé de Dona e Zé Ribamar ex-funcionários da Usina Joaquim Antônio.
A Sra.(Kainé) e sua filha Eliane Viana
Ao Senhor Boaventura Costa (Sr. Boinha)
Ao Senhor Valter Costa
A Sra. Noemi
À Família Ribeiro e Família Costa
À Professora Francinete França (Professora França)
A Sra. Karina Mondego
Ao Sr. Duzani Amorim
À Professora Gelcina
Ao Sr. Agenor Gomes
Ao Sr. Antônio Marcos Gomes
Ao Cartório Vimarense
À Diocese de Pinheiro nas pessoas do Padre Paulo e Arthur
A equipe da Biblioteca Pública Benedito Leite
Ao Sr. Ismael Monteiro por ter proporcionado o encontro com o Sr. Manuel Ribeiro.
Aos professores do Curso de Pós-graduação em História da UEMA
Aos professores do Curso de Licenciatura em Educação Artística/Artes Visuais/UFMA
Aos professores do Curso de Turismo/UFMA
À Flávia, Secretária do Curso de Pós Graduação da UEMA
À Professora Antônia Motta
Ao Professor Eloy Barbosa (orientador)
À Professora Maria da Conceição
À Professora Maricelma Arouche, então Secretária Municipal de Educação (2017-2020)
A Comunidade de Facebook Genealogia Maranhense (História Genética e Nobiliária)
Ao Grupo de whatsapp Rua Domingos Felisberto de Central do Maranhão
Ao Grupo de whatsapp Fórum Floresta dos Guarás
Ao Grupo de whatsapp Fundação de Cultura de Mirinzal

RESUMO

Estudo bibliográfico e documental com relevância histórico-cultural e social, de natureza qualitativa e, de caráter exploratório ao que se refere à aplicação de instrumentos de coleta de dados (questionários e entrevistas semiestruturadas). Tem por objetivo principal investigar e reconstruir a história do Engenho de açúcar do senhor Joaquim Antônio Vianna, localizado na Microrregião do Litoral Ocidental da Maranhense, território da então freguesia de Guimarães- MA, atualmente, município de Central do Maranhão-MA, pontuando a sua importância na História Regional e Local. O recorte histórico baseia-se a partir da implantação do Engenho, que data do início da segunda metade do Século XIX, até o encerramento definitivo de seu funcionamento na década de 1965. Relacionamos as mudanças ocorridas ao longo dos anos em sua estrutura, na sucessão administrativa, e a sua produção (destinação das mercadorias). Apresenta-se o Patrimônio Material local como espaço de aprendizado, destacando a Educação Patrimonial como ferramenta para o desenvolvimento da consciência histórica e, para o auto reconhecimento dos indivíduos como sujeitos históricos. Buscamos articular a valorização e fortalecimento da identidade local e conseqüentemente formar agentes transformadores e multiplicadores da consciência coletiva de preservação do bem cultural. Ressaltamos a relação entre Educação Patrimonial e o Ensino de História. Entretanto, abrimos espaço para outras inter-relações como forma de produção do conhecimento através das memórias e do sentimento de pertencimento, ao passo que se estimula também as conexões entre os lugares de vivência do aluno. Os aspectos metodológicos foram adaptados ao contexto atual da Pandemia Covid-19, onde consideramos também a realização de entrevistas e conversas informais por meio de aplicativos como *whatsapp* e *facebook*. Como produto educacional, propomos a construção de um livreto sobre a história local com o título: "Na Pindahyba". O livreto servirá como ferramenta para o ensino-aprendizagem da história local nas escolas da educação básica, com o intuito de desenvolver a consciência de valorização do patrimônio local por meio de seu conteúdo. O produto pode também ter uso mais amplo.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação Patrimonial; Central do Maranhão (MA); Usina de Açúcar.

ABSTRACT

Bibliographic and documental study with historical, cultural and social relevance, a qualitative in nature and exploratory in character with regard to the application of data collection instruments (questionnaires and semi-structured interviews). Its main objective is to investigate and reconstruct the historiography of Mr. Joaquim Antonio Vianna's Sugar Mill, located in the Microregion of the Western Coast of Maranhense, territory of the then parish of Guimães-MA, currently, municipality of Central do Maranhão-MA, punctuating its importance in Regional and Local History. The Sugarcane mill, which dates from the beginning of the second half of the 19th century, until the definitive closure of its operation in the 1960s. Administrative, and its production (destination of the goods). Local Material Heritage is presented as a learning space, highlighting Heritage Education as a tool for the development of historical awareness and for the self-recognition of individuals as historical subjects. We seek to articulate the valorization and strengthening of the local identity and, consequently, form transforming agents and multipliers of the collective conscience of preservation of the cultural property. We emphasize the relationship between Heritage Education and the Teaching of History. However, we open space for other interrelationships as a way of producing knowledge through memories and the feeling of belonging, while also stimulating connections between the student's places of experience. The research presents methodological aspects adapted to the current context of the Covid-19 Pandemic, where we also consider conducting interviews and informal conversations through applications such as WhatsApp and Facebook. As an educational product, we propose the construction of a booklet on local history with the title: "Na Pindahyba". The booklet will serve as a tool for teaching-learning local history in basic education schools, with the aim of developing awareness of valuing local heritage through its content. The booklet can also have wider use

Keywords: History Teaching; Heritage Education; Central do Maranhão (MA); Sugar Mill.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A- Tabela Comparativa das áreas de Conhecimento-Linguagens	179
APÊNDICE B- Tabela Comparativa das áreas de Conhecimento-Ciências Humanas.....	180
APÊNDICE C- Reprodução na forma de mapa animado do Engenho Joaquim Antônio Vianna.....	181
APÊNDICE D- Localização em Imagem Satélite de vestígios dos canais de irrigação da Usina.....	182
APÊNDICE E- Esquema estrutural construído a partir da análise da imagem satélite e relatos de entrevistados.....	183
APÊNDICE F- Administradores e produção da Usina Joaquim Antônio (1855-1917).....	184
APÊNDICE G- Apontamentos para uma breve cronologia da Usina Joaquim Antônio.....	185
APÊNDICE H- Questionário Via E-mail às famílias (Ribeiro e Costa) envolvidas na administração do Engenho na sua fase final de funcionamento.....	192
APÊNDICE I- Questionário- Docente - Rede Estadual.....	194
APÊNDICE J- Questionário - Gestor Escolar-Rede Estadual.....	195
APÊNDICE K- Questionário - Gestor Escolar-Rede Municipal.....	196
APÊNDICE L- Roteiro de entrevistas- Ex- funcionários da Usina Joaquim Antônio.....	197

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento-Ex-funcionário da Usina.....	199.
ANEXO B – Termo de Consentimento-Ex-Funcionário da Usina.....	200
ANEXO C- Termo de Consentimento-Gestor Escolar.....	201
ANEXO D- Termo de Consentimento-Docente.....	202
ANEXO E - Termo de Consentimento-Docente.....	203
ANEXO F- Fragmentos de jornais -Registros da Usina de Joaquim Antônio Vianna.....	204
ANEXO G – II Exposição do Açúcar 1885.....	205
ANEXO H- Amância Franco de Sá Vianna entre acionistas da Companhia de iluminação a Gás do Maranhão.....	206
ANEXO I- Decreto nº 01 de criação da Paroquia de N. S. da Conceição de 1956.....	207
ANEXO J- Decreto nº 02 de criação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição.....	208
ANEXO K –Casas Comerciais -Venda do Açúcar Joaquim Antônio em Anúncios de jornais.....	209
ANEXO L- Casas Comerciais-Venda do Açúcar da Usina em Anúncios de jornais.....	210
ANEXO M- Casas Comerciais- Venda do Açúcar da Usina em Anúncios de jornais.....	211
ANEXO N - Matéria sobre discussão na Câmara acerca da venda da Usina Joaquim Antônio.....	212
ANEXO O- Fragmento de jornais com matéria sobre a Usina Joaquim Antônio.....	213
ANEXO P- Transporte aéreo (Anúncios de Empresa de Taxi Aéreo).....	214
ANEXO Q- Imagem das ruínas históricas da antiga comporta localizada em Monte Cristo-Central do Maranhão, e reforma realizada 2019/2020.....	215
ANEXO R- Ruínas históricas - Chaminé da Usina Joaquim Antônio Vianna.....	216
ANEXO S- Ruínas históricas - Colunas da Casa de Engenho.....	217
ANEXO T- Ruínas históricas- Área onde se localizava a Quitanda Grande.....	218
ANEXO U- Cemitério Antigo (Tirirical).....	219
ANEXO V- Avenida Governador Antônio Dino (Ontem e Hoje)	220
ANEXO W- Rua Domingos Felisberto- Ontem e Hoje.....	221
ANEXO X- Rua Domingos Felisberto.....	222
ANEXO Y - Lápides localizadas na parte interna da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.	223

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Imagem da capa do Livro 8ºano da coleção Araribá Mais- História	41
Figura 2- Apresentação de Abertura de Unidade-Livro Araribá Mais História, editora moderna, PNLD 2020.....	44
Figura 3-Imagem da Escola C.E.Q . José Roberto Vianna em Central do Maranhão- MA...50	
Figura 4-Imagem aérea da escola antes da reforma ocorrida em 2018-2019.....	51
Figura 5- Localização da C.E.Q. José Roberto Vianna em Central do Maranhão/MA.....	52
Figura 6- Esquema de planta baixa com distribuição das salas do C.E.Q. José Roberto Vianna.....	56
Figura 7- Sala de Recurso da Escola.....	56.
Figura 8- Sala da Biblioteca da Escola.....	57
Figura 9- Representação da Escola José Roberto Vianna.....	59
Figura 10 - Representação da Escola José Roberto Vianna.....	59
Figura 11- Representação do Açude (Balneário construído ao lado do local de represamento da água que abastecia o canal com destino à Usina Joaquim Antônio).....	60
Figura 12- Destaque da Microrregião do Litoral Ocidental Maranhense	66
Figura 13- Serraria de Abelardo da Silva Ribeiro.....	83
Figura 14- Reprodução Gráfica da localização de fazendas e engenhos do entorno da Usina Joaquim Antônio.....	100
Figura 15-Fragmento do Jornal A Pacotilha de 1916. Anúncio de venda do produto originário da Usina Joaquim Antônio Vianna em casas de comércio de São Luís- MA.....	103
Figura 16-Registro de Plantação da Cana pernambucana (Sem pêlo) em terras da Usina Joaquim Antônio registrado em 1910.....	105
Figura 17-Organização espacial da estrutura do Engenho e da Feira Tradicional da Região em Central do Maranhão MA.....	121
Figura 18-Vista do Engenho Joaquim Antônio em data 1946.....	122
Figura 19-Anúncio de Empresa de Taxi Aéreo Aliança.....	125
Figura 20- Esquema Gráfico de entendimento de uma imagem.....	130
Figura 21- Categorias de informações na apreciação da Fotografia.....	134
Figura 22- Utilidades da fotografia no campo da educação.....	136
Figura 23- Capa 01 para o produto educacional (Primeira versão).....	139
Figura 24- Capa para o produto educacional (Versão final).....	139

Figura 25- Esboço de apresentação da Folha de Rosto, Apresentação e Sumário com figura de fundo.....	140.
Figura 26- Sumário do Produto Educacional -versão final.....	141
Figura 27- Página inicial de apresentação do conteúdo- Localização.....	143
Figura 28- Apresentação Visual do item " Complementos " espaço reservados a sugestões de vídeos	146
Figura 29- Apresentação Visual do item " Complementos " espaço reservados a sugestões de Textos.....	148
Figura 30- Complemento 05 do Produto Educacional- Jogo de Caça Palavras.....	149
Figura 31- Complemento 06 do Produto Educacional - Jogo de Palavras Cruzadas.....	150
Figura 32- (Ontem) Área onde é realizada a Feira de Central do Maranhão, ao fundo a Chaminé do Engenho Joaquim Antônio.....	155
Figura 33- (Hoje) Área onde é realizada a Feira de Central do Maranhão, ao fundo Chaminé do Engenho Joaquim Antônio.....	155
Figura 34-- Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Ontem).....	159
Figura 35-Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Hoje).....	159
Figura 36-Chaminé, ruínas da Usina e estrutura da antiga Gerencia admirativa do engenho.....	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Tabela de Competências BNCC.....	32
Quadro 2- Tabela de Competências BNCC aos anos finais do Ensino Fundamental.....	34
Quadro 3- Estrutura do Livro Didático Araribá-Mais História PNLD 2020.....	42
Quadro 4- Quadro comparativo BNCC e DCTM - Linguagens.....	47
Quadro5- Quadro comparativo BNCC e DCTM - Ciências Humanas.....	48
Quadro 6- Oferta de Séries por turno e quantitativo de alunos.....	57
Quadro 7- Senhores de engenho movidos à água em 1860.....	72
Quadro 8 - Movimentações do Açúcar da Usina Joaquim Antônio no Armazém Público da Província (1880 e 1881).....	76
Quadro 9- Descrição do Maquinário da Usina Joaquim Antônio. Parte01.....	85
Quadro 10- Descrição do Maquinário da Usina Joaquim Antônio. Parte 02.....	86
Quadro 11- Propriedades do entorno da Usina Joaquim Antônio Vianna.....	95
Quadro 12- Canas Cultivadas nas terras da Usina Joaquim Antônio Vianna.....	107
Quadro 13- II Exposição do Açúcar e do Algodão (Premiados do Júri do Açúcar).....	111
Quadro 14- Casas de comércio onde se encontravam a venda o açúcar Joaquim Antônio segundo levantamentos realizados em edições dos periódicos <i>A Pacotilha</i> entre os anos de 1914 e 1925 e <i>A Folha do Povo</i>	114
Quadro 15- Esboço da estrutura do Produto Educacional.....	137
Quadro 16- Descrição das características do Produto Educacional	142

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 01 - POR UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	22
1.1 Marcos Teórico e conceituais da Educação Patrimonial	22
1.1.1 O patrimônio cultural: material e imaterial	24
1.2 Visitando a BNCC	28
1.2.1 As competências Gerais da BNCC	31
1.2.2 BNCC - História no Ensino Fundamental /Anos finais	33
1.3 Coleção Araribá Mais-História	39
1.3.1 As unidades e capítulos.....	43
1.3.2 Capítulo 17- O fim da escravidão no Brasil	45
1.4 O Componente Curricular de História e Interdisciplinaridades.....	46
1.5 As Redes de Ensino em Central do Maranhão	49
1.5.1 O Centro de Ensino Quilombola José Roberto Vianna- Rede Estadual	50
1.6 A História Local da Usina/Engenho Joaquim Antônio na perspectiva da Educação Patrimonial interdisciplinar.....	61
CAPÍTULO 2- O ENGENHO/ USINA JOAQUIM ANTÔNIO VIANNA	66
2.1 Aspectos históricos iniciais.....	67
2.1.1 A Fazenda PindaHYba/ Pindaíba	68
2.1.2 A Sucessão Administrativa da Usina.....	74
2.1.3 A estrutura do Engenho	84
2.1.4 Formas de trabalho no Engenho de Joaquim Antônio	88
2.1.5 A Usina Joaquim e as Fazendas do entorno.....	94
2.2 A Produção.....	101
2.2.1 O transporte da cana.....	108
2.2.2 O Assucar (Açúcar) Joaquim Antônio	109
2.2.3 Destino das mercadorias	112
2.3 A cultura de subsistência e extrativista.....	116
2.3.1 O Babaçu e a Usina Joaquim Antônio.....	117

2.3.2 As Quitandas e a Feira Regional	119
2.4 A Comunicação, Transporte e serviços.....	123
2.5 De povoado " Usina Joaquim Antônio" para " Município Central do Maranhão"	125

**CAPÍTULO 3- FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA E TÉCNICA PARA O
PRODUTO.....128**

3.1 Uso das Linguagens como recursos educacionais	129
3.1.1 A Imagem & Comunicação.....	129
3.2 As Linguagens visuais e o Ensino de História.....	131
3.2.1 A Fotografia.....	133
3.2.1.1 A Fotografia como ferramenta educativa.....	135
3.3 Produção Técnica Educacional – Estrutura	137
3.3.1 A capa	138
3.3.2 A Folha de Rosto, a Apresentação e o Sumário.....	140
3.3.3 Parte Textual (Conteúdos e conceitos abordados no produto Educacional).....	141
3.3.4 Os Complementos do Produto Educacional.....	145
3.4 Sugestões para aplicação do produto.....	151
3.4.1 Pensando estratégias	151

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....163

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169
APÊNDICES.....	178
ANEXOS.....	198

INTRODUÇÃO

Nosso estudo tem por finalidade apresentar os aspectos historiográficos do Engenho criado por Joaquim Antônio Vianna e relacionar com a educação patrimonial, buscando mostrar a importância da construção de uma conscientização acerca do valor histórico e cultural deste conjunto histórico.

O interesse por este tema para dissertação de mestrado é resultante dos primeiros contatos com informações sobre este o engenho, ainda em 2010, durante a pesquisa de monografia da graduação, cujo tema era o voltado para o processo de construção das Casas de taipa¹. Esta pesquisa abriu portas para novos olhares a respeito do modo de ver as relações do homem simples do Litoral Ocidental Maranhense com o meio no qual vive, e dele extrai as condições que necessita pra sobreviver. Além de aguçar a curiosidade sobre a história de vários engenhos de produção de cana de açúcar localizados na região, dentre eles o do Senhor Joaquim Antônio Viana, construído em sua propriedade chamada “Fazenda Pindaíba”², local que mais tarde deu origem ao município Central do Maranhão.

Por ter sido uma pesquisa exploratória com investigação em campo, pude ter inúmeros contatos com pessoas de diferentes comunidades do município de Central do Maranhão. E, também foi possível descobrir que apesar da grande riqueza que o Engenho Joaquim Viana foi para o estado do Maranhão, pouca produção acadêmica se encontrava facilmente disponível sobre sua história, fazendo aguçar ainda mais a curiosidade enquanto pesquisador.

A monografia citada foi defendida em 2012, e deste período até a data atual o interesse pela história do engenho continuou. E, as experiências profissionais na área da cultura, da educação e na área do turismo, contribuiriam para enxergar a necessidade de fazer algo para que este seja valorizado.

Durante todo este período, a base de dados foi sendo alimentada, um garimpo de fontes realizado para unir todas as informações possíveis sobre o referido engenho e o busto anônimo com a finalidade de um dia conseguir montar o grande quebra-cabeça que se apresenta neste projeto.

¹SALES, Aricelia Cantanhede. **Fazendo casas de taipa**: etnografia do processo de construção das casas de taipa na cidade de Central do Maranhão- MA/Brasil. Monografia defendida na Graduação em Educação Artística da Universidade Federal do Maranhão, 2012.

²OLIVEIRA, Paulo. **Cronologia da História de Guimarães**: homenagem aos seus 250 anos. 2ª Edição ampliada. SEGRAF, 2007. p . 124.

No título proposto “**Um Patrimônio esquecido**” evidenciamos justamente o “esquecimento” do que um dia foi o Engenho Joaquim Antônio por parte das autoridades municipais e Estaduais, pelos órgãos que “poderiam” fazer algo pela preservação deste bem material. Tendo em vista que a frase “Um patrimônio esquecido” poderia não ser interpretado no sentido que queremos destacar e apesar das críticas, mantemos o título, evocando o sentido de “chamar atenção” das autoridades locais” e de impactar a comunidade.

Por meio da atuação como Vice- presidente na ACPRCEMA (Associação de Cultura Popular e Recreação de Central do Maranhão) a pesquisa tornou-se uma missão. Compromisso fortalecido mais tarde com a formação de Guia de Turismo pelo SENAC, com ingresso no Grupo de articulação regional Fórum Floresta dos Guarás, e também como membro do Conselho Municipal de Turismo do referido município em 2019. Sem falar, do compromisso enquanto professor e arte- educador, função que exerci no período Novembro de 2010 a Dezembro de 2021.

Enquanto educador e Guia de Turismo, tento sempre manter viva a necessidade de aguçar entre meus discentes o valor pelo patrimônio cultural, histórico, social e artístico de um lugar (localidade onde vive, seu entorno) promovendo debates, visitas técnicas e pesquisa direcionadas, fazendo dos espaços: do cotidiano, culturais e históricos, laboratórios para aprendizado³.

A estrutura de investigação está inicialmente relacionada à linha de pesquisa “Memórias, Identidades e Cultura Escolar”, pois seu foco empenha-se no diálogo do presente com o passado, e busca relacionar aspectos que venham a contribuir para o tratamento da temática no âmbito da Educação Patrimonial local e regional inicialmente. Posteriormente foi incorporada a discussão em torno da Historiografia, Linguagens e ensino, também relacionada à educação patrimonial.

Esta pesquisa também demonstra ser uma continuidade ao estudo sobre as relações entre o homem e o meio em que vive iniciado com a monografia, e contribuirá para a o uso dos espaços do complexo histórico da Usina Joaquim Antônio como um grande laboratório a céu aberto. Possibilitará também a interdisciplinaridade de conteúdos, a aproximação da comunidade com a sua história, memória e seus valores enraizados no histórico de seus antepassados, já que de acordo com conversas informais, ainda existem vivas as lembranças de familiares de trabalhadores do antigo engenho, em sua última fase de funcionamento na década de 1960.

³ HOEBEL, E. Admson & Frost, Everett. **Antropologia Cultural e Social**/ E. Admson Hoebel, Everett L. Frost ; Tradução Euclides Carneiro da Silva. São Paulo: Cultrix, 2006. p.05.

Pretendemos com este estudo, contribuir para a construção de novos olhares e uso dos espaços do Complexo histórico da Usina Joaquim Antônio como um grande laboratório a céu aberto. Possibilitará também, a interdisciplinaridade de conteúdos, a aproximação da comunidade com a sua história, sua memória e seus valores enraizados ali, assim como também, atrair pesquisadores, investigadores e outros que venham a se interessar em explorar ainda mais seus vestígios materiais e imateriais.

Nossa primeira hipótese é que, durante as investigações seja possível identificar os integrantes das famílias envolvidas na administração do engenho durante seu período de funcionamento, principalmente aqueles da primeira fase de funcionamento (a família de Joaquim Antônio Vianna). Esta hipótese se apresenta como um desafio, uma vez que a literatura pouco explora acerca deste ponto. Este aspecto se faz necessário para compreender como se deu a linha sucessória entre os administradores do engenho.

Outra hipótese que levantamos está relacionada à rota da cana-de-açúcar das áreas de cultivo (campos e fazendas) até a o local de transformação em açúcar (engenho), assim como identificar as etapas de produção. Acreditamos que seja possível, a partir de relatos de ex-funcionários que se encontram vivos ou ainda familiares destes.

Nossa terceira e última hipótese, esta relacionada à fundação do Engenho. Tomamos por base a lacuna existente na literatura atual, onde observamos uma imprecisão quanto à data da fundação da Usina, sendo que está surge listada no Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Maranhão em 1860 entre os engenhos produtores. Entretanto, acreditamos neste período, o engenho já estaria em elevado patamar de produção. E, ao considerarmos o período de preparação do solo, o cultivo da cana (anual), construção das estruturas físicas próprias do engenho e dos canais de irrigação, que ali existiu. Acreditamos que a criação do engenho seja bem anterior a esta data.

Nossa metodologia buscará apresentar um estudo bibliográfico qualitativo que não descarta a exploração de campo, buscando identificar vestígios da existência do Engenho Joaquim Antônio Vianna na memória individual e coletiva da comunidade.

Nosso apoio investigativo também se deu ao acesso a cartórios, arquivos públicos e bibliotecas. E, por meio da aplicação de instrumentos de coleta de dados, a exemplo de roteiros semiestruturados para entrevistas e questionários, registros fotográficos, audiovisuais, e conversas informais, adequando-nos ao contexto de limitação em decorrência da Pandemia da Covid-19, conseguimos obter dados consideráveis para nosso estudo.

A exploração historiográfica acerca do Engenho Joaquim Antônio também teve como finalidade contribuir para construção de um produto educacional que viabilize a

realização de propostas para uma Educação Patrimonial no próprio município de Central do Maranhão-MA, onde se localizam as ruínas do Engenho citado.

Para construção desta pesquisa, teremos como base estudos de diversos autores, alguns destes, já presentes desde a produção da monografia citada anteriormente. Porém, o referencial teórico específico sobre o Engenho Joaquim Antônio Vianna, tem sido desde os primeiros levantamentos um grande desafio, principalmente em localizar fontes sobre seu proprietário inicial, o próprio Joaquim Antônio.

Durante a pesquisa busca-se descobrir: Quais registros existem sobre o Engenho de Joaquim Antônio Vianna que comprovam seu poder de produção e relevância para a região e para o estado? Quem foram os sucessores de Joaquim Antônio na direção do Engenho? Como se deu o processo de mudança para Engenho Central? É possível abordamos sua história dentro de uma perspectiva de Educação Patrimonial? Estes são alguns dos questionamentos que nortearam nossa discussão. E, que se encontram presentes na estrutura da pesquisa da seguinte forma:

No primeiro capítulo buscamos uma discussão acerca da Educação Patrimonial, partindo de pressupostos teóricos, sua importância, e sua relação com as diretrizes educacionais. Buscando ainda neste capítulo, pontuar os traços da investigação historiográfica sobre o viés da educação patrimonial, relacionado ao histórico do engenho, à Feira Regional, às construções históricas como um Complexo Histórico.

Neste capítulo abordaremos também a tentativa de aproximação e de construção coletiva do produto educacional junto ao corpo de docentes de uma escola da comunidade por meio das seguintes seções : Marcos teórico e conceitual da Educação Patrimonial, Uma breve visita a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular do Território Maranhenses (DCTM) .

Observaremos alguns aspectos acerca da Usina Joaquim Antônio na perspectiva da Educação Patrimonial, como possibilidades de uso na educação formal ou informal sob as interpretações de leituras de obras do IPHAN (2014), Azevedo (2010) e Santos (2006).

No segundo capítulo, pretendemos apresentar os aspectos Históricos da Usina buscando identificar vestígios de sua fundação, sucessores administrativos, características da estrutura do empreendimento, a mão- de- obra escrava e as demais as formas de trabalho no Engenho.

A construção historiográfica concentra-se em maior parte neste segundo capítulo, iniciado pelos aspectos Históricos, onde contemplaremos a criação da Fazenda Pindaíba/Pindaíba, a estrutura, e sucessão Administrativa do engenho , as formas de trabalho, e, com

base na análise de dados pretendemos identificar as fazendas que existiram no entorno do Engenho Joaquim Antônio e as relações que existiram entre si.

Segundo Viveiros (1992), dentre os proprietários rurais da região, então território da freguesia de Guimaraes-MA, destacava-se Joaquim Antônio Viana, senhor de engenho localizado em sua fazenda Pindahyba. Segundo o autor, este era formado em Engenharia Hidráulica na Holanda⁴. Este autor possui vasta produção acadêmica, sendo ele um dos mais importantes nos levantamos a se seguirem sobre o tema. Dado interessante, é que a própria família Viveiros, cujo autor faz parte, também esteve entre os administradores do Engenho Joaquim Viana⁵ de Central do Maranhão, assim que trata também em suas obras de outras personalidades de grande influência política e econômica, à exemplo de Joaquim Franco de Sá⁶, um dos nomes de ramificações familiares a serem investigados nesta pesquisa.

Para os estudos relacionados às famílias influentes no Maranhão colonial, seja no campo social, político ou econômico, conta-se com os estudos de Mota (2006; 2007 e 2012)⁷. Seus dados irão auxiliar na construção de informações e montagem das árvores genealógicas, conjuntamente a visitas a serem realizadas ao Arquivo público, consultas a inventários e testamentos. Outros autores como: Paulo Oliveira (1984);(1992);(2007), Cezar Augusto Marques (1864);(1870), Agnaldo Reis dos Santos (2006), Carlos de Jesus Carvalho (2015) e Robson Pereira (2018), também se fazem presentes como bibliografias específicas.

Para leituras acerca da economia e finanças em empreendimentos maranhenses de produção de açúcar temos Henrique Costa Fernandes (2003) e Jomar Fernandes Pereira Filho(2016). Para o entendimento da importância do Patrimônio Cultural no âmbito do turismo e de como este pode influenciar no desenvolvimento local de uma comunidade temos dentre outros a autora Costa (2009); para estudos complementares acerca de feiras e mercados e suas relações sociais, temos Ferretti (2000); e, para o entendimento do valor simbólico do Patrimônio, da relação monumento x cidade e dos sentidos da conservação, temos autores como Choay (2001).

⁴ VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão**. (1612 – 1895), volume 2, reedição similar, São Luís: Associação Comercial do Maranhão/LITHOGRAF, 1992 . p 19 e 20 .

⁵ PACOTILHA, São Luís, 12 de Junho de 1916. Ano XXXVI, Edição Nº 00137. Hemeroteca digital brasileira- Disponível em < <http://memoria.bn.br/>> Acesso em Dez 2019.

⁶ VIVEIROS, Jerônimo de. **Escorço da história do açúcar no Maranhão; No tempo das eleições a cacetes**: dois estudos históricos. Organização de Luiz Mello. - São Luís: Ponta a Ponto Gráfica e Editora, 2016.p113-114.

⁷ Suas pesquisas apontam estudos sobre as “ rede” de famílias que encabeçaram o processo de colonização no Maranhão por meio da investigação realizada em fontes privadas, principalmente testamentos e inventários post mortem que evidenciam as relações familiares, relações de propriedade, composições de fortunas. Suas obras : Família e Fortuna no Maranhão Colônia em 2006; A Dinâmica colonial portuguesa e as rede de poder local na Capitânia do Maranhão de 2007 e As Famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial de 2012 .

Outra fonte bastante explorada em nosso estudo são os arquivos digitalizados de jornais da época que mencionam algo relacionado ao funcionamento do engenho, ou de seus proprietários. Listamos como exemplos: *O Jornal*, *A Pacotilha*, *O Publicador Maranhense*, *O Diário do Maranhão*, *O Combate* e *O Jornal do Comércio*. Fontes estas, que merecem posteriormente exploração a parte. O acesso a estes dados foi por meio da plataforma da Hemeroteca Digital brasileira, assim como também por meio de plataformas digitais de bibliotecas públicas, onde também localizamos: Almanques, álbuns, balanços econômicos e outros livros de registros da época, que usamos para consultas.

A cultura de Subsistência e o extrativismo, buscaremos analisar a relação existente entre as culturas de subsistência e o Engenho, assim como identificar a função estratégica das Quitandas ligadas ao engenho. Nesta seção também abrimos um parêntese para observar a forte participação da extração do babaçu, assim como sua comercialização ao proprietário do engenho. Autores como a Ana Linhares Cavalcante Barbieri (2004) e a Viviane de Oliveira Barbosa (2013) nos ajudaram a compreender essas relações econômicas. Assim como também, a Maria de Lurdes Lauande Lacroix (1983), onde localizamos leituras acerca da importância da cultura de subsistência nas propriedades dos senhores de engenho.

A mudança de povoado Usina Joaquim para município de Central do Maranhão, encerra o capítulo, onde apresentaremos aspectos do processo de emancipação do então povoado mirinzalense chamado *Usina Joaquim Antônio*, surgindo assim o município de que passa a se chamar *Central do Maranhão*. Nesta seção, contamos com o estudo realizado por Deusalina da Silva Melo Cutrim (1998) para compreender como se deu o processo de emancipação do então povoado Usina Joaquim Antônio.

O capítulo três, dedicamos aos aspectos da fundamentação metodológica e produção técnica do produto educacional voltado para o público do ensino Fundamental com o título "*Na Pindahyba*". Iniciamos analisando os apontamentos da obra de Eliana Ratto de Castro Batalha (2019), onde destaca recomendações técnicas para a construção dos produtos educacionais. Em continuidade, apresentamos uma breve descrição do processo de produção técnica para o produto educacional. Partindo da concepção inicial de estrutura, estudo de capas e conteúdos a serem explorados no material. Assim como também, conceitos que serão de uso abordados no produto Educacional, de forma a apresentar a historiografia da Usina de Joaquim Antônio Vianna com apoio das linguagens da fotografia como recurso de dinamicidade ao material.

No capítulo quatro, apresentamos nossas considerações finais do estudo realizado, seguido das referências, apêndices e anexos.

CAPÍTULO 01 - POR UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Lefebvre (2001) destaca que somente na atualidade, começamos a apreender a especificidade da cidade. Para ele a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, sua composição, seu funcionamento, sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto.

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo, agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estado etc), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. Entretanto, as transformações da cidade não são os resultados passivos da globalidade social, de suas modificações (LEFEBVRE, 2001, p.51).⁸

Consideramos que não é apenas na cidade que se constitui obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados em condições históricas. Mas, podemos perceber e compreender seus traços atuais a partir das suas origens, antes mesmo de sua existência enquanto cidade. Estes aspectos ganham dimensões simbólicas, e se referem a ideologias e representações presentes no hoje urbano. Desta forma percebemos aqui o Patrimônio como algo que vai além da materialidade na qual se constitui os espaços físicos, de vestígios do trabalho do homem, seja urbano, rural ou industrial. Consideraremos algo mais amplo vinculado a "globalidade", os espaços naturais e as percepções de imaterialidade na qual se configuram também a construção de um Patrimônio. Portanto, o estudo histórico da Usina Joaquim Antônio configura-se também como a compreensão da formação histórica, econômica, social e cultural do atual município de Central do Maranhão.

1.1 Marcos Teóricos e conceituais da Educação Patrimonial

A característica do patrimônio até este momento é o ufanismo da História Oficial, história contada a partir do ponto de vista dos vencedores, ou melhor, das classes dominantes (MELO & CARDOZO, 2015, p.1066).

Observamos aqui, um aspecto comum encontrado na história como campo de estudo, e que também é presente na percepção do que pode ou não ser considerado Patrimônio. Desta forma Melo & Cardoso (2015) destacam dois momentos de "periodização "

⁸ LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade** (1901-1991); Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.p 51.

dos estudos sobre Patrimônio. Onde são ressaltadas as mudanças de concepções que ajudaram a dar mais visibilidade para outros elementos de composição da História contada. Um primeiro momento, em que predominava uma visão da história construída a partir dos “vencedores”, das classes dominantes. Visão que por muito tempo foi aceita como relevante no âmbito da pesquisa histórica. E, um segundo momento marcado pelo surgimento da Nova História, onde passam a ser valorizadas outras formas de ver a história, e com isso a noção de Patrimônio Cultural é estendida.

Melo & Cardoso (2015) descrevem o papel e a importância do Patrimônio a partir da compreensão deste como a objetivação da produção histórico-social da humanidade, e, portanto, necessita ser socializada, o que é o objetivo da educação patrimonial⁹. Neste ponto, os autores colocam o Patrimônio com algo que necessita de socialização, e que isso pode acontecer por meio da Educação Patrimonial. Propostas Educativas com este fim podem ressaltar o significado da produção histórico-social em uma comunidade.

Para Melo & Cardoso (2015) A concepção de patrimônio em geral parte do entendimento das suas várias formas de existência. Sendo este, o resultado das ações humanas legadas para as próximas gerações, sejam elas objetivadas em edifícios ou um conjunto urbano de caráter histórico, seja na forma imaterial, objetivada nas tradições, formas de fazer, de construir artefatos ou instrumentos musicais, de produzir alimentos, de pinturas corporais e outras manifestações. Sendo assim, conhecer os diferentes tipos de patrimônios, é também se apropriar da forma como cada um é, e foram desenvolvidos. Suas motivações e escolhas envolvidas no ato de transformação das produções humanas em patrimônio, significa promover os indivíduos a uma condição cultural mais elevada, no sentido de uma formação mais rica de elementos culturais.¹⁰

Os autores colocam as concepções do Patrimônio segundo o materialismo histórico, que destaca o Patrimônio Cultural relacionado à Monumentos, edificações e Sítios Históricos como produtos da ação humana. E, pontuam que esta concepção por muito tempo foi aceita como representatividade do Patrimônio a partir da visão a noção de produtos das "classes dominantes" em detrimento de considerar a contexto na qual estes produto foram originados. Outro ponto destacado pelos autores complementa o pensamento da função da Educação Patrimonial como socializadora dos valores do patrimônio. Sendo que esta também possui forte ligação com a atividade turística. Neste sentido, ela age como mediadora.

⁹ MELO, Alessandro de & CARDOZO, Poliana Fabíola . **Patrimônio, Turismo, Turismo Cultural e Educação Patrimonial**. Educ. Soc., Campinas, v. 36, n°. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015. p. 1060.

¹⁰ Idem. p 1063.

O turismo cultural pautado pela ação de visitação e conhecimento do patrimônio cultural possui um sentido educativo, pois é uma mediadora no processo de socialização e apropriação dos bens humanos materializados nos patrimônios, que são os atrativos das cidades turísticas. **A educação patrimonial como mediadora da atividade turística**, ao promover o contato, a socialização e a apropriação do patrimônio pelos turistas, contribui nesta tarefa da produção do ser humano genérico, ou seja, constitui uma forma de realização do trabalho educativo. Para isso é necessário planejar a atividade turística com o patrimônio na intencionalidade de produzir esta socialização e apropriação, assim como é necessário o planejamento de um projeto de educação patrimonial. [Grifo nosso] (MELO & CARDOZO, 2015, p.1060 -1061).¹¹

A partir dos destaques dos autores, percebemos o turismo como atividade impulsionadora do processo de socialização e apropriação do bem por meio da mediação da Educação Patrimonial oriunda de um planejamento intencional para este fim. E, que esta atividade (Turismo) possa ser um veículo condutor da sua preservação e conservação. Pois, dentre outros aspectos pode influenciar na:

- Revitalização dos espaços abandonados trazendo vida e movimento novamente;
- Estímulo ao o interesse pela pesquisa e valorização do bem Patrimonial e
- Apropriação da comunidade nativa e de visitantes em usos dos espaços para ações públicas;

Apesar de ser dada uma maior ênfase ao Patrimônio associado à rentabilidade e ao desenvolvimento econômico e turístico de um lugar, destacamos o seu caráter educativo que está presente a todo o momento, primordial para a construção do sentimento de pertencimento e valorização da sua historicidade.

1.1.1 O patrimônio cultural: material e imaterial

O patrimônio cultural está relacionado aos bens de valor histórico e cultural (material e imaterial) de uma sociedade. Segundo Silva (1996), tais aspectos estão relacionados à existência de monumentos que representam grandes feitos da humanidade, conjuntos arquitetônicos, relevância histórica, lugares notáveis, sítios arqueológicos,

¹¹ MELO, Alessandro de & CARDOZO, Poliana Fabíola. **Patrimônio, Turismo, Turismo Cultural e Educação Patrimonial**. Educ. Soc., Campinas, v. 36, n°. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015

peculiaridades culturais, e outros. Estes pontos são levados em consideração em avaliações, das quais podem ser adquiridos títulos de visibilidade e promoção nacional e mundial de sua existência.

A autora Crislane Barbosa de Azevedo é professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É licenciada e bacharel em História, Mestre em Educação e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Seus trabalhos pontuam a relação entre história, memória, patrimônio e educação patrimonial. Em seu artigo "*Educação patrimonial, ação educativa em museu e ensino-aprendizagem em história*"¹² a autora propõe formas de utilização dos museus como espaços de ensino-aprendizagem veiculados ao ensino de História.

Em Azevedo (2010), três dimensões do Patrimônio são percebidas em sua abordagem: a natural ou ecológica, a histórico-artística e a documental, constatando que a dimensão ambiental é a que menos é abordada na educação básica, principalmente pelos professores de História. Propõem-se como relevante a realização de ações promotoras de uma educação patrimonial, bem como as formas de utilização de museus como espaços de ensino-aprendizagem em História. Além disso, sugere possibilidades de trabalho, tendo em vista uma educação patrimonial materializada com o trabalho em parceria entre escola e museu, para que se possa estimular, nos alunos, o senso de preservação da memória social coletiva, como condição indispensável à construção de uma identidade nacional plural.

Essa autora apresenta também, possibilidades de trabalho, tendo em vista a parceria Museu e escola para realização de uma educação patrimonial. Seu artigo é dividido em duas partes a primeira "*Conceituação da História, Memória, Patrimônio e educação patrimonial*" onde a autora discute conceitos como história, memória, patrimônio, e educação patrimonial. Faz breve debate em decorrência de revisionismo teórico-metodológico nas Ciências Humanas, da necessidade de reconhecimento e valorização de diferentes matrizes culturais formadoras da sociedade brasileira, entre outros aspectos do tempo presente; E, a segunda "*História e Ação educativa e museu*" onde a autora vai abordar o processo de apropriação e ressignificação dos conhecimentos a partir dos espaços museais.

No município em questão, não existem Museus. E, apesar de nosso objeto de estudo não ser o espaço institucionalizado "Museu" o consideramos com " espaço de

¹² AZEVEDO, C. B. **Educação patrimonial, ação educativa em museu e ensino-aprendizagem em história.** Akrópolis Umarama, v. 18, n. 4, p. 299-314, out./dez. 2010.

memória a céu aberto" considerando-se a sua extensão e identificação como " Complexo Cultural e Histórico do Engenho Joaquim Antônio Vianna" da. Nesse contexto fica evidente uma relação de trabalho entre escola e museu no sentido de estimular os alunos a preservação da memória social coletiva, essa relação escola-museu é vista como uma condição indispensável para a construção de uma identidade nacional.

Os conceitos sobre História e Memória, segundo Azevedo (2010) merecem uma reflexão e flexibilização, pois cada corrente de pensamento procura emitir suas respostas aos conceitos. Ficando clara e evidente a inexistência de uma única definição sobre História, mas cada professor tem que possuir sua própria definição e a partir dela conduzir suas atividades. A autora destaca a inexistência de uma única definição para a ciência história, e que cabe ao professor ter sua própria definição com base em sua prática de ensino. Mais adiante, a autora ressalta que entre os estudiosos, nem sempre a história era vista como ciência onde o principal argumento era pautado “ na crença de que a história ocupa-se com acontecimentos únicos, que não são passíveis de leis, ao contrário da ciência”. E, outros que a partir da influência materialismo histórico e dos Annales, passaram a ver a história deixou de estar voltada para fatos singulares e passou a abranger estruturas globais sujeitas a regularidades, como a vida econômica e as estruturas sociais e culturais.

Sobre a memória, Azevedo (2010), coloca que em muitos casos, esta é um instrumento de luta e afirmação de identidades étnicas e culturais. Sua concepção se baseia em Le Goff (2003), em que considera ser a memória um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. A autora destaca que a memória não se confunde com a história. Todavia o historiador “[...] *precisa está atento aos processos de rememoração e às novas leituras dos próprios sujeitos acerca dos eventos da sua vida passada*”.

Arévalo (2004) identifica lugar de memória como sendo o espaço contido de imaginação e integrante de um ritual simbólico. Ou seja, o espaço de memória está condicionado à existência de simbolismo seja para um indivíduo ou para um coletivo, onde o lugar memória assume papel de reafirmação de valores autênticos referentes a uma comunidade religiosa. A partir deste ponto, podemos destacar a existência destes lugares para a realização das atividades educativas e turísticas, pois estes são referentes aos traços culturais e históricos de uma sociedade, e, portanto, atrativos para o Turismo cultural de um destino. Sua importância se revela ainda, pela relação de experiência proporcionada aos visitantes, que ao mesmo tempo contribui para valorização e a preservação destes lugares.

Em relação à Educação Patrimonial e a ação educativa em museus, a autora frisa que os museus são instituições comunicacionais e educativas, no sentido de que transmitem mensagens e educam por meio da sua cultura material, mesmo quando apenas assumem uma postura tradicional no trato com o patrimônio.

Para Azevedo (2010), a ação educativa em museus se dá por meio da interação, em que os observadores desenvolvem cognitivamente a apropriação e a ressignificação dos conhecimentos. Dessa maneira, pensar em educação patrimonial, ação educativa em museu e a relação entre museu, escola e ensino de História, exige clareza na definição do conceito de “educação” com o qual se trabalha. Sobre esse assunto, autora ressalta que o aspecto da parceria entre museu e escola, torna a educação um meio para tratar o patrimônio cultural como dimensão educativa e, isso deve ser feito através de atividades práticas tanto nos espaços museológicos quanto nas escolas. Dessa forma, trabalha-se, ao mesmo tempo, em prol da preservação do patrimônio cultural, põe-se em prática a chamada educação patrimonial, cria-se e preserva-se uma diversidade de espaços de memória. Nessa perspectiva, a educação, e propriamente a educação patrimonial é não instrutiva, no sentido de que se constitui uma relação, através de contextualização e problematização dos espaços museológicos e de patrimônios afins que vão possibilitar a apropriação e ressignificação.

Esse aspecto está intimamente ligado ao conhecimento histórico. Nessa dinâmica, a autora ressalta que essa apropriação e ressignificação se dá, primeiramente, por meio da contextualização dos acervos, que leva os alunos a perceberem os objetos expostos como documentos, relacionados a um tempo e espaço. Em seguida, explica que se deve estimular a capacidade de interação, problematizar os objetos expostos, a partir de situações cotidianas para que o aluno interaja na produção do seu próprio conhecimento.

Para tudo isso, é necessário que o professor conheça museus e tenha experimentado situações promotoras de uma educação patrimonial. Nesse sentido, as ações educativas do museu e o planejamento docente necessitam orientar-se por diferentes meios comunicativos como técnicas pedagógicas, ou seja, devem promover efetiva interação entre os alunos e as exposições museológicas.

Em nossa percepção, a partir das colocações da autora, em um momento de ação educativa patrimonial é necessário tempo para observar, ler, descrever, questionar, problematizar, dialogar, sentir, comentar e sintetizar. Isto por que o museu constitui um espaço educativo, mas não desenvolve educação formal.

1.2 Visitando a BNCC

A Base Nacional Comum Curricular é um instrumento normativo de aplicação na educação escolar que determina os aspectos essenciais que devem direcionar a aprendizagem ao longo da Educação Básica, em seus diversos componentes curriculares.

A BNCC é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) fundamentada nos princípios éticos, políticos e estéticos de forma a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa¹³. Foi o resultado de um longo processo de discussão em torno da melhoria da qualidade de ensino no país cujo processo se inicia em 1988 com a promulgação da Constituição Federal¹⁴. Esta se configurou como a primeira tentativa de criação de uma base Nacional Comum para o Ensino Fundamental. Este aspecto pode ser notado no Artigo 210, incisos 1 e 2.¹⁵

Já em 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso, é criada e aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, composta por 92 artigos, onde se reforça ainda mais a necessidade de uma Base Nacional Comum. Um ano depois, em 1997 foram iniciada a consolidação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que se seguiram até o ano 2000, contemplando as etapas de 1º ao 5º ano¹⁶ (antiga 1ª a 4ª série), de 6º ao 9º ano¹⁷ (antigo 5ª a 8ª série) e por fim o Ensino Médio.

Entre 2010 a 2012, na administração do Ministro Francisco Aparecido Cordão, foram criadas as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)¹⁸. São normativas que buscavam orientar o planejamento curricular nas escolas e nortear o sistema de ensino da

¹³ MEC, BRASIL, 2018.

¹⁴ **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Disponível em** https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988#/con1988_12.07.2016/art_210_.asp. Acesso em Out. 2021.

¹⁵ **Art. 210-** Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 1ºO ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. § 2ºO ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

¹⁶ Contendo 10 volumes, onde se observa além dos componentes curriculares, a abordagem de temas transversais, pluralidade cultural e orientação sexual.

¹⁷ Também em 10 volumes, com a ampliação da abordagem de temas transversais comparando-se à fase anterior.

¹⁸ **Art. 2º** Estas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica têm por objetivos: I - sistematizar os princípios e as diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola; II - estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica; III - orientar os cursos de formação inicial e continuada de docentes e demais profissionais da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam (MEC,BRASIL,2010 p01).

Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio¹⁹. O documento trata ainda, da organização curricular nos aspectos do conceito, limites e possibilidades. Vejamos o fragmento a seguir:

Art. 11. A escola de Educação Básica é o espaço em que se ressignifica e se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País. Parágrafo único. Essa concepção de escola exige a superação do rito escolar, desde a construção do currículo até os critérios que orientam a organização do trabalho escolar em sua multidimensionalidade, privilegia trocas, acolhimento e aconchego, para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre todas as pessoas (MEC,BRASIL,2010,p04)

Nessa perspectiva a organização curricular deve atender à " valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum" . Deve também assegurar o entendimento de currículo como experiências escolares pautadas nas relações sociais, vivências e saberes dos estudantes, ou seja em conhecimentos historicamente acumulados. Deve incluir não só os componentes curriculares obrigatórios (base comum), mas também uma parte diversificada, garantindo a transversalidade de temas integrados às disciplinas e às áreas ditas convencionais, de forma a estarem presentes em todas elas²⁰.

Em 2014, no governo da presidente Dilma Rousseff, tivemos a criação do Plano Nacional da Educação-PNE sob a vigência da Lei nº 13.005/2014. Esta lei instituiu o PNE com vigência de 10 anos, composto por 20 metas. E, cada meta com seu conjunto de estratégias que deveriam ser aplicada com a finalidade de alcançar a melhoria da qualidade da Educação Básica em suas várias modalidades.

E, 2015, por meio da portaria Nº 592 de 17 de junho, fim criada a Comissão de Especialistas para a elaboração da Proposta da BNCC. Já em Outubro deste mesmo ano, é realizada consulta pública²¹ que dá subsídios para a construção da 1ª versão deste documento que só foi finalizado em 2016. Ainda neste ano, iniciam-se uma série de debates e encontros que reuniram professores, gestores, especialistas com o objetivo de construir a 2ª versão da BNCC, e por fim, em Agosto de 2016, com base na segunda versão é iniciado o processo de construção da 3ª versão do documento, sendo finalizado somente em 2017. Em Abril deste

¹⁹ Artigo 21- Ficam classificadas como etapas da Educação Básica a Educação Infantil, O Ensino Fundamental e Ensino Médio. MEC,BRASIL,2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010. P.01 Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=dDownload&alias=6704-rceb004-10-1&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192 Acesso em Out. 2021.

²⁰ (MEC, BRASIL,2010 , P 05-06).

²¹ A consulta publica foi uma forma de garantir a participação da sociedade civil, das organizações e entidades científicas no processo de criação da BNCC.

mesmo ano o MEC repassa a versão final ao Conselho Nacional de Educação -CNE, que por sua vez emitiu parecer e projeto de resolução sobre o documento que enfim foi homologado.

Em 2018, por meio da portaria Nº331, de 5 de Abril , foi criado o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular, o Pro BNCC e da mesma forma estabelece parâmetros e diretrizes para a sua implementação. Neste mesmo ano, em 8 de Novembro, o CNE elaborou o parecer CNE/CEB Nº03/2018 contendo atualizações para as Diretrizes Curriculares Nacionais voltadas para o Ensino Médio.

A partir de então a BNCC passou a fazer parte do conjunto de políticas públicas Nacionais com a finalidade de ser uma referência Nacional para a construção dos currículos das redes escolares no âmbito Federal, Estadual e Municipal, buscando desta forma um alinhamento ao que se refere à :

- Formação do professor;
- Avaliação;
- Elaboração de conteúdos educacionais;
- Infraestrutura básica;

Nesse entendimento, a integração dos conteúdos se faz necessária, uma vez que existe a necessidade de aproximar do conteúdo, tanto a escola como os alunos de forma contextualizada, localizando-o como “uma parte” pertencente a um “universo maior” do conhecimento, e fazendo-o entender como a sua história e suas vivências estão atreladas aos aspectos sociais, culturais e históricos de sua cidade, estado, país ou do mundo. Observamos que tanto a BNCC quanto o Documento Curricular do Território Maranhense, em suas distribuições conteúdo/série, buscam alcançar este objetivo.

E, qual a importância da BNCC? Primeiramente é necessário esclarecer que a Base não é o currículo. A BNCC é um documento normativo balizador da qualidade da educação nacional. Reconhece a importância de haver a composição Currículo Básico + Parte diversificada na estruturação dos conteúdos nas etapas de ensino. O currículo será elaborado pelos agentes para se chegar no resultado , ou seja onde se quer chegar partindo da avaliação, processo de aprendizagem , e da metodologia a ser aplicada. Desta forma, A BNCC ao definir as aprendizagens essenciais, não suprime a necessidade do envolvimento dos estados, municípios e as escolas de elaborarem seus próprios currículos. Estes, devem ser orientados

pela BNCC. Para isso foi criado o Guia de implementação da Base Nacional Comum Curricular ²², que teve sua versão atualizada em 2020.

1.2.1 As competências Gerais da BNCC²³

A BNCC se apoia em dois fundamentos pedagógicos: o compromisso com a educação integral e o foco no desenvolvimento de competências.

Ao estabelecer a formação e o desenvolvimento humano global como um de seus fundamentos, a BNCC assume uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto, nos aspectos biopsicossociais e afetivos. Isso significa que os alunos devem ser preparados para atuar com discernimento e responsabilidade, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades, ter autonomia para tomar decisões e, ainda, aprender a aprender. Essa visão de aluno não se concretiza por meio de práticas pedagógicas que privilegiam apenas a transmissão ou o acúmulo de informações. É nesse ponto que se destaca o desenvolvimento de um currículo orientado por competências, o segundo fundamento pedagógico da BNCC. (MEC,2021)²⁴

A partir do fragmento acima, entendemos que a BNCC propõe o desenvolvimento cognitivo do aluno tendo como base relacionar situações de convivência, identificação de soluções para geração de conhecimento. Essa estratégia busca desenvolver habilidades diversas.

Desta forma apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de Competências da Base Nacional Comum Curricular (Quadro 01).

²² O Guia BNCC É um instrumento norteador para a elaboração dos currículos. É composto por cinco ações transversais: Planejamento e Monitoramento; Comunicação e Engajamento; Processos Formativos; Apoio Técnico e Finanças; Fortalecimento da Gestão Pedagógica. Estas ações são essenciais para cada uma das sete etapas na qual o guia apresenta como percurso de implementação da BNCC. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: Orientações para o processo de implementação da BNCC 2020. Disponível em https://implementacaobncc.com.br/wp-content/uploads/2020/02/guia_Implementacao_bncc_atualizado_2020.pdf. Acesso em Out. 2021.

²³ BNCC Anos Finais do Ensino Fundamental- Ensino de História. <https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/seb/curso/2807/idade/1162> acesso em Março, 2021.

²⁴ BNCC Anos Finais do Ensino Fundamental-Ensino de História. <https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/seb/curso/2807/idade/1162> acesso em Março, 2021.

Quadro 1- Tabela de Competências BNCC

C01	Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
C02	Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
C03	Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
C04	Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
C05	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
C06	Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
C07	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
C08	Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
C09	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
C10	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: MEC, 2021.

1.2.2 BNCC - História no Ensino Fundamental /Anos finais

A partir do 6º ano, cada componente passa a ser trabalhado por professores especialistas. Tem-se aí o desafio e a abertura de se trabalhar de forma mais aprofundada os conteúdos deste componente curricular. Entretanto, há mais possibilidades de ocorrerem desarticulação com os demais componentes. Faz-se necessário a organização curricular para fortalecer o trabalho de forma coletiva e ao mesmo tempo proporcionar a interdisciplinaridade entre os vários componentes curriculares, não mais ministrados por apenas um professor, como na etapa de ensino anterior.

No Ensino Fundamental, o componente curricular de História tem entre seus objetivos desenvolver capacidades para interpretar o mundo, compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais. Os conceitos de espaço, tempo são fundamentais e são trabalhados nos componentes curriculares da área de Ciências Humanas, especialmente a Geografia e a História.

De acordo com a BNCC²⁵, espera-se que nesta etapa os estudantes sejam capazes de : Produzir e reproduzir a memória histórica; Questionar a posição ética e social dos indivíduos, assim como também as atitudes políticas e culturais, e Relacionar o passado ao presente . Estes aspectos necessitam ser trabalhados por meio de temas que envolvam

- Interdisciplinaridade
- Valorização das diferenças
- Movimento das populações
- Direitos e deveres

De acordo com a BNCC, o trabalho com as fontes históricas é central na construção da identidade individual e coletiva, portanto, os vestígios e os registros se iniciam com as vivências e os saberes dos estudantes, dos registros e das impressões sobre sua vida,

²⁵ Além das competências gerais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta aspectos que são comuns a todos os componentes e áreas do currículo. Um desses aspectos comuns é a postura investigativa. No tocante ao ensino de História no Ensino Fundamental, esse aspecto é importante, porque se articula diretamente com o ofício do historiador, uma vez que a produção do conhecimento histórico exige: Olhar os vestígios deixados pelas sociedades que viveram em outros tempos e lugares com um olhar aguçado, procurando indagar esses vestígios (fontes históricas) para compreender modos de vida, organização política e social, manifestações culturais, relação com a natureza e sua transformação. Fazer leituras, levantar hipóteses, fazer cruzamentos com informações de outras fontes, com base nas quais a história vai sendo escrita e reescrita. Não apenas contar histórias, mas mobilizar métodos e atividades que impliquem uma atitude historiadora, ou seja, fazer história. (MEC, 2021).

seu cotidiano, transcendendo para outros grupos, comunidades, sociedades e povos²⁶ Desta forma Deve-se propor e estimular também a indagação das diversas fontes históricas por meio do exercício de um postura investigativa no aluno"

A Seguir, no quadro N^o 2 , apresentamos os conhecimentos que se materializam nas competências específicas de História para o Ensino Fundamental nos anos finais (6^o ao 9^o ano).

Quadro 2- Tabela de Competências BNCC aos anos finais do Ensino Fundamental.

01	Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
02	Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
03	Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
04	Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico e posicionar-se criticamente, com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
05	Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
06	Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
07	Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

Fonte: MEC,2021.

1.2.2.1 O livro didático, a BNCC e o DCTM.

O livro didático corresponde a uma ferramenta de auxílio no processo de ensino aprendizagem do aluno. Não podendo ser visto como único e exclusivo recurso didático a ser utilizado pelo professor. Todavia, esta é a realidade muito comum de ser encontrada em nosso estado/país. Fortemente atrelada dentro outros aspectos, a atuação de professores não qualificados na área em que lecionam. Como discute Silva (2012) em seu artigo, onde ele

²⁶ BNCC, 2018.

distava a visão do Livro Didático como instrumento de informação e ao mesmo tempo formação dos professores.

O livro didático, sobretudo a partir da década de 1960, vem sendo utilizado como um mecanismo de (in) formação do professor. Além disso, ao que tudo indica, é um instrumento didático predominante ou único em muitas salas de aula em todo o país. Este fato é um desdobramento da precariedade das condições de formação e trabalho dos professores brasileiros. As deficiências na formação e precárias condições de trabalho fomentam o uso massivo e pouco crítico do livro didático em sala de aula. Por outro lado, a própria existência dos livros didáticos atendendo a tais demandas retroalimenta este ciclo (SILVA, 2012, p. 817).

A concepção e avaliação destes materiais didáticos que são aplicados no âmbito do sistema de ensino brasileiro são norteadas por parâmetros e documentos normativos a exemplo da BNCC. Este documento reúne os indicadores necessários na forma de competências gerais, competências específicas, objetos de conhecimento e habilidades, as quais são desejadas que os alunos obtivessem a cada fase de ensino.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p 8).

Todavia, como ressalta Magalhaes (2007), ainda há certa resistência na aceitação das abordagens das competências e habilidade na prática. Sendo este um dos entraves existentes no nosso sistema de ensino brasileiro.

O importante a ressaltar é que não há consenso entre os educadores brasileiros no que diz respeito à organização de currículos a partir de competências e habilidades. Há fortes dúvidas acerca de como, consensualmente, defini-las em áreas menos procedimentais, como é o caso de História. (MAGALHAES, 2007, p.53).

Este aspecto também pode está relacionado à grande extensão territorial do país, que configura uma vasta diversidade sociocultural, histórica e econômica. Na qual não se aplicam determinados aspectos de uma forma universal. Deve-se pensar nas peculiaridades. Mas, como contemplar tanta diversidade em um livro didático, sendo que sua extensão de conteúdo é limitada, reduzida e até mesmo simplificada. Isso corresponde a um grande desafio.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ²⁷ reconhece em seu texto a presença de acentuada da diversidade cultural e de profundas desigualdades sociais. E, considera ainda que o sistema e as redes de ensino devem construir currículos que considerem estas peculiaridades regionais e locais “*as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais [...]*” (BRASIL, 2017, p.15). Essa abertura se faz necessária para a construção de estratégias mais próximas ao contexto social do aluno, não deixando de lado os conteúdos curriculares previstos para cada fase de ensino.

A compreensão dos estudantes como sujeitos com histórias e saberes construídos nas interações com outras pessoas, tanto do entorno social mais próximo quanto do universo da cultura midiática e digital, fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa. 1 (BRASIL, 2017. p 59-60).

A BNCC e os currículos regionais/locais possuem como meta a sincronização dos conteúdos, tendo em vista uma educação de forma globalizada, que contemple suas mais variadas dimensões, seja intelectual, física, afetiva, social, ética, moral ou simbólica. Para isso, a BNCC, sugere uma atuação de forma complementar para garantir que estas dimensões sejam alcançadas na aprendizagem da Educação Básica.

[...] para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos –, que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas. (BRASIL, 2017, p. 28).

O Documento Curricular do Território Maranhense ²⁸ foi construído com base nos parâmetros da BNCC e tem a função de nortear a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de ensino no estado (rede pública e privada), assim como também auxiliar os docentes na construção e planejamento de suas aulas (SEDUC-MA, 2019).

²⁷ A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação- PNE (BRASIL, 2017, p 7).

²⁸ Para a construção do Documento Curricular do Território Maranhense, foi realizada ampla mobilização das redes de ensino por meio de ação colaborativa entre a Secretaria da Educação do Estado do Maranhão (SEDUC-MA), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Maranhão (UNDIME-MA), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Maranhão (UNCME-MA) e o Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE-MA), em que profissionais da educação e da sociedade civil tiveram a oportunidade de apresentar valiosas contribuições ao documento por via de consultas públicas presenciais e plataforma on-line. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC-MA). **Documento do Território Maranhense: para a Educação infantil e o Ensino Fundamental.** - 1ª Edição, FGV Editora, 2019.

O documento curricular do território baseou-se na BNCC e nos componentes curriculares comuns a todos os municípios maranhenses. Considerando, contudo, a autonomia das redes, as suas estruturas curriculares podem vir a abrigar outros componentes, incluindo áreas e conteúdos que venham a se revelar importantes para a educação no estado. Seria importante uma pesquisa de outros componentes mais comuns nas redes de ensino do Maranhão, para organização de cadernos curriculares específicos a partir dos referenciais deste documento orientador. – É importante atentar para a implantação gradual da Lei no 10.436/02, regulamentada pelo Decreto do CNE no 5.526/05, que preconiza o uso de libras como língua oficial do Estado brasileiro nos currículos escolares. (SEDUC-MA, 2019, p. 44).

Sua estrutura se apresenta com a distinção dos componentes curriculares em Temas integradores por meio de eixos temáticos já estabelecidos conforme os parâmetros curriculares. Mas, considera a inserção de temas de relevância local que igualmente devem compor o currículo.

Em algumas localidades podem surgir temas completamente inusitados e que devem, por sua relevância social, **ser igualmente incorporados ao currículo escolar**. Estão presentes transversalmente nos conteúdos dos componentes curriculares bem como **compõem a parte diversificada do currículo com temáticas que surgem da realidade social da escola**, do bairro, do município, da região e do estado [...]A escola decidirá o momento e os recursos necessários para a abordagem do tema e como se procederá à avaliação da aprendizagem[Grifo nosso] (SEDUC-MA, 2019. p. 31).

A estratégia da integração curricular é prevista na Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) 9.394 / 1996. Onde estabelece em seu capítulo II, que trata das disposições gerais para Educação Básica, no Art. 26, onde consta o “§ 7º *A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput*”. .

O DCTM destaca nove (09) temas integradores²⁹, dos quais é possível realizar desdobramentos diversos frente ao contexto na qual se inclui a escola e os alunos. Cabendo à escola, a melhor maneira de executar tal ação, para uma maior aproximação dos conteúdos à realidade do nosso estado.

Dentre seus pressupostos integradores destacamos, temos a Educação quilombola. Para este, o documento destaca a importância de uma organização curricular que busque

²⁹ Faz-se saber: 1-Educação em Direitos Humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; 2- Educação para o trânsito; 3- Educação ambiental; 4. Saúde e educação alimentar e nutricional; 5. Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; 6. Educação para as relações étnico-raciais e ensino da história africana e indígena – diversidade cultural; 7. Vida familiar e social, educação para as relações de gênero; 8. Trabalho, ciência e tecnologia; 9. Educação financeira e fiscal e orientação para o consumo (SEDUC-MA, 2019. p.31).

considerar a história local e a construção da memória coletiva. Todavia, ainda nos dias de hoje é um grande desafio por em prática tais determinações, uma vez que os livros didáticos adotados em muitos casos como ferramentas única, não contemplam estas peculiaridades regionais. Realçando desta forma, o compromisso dos professores em buscar e produzir materiais de apoio para tal abordagem. Destacamos também, a Educação ambiental e a Educação para as relações étnico-raciais (diversidade cultural). Estes três temas integradores foram destacados dentre os outros por sua relação direta com a matemática do objeto de pesquisa, e pelas possibilidades de abordagens interdisciplinares.

Como citado acima, a realidade local é pouco, ou não é contemplada nos livros didáticos que normalmente são adotados nas escolas. Isso acontece devido a forma como são pensados e construídos. Cabe ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) se aproximar dessas necessidades.

O PNLD é um programa estatal brasileiro que prevê a distribuição de forma gratuita de livros didáticos para os alunos de escolas públicas brasileiras da educação básica. Corresponde a um processo que contempla a inscrição, avaliação, escolha e distribuição destes materiais.

Pela sua importância e dimensão no cenário educacional brasileiro, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem o mérito de submeter a produção didática a processos avaliativos sistemáticos e sólidos, contribuindo para a melhoria da qualidade dos materiais que se destinam aos diversos níveis da educação básica em instituições públicas brasileiras. (CAIMI, 2018, p.21).

Em 28 de Março de 2018, foi lançado o último Edital de convocação para inscrição e avaliação de obras didáticas e literárias para o Programa Nacional do Livro Didático- PNLD 2020. Três meses depois, em 12 de junho, foi publicado outro edital (Edital de Alteração do Edital de Convocação Nº 1/2018 PNLD 2020) com alterações, exclusões e inclusões de itens em seu texto inicial. A maior concentração de mudanças se deu na Seção 3, que trata justamente das “*Características das Obras Didáticas destinadas aos Anos Finais do Ensino Fundamental*”. Dentre as modificações destaca-se a obrigatoriedade da apresentação do Material Digital Audiovisual condicionada também à avaliação. Os materiais apresentados ao edital estão condicionados ao cumprimento dos parâmetros da LDB, BNCC dentre outros atos regulamentares para a educação Básica. Vejamos a seguir algumas características desse processo.

No PNLD 2020, foram **avaliadas 13 obras** do componente curricular História, sendo 11 delas aprovadas. Estas estão disponíveis para serem escolhidas e, posteriormente, **utilizadas nas escolas públicas de 6º ao 9º ano, no quadriênio 2020-2024**. A aprovação indica que tais obras não

infringiram as determinações legais e os princípios delineadores da qualidade do material didático a ser adquirido pelo Estado brasileiro, conforme estabelecido no Edital de Convocação nº 01/2018 CGPLI, destinado ao processo de inscrição e avaliação de obras didáticas e literárias para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2020. Em outras palavras, **as obras aprovadas apresentam coerência e pertinência na abordagem teórico-metodológica** proposta no Manual do Professor impresso, desenvolvendo-a no Livro do Estudante, no Manual do Professor digital e no Material Audiovisual [...]Todas as obras aprovadas organizam suas unidades e capítulos conforme a estrutura curricular preconizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de História. (GUIA PNLD 2020. p.22).

Considerando a listagem de obras que estariam sendo utilizadas pela rede pública do Ensino Fundamental para o período de 2020 a 2024, nos chamou a atenção, descobrir qual destas obras estaria sendo aplicada na rede municipal do município de Central do Maranhão. Este interesse tinha como alvo, compreender e traçar paralelos o objeto de estudo e a estrutura do livro adotado pela rede, destacando possibilidades de articulações com as competências e habilidades propostas dentro de conteúdos associados ao Engenho e Usina Joaquim Antônio Vianna.

Após os primeiros contatos com a Secretaria Municipal de Educação no Município de Central do Maranhão ainda no ano de 2020, obtivemos a informação que dentre as obras aprovadas pelo PNLD 2020 e apresentadas no Guia PNLD 2020, o material escolhido pela rede municipal é a proposta apresentada pela editora Moderna o Livro Didático da Coleção Araribá – Mais- História para o componente curricular de história.

Como forma de correlacionar nosso estudo como o livro didático a ser implementado na rede municipal. Tratamos alguns aspectos apresentados no citado livro que podem ser trabalhados em sala de aula relacionado à história local, ao nosso objeto de estudo. Assim como também possibilidades de inter-relacionar a outras disciplinas como Geografia, e Arte. Importante citar que nossa pesquisa não contempla aplicação de metodologia em sala de aula. Todavia, esta relação se fez necessária para ensaiar futuras abordagens aliadas ao material didático trabalhado na rede de ensino com o uso do produto educacional proposto neste estudo.

1.3 Coleção Araribá Mais-História

O desafio de analisar um livro didático foi norteado por alguns anseios: Buscar aproximar-se ao máximo do objeto de pesquisa. Desta forma, decidiu-se por abordar o livro didático que seria adotado na rede municipal de Central do Maranhão nos próximos anos.

O objetivo é de por meio deste ensaio, semear e cultivar possíveis estratégias de aplicação na rede municipal a partir do uso o material didático adotado.

Por meio de contato com gestores escolares locais, soubemos que o município adota a estratégia de escolha de uma única coleção de cada componente curricular para todas as escolas da rede. Essa decisão se baseia no fato de que, havendo necessidade do aluno mudar de escola, este não correrá o risco de ficar sem material didático.

Os livros são escolhidos em reunião com todos os gestores escolares (sede e povoados), Nestes encontros são avaliados e escolhidos os materiais que ficarão como *primeira e segunda opção*. Esta decisão é repassada por cada gestor na plataforma de FNDE. Isso pode ser constatado ao verificar na plataforma citada os *Relatórios das escolas participantes da escolha de livros*, onde constam estes registros.

O livro para o componente de história escolhido como primeira opção, e que de fato será utilizado na rede municipal de Central do Maranhão pertence à coleção Araribá Mais. Escolhemos o livro do 8º ano por ter aproximação em termos de conteúdo, do objeto de pesquisa em questão.

Não foi possível obter o livro físico do Manual do Professor para análise. O contato se deu na forma digital, por meio da plataforma da editora moderna, onde esta apresenta seus materiais didáticos e literários participantes das seleções de PNLD. É onde podemos encontrar, além do livro completo na forma digital (todas as séries), também encontramos as metas da coleção e outras informações pertinentes.

Nesta coleção, cada série (do 6º ao 9º ano) é composta por **8 unidades temáticas**, e **cada uma destas unidades temáticas possuem entre 2 a 4 capítulos**. Cada unidade inicia com um texto provocativo, que segundo os autores procura despertar o interesse do estudante e mobilizar seus conhecimentos prévios sobre os temas principais abordados naquele conjunto de capítulos. O livro do 8º ano possui como autor responsável Ana Claudia Fernandes.

Os volumes desta coleção apresentam um desenvolvimento cronológico e integrado, em que se combina o estudo da história do Brasil com o estudo da

História Geral. A opção por um abordagem cronológica se justifica pela necessidade de utilizar um sistema de datação que permita localizar acontecimentos no tempo, identificar sua duração e relacioná-la segundo critérios de anterioridade, simultaneidade e posterioridade. A escolha da abordagem integrada, por sua vez, reflete a preocupação em articular os conteúdos de História Geral e História do Brasil, permitindo que se percebam as semelhanças e particularidades de diferentes processos históricos. (FERNANDES, 2018, p. XVII).

Figura 1- Imagem da capa do Livro 8ºano da coleção Araribá mais- história (cód 0324P20042). Editora Moderna, 2018.



Fonte: <https://pnld.moderna.com.br/historia/arariba-mais/> . Acesso Jul.2020.

A **coleção Araribá- Mais História** (Figura 01) apresentada ao edital PNLD 2020, possui uma versão comercial, o Projeto Araribá -plus que conta com materiais de apoio, rotas didáticas, livro digital interativo, o aplicativo próprio e o caderno de atividades. Este material encontra-se apresentado no site oficial da editora na plataforma "Portal Educacional", onde acontece a apresentação de todos os projetos da editora Moderna³⁰.

O livro Araribá-Mais- História do 8º ano (voltada para a rede pública) está composto por 19 capítulos distribuídos em 8 unidades temáticas, como podemos observar no quadro a seguir (Quadro 03)

³⁰ Disponível em < <https://web.moderna.com.br/web/araribaplust-2019> > Acesso em 27 de Jul. de 2020.

Quadro 3- Estrutura do Livro Didático Araribá-Mais História PNLD 2020.

Unidades	Capítulos	P.E.
Unidade 1 – Revoluções na Inglaterra	Capítulo 1 – As revoluções políticas Capítulo 2– A Revolução Industrial e as mudanças na sociedade Capítulo 3 – Os impactos da Revolução Industrial	1º B
Unidade 2 – O Iluminismo, a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa.	Capítulo 4 – O Iluminismo e a independência dos Estados Unidos Capítulo 5 – A Revolução Francesa	
Unidade 3- A Era de Napoleão e as Independências na América.	Capítulo 6– O Império Napoleônico e a Revolução de São Domingo Capítulo 7– Independências na América espanhola	2º B
Unidade 4- A independência do Brasil e o Primeiro Reinado.	Capítulo 8 – A crise do sistema colonial no Brasil Capítulo 9 – Brasil independente Capítulo 10 – O Primeiro Reinado	
Unidade 5- Revoluções e novas teorias políticas do Século XIX.	Capítulo 11 – Revoluções e unificações na Europa Capítulo 12–A Europa industrial e os trabalhadores	3º B
Unidade 6- A Era do Imperialismo	Capítulo 13 – A Segunda Revolução Industrial Capítulo 14– O capital financeiro e a expansão imperialista na África, na Índia e na China	
Unidade - 7 Brasil: da Regência ao Segundo Reinado	Capítulo 15 – O período regencial (1831-1840) Capítulo 16 – O Segundo Reinado Capítulo 17 – O fim da escravidão no Brasil	4º B
Unidade 8- A expansão dos Estados Unidos no Século XIX.	Capítulo 18 – A expansão para o oeste e a Guerra de Secessão. Capítulo 19–Crescimento econômico e imperialismo.	

Fonte: <https://pnld.moderna.com.br/historia/arariba-mais/>

Dentre todos os capítulos que compõe o livro, destacamos o **capítulo 17 (O fim da escravidão no Brasil) presente na Unidade 7**, por considerar a relação direta ao objeto do conhecimento BNCC "*o escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas dos escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil imperial* e às habilidades **EF08H119** e **EF08H120**. Estas habilidades estão relacionadas ao uso de fontes diversificadas para entender as dimensões da escravidão nas américas, e das formas que este tema pode ser compreendido nas atualidades, a exemplo da importância das ações afirmativas.

Destacamos também com certa influência a habilidade **EF08H122** onde temos em discussão a produção das identidades no Brasil do século XIX por meio das culturas letradas. Todavia, abrimos caminho para discussão dos aspectos da identidade local, seus costumes,

tradições peculiaridades muitos deles de origem africana, pela existência de comunidades Quilombolas e remanescentes de quilombos no município de Central do Maranhão.

Levando em consideração estes pontos destacados, espera-se que o aluno possa reconhecer a importância do movimento abolicionista e das consequências que abolição da escravidão proporcionou aos negros escravizados, e que possa relacionar com acontecimentos da história de seu município. Observamos ainda que esta temática também se faz presente nos os objetos do conhecimento para o 9º: *A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição* e *Os movimentos sociais e a imprensa negra, a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações*. Contidas nas habilidades **EF 09 H103** e **EF 09H104**.

1.3.1 As unidades e capítulos

Na abertura de cada unidade, existe uma imagem que abrange duas páginas. Junto a esta imagem temos um breve texto (de dois ou três parágrafos) de linguagem simples e objetiva, localizado sempre na parte superior, canto direito da imagem. A discussão proporcionada pela **análise da imagem, atrelada à leitura do texto** insere o leitor (no caso o aluno) ao conteúdo que este verá logo em seguida nos capítulos desta unidade.

Existe ainda, além da imagem e do texto introdutório, duas outras caixas de textos, que estão também presentes em todas as aberturas de unidades, o “ *Você verá nesta Unidade !*”, que configura-se em um pequeno texto onde destaca os títulos dos capítulos contidos nas unidades. E, outra caixa de texto, sempre localizada na parte inferior das imagens (canto esquerdo), onde apresentam-se uma breve descrição da imagem apresentada na unidade. Observemos a figura 02.

Figura 2- Apresentação de Abertura de Unidade-Livro Araribá Mais História, editora moderna, PNLD 2020.



Fonte: <https://pnld.moderna.com.br/historia/arariba-mais/>. Montagem de autoria Própria.

Ao finalizar cada capítulo, o livro trás uma seção de “*integração do conhecimento*” onde o componente curricular de história é associado a outros componentes curriculares. Neste sentido a obra contempla a colocações do DCTM a respeito da integração de conhecimento e conteúdos e que se faz referência ao Inciso 4º do Art. 26 da LDB 9.394 / 1996 , que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. CAPÍTULO II que trata das disposições gerais para Educação Básica “ § 7º *A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput*”.

Existe também, um espaço dedicado à discussão acerca das manifestações culturais e artísticas em diálogo com a história. O espaço chamado “*Lugar e cultura*” busca relacionar dentro do espaço e tempo aspectos de manifestações culturais relacionadas com o conteúdo abordado em cada capítulo.

Na seção “*Documento*” tem foco em mostrar os conteúdos por meio de uma fonte primária de grande relevância.

1.3.2 Capítulo 17- O fim da escravidão no Brasil

Neste capítulo é possível observar os seguintes conteúdos:

- A pressão contra o tráfico, onde podemos observar além do texto principal, a indicação de leituras complementares sobre o assunto apresentado na página;
- A extinção e os efeitos do fim do tráfico de escravos;
- A abolição lenta e gradual, onde se destaca aspectos do antes e depois da abolição;
- Lei de terras;

Na seção “Em debate” deste capítulo a trás um texto a respeito dos personagens negros da historiografia que tinham a abolição como sua principal causa, a exemplos de Luís Gama, José do Patrocínio e Manuel Quirino e Salustiano que ficou conhecido na crônica baiana como orador do povo. O texto ressalta que a intensidade das revoltas e fugas, teriam sido os principais impulsionadores da abolição. Ainda neste capítulo temos a seção —Lugar e Cultural (p.226) e a seção — Ser no Mundo — (p. 228-229). Em Lugar e Cultura, temos um texto que vai trabalhar a figura da mulher no Brasil do Século XIX, onde podemos observar os destaques de uma sociedade conservadora marcada pelo patriarcalismo, onde a mulher não detinham direitos.

O texto ressalta as características desta sociedade para a mulher branca e para a mulher negra e escrava como forma de trazer a reflexão a respeito das limitações impostas ao gênero. O texto ressalta ainda, que apesar destas limitações, existiram figuras que defendida a existência de direitos para as mulheres e emancipação feminina, a exemplo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885). Aqui podemos ver o destaque dado às discussões a cerca da valorização do gênero.

Em " Ser no Mundo", temos agora o foco voltado para o tema da construção da identidade nacional no Brasil, apresenta aspectos da cultura popular e erudita como elementos que nortearam a noção de uma identidade brasileira a partir das influencias da literatura e das Artes Plásticas do Século XIX. O Texto mostra que estas preocupações tomam impulso com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, que tinha dentre seus objetivos o estudo da história do Brasil. A partir daí ganham espaço as manifestações culturais, a culinária, a religião , as festividades populares como a Congada, o batuque, o lundu e o samba coo elemento que fazem parte desta identidade. Assim como a cultura

indígena que detinha uma imagem romantizada no século XIX ganham gradualmente outras visões com o passar do tempo.

1.4 O Componente Curricular de História e Interdisciplinaridades

A interdisciplinaridade permite olhar com diferentes olhares. O desenvolvimento das habilidades de História podem se articular com habilidades de outros componentes como a Geografia, a Língua Portuguesa, a Matemática e a Arte. Dentre os citados, daremos maior ênfase à discussão acerca da interdisciplinaridade do componente de História com os componentes de Geografia e Arte, pois estes se farão presentes na construção de nosso produto educacional apresentado no Capítulo III deste estudo.

A História e a Geografia, segundo a BNCC possuem proximidades pelo fato de ambos trabalharem o espaço, tempo e movimento. Desta forma, podemos assegurar possibilidades de abordagens interdisciplinares através de atividades planejadas entre estes dois componentes com objetivo de:

- Compreender os fluxos migratórios
- As mudanças sociais, políticas e econômicas.
- Compreender a dimensão e as mudanças ocorridas em um determinado no espaço geográficos.
- Crescimento e desenvolvimento de uma comunidade
- Impacto ambiental, cultural e econômico e ação humana.
- Desigualdades sociais
- Fortalecimento de valores

O Componente curricular de Arte, está entendido através de Seis dimensões que auxiliam na consolidação da aprendizagem:

- Criação
- Estesia- habilidade para entender as sensações
- Expressão- suas formas de se expressar
- Fruição- realização prática
- Reflexão-análise sobre a realidade retratada
- Crítica- Momento de reflexão estética, política, social e ambiental.

Com relação às competências do componente arte - Ensino Fundamental -anos finais na BNCC, destacamos a Competência 03, onde identificamos relacionados ao nosso objeto de estudo:

- Valorização e compreensão das diferentes criações artísticas
- Reconhecimento e Valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro
- Aproximar os alunos dos artistas locais e estimular a participação nas manifestações culturais.
- Uso das diferentes linguagens para se expressar
- Reafirmação da identidade local

Quadro 4- Quadro comparativo BNCC e o DCTM - Linguagens

ÁREA DO CONHECIMENTO: LINGUAGENS						
COMPONENTE CURRICULAR: ARTE						
Base Nacional Comum Curricular-BNCC			Documento Curricular do Território Maranhense-DCTM			
Unidade Temática	O.C.	HAB.	Eixo	Campo	O.C.	HAB.
Artes integradas	Matrizes estéticas e culturais	EF69AR33	Linguagem artística : Artes visuais	Matrizes estéticas e culturais	História da arte no Brasil – a arte afro- brasileira. Cultura popular brasileira, regional, local.	EF69AR33
Artes integradas	Patrimônio cultural	EF69AR34	Linguagem artística Artes Visuais	Patrimônio Cultural	A arquitetura como manifestação das artes visuais e patrimônio cultural A arquitetura luso-brasileira presente no Maranhão.	EF69AR34
Dança	Contextos e práticas	EF69AR09	Linguagem artística : Dança	Contextos e Práticas	Danças populares maranhenses	EF69AR09
Dança	Processos de criação	EF69AR15	Linguagem artística : Dança	Contextos e Práticas	Danças populares maranhenses	EF69AR15

OC- Objeto do Conhecimento **HAB** -Habilidade

Fonte: BRASIL,2017; SEDUC,2019.

Quadro 5-Quadro comparativo BNCC e DCTM - Ciências Humanas

ÁREA DO CONHECIMENTO: CIÊNCIAS HUMANAS					
Base Nacional Comum Curricular-BNCC			Documento Curricular do Território Maranhense-DCTM		
COMPONENTE			HISTÓRIA		
CC	O C	HAB	UT	OC	HAB
O Brasil no século XIX	O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial	EF08HI19	O Brasil no século XIX	O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial. A crise agroexportadora do Maranhão.	(EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.
		EF08HI20			(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.
COMPONENTE GEOGRAFIA					
O sujeito e seu lugar no mundo	Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais	EF08GE01	O sujeito e seu lugar no mundo	Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais no território maranhense.	(EF08GE01) Descrever as rotas de dispersão da população humana pelo planeta e os principais fluxos migratórios em diferentes períodos da história, discutindo os fatores históricos e condicionantes físico-naturais associados à distribuição da população humana pelos continentes, assim como pelas diversas macrorregiões do território maranhense.
	Diversidade e dinâmica da população mundial e local	EF08GE02		Diversidade e dinâmica da população mundial e local.	(EF08GE02) Relacionar fatos e situações representativas da história das famílias do município em que se localiza a escola, considerando a diversidade e os fluxos migratórios da população mundial e sua influência na construção da identidade local.
Formas de representação e pensamento espacial	Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e África	EF08GE18	Formas de representação e pensamento espacial	Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e África.	(EF08GE18) Elaborar mapas ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da África e América.
CC- Componente Curricular		UT- Unidade Temática		OC- Objeto do Conhecimento	

Fonte: BRASIL (2017)

1.5 As Redes escolares em Central do Maranhão

Central do Maranhão, município na qual está localizado nosso objeto de estudo, possui de acordo com IBGE Cidades, uma população estimada de 8.806 habitantes em 2021. Distribuídos em torno de mais de 20 povoados. O município conta com a abrangência da rede estadual de ensino por meio de uma única escola de Ensino Médio (Centro de Ensino Quilombola José Roberto Vianna) localizado na sede do Município, e que atende pouco mais de 600 alunos, por meio da oferta do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio Regular e EJA.

Já a rede municipal possui uma abrangência de cerca de 1.500 alunos matriculados no ensino Fundamental (Anos iniciais e Anos finais) e 439 matrículas no ensino infantil (considerando-se creches e pré-escolas³¹). São cerca de 17 escolas na rede municipal de ensino. Estes são dados fornecidos pelo IBGE Cidades e CENSO Escolar para o ano de 2020³².

Buscamos novamente a gestão da educação da rede municipal, agora sob nova gestão (2021-2024), e passados um ano de exercício, para obter dados mais atualizados acerca do panorama da educação no município, assim como também, buscava-se saber a cerca de projetos, ações e iniciativas planejadas, em execução ou já executadas pelo município sendo voltadas para a história do lugar ou Patrimônio.

Por meio de informações como estas, pretendia-se obter informações mais precisas e detalhadas sobre a conjuntura da educação no município, uma vez que a proposta do presente estudo apresenta soluções voltadas para o ensino fundamental a partir do uso do livro didático adotado em toda a rede. Todavia, não obtivemos o retorno desejado. Levando-nos a trabalhar apenas com os dados adquiridos do ano de 2020.³³

³¹ Dados do CENSO ESCOLAR 2020. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/central-do-maranhao/pesquisa/13/78117>. Acesso em Fev. 2022.

³² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/central-do-maranhao/panorama>. Acesso em Jan 2022.

³³ Período de construção do artigo sobre análise do livro didático adotado no município de Central do Maranhão, e ocasião em que se fez contato com a então Secretaria Municipal de Educação Professora Maricelma Arouche para identificar as escolhas de material para a rede.

1.5.1 O Centro de Ensino Quilombola José Roberto Viana- Rede Estadual

Em Central do Maranhão, existe apenas uma escola da rede estadual (Figura 03), chamado Centro de Ensino Quilombola José Roberto Vianna, que recentemente (2020) mudou de nome para Centro de Ensino Quilombola Epitácio Azevedo Flor³⁴. Entretanto, existem resistências com relação à mudança ocorrida, devido a isso, consta ainda na fachada principal da escola a antiga denominação.

Figura 03-Imagem da Escola CEQ José Roberto Vianna em Central do Maranhão- MA.



Fonte: Registros do autor. Sales, Aricelia em 10 /03/ 2022.

Decidimos falar um pouco sobre ela nesta pesquisa, por se tratar de uma construção que dialoga com nosso objeto nos seguintes pontos:

- **Pela sua localização.** - A Escola esta localizada no início da Rua Domingos Felisberto, bairro Centro, nas proximidades da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição; da Gerência onde residia o administrados do engenho; da área onde corre semanalmente a feira tradicional e, por ficar a poucos metros do local onde se encontram as ruínas da Usina Joaquim Antônio. É a escola mais próxima da área história (Figura 04).

³⁴ Apesar de que nas plataformas oficiais da educação já constar a mudança, o letreiro de fachada da escola ainda hoje (Fevereiro 2022) consta o nome antigo. Aqui deixamos uma discussão a parte com relação à mudança de nome, que ao nosso olhar não foi bem visto. Apesar de se tratar de uma homenagem à figura municipal do Sr. Epitácio Azevedo Flor, que foi prefeito do município e também era professor, a ação seria mais adequada em uma escola da rede municipal. A retirada do nome que possuía referência histórica para o município, configurou-se como perda de parte da história daquele prédio, que foi um dos primeiros estabelecimentos de educação da comunidade.

Figura 04 -Imagem aérea da escola antes da reforma ocorrida em 2018-2019.



Fonte:. Acervo Particular. Farney Viana, 2017.

- **Pela sua relevância história-** A escola carregou por muito tempo o nome JOSÉ ROBERTO VIANNA. E, de acordo com apontamentos Santos (2006), e relatos de moradores da comunidade o nome é referente a um dos filhos do fundador da Usina, o então José Roberto Franco de Sá Vianna³⁵.

Outro ponto interessante, é que ainda segundo relatos, antes da existência da escola, naquele local teria existido a chamada “Quitanda Pequena”, sendo esta desativada após a construção da Quintana Grande na parte de mais baixa (área da feira). Sendo desativada a quitanda pequena. No prédio onde teria funcionado esta última, posteriormente se transformou em um espaço para realização de festas, uma parte dela, teria dado espaço para a primeira delegacia do lugar e por fim, o lugar onde sediou a escola.

Vejamos a seguir na figura a localização da escola (em vermelho) com relação a outras construções históricas do município (Figura 05).

³⁵ De acordo com a memória coletiva, relatos de moradores mais antigos, identificam José Roberto Vianna como um dos primeiros indivíduos a proporcionar o letramento às pessoas daquela comunidade. Entretanto, estas informações necessitam de maior aprofundamento.

Figura 05- Localização da ECQ José Roberto Vianna em Central do Maranhão/MA.



Fonte: Google maps com adaptações do autor.

Na imagem (Figura05) é possível observamos a localização de vários pontos do Complexo Cultural e Histórico do Engenho Joaquim Antônio, e em destaque (contorno vermelho) a localização do CEQ Jose Roberto Vianna.

A escola

Corresponde a uma das primeiras edificações escolares do município de Central do Maranhão. Segundo relatos, a escola José Roberto Vianna teria sido criada na década de 60 sob a gestão do primeiro prefeito de Mirinzal, logo após este emancipar-se politicamente do município de Guimaraes. Nesta ocasião Central do Maranhão chama-se Usina Joaquim, com o desmembramento, seu território passou a pertencer ao município de Mirinzal-MA.

A escola, construída acerca de 50 anos nunca havia passado por uma reforma significativa. Do teto ao piso, tudo era sucateado e insalubre. Isso mexia na autoestima de professores e alunos. A escola de 7 salas de aula, diretoria, secretaria, sala de professores, biblioteca e laboratório de informática, foi reconstruída e ampliada, ganhando cozinha, refeitório, depósito e novos banheiros totalmente estruturados com louças sanitárias. [...] A escola também foi toda adaptada para receber pessoas com mobilidade reduzida. Além disso, todas as salas de aula foram climatizadas. Completando a obra, o estacionamento foi pavimentado com bloquete e a quadra também foi reformada [...] Na oportunidade, também foi inaugurada a biblioteca que

recebeu o nome de Biblioteca Professora Maria Rosa Felisberto, uma homenagem a uma ex-professora da escola, falecida há 5 anos. O pedido para o homenagear a professora partiu dos colegas de trabalho. A família da homenageada participou da solenidade e destacou a emoção pela lembrança.[...] A obra, que transformou a imagem da escola e a autoestima de toda uma comunidade escolar, recebeu investimentos na ordem de R\$ 1.348.936,02, que estão beneficiando os 460 estudantes, com um ambiente acolhedor e adequado para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça.³⁶

Como podemos observa na matéria, a mais de 50 anos a estrutura por completo não passava por melhoria. Recentemente além de ter toda a sua estrutura melhorada também houve ampliação, tornando-se um Centro Educa Mais- preparado para a oferta da educação integral. Suas dependências segundo informações obtidas foram pouco usadas, pois duas semanas após a inauguração (25 de Novembro de 2019) da escola e inicio das atividades no novo prédio, foi realizada a paralização por conta da Covid- 19. Desta forma, observa-se que a boa conservação do aspecto de escola nova.

No período em que esteve em reforma, seu funcionamento ocorreu d forma provisória nas dependências da Escola Municipal Luciléa Prazeres Costa³⁷, localizada na mesma rua distante alguns metros.

O contato e a apresentação da escola se deu por meio da atual gestora, a professora Maria Raimunda Pires Dias, a frente do novo desafio a apenas 02 meses a contar da data de nossa visita.

- **O contato com a escola, entrevistas e resultados de questionários aplicados.**

Os contatos iniciais foram feitos com a gestão escolar do CEQ José Roberto Vianna em meados do mês de Janeiro de 2021. Na ocasião fomos informados que havia sido realizada uma mudança na gestão. Passando pela escola, houve a oportunidade de encontrar a nova diretora e nesta ocisão expor o motivo que nos levara ali.

³⁶ Matéria: Comunidade escolar comemora entrega do C.E.Q. José Roberto Viana. Em 25 de Novembro de 2019 . Disponível em <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=265329> Acesso em 20 de Março de 2021.

³⁷ Descendente de quitandeiros comerciantes da região, D. Luciléa Prazeres Costa, ou simplesmente D. Luci (como popularmente era conhecida) foi uma das primeiras vereadoras da comunidade. Seu ingresso na carreira politica se deu em um período no qual o município de Central do Maranhão chamava-se apenas Usina Joaquim e seu território era pertencente ao município de Mirinzal-MA. E, à ela são exaltados grandes ações em prol da comunidade centralense, principalmente na área da cultura. Pois sob seu comando eram realizados grandioso desfiles de blocos e turmas de samba no período carnavalesco, sendo lembrados até os dias de hoje.

Fomos informados se realizaria na semana seguinte uma reunião na qual os professores da escola estariam presentes. Vimos este momento como oportuno para tentar abordar os professores desta escola.

Como havia sido acordado, comparecemos na escola na data prevista. E, a princípio, sem muitos detalhes, foi percebido que a reunião era de planejamento de início de ano letivo que perdurou pela manhã inteira. Já ao final da manhã, nos foi dado momento para realizar a apresentação da proposta. Entretanto, por conta do horário já bem avançado e pela fadiga visível dos professores, não foi possível adentrar em detalhes. Fizemos uma exposição inicial apenas. Ficando de retornar no dia seguinte.

No dia seguinte, como acordado pontualmente às 14h:00 min estivemos presentes na escola. E, antes do início dos trabalhos previstos para aquele dia, nos foi dado alguns minutos para expor a proposta. Neste momento foi reafirmado o motivo da pesquisa, sua relevância e foi feito convite aos docentes daquela instituição para a participação na construção de um produto didático que contemplasse as necessidades que existem nas salas de aula ao que se refere à abordagem da educação patrimonial com foco na história local.

Foi lido por completo o termo de consentimento, destacado os principais pontos da ficha de entrevista exposto alguns detalhes mais específicos sobre elaboração coletiva do produto em atendimento a questionamentos que se surgiram.

O material impresso foi entregue aos que ali presentes se dispuseram em participar e também deixado cópias com a direção da escola, caso algum outro professor se interessasse. Como não foi possível que fizessem apreciação do material e preenchimento do mesmo naquele momento, foi dito aos presentes que fizessem a entrega ao gestor da escola. Outra opção seria o envio da imagem do termo de consentimento assinado e da ficha de entrevista preenchida por meio do *e-mail* ou *whatsapp* informado no próprio documento. Tendo em vista que muitos dos professores que ali atuam são de municípios vizinhos (Mirinzal ou Guimarães).

Novo contato foi realizado em semanas posteriores, agora com a gestão escolar com objetivo de obter as informações específicas sobre a escola. Nesta ocasião nos foi entregue o material dos professores que se interessaram em fazer parte do projeto.

Obtivemos o retorno positivo de apenas dois professores. Ambos são do sexo masculino, residem no município de Central e possuem mais de 20 anos atuando na docência.

Professor João Santos Costa- Centralense, residente no município, possui especialização, leciona há 23 anos e atualmente ministra a disciplina de Língua Portuguesa e produção textual e Leitura para turmas do ensino Médio Regular e EJAII.

Professor Abílio Jorge Cunha Macedo- Centralense, residente no município Possui Pós-Graduação, leciona há 25 anos e atualmente ministra as disciplina de História, filosofia e Educação Física para turmas do ensino Médio Regular e EJAII.

Como resultado da abordagem realizada de exposição dos objetivos do trabalho de pesquisa aos professores obteve-se o retorno positivo de participação de dois professores do CE Quilombola José Roberto Vianna. Além destes, também foi feita abordagem com questionário ao atual gestor da escola, com a finalidade de obter informações mais específicas sobre o funcionamento da escola e sua estrutura.

Devido ao contexto atual, da Pandemia COVID-19, a escola vem trabalhando com seus alunos por meio do uso de aplicativos sociais a exemplo do *whatsapp*. E, uma outra parte dos alunos buscam e entregam suas atividades escolares na própria escola. Fato que pudemos constatar aos realizar as visitas no estabelecimento.

A seguir traçaremos um perfil da escola com base nas informações repassadas pela gestão escola e também pelas informações obtidas por meio dos formulários de entrevista dos docentes participantes.

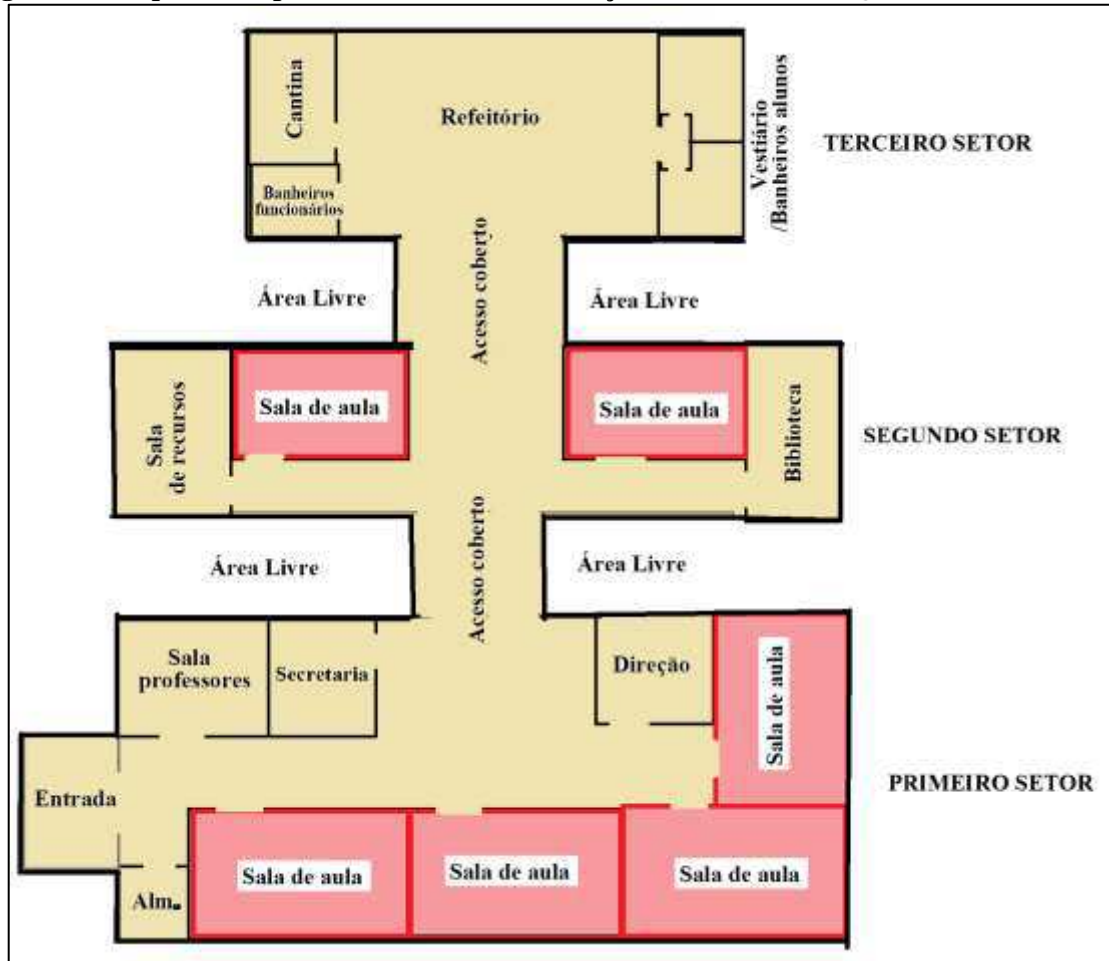
- **Estrutura**

Estrutura da escola é formada por 06 Salas de aula, 01 Sala dos professores, 01 Biblioteca e laboratório de informática, 01 Sala de recursos, 01 Cantina com área ampla para refeitório, Banheiro e vestiário para alunos (masculino e feminino) com acessibilidade para cadeirantes, 01 Banheiro para funcionários, 01 Sala de Direção, 01 Sala de Secretaria, 01 sala de almoxarifado, e 01 quadra poliesportiva descoberta na área externa.

Segundo informações repassadas, a escola conta ainda com sistema de monitoramento com câmeras distribuídas e pontos estratégicos da escola, sistema de iluminação de emergência e sinal de *Wifi* de uso dos professores e alunos e funcionários da escola.

Para uma melhor assimilação, montamos uma planta baixa simples com a distribuição por setores. Sendo que anterior última reforma existiam apenas o Primeiro e o segundo Setor, após a reforma houve a inclusão do terceiro setor à estrutura da escola (Figura 06).

Figura 06- Esquema de planta baixa com distribuição das salas do CEQ José Roberto Vianna.



Fonte: O autor, 2021.

Entre os registros realizados do ambiente interno da escola, a partir da autorização consentida pela gestora, observamos a presença da Sala de Recursos (Figura 07) e de a Biblioteca da escola (Figura 08).

Figura 07- Sala de Recurso da Escola



Fonte: Registros do autor. Sales, Aricelia . 10 de Março de 2021.

Figura 08- Sala da Biblioteca da Escola.



Fonte: Registros do autor. Sales, Aricelia . 10 de Março de 2021.

- Corpo docente e discente

O Centro de Ensino Quilombola José Roberto Vianna possui 15 professores atuando no turno matutino, 15 professores atuando no turno vespertino e 08 professores atuando no turno noturno. Com relação ao quantitativo de alunos atendidos pela escola, obtemos as seguintes informações. Soma-se um total de 648 alunos com matrícula para o ano letivo de 2021 distribuídos entre os turnos matutino, vespertino e noturno, sendo Ensino Médio Regular e Educação de Jovens e Adultos (Quadro 06).

Quadro 06-Oferta de Séries por turno quantitativo de alunos

Turno	Série			Quantidade de alunos
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	
Manhã	02	02	02	265 alunos
Tarde	02	02	02	250 alunos
Noite /EJAI	01	02	02	133 alunos

Fonte: Dados obtidos a partir de entrevista com gestor escolar

A demonstração acima traça um mapa da distribuição dos alunos por turno, e por série. Deste universo de alunos, segundo a gestora, 06 alunos com deficiência. Quando questionamos sobre quais tipos de deficiência estes alunos apresentam, obtemos as seguintes informações: Paralisia cerebral, baixa visão e síndrome de *Down*.

Ao perguntamos se a escola possui um canal próprio de comunicação com comunidade externa, a exemplo de site, blog, página de *facebook* ou *instagram*. Obtivemos como resposta que não possui, e quanto a situação do Grêmio estudantil da escola, encontra-se neste período inativo por conta do contexto da Pandemia.

Outro ponto levantado na entrevista com a gestora Prof.^a Raimunda foi com relação à existência de material específico sobre a história do município, conseqüentemente do Engenho Joaquim Antônio Viana, na qual os professores pudessem utilizar para apoio na realização de projetos, pesquisas ou em atividades dos alunos.

A resposta que tivemos foi que “*não há na escola tal tipo de material*”. Posição confirmada também a partir das respostas obtidas pelos professores participantes. Este item reflete diretamente a dificuldade do professor em sala de aula.

Nos questionários de entrevista direcionados aos professores, os mesmos relatam que já realizaram atividades relacionadas ao histórico do engenho local e do município, relatam ainda que seus resultados foram positivos, porém estes mesmo professores destacam a falta de informações e materiais de apoio didático específico como um dos obstáculos para este desafio. E, confirmam ainda que a criação de um material que venha atender estas necessidades ajudará em sua atuação. Para o professor João Santos a representação ilustrativa do engenho pode ser um artifício para atrair ao interesse dos alunos “*Vejo a ilustração do referido engenho quando na época de pleno funcionamento como um grande atrativo para a motivação e envolvimento maciço dos estudantes*”³⁸.

Buscamos localizar registros de imagens antigas da escola. Não obtivemos sucesso Entretanto localizamos a existência de um grupo de *Facebook*, uma comunidade criada por alunos em 2018, se manteve alimentada até o ano de 2019. Neste espaço foi possível identificar alguns trabalhos realizados na escola cuja temática envolve a história local. Dentre os registros listamos a exposição de trabalhos de um projeto executados pelos professores na escola (Figura 09 a 11). Porém localizamos informações sobre as atividades registradas em foto. Todavia, destacamos que estes registros são claramente resultados de projetos educacionais voltados para o reconhecimento da própria comunidade na qual o aluno pertence.

³⁸ Entrevista via formulário com professor João Santos em Fevereiro de 2021.

Figura 09- Representação da Escola José Roberto Viana



Fonte: Acervo Mídias sociais da escola ano 2018-2019. Disponível em <https://www.facebook.com/CE-Jos%C3%A9-Roberto-Viana-2photos450>. Acesso em Mar de 2021.

Figura 10 - Representação da Escola José Roberto Viana .



Fonte: Acervo Mídias sociais da escola ano 2018-2019. Disponível em <https://www.facebook.com/CE-Jos%C3%A9-Roberto-Viana-2photos450>. Acesso em Mar de 2021.

Figura 11- Representação do Açude (Balneário construído ao lado do local de represamento da água que abastecia o canal com destino à Usina Joaquim Antônio).



Fonte: Acervo Mídias sociais da escola ano 2018-2019. Disponível em <https://www.facebook.com/CE-Jos%C3%A9-Roberto-Viana-2photos450>. Acesso em Mar de 2021.

Observamos nas imagens (Figuras 09 a 11) a representação das construções antigas do município fazendo alusão ao trabalho de conscientização e valorização patrimonial. Na figura 09 temos representação em primeiro plano da própria escola José Roberto Viana, e em segundo plano temos a igreja e algumas construções menores que prevalentemente representam as residências do entorno. Na figura 10, temos a mesma maquete representando a escola com vista da parte dos fundos, onde fica localizada a quadra de esportes. E, por ultimo, na figura 11 temos a representação em maquete do Açude (Local de represamento da água que moviam as máquinas do engenho Joaquim Antônio Viana).

1.6 A História local da Usina/Engenho Joaquim Antônio na perspectiva da Educação Patrimonial interdisciplinar .

Trabalhamos a Educação patrimonial, partindo da valorização de um “saber” atrelado aos traços culturais de uma comunidade. É também uma tentativa de pôr em evidência um patrimônio cultural local. Faz-se importante saber que não se trata apenas de instituições consagradas ou monumentos históricos representativos.

O Patrimônio Cultural Brasileiro segundo o IPHAN (2014), não se pode ser resumido em apenas objetos históricos e artísticos, aos monumentos representativos da memória nacional ou aos centros históricos já consagrados. Devemos considerar também as formas de expressão cultural vivas como a produção do artesanato, as maneiras de pescar, de caçar, de plantar, de cultivar e de colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares. Todo esse universo revela os múltiplos aspectos em que a cultura viva se faz presente em uma comunidade.

A valorização do saber fazer, da memória e das práticas constituem estratégias para exercício de reconhecimento cultural, na qual no contexto da educação patrimonial, o aluno é convidado a revistar seus aprendizados familiares e a observar a sociedade na qual está inserido.

Consideraremos também o uso do espaço histórico (Construções histórias e Ruínas do Engenho e Usina Joaquim Antônio) como um grande Museu a céu aberto na qual sua exploração pode ser atendida nas três dimensões do Patrimônio: a natural ou ecológica, a histórico-artística e a documental. Comiserando também, o contexto sociocultural na qual a comunidade está atrelada e ao espaço e à cultura material em questão.

Para a pesquisadora Crislane Barbosa de Azevedo (2010), este revisionismo teórico – metodológico pautado nas ciências humanas contempla necessidade em reconhecer e valorizar diferentes matrizes culturais formadoras da sociedade brasileira, mostrando a relevância da realização de ações voltadas à educação patrimonial. A autora aborda também a necessidade da investigação bibliográfica discutindo conceitos como: história, memória, patrimônio e educação patrimonial, propondo a utilização de museus como espaços de ensino-aprendizagem em História.

Nesse contexto fica evidente a importância da escola no sentido de estimular os a preservação da memória social coletiva. Para tudo isso, é necessário que o professor conheça e tenha experimentado situações promotoras de uma educação patrimonial. Nesse sentido, as

ações educativas do museu e o planejamento docente necessitam orientar-se por diferentes meios comunicativos como técnicas pedagógicas, ou seja, devem promover efetiva interação entre os alunos e as exposições museológicas. Na visão da autora, ação educativa, ação museológica e ação de comunicação passam a ser entendidas como sinônimos³⁹.

Traçando um diálogo com o objeto de pesquisa, podemos destacar dentre outros os seguintes aspectos como proposições possíveis de abordagens em uma educação patrimonial. Aqui destacaremos predominância da existência da mão de obra escrava, mas, não deixando de considerar as influências da cultura Indígena e europeia que se fazem também presentes, como todo o restante do estado.

- A cultura de Influência Africana;
- A história (contação de histórias e vivências por meio da oralidade);
- Ofícios, saberes e fazeres tradicionais;
- Construções históricas do município;
- A feira Regional (originada após a abolição da escravatura).

As influências da cultura africana nas tradições, hábitos e manifestações culturais são heranças deixadas por aquelas que na condição de escravos construíram a história do lugar. Muitos foram os negros que aqui chegaram, e de diversas partes da África.

De acordo com Santos (2006), os negros trazidos para trabalhar na Usina Joaquim Antônio tinham procedências distintas, tais como: sudaneses, (nagôiorubas), sudaneses islamizados (haussas, mandigas) e bantus, (Angola, Congo, Moçambique)⁴⁰.

Originalmente, a região era habitação de vários grupos indígenas, que por conta da exploração das terras muitos sucumbiram. Poucos se atrelaram a cultura do europeu convivendo entre ele.

Segundo relatório apresentado pelo IMESC (2012) somam-se 26 comunidades remanescentes de quilombos. Dentre estas 05 (cinco) comunidades possuem a certificação da Fundação Palmares. São elas: Quilombo Angelim, Quilombo Boa Vista (identificado no cadastro como Estiva II), Quilombo Beleza, Quilombo Monte Cristo e Quilombo São José do Lugar.

³⁹ AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Educação patrimonial, ação educativa em museu e ensino-aprendizagem em história**. Akrópolis Umuarama, v. 18, n. 4, p. 299-314, out./dez. 2010.p272.

⁴⁰ SANTOS, 2006. p. 31-32.

O legado deixado deste conjunto de elementos de culturas de povos diferentes se faz presente na diversidade de expressões culturais locais e regionais, a exemplo do: Bumba meu bois (Sotaque de Zabumda), Festas de Tambor de Crioula, Casas de Religião de Matriz Africana, Festa do Divino Espírito Santo, Pastores, Dança Cigana, Dança Tapuia, Forró de Caixa⁴¹, Boi de Verão, Sarameu⁴², Dança do Baralho⁴³, Boi de Carnaval⁴⁴, Hábitos alimentares, saberes e fazeres.

Estas manifestações configuram valiosos aspectos do Patrimônio Cultural local, **dentre estes, alguns já inexistentes**. Aqui percebemos o quão se faz necessário abordagens de valorização das manifestações locais com objetivo de preservação, proteção e resgate destes bens para que as futuras gerações os conheçam.

A oralidade corresponde uma grande possibilidade de aprendizado. Ela se faz presente no discurso sobre a história dos municípios, nas **narrativas da memória de uma vida**, nas **lendas**, nos **ensinamentos de fazeres/ofícios** e na **contação de histórias e vivências**. Este último aspecto, é um traço cultural que por muito tempo se fez presente principalmente em ocasiões da *vigília Pascal* na Quinta-feira Santa e nas sentinelas (velórios) hábitos que vem perdendo espaço nos dias atuais. Consideramos desta forma a oralidade, como grande possibilidade de troca de experiências entre gerações.

Outro aspecto atrelado a esta é a valorização da **Língua e da oralidade regional presente nos dialetos**. E, que pode ser também trabalhado de forma interdisciplinar considerando os parâmetros da Base Nacional Comum Curricular que considera dentre outros aspectos a necessidade de valorizar a língua e a oralidade regional. Da mesma forma que

⁴¹ O Forró de Caixa também conhecido como Baile de Caixa, é uma dança de roda acompanhada por instrumentos de percussão chamado caixas (Mesmo instrumento utilizado em ocasião de salvas e festividades para o Divino Espírito Santo, por isto também chamadas Caixa do Divino). A dança apresenta coreografia complexa com reviravoltas bruscas que exigem agilidade dos participantes que dançam vários estilos, como por exemplo: valsa, lelê e chorado(SALES, 2012).

⁴² O Sarameu é uma manifestação popular na região, pertencente ao período carnavalesco. Semelhante a um bloco de rua, seus participantes saem pelas ruas da cidade na terça-feira de carnaval ao som de cantigas carnavalescas que são cantadas e acompanhadas com toque de zabumbas, pandeiros, apito, litros e garrafas de vidro, por este motivo muitos chamam a manifestação de bate-litro(SALES, 2012).

⁴³ A Dança do Baralho é uma dança tradicional e antiga na região, por muito tempo esquecida na memória dos mais velhos. Em 2010, sob a liderança da Sr.^a Maria de Lurdes Paixão, a dança foi resgatada com a proposta da reciclagem de matérias e criou-se o grupo “Baralho Artesanal de Central do Maranhão. Caracteriza-se pelo uso das caixas como instrumento acompanhado de um chocalho de lata(SALES, 2012)

⁴⁴. O boizinho de carnaval, trata-se da brincadeira de boi que sai às ruas arrastando multidões no período carnavalesco de Central do Maranhão. A “Casinha da Roça” na verdade um carro (corso) que é organizado por “populares” cujo tema é a vida na roça. Configura-se como uma cabana de palha inteiriça, tridimensional, ocupada por seus habitantes e visitantes, movida a samba (geralmente um tambor de crioula). Em Central do Maranhão esta manifestação tem como principal representante a casinha da Roça da localidade Cantagalo. (SALES, 2012).

também se faz presente no Documento Curricular do Território Maranhense, onde o caráter de usualidade, os aspectos regionais são vistos como elementos necessários a serem incorporados no ambiente de ensino.

Neste sentido, durante presente trabalho, percebemos o valor da oralidade explorada por meio dos moradores, principalmente os mais idosos que constituem fontes primárias para uma compreensão da história do seu lugar e o do conhecer o imaginário local presente na contação de histórias de seres encantados e misteriosos, dos lugares de “*visagens*” e dos causos engraçados que viveram. Tudo isso nos é apresentado como a parte imaterial atrelada ao nosso patrimônio.

As construções históricas ganham destaque como lugares de acontecimentos simbólicos, e se faz necessário para levar os alunos a compreenderem a dinâmica do funcionamento do espaço onde existiu o engenho. Neste aspecto, a proposta de mapas lúdicos como desafio para os alunos, podem facilitar o alcance destes objetivos descritos acima. Aqui, atrelamos o componente curricular de História ao componente curricular de Geografia, e ao de Arte, uma vez que se fará uso da linguagem do desenho nos mapas.

No Ensino Fundamental, os conhecimentos geográficos devem ser trabalhados e articulados com os saberes dos demais componentes curriculares no sentido de promover o desenvolvimento de diferentes raciocínios que contemplem os aspectos inerentes à Geografia (espaço geográfico, relação temporal, aspectos socioeconômicos, culturais, etc.) (SEDUC-MA, 2019. p.399).

Como elementos desta proposta, as construções e espaços históricos: a Gerência Grande (antiga morada dos senhores), a capelinha a que mais tarde tornou-se a Igreja matriz da cidade, o canal hidráulico, o açude, a estrutura da Chaminé do Engenho, chamada popularmente de bueiro, e a Feira Tradicional da Região. Outra construção importante, mas que não existe mais a sua estrutura, é a Quitanda Grande, onde se encontravam diversos produtos vendidos a granel e a retalho.

Além destes pontos concentrados no entorno do engenho, ao que podemos chamar de núcleo histórico, inclui-se também a localização do Cemitério antigo e as ruínas de fazendas e engenhos que existiram nas proximidades.

Esse exercício foi posto em prática, e com a colaboração de moradores, familiares e entrevistados pôde-se construir o esboço de localização de algumas das construções importantes do núcleo histórico do município. Tomamos como base a representação visual das localizações de capelas do município de Guimarães. Tal material possui data imprecisa, mas de acordo com a Cúria diocesana de Pinheiro estima-se que seja anterior a 1965.

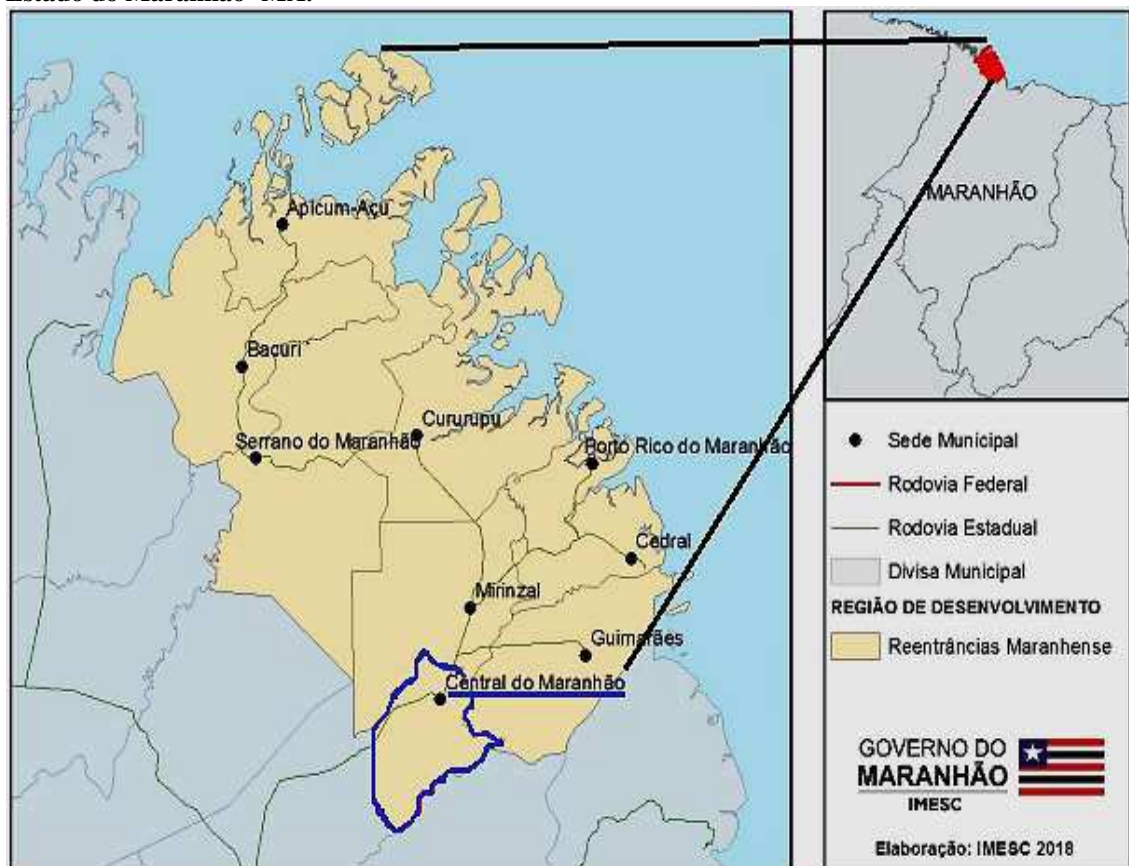
Realizando o cruzamento entre os dados bibliográficos e coleta de relatos e conversas, se conseguiu identificar e /ou confirmar a existência de comunidades, fazendas e engenhos antigos que possuíam ligação com a Usina Joaquim Antônio.

CAPÍTULO 2- ENGENHO /USINA JOAQUIM ANTÔNIO VIANNA

A Usina Joaquim Antônio está situada no município de Central do Maranhão, região que até o início da década de 1960 correspondia ao território de Guimarães. O Município de Central do Maranhão, originado a partir da existência da Usina de açúcar citada acima, geograficamente localiza-se na Mesorregião do Litoral Ocidental Maranhense (Figura 12), com aproximadamente 7.887 habitantes, de acordo dados do último CENSO do IBGE realizado em 2010⁴⁵.

A história do então município se confunde com a história da produção de açúcar na região, tendo sido a Usina Joaquim um dos empreendimentos de grande destaque na produção açucareira, e sendo este um dos poucos exemplares de força motriz hidráulica. E, ainda anos após sua falência, o então povoado manteve o uso do nome como designação do lugar.

Figura 12- Destaque da Microrregião do Litoral Ocidental Maranhense (Destaque em vermelho) onde encontra-se a Localização do município de Central do Maranhão (Destaque em azul), Estado do Maranhão- MA.



Fonte IMESC, 2018. Material adaptado pelo autor.

⁴⁵Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/central-do-maranhao/panorama> Acesso em Abr. 2021.

2.1 Aspectos históricos iniciais

Para Jerônimo de Viveiros (1992), a abertura dos portos às nações amigas em 1810⁴⁶ estabeleceu a concorrência por produtos de produção local e mercado para consumo de produtos importados, fazendo-se destacar casas comerciais na capital e próspera fortuna para lavradores da província. Todavia, a produção de açúcar só veio a acentuar-se 30 anos mais tarde, a partir de intervenções e incentivos promovidos pelo então Presidente Joaquim Franco de Sá⁴⁷.

O pesquisador Agnaldo Reis dos Santos (2006) destaca que a produção de açúcar no Maranhão foi também uma estratégia adotada pelos colonizadores para auxiliar no processo de colonização do novo território, além de explorar suas riquezas. Esse autor aponta ainda que, na segunda metade do século XIX, o governo provincial concedeu incentivos para a modernização de antigos engenhos, que pudessem produzir açúcar de melhor qualidade.

Robson Pereira (2018) em seu trabalho aponta as mudanças ocorridas impulsionadas pelas grandes expectativas criadas pela produção de açúcar como fator de desenvolvimento econômico para a província.

Na década de 1840, um novo produto de exportação se destacou na economia maranhense: o açúcar, dada a concorrência sofrida pelo algodão no mercado mercantil. A gestão de Joaquim Franco de Sá foi na presidência da província, de suma relevância para a lavoura de cana-de-açúcar. [...] ele tomou algumas medidas para estimular a produção de cana-de-açúcar. Entre elas, a criação da rubrica Obras Públicas, na lei Orçamentária anual, para abrir estradas e construir pontos para dinamizar as vias de comunicação necessárias ao incremento da lavoura, assim como também a distribuição gratuita da cana Caiena para lavradores ...[...] premiações para quem produzisse mais de 1000 arrobas de açúcar. (PEREIRA,2018, p.63).

No fragmento acima, podemos perceber as ações realizadas por Franco de Sá para favorecer a produção do açúcar nas freguesias maranhenses, assim como também a circulação da mercadoria pelas estradas, e até mesmo premiações para lavradores com grandes produções. A produção de açúcar a partir dos incrementos proporcionados pelo presidente Franco de Sá, segundo Viveiros (1992) resultaram na instalação de engenhos pelas comarcas de Alcântara, Guimarães, Viana e nos Vales dos rios Pindaré, Mearim e Grajaú. A grande expectativa dos produtores era o enriquecimento certo e rápido. Uns realizaram investimentos na nova cultura, outros, mudaram o ramo de sua produção.

⁴⁶ VIVEIROS, 1992, p.115.

⁴⁷ Idem, p.203.

A baixada e os vales dos rios da Província foram-se pontilhando de engenhos de açúcar. Ergueram-se chaminés mais altas que o pau-darco. Ao lado de casa de engenho, sugira a casa grande, para a residência do proprietário. Vasta e confortável, com larga varanda à frente, onde a mesa sempre posta aguardaria o hospede. No fundo, o pomar. Aos lados, a rancharia dos escravos. Tal habitat do senhor de engenhos do Maranhão. Era a classe nova que aparecia no meio rural da província. O engenho atestava-lhe a riqueza, desta proveio-lhe o prestígio (VIVEIROS, 1992, p 205).

Identificamos um deslocamento da atenção à produção algodão, agora tendo o açúcar como protagonista desta geração de riqueza próspera⁴⁸. E, estas mudanças logo fizeram surgir à figura do senhor de engenho.

Segundo Viveiros (1992) o engenho passa a ser um “*símbolo de riqueza e ascensão para essa nova classe e empresários e comerciantes*”. O autor destaca ainda que somente em 1860 já contavam a existência de 410 engenhos entre hidráulicos e movidos a força animal. Na liderança de concentração destes estabelecimentos estava o Vale do Pindaré, seguido da região de Guimarães. Já em 1870, esse número sobe para 500 engenhos de açúcar na província.⁴⁹

No período de 1800 a 1860 percebe-se então um movimento de “interiorização da economia” e descentralização das unidades produtivas, ao passo que se vive também uma crise na produção do algodão por conta da desvalorização do produto.

2.1.1 A Fazenda Pindahyba/ Pindaíba

Para melhor compreensão do contexto de surgimento deste empreendimento reportemo-nos à história de criação do próprio município de Guimarães. Este também fora originado a partir da existência de uma Fazenda (Fazenda Guarapiranga) do Sr. José Bruno de Barros, e que em 1755 tornou-se Vila, de acordo com o que nos aponta o escritor Paulo Oliveira (1984).

Em 1861, de acordo com dados do Almanaque Mercantil e Industrial do Maranhão, a população de Guimarães já se apresentava em 14.000 almas, distribuídas em uma área de 21 quarteirões. Suas terras apresentavam-se como prosperas ao desenvolvimento econômico sob o impulso de produtores locais, a exemplo do Coronel Torquato Coelho,

⁴⁸ PEREIRA, 2018, p.63.

⁴⁹ VIVEIROS, Op Cit. p 207.

Coronel Antônio Onofre Ribeiro e Joaquim Antônio Viana, então considerados os produtores pioneiros daquelas terras⁵⁰.

Segundo Santos (2006), Joaquim Antônio também conhecido como Capitão Joaquim Antônio seria membro de uma família abastarda possivelmente de produtores de algodão e açúcar. E, segundo Viveiros (1992), este teria sido enviado para estudos superiores no exterior, mais precisamente na Holanda, onde cursou Engenharia Hidráulica visando investimentos futuros⁵¹. E, desta formação pesaria na sua decisão de fundar um engenho de açúcar. Para o autor, resultado da influência e tradição holandesa no cultivo da cana e fabrico do açúcar, que atraía jovens de quase todas as partes do mundo durante séculos para as suas universidades, razão pela qual Joaquim Antônio teria ido estudar engenharia hidráulica ali.⁵²

De acordo com os autores Santos (2006) e Oliveira (1984), (2007), ao retornar ao Brasil, Joaquim Antônio, aproveitando o contexto de estímulo da produção teria se instalado nas redondezas de Guimarães, onde criou a fazenda Pindahyba⁵³, e em 1860, a Usina que levou o seu próprio nome.

O território de Guimarães e sádio, fértil e piscoso⁵⁴; no entanto as terras estão cansadas, e se há lugar que mais reclame do roteamento e tamanho é este, também por isso muitos lavradores, sendo entre eles os primeiros os srs. Coronel J. Coelho, Joaquim A. Vianna e A. Onofre Ribeiro, vão empregando com vantajoso resultado a cultura regular por meio do arado.
(ALMANAQUE, 1863, p.269)

Observamos o fragmento extraído do Almanaque Administrativo e Mercantil do Maranhão de 1863, onde Joaquim é destacado entre os lavradores pioneiros da região. A

⁵⁰ Almanaque Administrativo, Industrial e Mercantil do Maranhão. 1861, p.97-98.

⁵¹ VIVEIROS. História do Comércio do Maranhão 1612—1895. Reedição Similar, 1992 p. 207.

⁵² SANTOS, 2006 p 17.

⁵³ Buscamos referências históricas com relação ao significado do nome dado à Fazenda de Joaquim Antônio Viana. Entretanto não localizamos o que teria motivado o uso deste nome e qual o significado que este teria no contexto da criação da fazenda. As informações até então alcançadas nos apresentam o termo por meio das definições de dicionários. Obtivemos os seguintes resultados: No **Dicionário online da Língua Portuguesa** temos as seguintes definições: [Brasil] S.f. Gír. Penúria, falta de dinheiro; Estar ou andar na pindaíba, estar sem dinheiro; Corda feita com fio de palha de coqueiro; Árvore anonácea. Disponível em <https://www.dicio.com.br/pindaiba/> Acesso em Ago. de 2021. Em consulta realizada ao **Dicionário de Línguas Indígenas**, onde verificamos que a palavra está entre o grupo de palavras do português que possui influência indígena. Sendo composta da seguinte forma: Pindaíba-vem de Pinda'yba (vara de pescar). Disponível em http://conteúdo.edu.com.br/agencia/índios/dicionário_indigena.html. Acesso em 11 de Ago. de 2021. Existe ainda uma divergência com relação à origem do termo. Na matéria "*Conheça a origem da palavra Pindaíba*" publicada em 17 de Setembro de 2013 por Sergio Nogueira em <http://g1.globo.com/educação/blog/dicas-de-português/post/conheca-a-origem-da-palavra-pindaiba.html>, o colunista destaca a definição dada pelo então novíssimo **Dicionário Houaiss**. Nele, consta que palavra aparece pela primeira vez em 1899 no Brasil. E, que sua origem mais provável é o quimbundo, língua africana na qual também se encontramos as palavras *mbinda*, que significa "miséria", e *uaiba*, que significa "feia". Daí a *mbindaiba* (=miséria feia), que nos deixou na maior pindaíba.

⁵⁴ Adj. Que possui uma grande quantidade de peixes: lago piscoso. Em que há muito peixe. Pl. [Piscosos]. Dicionário online de português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/>. Acesso jul. 2021.

partir destes dados, observamos um consenso entre os autores acerca da data de criação da Usina Joaquim Antônio ser a partir da segunda metade do século XIX, mais precisamente em 1860. Entretanto, percebe-se a ausência de registros que demonstrem quando ocorreu o retorno de Joaquim Antônio do exterior, assim como também informações sobre ele, sua família e sobre sua fazenda “Pindaíba”, como por exemplo, se já existia como propriedade da família antes da criação da Usina e ainda, se de fato a Usina iniciou suas atividades a partir de 1860, já que em 1861, a Usina Joaquim Antônio já se destacava entre as usinas hidráulicas da região produtoras de açúcar.

Essa proposição muito nos intriga, pois considerando as fases de preparo da terra, cultivo da cana (anual), construção dos estabelecimentos, maquinário, e canal de irrigação e represamento da água, além de outros pontos demandariam anos de investimento e produções anteriores. Para que estivesse entre destaques de produção. Essas e outras indagações nortearam a procura por registros. E, durante nossos levantamentos bibliográficos, localizamos informações que podem colaborar para tal entendimento.

Em *O Progresso* de 1847, encontramos registros das eleições para deputados provinciais, sendo que o nome de Joaquim Antônio Viana surge entre os candidatos da freguesia de Guimarães. A partir destas informações, acreditamos que o jovem Joaquim teria feito tentativas também de ingressar na vida política. Entretanto, a informação localizada não o evidencia como lavrador ou proprietário de terras. Mas, nos revela que em 1847, já se encontrava na freguesia de Guimarães.

Com relação à criação da Fazenda e Usina, registros localizados em periódicos circulantes nos anos de 1850 a 1860, nos levam a acreditar que a existência e funcionamento da Fazenda Pindaíba, e da Usina Joaquim Antônio seja anterior a 1860. Tomamos por base desta afirmativa a matéria localizada em *O Diário do Maranhão* de 1856, onde observamos a ocorrência de um incêndio de grandes proporções ocorrido em 18 de Dezembro deste mesmo ano, na propriedade do então Joaquim Antônio Vianna, chegando a atingir também propriedades vizinhas como o "Miritituba/Muritituba". Esse local, identificamos corresponder ao atualmente chamado "Mutituba". Vejamos abaixo o fragmento retirado e transcrito desta matéria:

Temos de registrar mais um incêndio terrível. No dia 18 do mês p. p o engenho Pindaíba, propriedade do Sr. Joaquim Antônio Vianna, sítio do distrito de Guimarães, foi vítima de um fogo devorador, que reduziu a cinzas aquele importante estabelecimento; tendo-se conseguido e com grande dificuldade salvar apenas a casa de vivenda, que **tudo o mais foi pasto das chamas - casas de engenho, de taxas, de purgar, de alambique, e seus**

pertences [...] Felizmente a colheita do ano passado salvou-se por já ter sido remetida para a cidade. O fogo originou-se de um roçado, que três dias antes havia sido queimado na direção de baira vento: minou pelo mato e veio ter ao engenho apesar dos esforços inauditos empregados para interromper-lhe a marcha. Quando se lembraram de avisar os vizinhos de Muritituba foi tarde, por que chegarão quando tudo estava concluído. [Grifo nosso] (O Diário do Maranhão, 1856 Ed. 0087 p.04.).

Neste fragmento, observamos a descrição do ocorrido. E, pelo fato de haver no destaque referência à existência de casa de engenho, de taxas, de casa de purgar açúcar e de alambique para produção da cachaça, todas consumidas pelas chamas do incêndio, nos mostram que já em 1856 a produção de açúcar já ocorria com avantajada estrutura.

Nos chama atenção nesta matéria a grandiosidade da destruição relatada na área de produção do engenho, e isso nos faz deduzir que houve interrupção de produção por algum tempo, ou seja, entre 02 a 3 anos para a reconstrução do que fora destruído. O que nos faz deduzir que tão logo tenha a sua produção retomada, ter sido associada à existência inicial do mesmo. Outro fato importante para nossa pesquisa presente neste fragmento, é que durante o ocorrido, “*a esposa e filhos de Sr. Joaquim salvaram-se fugindo pelas estradas*”. Esse ponto nos revela que além de já ser casado e possuir filhos, que a família residia na fazenda.

Apesar do terrível incêndio, o mesmo anúncio relata não ter ocorrido vítimas fatais, e que das construções que ali havia, salvaram-se apenas a Casa de Vivenda, o que acreditamos ser a construção atualmente chamada de Gerência.

O fragmento destacado deixa claro, e nos leva a crer que a fundação da Usina Joaquim Antônio tenha sido no final da primeira metade do Séc. XIX. Entretanto, segue-se investigação para localizar a data precisa. Mas, a partir desse mesmo fragmento passamos a direcionar a linha de investigação para localizar outros dados que pudessem nos fornecer com precisão a data de fundação da Usina Joaquim Antônio.

E, dentre os registros encontrados, consideramos ser o que mais se aproxima da data de criação, uma matéria publicada em *O Jornal do Comércio* de 1860⁵⁵, em resposta a outra matéria publicada em *O Publicador Maranhenses 1860*⁵⁶. Na matéria de resposta, *O Jornal do Comércio* relata a existência do uso da cultura do arado nas propriedades de Guimarães em período anterior aos registros de uso em Codó, colocados em *O Publicador Maranhense* como lugar onde se primeiro usou de tal instrumento (coluna de publicação pedida). *O Jornal do Comércio*, além de descrever Guimarães como lugar pioneiro no uso do arado, lista cronologicamente os registros de usos de tal instrumento e ainda os proprietários e

⁵⁵ Em *O Jornal do Comercio*, 1860, ed.0049 p.02.

⁵⁶ Em *O Publicador Maranhense*, 1860, ed. 00136, p.03.

produtores locais que o utilizam, sendo eles: Torquato e José Coelho de Souza, Coronel Antônio Onofre e **Joaquim Antônio Viana**. Essa matéria nos traz nova pista do período em que se iniciaram os trabalhos na fazenda Pindahyba. Vejamos abaixo o fragmento referenciado a 1857, destacado e transcrito deste material.

[...] 1857 - Sr. Coronel Antônio Onofre introduziu em suas terras o arado, e hoje tem desse quadras perfeitas lavradas. O Sr. Joaquim Antônio Vianna e outros moradores de Guimarães também **têm há mais de dois anos algum terreno arado**; e todos estes possuem os instrumentos necessários a uma boa cultura [...](*O Jornal do Comércio* 1860, ed.0049 p.02)

A partir destes dados observamos que Joaquim Antônio, além de aparecer entre os proprietários pioneiros no uso do Arado, consta sua atividade nas terras a “*há mais de dois anos*” da data em destaque (1857). Tomando por base o período mencionado, e os dados anteriores localizados, acreditamos que seu funcionamento teria iniciado **no mínimo 1854 ou 1855**. Entretanto, não esgotamos as chances de localizar outros indícios de funcionamento em período anterior a este.

Estas informações nos levam a acreditar que Joaquim Antônio tenha seguido aos incentivos e impulso da produção de açúcar apresentada pelo presidente da Província Sr. Franco de Sá. E, com os conhecimentos adquiridos em sua formação de engenharia hidráulica, o favoreceu na construção de sua Usina de Açúcar para funcionamento com força motriz da água (Quadro 07).

Quadro 07-Senhores de engenho movidos à água em 1860.

Proprietário	Lugar/Fazenda
Coronel Antônio Onofre Ribeiro	Muritiba
D. Ana Francisca Dinis de Sá	Perisinho
Antônio Franco de Sá Ribeiro	Perimã
Comendador Joaquim Mariano Franco de Sá	Jutaizal
Capitão Joaquim Antônio Viana	Pindaíba
Capitão Luís Manoel Ferreira Guterres	Guapiaçu
Coronel José Coelho de Souza e Sobrinho	Frechal

Fonte: Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial, 1860. p124.

No quadro acima, temos a relação de senhores de engenho de açúcar movidos a água da região de Guimarães. Os dados são do Almanaque Administrativo, Mercantil e industrial do ano de 1860. A localização destes dados contribuiu para o entendimento que, de

fato o Engenho de Joaquim Antônio está entre os primeiros engenhos hidráulicos criados na região. Entretanto, nos falta subsídios para afirmar, por exemplo, ser ele o pioneiro nessa estrutura de funcionamento.

Outro ponto interessante, é que ao realizarmos um comparativo entre os dados do Almanaque de 1859, 1860 e 1861. Observamos por exemplo que: nos dois primeiros materiais, o Capitão Antônio Correia de Azevedo Coutinho (Monte Caseros) é listado entre senhores de engenhos movidos por animais. E, a partir de 1861, este já se apresenta entre os engenhos movidos por água. Esses dados nos levam a entender que, entre os engenhos existentes na região, houve reestrutura na forma de funcionando (mudanças de força motriz) provavelmente impulsionados pela maior eficiência produtiva.

Com relação à composição de sua família de Joaquim Antônio Viana, até então sem registros nas bibliografias, revelou-se um desafio à parte, pois seria necessário conhecer as personagens envolvidas para compreender as relações comerciais e familiares existentes na região as quais possivelmente não fugia a regra da época, onde se viam verdadeiras alianças serem formadas como meio de concentração de poder e riqueza, como nos mostra a pesquisadora Antônia Motta (2001) e (2012).

A consulta realizada em periódicos circulantes na época mostrou-se um ferramenta eficaz. Observamos os registros de falecimentos, entradas e partidas de vapores, ocorrências de eventos sociais e religiosos (celebrações de missas a pedido), dentre outros. E, conseguiu-se identificar alguns dos membros dessa família. Outra ferramenta eficaz e utilizada para o cruzamento de dados foi o site “*family search*”.

Segundo os dados localizados, Joaquim Antônio Vianna teria se casado com D. Amância Franco de Sá⁵⁷ adquirindo assim o sobrenome [Vianna], membro de uma importante família Alcantareense (os Francos de Sá). Deste matrimônio, foram localizados como filhos José Maria Franco de Sá Viana, José Roberto Franco de Sá Vianna, Amância de Sá Vianna, Maria Gertrudes Sá Vianna, e Inês de Sá Vianna. A partir daí, seguem-se ramificações desta família em laços matrimoniais com o Albano, Valle, de Souza, Guilhon e Leal .

Um dado importante e que merece destaque é a dificuldade existente na interpretação das genealogias de algumas famílias localizadas, pois além de muitos membros usarem nomes de parentes semelhantes, ainda vê-se com frequência a supressão de um dos

⁵⁷ Informações localizadas nos apontam que Amância Franco de Sá [Viana] descendia diretamente de uma das famílias mais imponentes no cenário econômica da época e de grande prestígio social. Seria ela, uma das filhas de Sr. Romualdo Antônio Franco de Sá e D. Estela Francisca Costa Ferreira. E, de acordo com dados genealógicos levantados, acreditamos que seja uma das irmãs do Tenente Coronel da Guarda Nacional Joaquim Mariano Franco de Sá (Presidente da província do Maranhão em 1846), assim como também a Sra. Maria Thereza Franco de Sá.

sobrenomes dos indivíduos, a exemplos de José Roberto Franco de Sá Viana, Maria Gertrudes Franco de Sá Viana, filhos de Joaquim Antônio, os quais encontramos com mais frequência com a seguinte grafia *José Roberto de Sá Vianna* e *Maria de Sá Vianna*. Isso nos levanta a hipótese ainda não confirmada de que *Joaquim Antônio Vianna* não seja seu nome por completo.

Configura-se ainda um desafio desvendar a linhagem familiar de Joaquim Antônio. Entretanto, com base nas informações localizadas, acreditamos que os pais do Capitão Joaquim Antônio Viana e de D. Amância Franco de Sá Vianna, sejam de uma mesma família, sendo assim estes últimos, possivelmente primos.

2.1.2 A Sucessão Administrativa da Usina

Trabalhamos com a perspectiva de início das atividades produtivas da Usina Joaquim Antônio a partir de 1854/1855. E, durante toda a sua trajetória de existência, até o ano de 1962, a Usina passou por vários administradores.

Com base no levantamento bibliográfico realizado, e no cruzamento de fontes, conseguimos traçar alguns fatos dessa cronologia (Ver em Apêndice G).

O engenho Central, Joaquim Antônio passou pelas mãos de outros proprietários até chegará sua falência que só ocorreu em 1962. Após Joaquim Antônio, seu filho José Roberto de Sá Vianna assumiu o comando do engenho, entretanto, as informações fornecidas por moradores mais antigos de Central, como o Senhor Lino Guedes, são de que “o mesmo não logrou êxito”, não progredindo o suficiente, uma vez que as dívidas aumentaram e para saldá-las teve que vender o próprio engenho para o Senhor Alexandre Viveiros, que atuou por muito tempo conservando toda a obra hidráulica de Joaquim Antônio havia deixado [...], contudo este também teve que se dispor do engenho, vendendo-o ao Senhor Abelardo da Silva Ribeiro (SANTOS, 2006, p.28).

Segundo o fragmento acima extraído da obra de Santos (2006), observamos José Roberto de Viana como sucessor do Capitão Joaquim Antônio Vianna. E, que após este, Alexandre de Viveiros e por fim Abelardo da Silva Ribeiro. Entretanto, nosso levantamento revela a existência de outras personagens na sucessão administrativa do Engenho e que a literatura até então não apontava.

Iniciamos o processo reconstrução desta linha sucessória a partir da localização de dados sobre o inventário do Capitão Joaquim Antônio Vianna, onde constatamos que seu

falecimento ocorreu 1868⁵⁸. E, ao realizarmos o cruzamento de dados com outras fontes, identificamos que neste mesmo ano D. Amância Franco de Sá envia seus filhos José Roberto de Sá Viana e José Maria Vianna para a Europa, possivelmente para estudos. Sendo assim, nos surgiu a inquietação. Quem teria ficado a frente da condução do Engenho Joaquim Antônio?

Acreditamos que no intervalo entre 1868 a 1880 a Administração do Engenho tenha sido conduzida pela D. Amância, já que apenas após 1880⁵⁹, nos surge evidências de da atuação de José Roberto de Sá Vianna como administrador em conjunto com mãe.

Nosso posicionamento acerca de D. Amância Franco de Sá está pautado em indícios que apresentam-na como proprietária do estabelecimento em *Pindaíba no Pericumã*⁶⁰. Dentre os documentos, destacamos a sua presença no período compreendido entre 1871 a 1888 nas listagens de detentores de ações: da Companhia de Iluminação a Gás⁶¹; do Banco Hipotecário Comercial do Maranhão⁶²; da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão⁶³; e do Banco do Maranhão⁶⁴. E, também pelas movimentações do açúcar no armazém Público provincial do Maranhão, divulgadas em *O Publicador Maranhense* dos anos de 1880 e 1881.

⁵⁸ MARANHÃO, Poder Judiciário. Tribunal de justiça. Catálogo de documentos manuscritos do Poder Judiciário do Maranhão: Comarca de Guimarães, Volume 1, 1810-1949,/[elaborado por] Christofferson Melo de Oliveira; Luana Rachel Bandeira Costa; Raíssa Lindoso.-São Luís, 2011. p.51.

⁵⁹ Em nota publicada em *O Paiz*, 1880, ed. 00096 p.03. José Roberto de Sá Vianna se apresenta como administrados da propriedade da mãe (D. Amância de Sá Viana). Apesar de não termos localizado indícios de seu falecimento, acreditamos que neste período, Joaquim Antônio Viana já não vivia.

⁶⁰ O rio Pericumã localiza-se na porção noroeste do Maranhão. Sua bacia drena uma área de aproximadamente 3.888 km², correspondente a cerca de 1,17% do território maranhense. A rede hidrográfica tem predominância do padrão dendrítico, constituída de rios, em geral, intermitentes. Da cabeceira à foz, o rio Pericumã percorre 115 km, na direção Norte, até a cidade de Pinheiro, infletindo para noroeste, quando alcança o oceano Atlântico (Santos, 2004). A bacia abrange, no trecho situado à montante da Barragem de Pinheiro, os municípios de Pinheiro, Palmeirândia, Peri-Mirim, São Bento, São Vicente de Ferrer, Olinda Nova, Presidente Sarney, Matinha, Viana, Pedro do Rosário. À jusante, os municípios de Mirinzal, Central do Maranhão, Bequimão e Guimarães, sendo que os dez primeiros municípios integram, segundo a divisão do IBGE, a Microrregião denominada Baixada Maranhense e os últimos, localizados no baixo curso da bacia, pertencem à Microrregião conhecida como Litoral Ocidental Maranhense. CORREIA FILHO, Francisco Lage. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão**: relatório diagnóstico do município de São Bento / Francisco Lages Correia Filho, Érico Rodrigues Gomes, Ossian Otávio Nunes, José Barbosa Lopes Filho. - Teresina: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2011. Disponível em https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/15643/1/rel-sao_bento.pdfAcesso em Ago 2021.

⁶¹ Jornal *O Diário do Maranhão*, 1881 ed. 02240 p.01

⁶² Jornal *O Diário do Maranhão* 1885 ed. 03422 p01 e *O Paiz* 1880, ed.00024 p03.

⁶³ Jornal *O Diário do Maranhão* 1888 ed.04362, p01.

⁶⁴ Jornal *O Paiz*, 1887 ed. 00254, p01.

Quadro 08 - Movimentações do Açúcar da Usina Joaquim Antônio no Armazém Público da Província (1880 e 1881).

Dado	1880- Entrada em Outubro	1881-Entradas em Janeiro, Março e Abril.
Recebedor	Francisco J.G de Oliveira & C.	Francisco J.G de Oliveira & C.
Dono	D. Amância de F. Sá Vianna	D. Amância F. de Sá Vianna
Embarcação	Guarany	Guarany
Procedência	Pindaíba	Pindaíba
Total de Sacos de açúcar	200	290
Peso Kg	18.018	23.101

Fonte: *O Publicador Maranhense*, 1880, ed. 00267 e em 1881, ed. 00116/00128/00133.

Outro dado que reforça nossa tese foi localizado em matéria de *A Pacotilha* no ano de 1885⁶⁵. Nela, encontramos a participação de Sra. Amância Franco de Sá Viana, como representante da Usina Joaquim Antônio na ocasião da “*II Exposição do Açúcar e do algodão*”. Essa matéria nos revela dois aspectos interessantes: Primeiro- o tipo de açúcar participante do evento como produto da Usina Joaquim Antônio, neste caso foi **Açúcar bruto**, porém não fica evidente se já produziam nesse período o açúcar branco ou refinado. Segundo- a figura de D. Amância na posição de “*mulher de negócios*” gerenciando e participando ativamente dos negócios da família e detentora de ações no mercado.

Nosso levantamento não esgota as possibilidades de melhores aprofundamentos no estudo do protagonismo feminino de D. Amância Franco de Sá Viana a frente da Administração da Usina Joaquim Antônio Viana, e que devido a uma perspectiva de sociedade patriarcal pode ter sido apagada.

Essa administração conjunta de mãe e filho pode ter durado até as vésperas da abolição da escravatura. Tomamos como base o anúncio identificado em *A Pacotilha* de 1887, onde diz “*A abaixo assinada declara que tendo se retirado para o Pará, seu filho José Roberto Viana acha-se terminado o contrato de arrendamento que com ele tinha no engenho de açúcar denominado Pindahiba no Rio Pericumã- Amância de Sá Vianna.*”⁶⁶. Neste fragmento D. Amância, em nota, avisa ao público que por conta da partida do filho para o Pará, é finalizado o contrato de arrendamento que esta tinha com seu filho, referente ao engenho de açúcar da família localizado as margens do Rio Pericumã.

⁶⁵ Jornal *A Pacotilha*, 1885, Ed. 00054 p.02.

⁶⁶ Jornal *A Pacotilha*, 1887, Ed. 00187 p 03

Esse arrendamento mencionado por D. Amância acreditamos que seja relacionado à procuração dada ao filho José Roberto Viana em 1880⁶⁷ (7 anos antes), lhe autorizando a fazer a negociação de escravos de sua propriedade Pindaíba.

Acreditamos que o temor ou o impacto da abolição da escravatura pode ter impulsionado a família a realizar a venda do empreendimento no intervalo de 1887-1892. E, a partida do filho José Roberto de Sá Vianna, então Administrador da Usina⁶⁸ para Fortaleza, seria um forte indício da realização dessa negociação. Pois em 1893, localizamos que o Engenho encontra-se já sob direção da Companhia de Melhoramentos Agrícolas por meio de firmas sociais, como veremos mais adiante.

Outro ponto que reforça a ideia de que nesse intervalo foi feita a venda do Engenho, é o falecimento de D. Amância Franco de Sá Viana, que ocorre em 1889, então com 61 anos de idade.

Em 1891, temos a publicação do Decreto Nº 81 de 02 de Junho⁶⁹, pelo Dr. Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque na qual o Estado oferece empréstimo aos proprietários agrícolas, certo de que tal ação trará grandes vantagens ao Estado. Neste contexto, surgiram os Engenhos Centrais, com a finalidade de concentrar a produção, modernizarem as máquinas, transformar as operações de hidráulica, a operação a vapor e finalmente preparar o setor para enfrentar o mercado competitivo. Como fruto dessa política industrial surgiu a Usina Joaquim Antônio, que teve forte participação na economia açucareira do Estado do Maranhão, estando atrás apenas do Engenho Central de São Pedro, no Vale do Pindaré.

Segundo os pesquisadores Paulo Oliveira (1992) e Agnaldo Reis dos Santos (2006) a Usina Joaquim Antônio se tornou um Engenho Central em 1892⁷⁰. Acreditamos que este fato pode estar diretamente relacionado aos novos proprietários da Usina usando-se dos benefícios e oportunidades a que se apresentava o decreto do Dr. Lourenço de Sá. Assim como também a nomenclatura de Usina passa a ser mais presente, pois acreditamos que neste período tenha se iniciado o processo de modernização do engenho e conseqüentemente refino do açúcar produzido.

⁶⁷ O Paíz, 1880. ed.00096, p03.

⁶⁸ Segundo autores como Santos (2006) e Pereira (2000), a relação do Sr. José Roberto de Sá Vianna com a Usina Joaquim Antônio ia além da administração, e do fato de ser herdeiro de Joaquim “*José Roberto Vianna o qual estudava Direito em Coimbra (Portugal) e nas férias ensinava alguns negros a escrever*”. PEREIRA, Robson. Uma primeira observação sobre a feira livre de Central do Maranhão: da origem a um etnografia hoje. In FERRETTI, Sergio. **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados** /organizado pro Sergio Ferretti: Edições UFMA: PROIN (CS), 2000.p 174.

⁶⁹ Jornal O Diário do Maranhão- 1891, Ed.5323 p 01. E, em A Pacotilha , 1891 Ed 00152.

⁷⁰ SANTOS (2006)

Para Fernandes (2003) “A Usina Joaquim Antônio, criação que data do Império, pertenceu ao Lavrador Joaquim Antônio Viana. Durante a República, passou pelas mãos do Estado, e em seguida incorporada por uma firma na qual fazia parte Benedito Leite”. Buscando entender como se deram estas passagens, pesquisamos e localizamos indícios da existência das firmas industriais que estiveram envolvidas na administração da Usina Joaquim Antônio.

Em 1893, em *A Pacotilha*, temos ocorrência da Usina sob a direção da Companhia Melhoramentos que data desde o ano de 1882⁷¹. E, em 1896 no mesmo periódico, localizamos matéria na qual anuncia que a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, representada pelos senhores Raimundo Joaquim Ewerthon Maia, Antônio Joaquim da Silva e Cesar Augusto Belfort, havia comprado as fazendas de lavoura : Pindahyba, Itabyra, Campinho e Guajajara, situadas no Pericumã, todas situadas no distrito da comarca de Guimaraes. E, que estes realizaram tal negócio sob a firma –*Maia, Silva & Belfort*- da qual todos três poderiam usar esta sociedade industrial, destinada principalmente à indústria agrícola e secundariamente à outras indústrias⁷². O objetivo era a criação de um burgo agrícola por meio de uma concessão federal.

Localizamos também a firma citada anteriormente por Fernandes na qual participara Benedito Leite, trata-se da firma *Vieira & Leite*, da qual faziam parte também o Coronel Manoel Ignácio Dias Viera e o Coronel Antônio Joaquim da Silva (Coronel Silva). Esta firma teria realizado a compra dos engenhos da Firma Maia, Silva & Belfort que havia sido dissolvida em 1897⁷³. E, assim tomado à frente da administração das propriedades adquiridas, dentre elas a Usina Joaquim Antônio e fazenda Pindahyba. E, de acordo com informações localizadas, a administração era realizada pelos irmãos Francisco Antônio de Viveiros e Alexandre José de Viveiros⁷⁴.

Segundo Fernandes (2003), já em 1911, houve a compra pelos Irmãos Viveiro (Francisco Antônio de Viveiros e pelo coronel Alexandre José de Viveiros), para cujo empreendimento o Governo Estadual emprestou 300 contos de reis na época do Governo de Dr. Luís Antônio Domingos da Silva, ligado à família Viveiros⁷⁵. Acreditamos que esta compra tenha sido realizada por meio da Firma *Vieira & Viveiros*. Entretanto, fragmentos de

⁷¹ Jornal *A Pacotilha* 1893 Ed. 00108.

⁷² Jornal *A Pacotilha* 1896 Ed. 00162.

⁷³ Jornal *A Pacotilha* 1897 Ed.00044.

⁷⁴ CGMMA, 1918, p.07.

⁷⁵ FERNANDES, Henrique Costa. *Administrações Maranhenses: 1822-1929*.-São Luís: Instituto Geia, 2003. p.472.

O Jornal de 1920, mostram que esta firma apesar de ter sido criada, não teve atuação, sendo logo desfeita.

“Vieira & Viveiros, a qual foi dissolvida por escritura pública lavrada dois dias depois, em 26 de julho de 1911.[..] A sociedade não teve existência real. Contratada nesta cidade, ainda assim a sede das suas operações era a Usina Joaquim Antônio, centro do município de Guimarães. A sociedade, portanto, não operou, não teve tempo para viver, não existiu. Ainda isso nada mais é do que puro artifício. (*O Jornal*, 1920, Ed.01669, p.02).

Em 1912, o mesmo coronel Alexandre de Viveiros requereu e obteve do congresso legislativo do Estado, moratória para o empréstimo contraído. Em 1916, falece Francisco Antônio de Viveiros então Gerente da Usina Joaquim Antônio⁷⁶. Como a morte do irmão, Alexandre José de Viveiros assume o posto de Gerente.

Durante a Gerência de Alexandre de Viveiros, a usina teve grande destaque. Observemos o fragmento abaixo extraído de *O Jornal* de 1919.

O Comércio apesar de grandemente espalhado entre os inúmeros pontos que possui o município, vive em progresso crescente e os estabelecimentos mais importantes que nos distinguem dos mais municípios, todos pertencem a nacionais, sendo digna de destaque a Usina Joaquim Antônio, a melhor e mais aperfeiçoada de todo o Maranhão e quiçá do Norte do Brasil. (*O Jornal* 1919. Ed.01516 p.04).

Apesar do destaque do empreendimento, observa-se também nesta fase o início de uma fase de desalento no empreendimento (Usina Joaquim Antônio) em consequência dos empréstimos obtidos, que acarretará mais tarde em 1924, na tomada da Usina pelo Estado devido aos impostos e débitos que este continha.

Diante da situação de dívidas acumuladas ao longo de anos, Alexandre José de Viveiros após tentativas de recuperar a produção da Usina que já se encontrava empenhorada, viu-se sem saída, senão a passagem desta para o Estado.

A situação da Usina ganhava cada vez mais espaço nos periódicos da época que questionavam a falta de ação do Estado. A partir de 1925, ganham espaço matérias que relatam a venda da Usina. Inicialmente acreditávamos se tratar-se da negociação feita junto ao senhor Abelardo Ribeiro, que segundo as referências bibliográficas teria sido o próximo

⁷⁶ O Falecimento precoce do Coronel Francisco Antônio de Viveiros, aos 38 anos de idade nos surge tanto no periódico *O Jornal*, 1916 (Ed. 00470) como também em *A Pacotilha 1916* (Ed 187 p.01). Onde a partir das duas notas podemos destacar a estrutura familiar do falecido: Filho de Jerônimo José de Viveiros e Mariana Francisca de Viveiros, deixa esposa, a Sr. Odete Cunha de Viveiros (filha do Coronel Luiz Cunha) e quatro filhos (Não identificados na nota). Observamos também em ambos os materiais o destaque feito aos irmãos do Coronel Francisco: Alexandre José de Viveiros, José M^a C. de Viveiros, Dr. Jerônimo José de Viveiros e Francisca Izabel de Viveiros.

proprietário após o Estado adquirir o Engenho de Alexandre de Viveiros. Entretanto, as matérias localizadas indicavam outro sentido. Críticas e debates eram feitos sobre uma venda ocorrida em 1925.

Em *A Folha do Povo*, tal venda repercutiu ao longo de várias edições deste periódico no ano de 1925, com matérias que realçavam o valioso bem que configurava a Usina Joaquim Antônio.

[...] Para mostrar a importância da nossa principal fonte de indústria açucareira, basta saber-se que além de excelentes maquinismos, atualmente caríssimos diante da situação deprimente do nosso cambio, a usina possui dez léguas de terras de humos tão boas que na opinião de um técnico competente que as visitou, só poderiam ser comparadas às afamadas terras roxas de São Paulo, que são as melhores do Brasil. Então, uma propriedade tão bem instalada e dotada de ubérrimos e vastos terrenos pode se considerar em estado deplorável? Só mesmo no Estado onde o governo votasse o mais profundo desprezo às suas principais fontes de riqueza (*A Folha do Povo*, 1925, ed. 00152, p01).

No fragmento acima, fica claro a tentativa de “mostrar” que a valor da Usina era superior ao que fora negociado, sendo tanto a estrutura presente no Engenho como suas terras com qualidade comparada às terras de São Paulo. Em outra matéria deste mesmo periódico em 1926 temos o caráter mais crítico da negociação feita. “*Sobre a Usina que surrupiaram do Estado, numa transação ilícita, nem uma palavra, mas articularam esquecidos do compromisso que tomaram para ontem, além de simularem um esclarecimento sobre a bandalheira indecorosa*”⁷⁷.

Neste mesmo período, encontramos matérias sobre o fato ocorrido em *O Combate* de 1925. Nele também observamos as críticas com relação a este fato, cujo título já nos chama atenção “*O empréstimo interno e a venda da Usina Joaquim Antônio: a câmara pasma ao conhecer os imoralíssimos contratos* [...]”⁷⁸ E ainda, matérias que relatavam a posterior negociação de venda da Usina de forma sigilosa pelo então Governador por um preço muito abaixo do que realmente seria o valor do empreendimento. Vejamos o fragmento

[...] Mas, o sr. Godofredo fez mais: vendeu a Usina Joaquim Antônio no valor de 800 a 1000 contos, pela bagatela de 100 contos, sem concorrência pública. Essa operação foi feita sob o mais rigoroso segredo, ao mesmo prestamistas do empréstimo interno, sem que dela o Sr. Godofredo falasse nem ao Congresso (*O Combate* 1925, ed. 00045 p 01).

Nosso entendimento só teve melhor orientação após localizar a matéria “O Congresso do Estado”, de *A Pacotilha*, publicada em 12 de Março de 1925⁷⁹. Temos a

⁷⁷Jornal *A Folha do Povo*, 1926 Ed. 156 p.01

⁷⁸ Jornal *O Combate*, 1925 Ed. 00040 p.04.

⁷⁹ Jornal *A Pacotilha*, 1925. Ed. 0059 p.04.

movimentação do dia com a presença dos deputados, Georgiano Gonçalves, Sr. Lino Machado, Odylo Costa, Carlos Neve, Alarico Pacheco dentre outros, sendo entre elas a discussão sobre a venda da Usina Joaquim Antônio acontecido no atual governo do Dr. Godofredo Viana.

Na matéria, o Sr. Georgiano Gonçalves fala em resposta ao Sr. Lino Machado e termina declarando que *“todas as provas trazidas por este deputado são a impressão de uma tempestade num copo de água”*. O Sr. Lino Machado diz sobre a venda da Usina Joaquim Antônio *“esse estabelecimento estava para o estado por 500 contos foi vendido à vocês , mas firmas comerciais que fizeram o empréstimo interno por 100 contos e o pagamento dos impostos de transmissão de propriedade foi pago somente na razão de 10 contos. Segundo este , “ o Estado estaria lesando o próprio Estado”*.

O Sr. Carlos Neves explica a venda da Usina Joaquim Antônio, *“declara que o seu custo foi de 100 contos e a guia do pagamento do imposto foi passada na razão de 30 contos, por ter sido esta quantia a por que foram avaliados os imóveis , os 70 restantes referem-se aos móveis e semoventes. Defendeu a operação de crédito do empréstimo interno.*

Mas, o que mais chama atenção no decorrer desta sessão são as informações destacadas no trecho a seguir, sob a condução do deputado Odylo Costa.

O Sr. Odylo Costa declara que o imposto devia ser cobrado, efetivamente sobre o preço total da vinda, visto que em estabelecimento agrícola os imóveis e semoventes acompanham a natureza do imóvel. Cabe, porém ao tabelião conhecer do preço verdadeiro e sobre ele expedir a guia para o pagamento do imposto devido. O governo continua, fez a venda com a condição de não se retirarem os materiais para fora do Estado e põem os compradores a usina em movimento, como informaram os **deputados presentes Carlos Neves e Augusto Almeida, que fazem parte da firma compradora**. Acresce ainda que os mesmos deputados informaram não variar [ilegível] , ao tempo da venda, um pé sequer de cana no estabelecimento. A culpa, tem mina, deve recair no tabelião que expediu a guia e no representante do fisco que deveria reconhecer a lei⁸⁰(Grifo Nosso).

Observamos neste fragmento, dados que nos esclarecem ainda mais, acerca da venda realizada. Estando a Usina de posse do estado, esta em 1925 teria sido vendida a uma firma na qual eram participantes os deputados Carlos Neves e Augusto Almeida.

Este é um fato curioso, pois a literatura não mostrava o que havia acontecido no período de tempo entre a aquisição da Usina em 1924 pelo Estado e a venda realizada ao Sr. Abelardo Ribeiro, que ocorreu apenas em 1929. Desta forma, entendemos que antes da administração do Sr. Abelardo, a Usina foi administrada por outra firma industrial.

⁸⁰ Jornal A Pacotilha, 1925. Ed. 0059 p.04.

Entretanto, cabem-se aprofundamentos para a tomada de mais detalhes deste período até então desconhecido.

Segundo Fernandes (2003), em 1929 ocorre a compra da Usina pelo Sr. Abelardo da Silva Ribeiro⁸¹. Abelardo da Silva Ribeiro residia em São Luís, na Rua Antônio Rayol⁸², era um dos quatro filhos do Coronel Sirino Dias Ribeiro⁸³. Casou-se com D. Antônia Florinda de Azevedo Ribeiro, e deste matrimônio tiveram como filhos: Walber Azevedo Ribeiro Camélia de Azevedo Ribeiro, Violeta de Azevedo Ribeiro e Emanuel da Silva Ribeiro (Seu Mano), este último é que tomará a direção da propriedade da família após a morte do pai (Abelardo).

Segundo Santos (2006) “Abelardo era um português com residência em São Luís, que tinha como Gerente do engenho, [...] Januário, um homem enérgico, mas respeitado, e que mantinha um bom relacionamento com os funcionários⁸⁴”. São poucas as informações na literatura a respeito do último proprietário da Usina Joaquim Antônio, entretanto, nossos levantamentos apontam que o Sr. Abelardo da Silva Ribeiro era um homem de grande influência no mercado econômico e de grande prestígio no cenário político do estado. Em periódicos circulantes é citado com “*abastado industrial maranhenses e de muita estima em nosso meio social*”⁸⁵

Abelardo da Silva Ribeiro era o administrador reprovável pela Usina Joaquim Antônio (Usina Joaquim Antônio Ltda) e a Quitanda (estabelecimento comercial atrelado à Usina Gerenciada pelo Sr. Januário Alves de Oliveira) cuja designação industrial localizamos como *J. Quitandas & Cia* (que acreditamos ser Januário Quitanda & Cia)⁸⁶, (Ver anexo O).

Além das designações industriais citadas de propriedade do Sr. Abelardo, este possuía ainda uma firma industrial que levava seu próprio nome “*Abelardo da Silva Ribeiro*” com a qual administrava a sua Serraria e Carpinteira chamada “*Ideal*”, localizada em São

⁸¹ FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações Maranhenses: 1822-1929**.- São Luís: Instituto Geia, 2003. p. 472.

⁸² Nota de ocorrência de assalto praticada na residência do Sr. Abelardo Ribeiro e noticiada no Jornal *O Imparcial* de 1939, ed. 06561, p.02.

⁸³ Sirino Dias Ribeiro, nascido em Caxias em 30 de Outubro de 1852, foi considerado uma das figuras ilustres do partido republicano. Foi por muitos anos negociante na capital sendo proprietário e representante da Companhia de Seguros Sul América. Foi por mais de 20 anos vereador da comarca municipal de São Luís. Exerceu por várias vezes os cargos de delegado do expediente da chefatura de delegacia de Polícia e Delegado Geral de Polícia do Maranhão. Teve como médico o prestigiado Dr. Carlos Macieira. Estas informações foram extraídas de *O Combate*, 1936, ed. 2962 p01, em matéria de homenagem a Sirino Dias em ocasião de seu falecimento aos 82 anos de idade deixando filhos, vinte netos e sete bisnetos.

⁸⁴ SANTOS, 2006 p.28.

⁸⁵ Jornal *O Combate*, 1934 ed. 2532, p03.

⁸⁶ Jornal *O Imparcial* 1941, ed. 07388 p. 2.

Luís, e que funcionava sob a Gerência do Sr. Raimundo José da Silva (Figura 13). Observa-se a descrição do empreendimento como "o mais antigo estabelecimento do gênero".

Figura 13-- Serraria de Abelardo da Silva Ribeiro.



Fonte: Jornal *O Imparcial*, 1944, ed.8642, p.04.

Possuía também, um veleiro chamado “*Madeirense*⁸⁷”, uma embarcação de grande porte utilizada na condução de madeira de algumas cidades maranhenses e do Pará para a capital sob o comando do comandante Almir Passinho. Essa madeira era a matéria-prima utilizada em sua serraria.

Em 1925 em o *Combate*, localizamos a participação do Sr. Abelardo da Silva Ribeiro na convenção dos municípios⁸⁸ e da Sociedade Maranhense de Agricultura (S M de A)⁸⁹. Era membro do Sindicato Agrícola do Maranhão⁹⁰, com participação no conselho deliberativo da Associação Comercial do Maranhão⁹¹, e estando também em conferências com chefes de governo⁹².

De acordo com a memória coletiva a Usina encerrou a produção de açúcar em 1962, permanecendo por mais três anos produzindo apenas aguardente.. E, segundo Deusaliza da Silva Melo Cutrim (1998)⁹³, após o falecimento de Abelardo Ribeiro, houve uma queda drástica na produção, ficando os filhos responsáveis pela reestruturação da fazenda, dentre

⁸⁷ Jornal *O Imparcial*, 1936, ed. 5363 p08.

⁸⁸ Jornal *O Combate* 1925, ed. 0011, p04.

⁸⁹ Jornal *O Combate* 1925, ed. 00172, p02.

⁹⁰ Jornal *O Imparcial* 1932.

⁹¹ Jornal *O Combate* 1928, ed.00139, p04.

⁹² Jornal *O Combate* 1945, ed. 03659, p02.

⁹³ CUTRIM, Deusaliza da Silva Melo. **Processo de Emancipação do Município de Central do Maranhão.** Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 1998. p. 48-49.

eles Emanuel Ribeiro (Sr. Mano). Depois de algum tempo parada, sem produzir açúcar, apenas aguardente, foi encerrado totalmente seu funcionamento por volta de 1965 tendo então sua estrutura de máquinas desmontada e vendida para proprietários de engenho em outro estado como nos afirma sr. Ribamar Marques “[...] depois que parou tudo, as ferramentas, tudo foi vendido para Pernambuco. Só ficou lá, o que era de pedra.”⁹⁴.

2.1.3 A estrutura do Engenho

Segundo Santos (2006) a primeira forma de estrutura funcional da usina foi a hidráulica. O canal que interligava a usina ao açude tinha a função de conduzir água para mover o maquinário, uso na produção e irrigação do canavial assim como também facilitar o transporte de mercadorias por meio de canoas. Estrutura cuidadosamente arquitetada pelo próprio Engenheiro Joaquim Antônio Viana. Sua inovação obteve destaque entre os engenhos da região, sendo que a maioria era movida a força animal, e possuía um rendimento muito inferior⁹⁵.

Em busca de vestígios da existência deste empreendimento em fontes primárias mais precisamente em periódicos da época. Visitamos a hemeroteca da biblioteca Nacional e descobrimos ocorrências em 10 periódicos que circularam entre os períodos de 1855 a 1962.

Em *O Combate* de 1925 encontramos uma descrição detalhada a respeito da propriedade na qual se fundou a Usina Joaquim Antônio Viana, assim como características do sistema hidráulico e de sua edificação.

Com relação às **Terras**, possuem uma abrangência de 8.496 hectares, caracterizadas como férteis, e onde quase a metade são compostas de terrenos de aluvião⁹⁶ (500 hectares), cortados pelas valas construídas para a drenagem e irrigação do plantio. Além destes, contam ainda como área descrita da fazenda mais 500 hectares que estavam na época destocados e próprios para arado.

A estrutura do **Edifício da Usina** nos é apresentada como “*construção de pedra e cal e tijolos, coberta de telhas, solidamente construído, pavimento drenado [sic.] e cimentado, calhas de ligação do telhado de cobre, suficientemente espaçoso [...]*”⁹⁷ Complementado pela existência de um **Açude** descrito como a área de grande capacidade de armazenamento de água, as quais segue alimentado por nascentes constantes. E. onde sua

⁹⁴ Entrevista com José Ribamar Marques em 27 de Fevereiro de 2021.

⁹⁵ SANTOS, 2006, p. 23.

⁹⁶ *Sf. M.* Depósito de cascalho, areia e argila que nas enxurradas formam junto às margens ou à foz dos rios.

⁹⁷ *O Combate*, 1925, Ed. p.01.

estrutura é interligada ao Edifício da Usina por um canal de 2 quilômetros de comprimento e 6 metros de largura e 1 metro de profundidade, com nível constante de 5,70 altura. Volume da água suficiente a uma turbina hidráulica de 85 cavalos de força⁹⁸.

O mesmo canal é destacado como fonte de alimentação da Irrigação com extensão de 3 quilômetros a céu aberto com auxílio de maquinário para que ampliação da irrigação .
“Uma bomba centrífuga de 10 polegadas de aspiração. Um motor hidráulico de 85 cavalos e 862 metros de canos de 9 polegadas de diâmetro, que eleva água a altura de 14 metros, calculando-se que o volume chegue para irrigar 120 hectares⁹⁹”.

Neste mesmo material, encontramos no discurso do Deputado Marcelino Machado para *O Combate* (1925), uma descrição detalhada acerca da estrutura e tipologia do maquinário que pertenceu à Usina Joaquim Antônio.

De acordo com o deputado, o **Maquinismo** era composto por uma superior caldeira horizontal e multi-tubular cuja fabricação correspondia à indústria George Flescher & Cia, com origem na Inglaterra. Sua força correspondia a de 100 cavalos. Havia ainda duas outras caldeiras menores de fabricação francesa (Five Lille) com força de 60 cavalos cada uma. E, estas três caldeiras interligavam-se a outros maquinismos por meio de tubulações que os alimentava. Vejamos no quadro abaixo, algumas características destas estruturas de maquinismos (Quadros 09 e 10)

Quadro 09- Descrição do Maquinário da Usina Joaquim Antônio. Parte 01

Quant	Descrição/ Fabricante
01	Motor horizontal de 40x30 tipo e sistema Coullis, de força força de 100 H.P. Fabricante: Bahman Iron Works & Cia
01	Moenda estilo Rousellot, com 0m,1.020x 0m,580 com capacidade para esmagar 10 toneladas de cana por hora. Fabricante: Henry Rogers & Sons, de Inglaterra
01	Monta-caldo para 300 galões
01	Bateria com 4-quatro defecadores de fundo duplo, forrados de cobre-torneira de bronze-comportando cada um defecador 1.800 litros de caldo.
01	Instalação evaporadora à triple efeito, com 960 pés quadrados de superfície de aquecimento, com capacidade para trabalhar quatro mil litros de caldo por hora-bomba para “vácuo húmido”, maquina com volantes.

Fonte: Jornal O Combate, 1925.

⁹⁸ *O Combate*, 1925, Ed. p.01.

⁹⁹ *Idem*.

Na descrição realizada pelo parlamentar, seguem-se ainda outros detalhes, que nos dão a dimensão da grandiosidade da operação realizada na Usina antes da sua venda para o qual seria o seu último proprietário. Assim como parte de sua estrutura.

Quadro 10-Descrição do Maquinário da Usina Joaquim Antônio. Parte 02.

Quant	Descrição/Fabricante
01	Um aparelho de cozinhar a vácuo-com capacidade para 6 toneladas de açúcar.
01	Bomba de vácuo do sistema úmido e volantes, plataforma com colunas, escadaria, corrimões de ferro, do fabricante Henri Hogers & Sons, da Inglaterra.
01	Instalação completa com duas centrífugas (turbinas) com cadeira de transmissão à correias, motor tipo colonial, com capacidade para purgar 6 mil quilos de açúcar Crystal em 10 horas.
01	Sessão especial para secar e pulverizar açúcar-composto de um secador do Fabricante Hersei da The Reo L. Squier Mig. & Cia de Bufalo; cilindro 23 pés comprimento por 3 pés de diâmetro-ar aquecido por vapor- capacidade para secar 6 mil quilos de açúcar em 10 horas, um refinador pulverizador com igual capacidade do secador, aparelho este de resultado surpreendente-transformando para melhor a aparência do açúcar; um motor horizontal –força de 35 H.P com transmissões montadas em colunas e vigamentos de ferro; tudo apropriada para suportar a alta velocidade do pulverizador.
24	Tanques de ferro, com capacidade variável de 2 a 4 metros cúbicos cada um , destinados para deposito de açúcar em cristalização de 2c,3c e 4c jatos e para deposito de mel destinado a destilação.
02	Tanques de ferro-muito grandes, com capacidade para 20 metros cúbicos, cada um e para depósito de mel.
01	Coluna para destilação de aguardente, tendo 9 metros de altura, produção em 10 horas -2.500 litros, possuindo torneiras de retificação para produzir também álcool de 40 graus.
01	Bomba e motor próprio, a vapor com canos de 3 polegadas de diâmetro para fornecimento de água ao alambique-que também funciona a vapor.
01	Bateria dornas de “pique”- com capacidade conjunta para 36 mil litros de mostro. Deposito de mesma madeira para 25 pipas de aguardente.
01	Plataforma com colunas de ferro, escadaria e corrimões do mesmo metal-instalação completa, do fabricante The Bahaman Iron Works & Cia.

Fonte: Jornal *O Combate*, 1925.

Os quadros 09 e 10 nos mostram informações, publicadas em matéria do jornal *O Combate de 1925*, nos mostra a grandiosidade que constituía a estrutura da Usina em termos de máquinas. E, nos apresentam pontos inéditos até então. Como por exemplo, a **existência de estrutura metálica no teto**, a origem de determinados tipos de maquinas e capacidade produtiva. Além de enfatizar quão valioso representava todo o conjunto. Entretanto, um fato curioso é que na matéria do referido jornal, não observamos a existência de equipamentos de

transporte da produção a exemplo dos trilhos de ferro e vagões, que segundo nossos entrevistados, eram utilizados para o deslocamento da cana pelo campo.

Dentre nossos entrevistados, o Sr. José de Ribamar Marques, popularmente conhecido como Zé de Dona foi um dos moradores na qual pudemos observar descrições sobre a estrutura dos engenhos e alguns detalhes sobre o seu funcionamento, à exemplo da existência de vagões e trilhos, pontos também identificados nos relatos de outros moradores .

José Ribamar Marques possui 84 anos de idade, e exerceu a função de carreio na Usina Joaquim Antônio. Iniciou suas atividades aos 16 anos e permaneceu até o fechamento da Usina na década de 60, este nos revela:

Eu gostava mais de lutar com boi, e existiam nessa época os carros de boi. Aqui no tempo da Fabrica tinham **12 carros de boi**, da própria fábrica. Eram **10 vagões**, e cada vão conduzia uma carrada de cana. E, quem trabalhava nesse vagão era o meu sogro, se chamava Simão Almeida. Ele era o condutor de vagão na Usina junto com outro chamado Manuel Jacaré. E, estes **vagões eram puxados por bois pelos trilhos**. Esses trilhos eram espalhados pelo canavial, eram colocados em lugar plano, nas áreas da lavoura de cana, e neles se conduzia a cana do canavial até a entrada na casa do engenho. Onde tinha subida e descida não se colocava trilho. Eles faziam umas “trapeças” de madeira para colocar os trilhos em cima. E, esses trilhos a gente ia engatando um atrás no outro. Era assim, na época da colheita no *Santo Antônio* se colocava os trilhos para lá, depois quando se terminava , colocava os trilhos para outro lado no lugar que agente chamava de *Embaubal*. Fora os lavradores particulares do *Lago, Estiva, Raposa* e *Concordia* que fornecia a cana. E, quando era assim, para buscar a cana nestes lugares longe, a gente ia era de carro de boi mesmo¹⁰⁰(Grifo nosso).

A partir deste relato, podemos perceber que dentre a estrutura para o funcionamento da Usina, esta detinha a existência de frota de carros de boi e vagões cuja condução era sobre trilhos. Podemos identificar também algumas das áreas usadas para o cultivo da cana como é citado. “*Ali na colônia, tanto de um lado como do outro era só plantio de cana*”. Atualmente a Colônia é considerada um bairro e localiza-se nas proximidades da sede do município. De acordo este depoimento, a área era dividida em duas partes pela existência de um caminho (estrada) que dava acesso a outras propriedades, caminho este que mais tarde foi substituído por outro acesso, sendo então passagem da MA 211. Mas, ainda nos dias de hoje, é possível observar esta divisão, sendo que de um lado ficava o lugar chamado “*São Benedito*” e do outro lado o lugar antes chamado de “*Embaubal*”, ambas as áreas de plantio da cana e que também eram abastecidas pelo canal hidráulico de irrigação da Usina.

¹⁰⁰ Entrevista com José Ribamar Marques realizada em 25 de Fev. 2021.

Como relação aos trilhos, nosso entrevistado não soube precisar a quantidade, mas analisou pela distância que alcançava as peças na qual os vagões eram deslocados. “*Os trilhos eu não sei que quantia era, vamos supor que era uns 100, porque era uma distância como da Fábrica até no São Benedito, que era a área de campo onde ficava a plantação de cana*”.

Com relação aos carros de bois, estes eram usados para o deslocamento de cana e outros materiais de lugares mais distantes e acidentados. Assim podemos observamos no depoimento abaixo.

[...] para apanhar a cana mais longe como no *Lago*, na *Raposa*, na *Concordia* ou na *Estiva*, a gente ia de carro de boi porque para lá não tinha como colocar os trilhos, eram muito longe. Era de 05 (cinco) a 06 (seis) carros para ir buscar, além do que tinha alto e baixo, a gente passava por igarapé, aí tinha que ser com o carro mesmo. A gente usava o *gado carreiro*, era um gado manso. Era só chamar que ele vinha. Tinha um curral onde cada um ia pegar os seus bois para colocar no carro, e depois cada um ia para sua função. Se ia de dois em dois companheiros¹⁰¹.

Observamos também neste fragmento, a descrição da existência dos locais de cultivo da cana utilizada pelo Engenho, e também consta a existência de trilhos para transporte da cana por meio de vagões de áreas mais próximas do engenho. Estes detalhes correspondem a dados inéditos para nossa pesquisa, até então não encontrados na bibliografia já produzida. E, nos evoca uma reflexão em torno da divisão do trabalho existente.

2.1.4 A Formas de trabalho no Engenho de Joaquim Antônio

A primeira forma de trabalho existente no Engenho de Joaquim Antônio Vianna foi a escravidão. O uso da mão- de- obra negra do negro escravizado ajudou a construir a grande história deste empreendimento, assim como em vários lugares Brasil e do mundo. Entretanto, no Brasil o negro não foi o púnico a ser explorado no regime de servidão obrigatória em nossa história. O indígena foi o primeiro a sofrer o processo de escravidão no Brasil.

Podemos conjecturar que a presença de um grande número de indígenas na fase inaugural permitiu aos engenhos começar a produzir com pequeno desembolso inicial para a aquisição de escravos. A expansão da economia do açúcar nas décadas de 1550 e 1560 fez-se à custa do acesso a essa mão-de-obra “barata”. Durante a década de 1570, porém a resistência à escravidão, a

¹⁰¹ Entrevista com José Ribamar Marques realizada em 25 de Fevereiro de 2021.

peste e a legislação antiescravista reduziram a disponibilidade-e a lucratividade-dos indígenas. (SCHWARTZ, 2011, p.72)¹⁰².

Como se percebe no fragmento acima, a facilidade de obtenção desta mão de obra, fez dela a força inicial que impulsionou o funcionamento de muitos engenhos até a sua substituição pela mão de obra africana. A substituição da mão- de -obra indígena pela africana se deu em geral pela falta de resistência ao tipo de atividade imposta, e imunidade fragilizada. Todavia, vale ressaltar que a substituição também foi impulsionada pela resistência dos indígenas por meio das fugas, combates armados e por meio das santidades. Ainda sim existirem engenhos que recrutavam cativos indígenas de diferentes etnias.

Segundo Cezar Marques (1870), é outro autor que faz essa exposição acerca dos tempos do domínio português, onde os índios escravizados eram distribuídos pelos habitantes do estado. Esta forma a primeira forma de mão-de- obra utilizada na movimentação dos engenhos. Entretanto, a força de trabalho não era compatível com a pouca resistência que estes possuíam, sendo necessária a substituição destes. Entrou em cena a mão do negro escravizado, tido como mais resistente para tais atividades e ao clima do lugar. Foram trazidos para o Brasil desde a sua primitiva colonização.

A força e a resistência fizeram do negro mercadoria valiosa para os senhores de engenho, sendo estes instrumentos exclusivo de trabalho. A presença do negro marca profundamente a economia, a formação social e cultural do Brasil.¹⁰³

A abolição da escravatura afetou drasticamente a toda uma conjuntura escravocrata enraizada nas grandes fazendas e engenhos. Fazendo com muitos abandonassem suas terras e fixando-se em seus sobrados e Solares da capital. Entretendo, de acordo com autores como Oliveira (1992), Santos (2006) e Pereira (2000), isso não havia acontecido no Usina Joaquim Antônio. O mesmo se devia à orientação que José Roberto Vianna que estudava na Europa, dará ao seu pai Joaquim Antônio, alertando-o e orientando-o a realizar a venda de seus escravos antes da consolidação da abolição da escravatura no Brasil.

[...] É bom ressaltar que antes de vender a propriedade, o senhor Joaquim Viana por orientação de um filho, José Roberto Vianna o qual estudava

¹⁰² SCHWARTZ, Stuart B. Uma geração exaurida: Agricultura comercial e mão de obra indígena. In SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. Tradução Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras, 2011.

¹⁰³ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**.- 51ª edição. rev. -São Paulo: Global, 2006.

Direito em Coimbra (Portugal) e nas férias ensinava alguns negros a escrever, às portas da Lei Aurea, vende-los¹⁰⁴(PEREIRA, 2000, p.174).

Segundo os autores citados anteriormente, essa orientação rendeu ao Senhor Joaquim Antônio levar certa vantagem com relação aos prejuízos. Entretanto, ao localizarmos que o falecimento de Cap. Joaquim Antônio ocorreu anteriormente a esse período da abolição, nos surgia a inquietação acerca desta passagem. E, durante as investigações, localizamos o que poderia corresponder a este fato citado pelos autores acima. Trata-se de uma nota publicada em *O Paiz* de 1880, por D. Amância Franco de Sá Vianna, então proprietária do engenho na qual seu filho José Roberto Vianna, o qual administrava o empreendimento, anuncia o arrendamento de seus escravos. Vejamos a seguir a transcrição da nota:

José Roberto de Sá Vianna, como procurador de sua mãe a Exm.^a Sra. D Amância de Sá Vianna, arrenda escravos de ambos os sexos para o serviço de lavoura de cana no estabelecimento da mesma Exm.^a Sra, que ele administra , pela quantia de cem mil réis anual. As pessoas que desejarem entrar em negócio podem se dirigir à rua da Palma nº12.¹⁰⁵

Este fragmento nos leva a acreditar que a tentativa de levar vantagens, ou tentar minimizar os prejuízos pelo impacto da Abolição causaria anos depois não foi um ato realizado pelo próprio Joaquim Antônio, e sim por sua esposa D. Amância e seu filho José Roberto então Administrado do Engenho. Outro ponto que vale ressaltar é o endereço descrito no anuncio. Seria este, o endereço de uma propriedade desta família existente na capital? Não esgotamos esta possibilidade, entretanto, somente pesquisas futuras poderão nos revelar estes fatos.

E, com a abolição da escravatura, muitos engenhos e propriedades rurais foram deixados para trás. Outros, como foi o caso da Usina Joaquim Antônio Vianna superaram a fase adotando o sistema de assalariamento. Neste sistema as relações com o dono das terras passava a ter outras configurações.

Segundo Santos (2006) na Usina Joaquim Antônio, após a proibição da escravatura, os trabalhadores passaram para forma de trabalho assalariado e outros passaram a trabalhar produzindo por conta própria. O autor destaca que o Engenho Joaquim Antônio foi um dos que mais tempo resistiu a estas transformações da forma de produção. Ressalta ainda que além do retorno dos ex-escravos deste senhor reintegrados ao trabalho como assalariados.

¹⁰⁴ PEREIRA, Robson. Uma primeira observação sobre a feira livre de Central do Maranhão: da origem a um etnografia hoje. In FERRETTI, Sergio. **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados** /organizado pro Sergio Ferretti: Edições UFMA: PROIN (CS), 2000.p 174.

¹⁰⁵ Jornal *O Paiz*, 1880 ed.00096 p.03.

A presença dos imigrantes europeus na região originou a criação de núcleos de povoamento (burgos agrícolas). Tomamos por exemplo a “Colônia Santa Izabel”¹⁰⁶ em Mirinzal, popularmente nos dias de hoje chamada apenas “Colônia”. E, a existência de um bairro chamado Colônia no então lugar “Usina Joaquim Antônio”, nos motivou a investigar se este referia-se à presença também dos imigrantes europeus¹⁰⁷ naquele lugar. Pois estes, também consistiam como uma solução para substituição do braço escravo, na província maranhense, em meados do século XIX. Estratégia essa segundo Ribeiro (2018) que já vinda sendo executada desde 1841¹⁰⁸, com objetivo de ampliação do povoamento, através da instalação de núcleos coloniais.

Não localizamos indícios de existência de migração europeia nas terras da Usina Joaquim. Entretanto em pesquisa acerca desta ocorrência, localizamos dados que registram a presença do *imigrante nordestinos* cuja origem advinha dos estados do Ceará e Piauí.

Em *A Pacotilha* observamos que desde 1892 mostrava a presença de cearenses na região. A matéria publicada em 1893 revela que a lista que já chagava a 300 o número de pessoas em Usina Joaquim Antônio (lugar). Tal fato preocupou representantes do governo a ponto de designar um engenheiro comissionado para visitar o lugar e acompanhar o processo de alocação dos colonos “[...] *engenho Pindahyba que hoje denominam de Joaquim Antônio [...] desde o ano passado tem vindo para este lugar 300 cearenses, mas destes tem se retirado muitos e morrido de febre grande parte quantidade de crianças.[...]*”¹⁰⁹. Os

¹⁰⁶A Colônia em referência, oficialmente designava-se “Colônia Santa Izabel” situa-se à margem esquerda do Rio Urú, distando cerca de 200 braças da fazenda Frechal, que pertencia aos coronéis José Coelho de Sousa e seu irmão Torquato Coelho de Souza. Fundada a 10 de Janeiro de 1853, compunha-se de 59 colonos portugueses, os quais receberam do Coronel Torquato, em sistema de parceria, cerca de 5.000 braças quadradas de terra, cujo próprio cedente passou a ser o administrador da mesma, e o qual recebia dos cofres públicos a quantia de 3:500\$000, para efetivar a sua respectiva gestão. OLIVEIRA, Paulo. **Guimarães na história do Maranhão**. 1ª ed. São Luís. SECMA, 1984, p.62-63.

¹⁰⁷No Maranhão, a instalação de núcleos coloniais em meados do século XIX, mais precisamente no decênio de 1850, deu-se, em maior parte, através de acordos entre o governo provincial e os prósperos lavradores da região. A eles, através de acordos com o governo provincial, foi confiada a vinda de um número crescente de imigrantes, que se sustentaria em razão dos recursos despendidos pelo tesouro provincial para os gastos iniciais com transporte e acomodação[...] Frente à rejeição do trabalho do livre pobre, a escassez de braços escravos e a ausência de políticas de “civilização” do indígena à época, era o imigrante europeu que despontava como exemplo de trabalhador e a melhor forma de substituição do trabalho escravo [...] A imigração assumiu no país moldes de processo civilizatório eugênico, onde o imigrante era apresentado como homem ideal e exemplo de civilidade a ser seguido, ao mesmo tempo em que empregava sua força de trabalho em terras brasileiras. Esse modelo de superioridade branca e europeia, mesmo na escolha de imigrantes tinha-se preferência por determinado povo, ganhou força em meados do século XIX, quando a transição de força de trabalho fez-se inevitável. RIBEIRO (2018) p. 91.

¹⁰⁸As tentativas para atrair o imigrante tornaram-se mais frequentes, em território maranhense, depois da Lei de Terras do Império, mas anos antes, precisamente em 1841, a Lei provincial n. 106 de 27 de agosto do corrente ano, autorizava ao Presidente da Província o dispêndio de até seis contos de réis anuais a serem empregados na introdução de colonos no Maranhão. RIBEIRO (2018)¹⁰⁸p. 89

¹⁰⁹A *Pacotilha* 1893 ed. 00108.

objetivos não eram outros senão estabelecer burgos agrícolas e aproveitar a mão- de- obra dos colonos

Observamos também fato nos relatos de Santos (2006) “*também se fez presente o uso da mão de obra de imigrantes nordestinos, vindos do Piauí e do Ceará que fugindo das secas severas, buscavam nas terras do Litoral Norte oportunidades*”¹¹⁰. Entretanto, segundo Ribeiro (2018), apesar deste ter sido uma alternativa em decorrência da abolição do regime de trabalho escravo para o livre, havia certa “*recusa na utilização da mão-de-obra de outros setores sociais, como é o caso dos livres nacionais, considerados, no momento, incapacitados “ao desenvolvimento econômico da província”*”, sendo que o negro, ainda era o mais procurado para o trabalho pesado nas lavouras¹¹¹.

Com o regime de trabalho da mão de obra assalariada como manobra para tentar manter o ritmo da produção do açúcar para muitos empreendimento não deu certo, levando-os a falir logo após 1888. Neste sistema, a Usina Joaquim funcionou até a década de 60, quando de fato finalizou sua produção e seus administradores fecharam suas portas.

Durante a realização das entrevistas, tomamos conhecimento de um fato inusitado. A existência de uma “*paralisação*” ocorrida na Usina. Quem nos relata esse ocorrido é Sr. Raimundo Nonato Trindade, na época funcionário da Usina.

Eles fizeram uma greve, foram os foguistas, eram dois, os carvoeiros que eram quatro e os operador de máquinas do engenho. Eles largaram o serviço. A greve parou serviço numa semana. Era um dia de sexta-feira, amanhecendo para sábado, quando foi segunda-feira não funcionou mais, parou tudo. Não teve quem botasse fogo nas caldeiras. Não teve quem botasse lenha. Nessa época eu já estava com 2 anos trabalhando la no serviço. Essa greve passou segunda feira, terça-feira, quarta, e quando foi na quinta-feira foi que se resolveu tudo. O Walbert, o filho do Sr Abelerdo foi quem veio resolver o problema. Aí teve de mudar funcionários e botar outros no lugar. Esses que saíram foram substituídos por outros, no caso o alimentador que estava nessa época, também saiu.. Ele (Walber) mandou chamar os funcionários da fábrica, e buscou quem poderia assumir a função de alimentador foi nesse período que eu passei a operar no alimentador.¹¹²

O relato acima nos mostra a ocorrência de uma articulação dos funcionários. Quando perguntamos qual teria sido o motivo da greve “*Eles fizeram greve a respeito do preço do pagamento do salário, nesse tempo eles chamavam de salário, que era de 8 em 8 dias o pagamento*”. Observamos que “*maior salário*” foi a motivação da paralisação do serviço na Usina . Entendemos que, apesar do Sr. Raimundo não lembrar da data exata do

¹¹⁰ SANTOS, 2006, p.14.

¹¹¹ RIBEIRO, 2018, p. 91.

¹¹² Entrevista com Raimundo Nonato Trindade , em 12 de Fevereiro de 2021.

ocorrido, este nos revela ter sido nos últimos anos de funcionamento da Usina por volta do final da década de 50.

Segundo informações em sua entrevista, ele começou trabalhar na fábrica aos 32 anos de idade. Foi alocado na função operador de máquinas. À ele foi dada a responsabilidade de controle da máquina Vácuo e da máquina Estribo. Nessa função permaneceu por dois anos. E, após a ocorrência da greve, assumiu a função de um dos funcionários dispensados envolvidos na greve. Passou a comandar a máquina alimentador, onde permaneceu por 4 anos.

Com relação ao dia a dia de funcionando da Usina, Sr. Raimundo Nonato Trindade nos fornece informações precisas das atribuições de sua função. Vejamos seguir:

Eu chegava na Usina as 5h:30min da manhã, quando dava 6h:00min eu apitava . Aí tudo mundo já estav se arrumando para vir para o serviço, aí quando dava 6h:30min , era dois apitos , aí todo mundo já estava se organizando para pegar cada qual a sua função. Quando dava 7h:00min eu apitava uma vez , aí todo mundo começava seus serviços. Quando era 11h:00min, eu apitava um vez, era para parar o serviço e pessoal ir almoçar. Quando dava 12h:00min eu fazia dois apitos, para avisar que já era meio-dia, e que já estava quase na hora. Aí 12h:30min, era dois apitos de novo, para pessoal vim pro serviço, se aprontar. E, 13h:00min era um apito para pegar o serviço de volta. Largava só 5h:00min era quando eu fazia outro apito. Tinha outro sinal de apito, que se usava para avisar quando a cana estava acabando que era para trazer mais, aí eu fazia três apitos seguidos. E, povo já sabia¹¹³.

Na hora do almoço dos funcionários, segundo Sr. Ribamar, alguns iam para casa, outros almoçavam por ali mesmo “tinha vendedeiras de refeição” para quem quisesse comprar, outros havia parentes que levavam suas refeições como era o caso de nosso entrevistado. Suas irmãs tinham essa função.

O dia do pagamento dos funcionários era sempre o dia de sábado a partir do meio dia, pois pela manhã segundo nossos entrevistados a Usina ainda funcionava “*Todo sábado pagava os funcionários, era de 3 para 4 horas da tarde. No sábado já tinha a feira, por que tinha gente que recebia e já ia compra o que quisesse*”¹¹⁴.

Agnaldo Reis dos Santos (2006) durante seu trabalho de pesquisa, também aplicou entrevistas em ex-funcionários. Destacamos a seguir um destes relatos para iniciar nossa compreensão em como era feita a divisão de tarefas na Usina. Destacamos o seguinte fragmento de seu trabalho:

¹¹³ Entrevista com Raimundo Nonato Trindade , em 12 de Fevereiro de 2021.

¹¹⁴ Idem.

Havia cerca de quatrocentas pessoas trabalhando diretamente na fábrica e outras trezentas que prestavam serviços, fornecendo lenha, cana, transportando esses produtos, e ainda informam que nessa época uma grande parte do trabalho era feito por mulheres, e empregava-se o serviço de crianças e adolescentes, sendo que a maioria destes trabalhavam ajudando os pais¹¹⁵.

Estas informações reforçam ainda mais os relatos de nossos entrevistados. Colaborando para um entendimento acerca da estrutura de divisão de trabalho existente na Usina Joaquim Antônio. O Sr. José Ribamar Marques popularmente conhecido como “Zé de Dona” executava a função de carreiro da Usina na condução da cana de açúcar até o Engenho. E, nos relata com detalhes a participação das crianças, mulheres e homens nas atividades do campo.

No tempo de Abelardo Ribeiro aqui, nós não tinha esse tanto de moleque de rua como tem hoje. Desde os menininhos, já tudo trabalhavam. As mulheres cortavam cana, eram fileiras e fileiras de mulheres que cortavam cana. Entre os que plantavam tinham um que chamavam Chico Borralho, ela já morreu, era um dos que empregados de plantar. As mulheres iam cortando a cana e jogando para trás fazendo rumas. Aí tinha os meninos que iam arrumando as canas que as mulheres cortavam e que não chegava até nas rumas. E, na medida em que ia ficando mais longe elas iam fazendo outra ruma, e os meninos iam atrás arrumando. E, outros meninos iam arrumando para outro lado a palha, para quando fosse de tarde quando os carreiros fosse buscar a palha para o gado estava arrumada. Eram 3 ou 4 carros, aí a gente se revezava um tanto ia hoje buscar, amanhã era o outro tanto. Quando era a vez do plantio, as mulheres na hora de cortar, já deixavam os olhos de cana separados, os olhos eram colocados em outra ruma, e os meninos levavam e limpavam a palha dele para cortar. Tinha o arado. Era puxado por boi para revirar a terra, fazer os sucos (vala para o plantio da cana) Aí tinha os homens que iam mais atrás para limpar o suco, o barro que caía para dentro, aí tinha os homens para puxar a terra para fora. Os meninos já sabiam a distância de meio metro que era de um para outro olho de cana. E, vinha outra turma com a enxada para ir cobrindo. Cada um tinha uma função. Quem comandava tudo era o Alexandre Pé de Cachorro, ele era o secretário da fábrica e do povo, comandava no canavial e nos carros de boi.¹¹⁶

O Trabalho no engenho englobava uma grande quantidade de pessoas. E, podemos observar a partir do relato de nosso entrevistado, o envolvimento de crianças, mulheres e homens na execução de tarefas ligadas ao corte, condução da cana e da palha, seleção das mudas e plantio. Sua descrição é possível devido à sua função está relacionada diretamente com as áreas do plantio da cana. Este acompanhava o laboro de muitos de seus amigos de labuta diária.

¹¹⁵ SANTOS, 2006 p.15.

¹¹⁶ Entrevista José Ribamar Marques. Em 23 de Fevereiro de 2021.

2.1.5 A Usina Joaquim e as Fazendas do entorno

De acordo com cruzamentos de dados de fontes diversas, dentre elas Almanques Administrativos e Mercantis do Maranhão, foi possível identificamos descrição de algumas destas propriedades assim como seus donos e tipo de produção executava.

Analisamos os dados apresentados nos Almanques Administrativos e Mercantis dos anos de 1859 , 1861,1863 e 1864, assim como os apontamentos de Cesar Marques (1970) e periódicos já citados nesta pesquisa(*A Pacotilha, O Jornal do Comércio, A Folha do Povo, Diário do Maranhão*, dentre outros). Destacamos aquelas propriedades mais proximas geograficamente na Usina Joaquim Antonio, de forma a compreender a relação entre elas.

Um outro ponto que muito contribuiu para que esse desejo fosse alcançado, foi a localização de uma mapa de distribuição de capelas da entrão freguesia e municipio de Guimaraes de posse da Cúria Diocesana de Pinheiro.

Relacionamos estas informações a diálogos com pessoas da comunidade. O que nos motivou a tentar identificar graficamente estas propriedade e outras mencionadas durante diálogos com moradores (Apêndice A).

Dentre as propriedades identificadas, apresentamos no quadro abaixo (Quadro 11), algumas delas:

Quadro 11- Propriedades do entorno da Usina Joaquim Antônio Vianna.

Propriedade	Descrições localizadas
<i>Campinho</i>	A propriedade chamada Campinho pertencia à José Daniel Gomes de Castro , e nela continha um engenho movido por animais
<i>Guajajara</i>	Fazenda e engenho de açúcar
<i>Muritiba</i>	era propriedade do Coronel Antônio Onofre Ribeiro - Neste lugar existiu um engenho de açúcar movido a água de propriedade do
<i>Timbó</i>	Engenho movido por animais de propriedade do Tenete Coronel Antonio Praxedes Cordeiro.
<i>Flechal</i>	Neste lugar existiu um engenho de açúcar movido a água de propriedade do Coronel José Coelho de Souza e Sobrinho.

Colônia¹¹⁷	Oficialmente <i>Colonia Santa Isabel</i> . Era propriedade do Coronel Torquato Coelho de Sousa.
Mondego	Engenho movido por animais de propriedade do Major Francisco Coelho de Souza.
Concordia	Engenho movido por animais de propriedade do Capitão Joaquim Lionilio da Costa Santos e Fazenda de propriedade de João Lucas da Costa
Floresta	Engenho movido por animais de propriedade de José Lucas da Costa
Santana	Engenhos movidos por animais de propriedade de João Eugênio da Costa e Capitão João Fausto da Costa.
Jetahizal	Também identificada como <i>Jutaizal</i> . Neste lugar existiu um engenho de açúcar movido a água de propriedade do Comendador Joaquim Mariano Franco de Sá.
Monte Caseros	Engenhos movidos por animais –propriedades de Capitão Antônio Correa de Azevedo Coutinho e Manoel de Azevedo.
Sta. Maria	Engenhos movidos por animais de propriedade de D Agostina Moreira Guerra e Dr. Agostinho Moreira Guerra Junior. Fazenda de produção de gêneros de propriedade de Casemiro Dias Vieira.
Monte Cristo	Engenho movido por animais de propriedade do Tenete Coronel Theodoro José da Silva Gama Junior e Engenho movido por animais de propriedade de D. Maria Archargela da Silva Quintanilha.
Monte Carmo	Engenho movido por animais de propriedade Manoel de Azevedo
Lago	Engenho movido por animais e Fazenda de produção de gêneros (algodão, goma farinha e outros) de propriedade de Manoel Inagnácio Dias Vieira.

Fonte: Almanques Administrativos e Mercantis do Maranhão e informações da memória coletiva da comunidade.

Bizal, São Francisco e Itabyra foram identificadas apenas como fazendas. Não foi possível identificar indícios de existência de engenhos, nem nas referências consultadas, nem na memória coletiva dos moradores do lugar.

¹¹⁷ Colonia de Santa Isabel- Nas margens dos rios merinzal e Urubú, 4 léguas a sudoeste da villa de Guimaães foi fundada em 1853 em terras do engenho Frechal pelo coronel Torquato Coelho de Sousa. Teve princípio com 59 colonos, chegados de Portugal em fevereiro de 1853. Quando este estabelecimento ia prosperando falece o coronel Torquato em 1860, e tomou conta desta empresa o coronel José Coelho de Sousa (irmão). O sistema ali adotado é o de parceria, sendo os principais gêneros de cultura o açúcar e aguardente, embora plantam-se também cereais e outros gêneros. Possui 27 casas de vivenda, sendo apenas 4 cobertas de telhas, além de uma casa de fabrico de farinha (MARQUES, 1870 p141).

Em **Queluz**, localizamos registros de existência de um Engenho movido por animais de propriedade do Tenente Antonio João de Azevedo na obra “*A Educação na Baixada Maranhense: 1822-1889*” de Lacaroix (1983). Nela, encontramos uma breve descrição deste local nos relatos de Antônio Ramos Cardoso, nascido em 20 de março de 1900, em Monte Cristo- Guimaraes. Tinha como profissão a marcenaria [...] *meu avô trabalhou mesmo foi na lavoura. Nasci perto da fazenda Monte-Cristo. Lá eu conheci engenho d'água. Importante aquilo. Em Queluz os engenhos eram movidos a bois [...]*¹¹⁸. A partir deste relato, observamos que segundo Antônio Ramos, em Monte Cristo também existiu engenho d'água, além das tipologias que encontramos no Almanaque Administrativo e industrial, na qual descreve neste local.

Sobre o local chamado popularmente de " **Pillar**" , localizamos em fragmentos do Dicionário Cesar Marques (1864)¹¹⁹, uma descrição de descrição destas terras em termos de acesso as estradas até a vila de Guimaraes , como sendo terras férteis para criação e produção de algodão, arroz e etc. Destaca ainda o autor a existência de uma Fazenda cujo nome era Pillar, ainda , observamos em destaque, registros de doações realizada pelos lavradores José Lucas da Costa (Proprietário da **Fazenda Floresta**) e João Fausto da Costa (Proprietário da **Fazenda Santana**) destinada a construção de uma capela em porções de terra do Pillar.

Segundo relatos de moradores, neste lugar, hoje popularmente chamado de Pillar, existe um cemitério “*Cemitério do Pillar*”. Acreditamos que o fato da existência de um cemitério neste lugar, é um forte indício de vestígios de que ali de fato também existia uma capela e que possivelmente essa Capela também seria dedicada à *Nossa Senhora do Pillar*, já que era costume a realização de enterros na parte interna e externa de construções religiosas. Os indícios físicos de construções ainda existentes na área do cemitério, nos apontam a existência de fato da capela descrita por Cesar Marques (1864). Eventualmente como o passar do tempo, teria ruído juntamente com as construções da Fazenda que ali também teria existido, ficando apenas a área de enterro (cemitério) que continuo sendo utilizada pelas pessoas dos lugares próximos como: Queluz, Floresta, Monte Cristo, Bela Vista, Angelim, Bom bicho, Monte Caseros, Santa Rosa e outros.

¹¹⁸LACROIX, Maria de Lurdes Lauande. *A Educação na Baixada Maranhense: 1822-1889*. SIOGE,São Luís 1983.

¹¹⁹MARQUES, Cezar Augusto. **Apontamentos para o Dicionário Histórico, Geográfico, Topográfico e estatístico da Província do Maranhão**, Typografia de J.MC. de Frias, 1864, p.284.

Em São Raimundo teria existido uma Fazenda, de acordo com relatos de entrevistados. E, durante o levantamento bibliográfico, localizamos indícios que neste lugar haviam edificações. Vejamos o trecho a seguir:

O São Raimundo é um lugarejo em ruínas, que demora não longe dos campos de Itabira no vale ubertoso [sic.] de Pericumã. É pequenino e pobre. Quatro ou cinco moradas de taipa e uma casa de forno, por onde entram atrevidos, no comprimento do oitão, pelos buracos da pindoba antiga, muito sol e muita chuva [...] Sob a fragilidade protetora daquele teto de palha, apenas restam raras e quase pagados vestígios de existência antigas, que triste casarão sombrio, num gesto largo de misericórdia cristã, tenta conservar e poupar como quem poupa e conserva as últimas moedas de um fortune esbanjada. (VIVEIROS, 2014, p. 294-295)¹²⁰

Observamos também durante as entrevistas outros locais que são frequentemente mencionados por terem se originado no lugar fazendas. Estes lugares são: **Torrão** ou também chamado Torrões; **Cajatuba**, **João Cocó**, **Santa Rosa**. Hoje, alguns destes lugares se tornaram povoados, e outros simplesmente foram deixados.

No período de 1911 a 1917, identificamos o que configura o surgimento de um complexo produtivo. Acreditamos que a decadência de muitas propriedades em decorrência da abolição da escravatura, levou muitos proprietários a desfearem-se de suas fazendas e engenhos. E, em 1911, a Usina Joaquim já estava sob a Administração dos irmãos Viveiro, por meio da Companhia de Melhoramentos do Maranhão, e junto a ela outras propriedades foram “anexadas”.

No relatório da Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão (CGMMA) dos anos de 1911 a 1917, já consta o conjunto de propriedades que juntas, constituíam o complexo produtivo “*A atual Usina Joaquim Antônio é constituída pela reunião das fazendas Pindahyba, Campinho, Itabyra, Guajajara, Santana e porções de terras nas sesmarias de Muritituba, Bizal e São Francisco, uma área de 8.496 hectares*”¹²¹. Sendo que, estas propriedades seriam fornecedoras de matéria-prima necessária para o funcionamento da Usina Joaquim Antônio, e também para produção de gêneros alimentícios.

Em *O Semanário* de 1935¹²², identificamos outro dado importante e relacionado diretamente a estes lugares anteriormente citados, nosso achado destaca construtores de engenhos de grande prestígio entre os senhores de propriedades dessa região. Localizamos o

¹²⁰ VIVEIROS, Jerônimo de. **História Social, econômica e política de Pinheiro**/Jerônimo de Viveiros; Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.).-São Luís: Editora UEMA, 2014.

¹²¹ COMPANHIA GERAL DE MELHORAMENTOS NO MARANHÃO. **A Usina Joaquim Antonio 1911-1917**, 1918. p.03, 1918. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digit al/arq_ad/201408272216551409188615_40511409188615_4051.pdf Acesso em Fev. 2021.

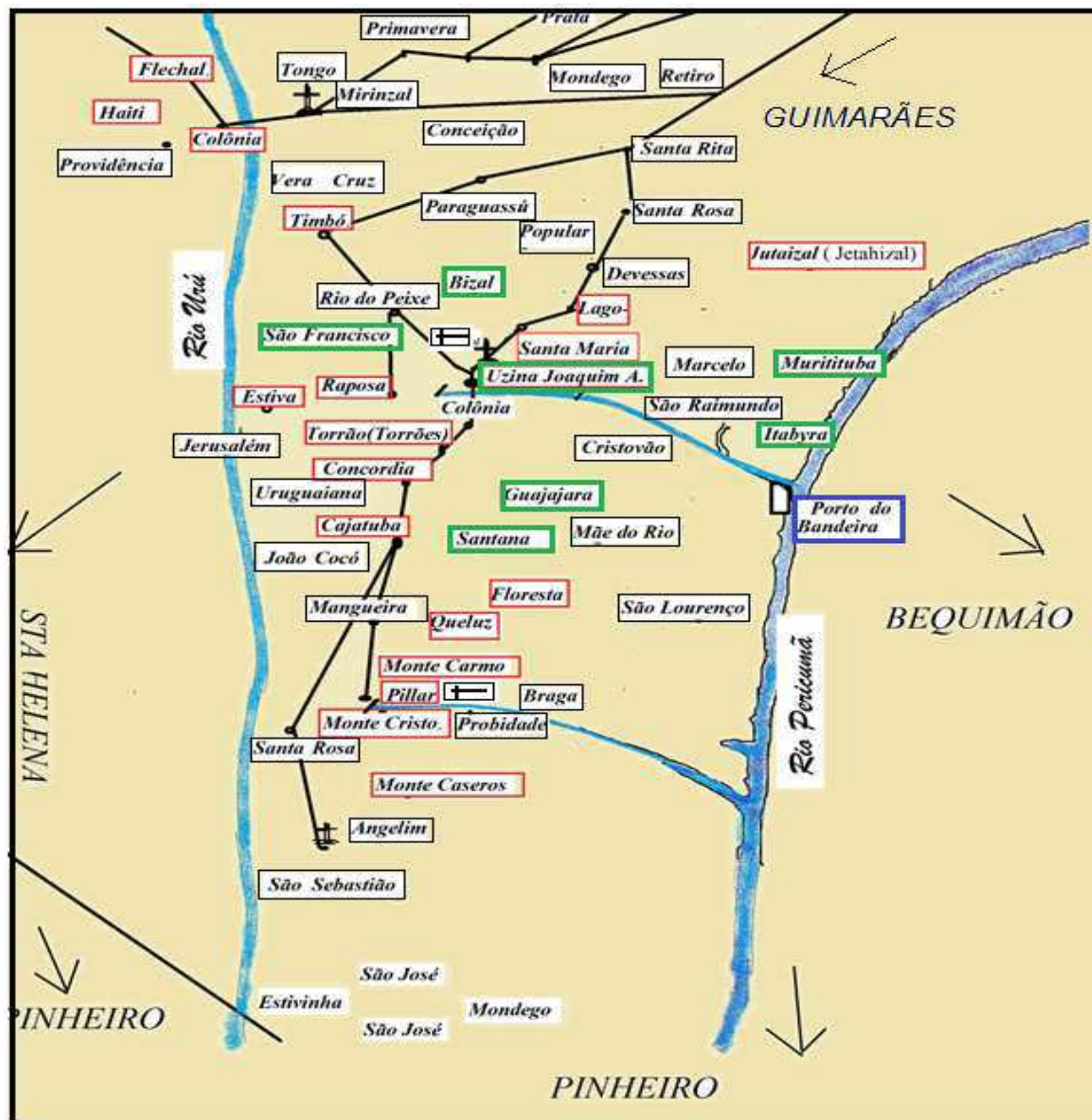
¹²² Semanário: órgão da união dos moços Católicos. Ano 1935, ed. 00019, p.01.

prestígio atribuído ao *Mestre Gênes*, nascido em Usina Joaquim Antônio (o lugar). É descrito como construtor afamado em toda região. É dele obras como Chaminés, Cavoucos de Rodas Hidráulicas, assentamento de comportas por todas a redondeza, atendendo serviços em fazendas como *Itabyra, Campinho, Juthaysal, Pyrinan*. Também é atribuído como obra sua o muro velho localizado na fazenda *Monte Cristo*. Restando com o tempo os vestígios de seus alicerces ou mesmo restos dos muros em ruínas como testemunhas .

As descrições dos trabalhos realizado por Mestre Gênes nos levam acreditar que muitos dos trabalhos construtivos em seu lugar (Usina Joaquim Antônio) também sejam de sua autoria, apesar de não aparecer destacado na publicação mencionada.

Na figura 14, podemos observar a identificação das Fazendas do núcleo de produção da Usina Joaquim Antonio, segundo o relatório apresentado pela CGCMA. Acreditamos que tenham sido propriedades adquiridas para ampliação da produção pela Usina, sendo fornecedoras de matéria prima, criação de gado e produção de outros gêneros alimentícios.

Figura 14- Reprodução Gráfica da localização de fazendas e engenhos do entorno da Usina Joaquim Antônio Vianna criado pelo autor com base em dados levantados durante a pesquisa.



LEGENDAS

- Fazendas do complexo produtivo da Usina Joaquim Antônio 1911-1917 (CGCMMMA)
- Fazendas citadas em entrevistas ou em referências bibliográficas
- Outros Lugares citados em entrevistas ou referências bibliográficas
- Porto do Bandeira
- Estrada
- Capela
- Cemitério

2.2 A Produção

Segundo Oliveira (1984) o Capitão Joaquim Antônio encontrava-se no pedestal dos que se distinguiram agricolamente no cenário estadual, engenheiro hidráulico de formação, ao retornar da Holanda (lugar onde formou-se) sediou-se na localidade conhecida hoje como “Central”. Lá realizou grandioso trabalho de drenagem das várzeas que ladeiam o Rio Bandeira, fazendo esta área propícia para o cultivo da cana de açúcar, que serviu durante longos anos, de matéria prima à indústria açucareira que tanto ajudou na economia do estado. Ainda segundo o autor, há informações de que foi Joaquim Antônio quem primeiro refinou o açúcar branco na região, porque antes, os engenhos do município produziam apenas o açúcar “bruto”, “moreno” e “caramelo”¹²³.

O governo Central vendo que a produção açucareira era deficitária a nível nacional também passou a investir na produção emprestando dinheiro para que os engenhos retomassem a produção. Neste contexto, surgiram os Engenhos Centrais, com a finalidade de concentrar a produção, modernizarem as máquinas, transformar as operações de hidráulica, como era o caso da Usina Joaquim Antônio para a operação a vapor. E, desta forma preparar o setor para enfrentar o mercado competitivo externo aumentando a sua produção¹²⁴.

O maquinário do engenho era movido por meio de um complexo hidráulico, que alimentava a força d’água para a produção. O complexo compreendia um canal de aproximadamente 6 km, construído com sistemas de armazenamento de água nas várzeas para irrigação das plantações de açúcar. Ainda nos dias de hoje é possível se observar vestígios dos trechos do canal. E posteriormente o engenho passou a operar a vapor.

Em O Diário do Maranhão de 1898¹²⁵ é noticiado a ocorrência de grande seca que afetou as Usinas, as deixando paradas “A safra de açúcar é insignificante por causa da seca. As usinas pararam por falta de canas maduras”.

Em 1911, já sob a direção das firmas sócias a Usina Joaquim Antônio obteve um empréstimo junto ao Estado no valor de 365.583\$688 que fora aplicados no melhoramento da produção, passando a produzir a partir de então o açúcar refinado.

[...] animados pelos favores que então gozavam a indústria açucareira, a quem até se dispensavam direitos de consumo, contraímos em 30 de Agosto de 1911, um empréstimo com o Estado, na importância de 365,583\$688, ao tipo de 82, realizando m moda 300.000\$000, aplicados integralmente, sem a falta de um real, conforme se verifica

¹²³ OLIVEIRA, 1984 p.39

¹²⁴ SANTOS, 2006, p.12-13.

¹²⁵ O *Diário do Maranhão*, 1898 Ed. 07558 (sem numeração na página).

dos balanços de nossa escrita, aqui apensos na própria Usina, que até então fabricava açúcar bruto, e passara a produzir o melhor açúcar refinado que nos vem ao mercado (CGMMA, 1918, p.04.).

Observamos que neste momento se deu o início da fase de produção do açúcar refinado na Usina Joaquim Antônio Viana. No mesmo documento, informa ainda como parte do investimento foi adquirido um conjunto de maquinários novos para a Usina junto à empresa Norte Americana “The Bahmann Iron Works C^o”¹²⁶

Tal investimento também proporcionou a aquisição de maquinário para a Usina. Vejamos o trecho a seguir:

Vejamos a seguir quais foram estes maquinários:

- 01 Turbina hidráulica de força de 85 H.P
- 01 Motor a vapor tipo Corlys de 100 H.P.
- 01 Terno de moendas com 05 cilindros e desfibrador, para serem acionadas, alternadamente, pelos motores acima.
- 01 instalação completa para evaporação a triple efeito.
- 02 fornalhas, tipo Colima, para dois geradores, de vapor, de 100 H.P. de força cada um.
- 01 Instalação completa de refinaria para preparar diariamente 5.000 kilos de açúcar refinado, composta dos seguintes aparelhos: 1 Motor, tipo Mercúrio, de 35 H.P. de 250 revoluções por minuto, máquinas de refinação apropriada, de colunas e vigas de ferro.
- 01 Plataforma toda de ferro com instalação de um bateria de 6 defecadores de caldo de cana.
- 01 Monte-jus (monta-caldo) tipo americano.
- 01 Coluna de distribuição contínua, com 9 metros de altura para fabricação de álcool acionada a vapor.

Segundo este relatório, o maquinário comprado só teria chagado ao seu destino em meados de 1912. Nesse mesmo ano houve forte inverno que afetou a safra reduzindo a produção para 90.000 kg de açúcar e 65 pipas de aguardente, levando a Usina a adquirir um

¹²⁶ Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, 1918, p.04.

prejuízo de 21.964\$412 como mostra o balanço econômico abaixo. E, um dado interessante é que é presente entre os maquinários novos está " *Instalação completa de refinaria*", o que nos leva a acreditar que a partir de então, a Usina inicia o processo de refino do açúcar, que passa a ser explorado nos anúncios de vendas do produto, à exemplo do recorte abaixo (Figura 15).

Figura 15--Fragmento do Jornal A Pacotilha de 1916. Anúncio de venda do produto originário da Usina Joaquim Antônio Viana em casas de comércio de São Luís- MA.



Fonte: A Pacotilha, ano 1916, Edição 00244.

Dando execução às condições do empréstimo, em Janeiro de 1912, encomendaram aos fabricantes *The Bahmann Iron Works C de [Ilegível] Ohio*, nos Estados Unidos da América do Norte no valor de \$24.000 dollars, os seguintes maquinismos.

A chegada dos maquinários motivou os produtores a contornar esse prejuízo, planejando uma safra maior para os anos seguintes, agora com o funcionamento dos novos equipamentos alcançando uma produção em 1913-1914 de 244.00 quilos de açúcar e 94 pipas de aguardente.

O Preço médio de 300 reis para 1 kilo do nosso açúcar, quando esse mesmo açúcar refinado por outros era vendido a 600 e 700 reis foi mais uma

desilusão que nos impunha a necessidade de imperiosa de tratarmos com urgência da montagem dos maquinismos importados para a nossa refinaria, embora acarretasse essa montagem , além das despesas propriamente ditas , a da construção da parte do edifício necessária à nova seção, para o que financeiramente, já não estávamos então aparelhados. Todavia , instalamos a refinaria, e em setembro de 1914, apresentamos ao mercado um produto similar ao das melhores refinarias desta capital. Era um fornecedor de matéria prima às refinarias que se libertava e passava a ser um concorrente. (CGMMA, 1918, p.07)

A entrada no mercado das refinadoras acentuou a concorrência e impulsionou o combate direto pelas concorrentes , que aliando-se buscavam desqualificar o produto “ *Açúcar Usina Joaquim*”.

Não ignorávamos esta circunstância, mas não esperávamos que o srs. Refinadores , coligados e unidos , nos dessem tremendo combate em que não faltaram as aleivosias, algumas das quais bem curiosas como essa espalhada até os recantos da cidade , de que as formigas ainda uma vez mais sensatas que muitas criaturas, não comiam o açúcar da Usina , por já lhe terem conhecido as substâncias nocivas que lhe ocasionavam a morte. (CGMMA, 1918, p.07) .

Tais boatos renderam prejuízos para a produção da Usina, sendo que seu açúcar teve preços desvalorizados “ *e, nessa luta , foram os preços baixando , chegando ao extremo de se vender o nosso açúcar refinado de 1ª a 350 e 400 reis, e o de 2ª a 300 e 280 réis , retalhadamente , assim fechamos 1914-1915 com prejuízo de 45.445\$210.*¹²⁷. Outro ponto que contribui para este prejuízo foi o ataque em **uma das variedades de cana cultivada na safra (cayena)**.

...em sua maioria plantados com canas da variedade sem pelo (pernambucana) que, desde 1909, vinhamos cultivando com carinho, replantando todos os anos, a produção obtida , cujo início foi formado por 11 toletes de cana , remetidos de Pernambuco ao Cel. Manoel Ignácio Dias Viria, de saudosa memória, pelo nosso distinto conterrâneo Dr. Brito Passo. [...] Motivada essa substituição na lavoura, não só o fato de se achar a variedade *cayena* atacada de moléstia, a ponto de nos reduzir a safra de 1914 a 1915 de 300.000 quilos esperados , a 163.000. (CGMMA, 1918, p.08) .

Segundo o relatório do CGMMA (1918) apresentado por Viveiros, tal variedade de cana (*Pernambucana*) era então vista com muito entusiasmo entre os produtores de açúcar, à exemplo dos próprios administradores da Usina Joaquim Antônio, que já vinham a

¹²⁷ CGMMA, 1918, p.07 .

cultivando desde 1909 . O cultivo desta variedade nas terras da Usina era visto como uma curiosidade a parte por conta do crescimento acelerado que a espécie apresentava no solo da região. E, este ponto chamava a atenção dos especialistas da época, a ponto de vários deles realizarem visitas no local para certificassem dos bons resultados.

Estas visitas são destacadas no relatório de Viveiros com empolgação: Nele, podemos observar a descrição da visita do Dr. José Romero de Gouveia que visitou a área do plantio ainda no período da germinação, logo após a chegada dos exemplares de Pernambuco) em 1909. Já Dr. José Joaquim Marques, então inspetor agrícola visitou a área do cultivo no ano seguinte (1910), quando a Usina já estava com cerca de 2 quadras cultivadas com essa nova espécie de cana. E, por fim observamos a descrição da visita dos Srs. Wilson Coelho de Souza e Leonardo Pereira, que ao visitar a área cultivada estiveram “*maravilhados com exuberância do cultivo, fotografaram o canavial de 3 meses com aspectos de estarem com 6 meses*”.

Temos neste registro mencionado acima, datado de 1910, **o mais antigo registro correspondente à Usina Joaquim Antônio**, até então localizado (Figura 16).

Figura 16-Registro de Plantação da Cana pernambucana (Sem pêlo) em terras da Usina Joaquim Antônio registrado em 1910.



Fonte: CGMMA, 1918, p.09.

Na imagem acima podemos observar 4 pessoas dispostas em duas duplas. Ao acompanhar a descrição realizada no relatório entre estas 4 pessoas temos: Dr. Wilson Coelho de Souza e o Sr. Leonardo Pereiro que acreditamos ser as pessoas posicionadas a direita na imagem, onde o primeiro está segurando um espécie de maleta ou bolsa atira colo. Já os da esquerda, onde a primeiro plano temo um homem de chapéu escuro de tamanho menor, botas escuras o que se assemelha a uma bengala na sua mão direita, acreditamos ser o Gerente Alexandre de Viveiros, e mais atrás, um de seus funcionários.

Com relação ao local, é impreciso, poderia ser qualquer lugar dentro da área de canavial. Entretanto o posicionamento destas pessoas nos mostra um dado importante com relação ao deslocamento da cana dentro da área do canavial. Pois, este vão observado entre os homens, possivelmente é destinado à montagem dos trilhos na época das colheitas.

O cultivo da nova espécie de cana impulsionou o otimismo por parte dos administradores que buscavam alcançar melhores quantitativos de produção. Entretanto, outros fatores também eram vistos como preocupação.

- ✓ Anormalidades das estações nos anos de 1912, 1913 e 1915 que renderam prejuízos de produção à Usina.
- ✓ O decréscimo das produções que atingiam várias zonas açucareiras tanto do estado de Pernambuco como no Maranhão.
- ✓ A guerra feita aos produtos da Usina pelas concorrentes que buscavam ao máximo desvalorizar seu produto no mercado.
- ✓ A não instalação de todo equipamento importando pelos Estados Unidos, o que limitou a capacidade de produção esperada com o investimento feito.

Este último é um dos principais pontos de argumentação para pedido dos auxílios, pois a partir destes poderá aumentar a capacidade produtiva da fábrica.

Em 1915 os proprietários da Usina apresentaram ao governador do Estado, o então Dr. Herculano Parga a situação da Usina (hipotecada ao estado), sendo aconselhado por estes que as solicitações fossem direcionadas ao congresso. O que foi feito. Em sessão realizada em 1916, foi direcionada aos membros do congresso legislativo de Estado do Maranhão a solicitação de auxílios por meio de uma petição apresentada por Alexandre José de Viveiros, então proprietário da Usina Joaquim Antônio¹²⁸. Dentre os pedidos está: a

¹²⁸ CGMMA, 1918. Op. Cit p.11

dispensa da cobrança de juros sobre o empréstimo, relativos aos semestres de 1915, 1916 e 1917; amortização do 2º empréstimo e prorrogação da prestação do empréstimo.

A primeira comissão, estudando maduramente a petição de Alexandre José de Viveiros, proprietário da Usina Joaquim Antônio hipotecada ao Estado pela quantia de 365.853\$658, em 30 de Agosto de 1911, na qual pede lhe seja concedida moratória por 2 anos para pagamento dos juros vencidos e por vencer até 15 de julho de 1918, e bem assim das amortizações devidas até esse tempo, constituindo as importâncias dos juros e amortizações um novo empréstimo nas mesmas condições daquele. (CGMMA, 1918, p. 13).

Não obtiveram solução definitiva. E, como tentativa de retomar a produção de minimizar os prejuízos, os produtores apostam para a safra de 1918-1919 no cultivo de espécies de canas diferentes e separadamente.

Para a safra de 1918 a 1919 temos esperança que este resultado melhore, por isso, que estamos fundando uma safra em sua maioria de canaviais separadamente povoados, uns com cana Batavia, importada em 1915 da Usina Aliança, outros de cana Cayena, cuidadosamente selecionada, na esperança de torna-la resistente à moslestia de que vinha sendo atacada. E, assim que contamos com um total de 23 quadras, bem discriminadas no seguinte quadro. (CGMMA, 1918, p16).

O quadro abaixo (Quadro 12) representa a distribuição em quantidade de quadras e os tipos de canas cultivadas nas propriedades da Usina.

Quadro12-Canas Cultivadas nas terras da Usina Joaquim Antônio Viana.

Canas Novas	Área cultivada	Canas velhas ou secas	Área cultivada
Batavia	8 quadras	Batavia	2 quadras
Cayena/ Caiana ¹²⁹	3 quadras	Cayena/Caiana	3quadras
-	-	Pernambucana	7 quadras

Fonte: CGMMA, 1918. p16.

¹²⁹ A cana crioula, introduzida em Pernambuco no início do século XVI, dominou os campos por duzentos e cinquenta anos. Foi desbancada pela Cana –caiana, trazida da Guaiana Francesa. Atualmente a cana de açúcar, planta do gênero *saccharrum officinarum*, vem sendo geneticamente modificada para ter maior teor de sacarose e resistência às doenças. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Cultura do açúcar**. Organizado por Fundação Joaquim Nabuco, Tv Escola.-Recife: Editora Massangana, 2010. 180 p. 65.

2.2.1 O transporte da Cana

Ferreira Filho (2016) destaca em seus trabalhos estudos sobre as formas de relações existentes entre os engenhos da Zona da Mata em Pernambuco, que assim como o maranhão foi um grande produtor de açúcar e detinha inúmeros engenhos açucareiros. Seus apontamentos muitos nos remetem a situação dos engenhos da região do litoral ocidental Maranhenses, com relação à existência das linhas de acesso (estradas vicinais) criadas entre os engenhos e fazendas para facilitar tanto o deslocamento de produtos como pessoas.

[...] as expectativas de expansão da agroindústria açucareira, na Zona da Mata de Pernambuco, dependia estritamente do encontro de uma solução racional para o problema das estradas vicinais. [...] ainda nessa época, a movimentação da “palha” ao ponto de reunião da matéria prima era realizada, em 65% dos casos, em lombo de burros. Em algumas áreas, onde a declividade do terreno obstava o transporte em quadrúpedes, os feixes de cana eram transportados nas costas de carregadores. Do ponto de reunião até as usinas, as ferrovias e rodovias eram as vias que realizavam, precariamente, o transporte da cana. A distância média de traslado plantação-usina era, segundo os dados oficiais, de 20 km. Com a previsão de implantação de cerca de 6 mil km de estradas [...] De fato, os problemas de mobilidade entre o mundo dos engenhos e o mundo exterior faziam parte da própria lógica espacial da plantation (FERREIRA FILHO, p.85, 2016).

Similar aos apontamentos de Ferreira Filho (2016), tentamos identificar as formas de transportes utilizados pelo Engenho de Joaquim Antônio. E, a partir dos relatos de entrevistados, podemos observar que o transporte da Cana até a Usina Joaquim Antônio Viana era realizado de duas formas: Por meio de trilhos conduzidos por animais ou por meio de carros de Boi. Vejamos o que nos relata p Sr. José Ribamar Marques.

Aqui no tempo da fábrica tinham 12 carros de boi que eram da fábrica. Eram 10 vagões, cada um conduzia uma carrada de cana. E, quem trabalhava nesse vagão era o pai da minha mulher, se chamava Simão Almeida. Ele era condutor de vagão da Usina junto com um outro chamado Manuel Jacaré. Eles trabalhavam conduzindo os vagões. E, esses vagões eram puxados a boi. Eles conduziam os bois que puxavam os vagões pelos trilhos. Os trilhos eram espalhados pelo canavial. Na Colônia, tanto de um lado como do outro era só cana, fora os lavradores particulares no Lago, na Estiva e na Raposa que a gente ia buscar a cana no carro de boi. Tinha também na Concordia, Quincas Cantanhede, lavrador e também foi delegado de polícia. Desses lugares a cana vinha de carro de boi para a fábrica, e agente (carreiros) que ia buscar.¹³⁰

Observamos a partir do relato de nosso entrevistado que as Lavouras de cana da Usina se distribuía em núcleos. Na área hoje conhecida como Colônia, existiam duas áreas

¹³⁰ Entrevista José Ribamar Marques em 27 de Fevereiro de 2021.

de cultivos separadas pelo caminho de estrada. De um lado (esquerdo) a área chamada de *São Benedito*, onde se fazia acesso passando pela Vala em um estiva de talbas . No lado direito o lugar chamado *Embaubal*. Na área que pela descrição, hoje se localiza em parte na Agrovila, ficava o cultivo chamado *São Luís*. Além destes lugares, que eram de produção da própria Usina, esta ainda disponha de produtores das fazendas vizinhas que forneciam matéria prima seja, cana ou lenha .

2.2.2 O Assucar (Açúcar) Joaquim Antônio

O açúcar¹³¹ foi por mais de dois séculos o principal produto brasileiro. Os modelos de produção e exportação durante o Brasil Colonial deixaram profundos marcos na economia e organização social do país, em especial na região Nordeste.¹³²

Para Marques (1870) O açúcar foi um dos produtos da lavoura nas primitivas épocas desta província. Antônio Muniz Barreiros foi quem , segundo a condição com que veio nomeado procurador da fazenda do Maranhão, estabeleceu aqui em 1622 os primeiros engenhos de açúcar, nas margens do rio Itapecuru. No tempo da inovação dos holandeses já existiam na ribeira do mencionado rio cinco desses engenhos. Pelos mesmos holandeses foram ali fundados, tempos depois mais seis, e bem assim outro no Araçagi, obras estas muito imperfeitas e apenas começadas, como diz o comendador João Francisco Lisboa¹³³.

Assim foi caminhando com lentidão esta indústria, até que o falecido senador Joaquim Franco de Sá, quando presido os destinos desta província em 1846, animou-a de tal sorte, que atualmente é um dos maiores ramos de sua agricultura. Existem hoje espalhados por todas as comarcas muito bons engenhos de açúcar, grande parte movidos a vapor, procurando os seus possuidores com afincado estudo e gosto todos os melhoramentos possíveis. (MARQUES, 1870 p 34).

¹³¹ A Cana provavelmente tem origem na Indochina. E, foi cultivada ancestralmente , por todo o extremo oriente. Os mouros a espalharam pelo mediterrâneo. Na ilha de Creta, produziam um açúcar cristalizado a que chamavam “grandi”-donde nosso açúcar “ cãndi” depois foram à Sicília (maior das ilhas do Mediterrâneo) , Provence (França) e Sul da Espanha (Séc XI). Em 1404 passou a ser plantada em Algarve, por D. João I. Quase cinquenta anos depois, por mãos do infante D. Henrique , chegou à ilha da Madeira, e logo nas Canárias (conquistada pelos espanhóis), e em São Tomé (pelos portugueses). Açúcar era então coisa rara, privilégio de nobres e abastados, vendido em farmácias para curar doenças respiratórias e como cicatrizante e como calmante. Mas, ganhou prestígio sobretudo quando passou a ser também usado na produção de pratos. Produzir açúcar era sonho de reis. Tarefa difícil na Europa, por exigir solo rico, úmido e o que quase não havia por lá especialmente quente. FREYRE, Gilberto. **Açúcar**: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil. Apresentação de Maria Leticia Monteiro Cavalcanti, biografia de Edson Nery da Fonseca; ilustrações de Manoel Bandeira. 5ª Ed.- São Paulo, Global, 2007. P14.

¹³² FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Cultura do açúcar. Organizado por Fundação Joaquim Nabuco, Tv Escola.-Recife: Editora Massangana, 2010. 180 p. 12.

¹³³ MARQUES, 1870, p 33.

Segundo Lacroix (1983), em 1846, o Presidente da Província adotou, entre as metas do seu governo, o desenvolvimento da lavoura, especialmente da cana-de-açúcar, incentivando o seu plantio através de legislações, propaganda pelos jornais e distribuição gratuita de mudas de cana de melhor qualidade, vindas de Caiena. Como resposta à iniciativa governamental, a produção foi crescendo e, em 1860 o Maranhão exportou 100.000 sacas, atingindo o seu climax no decênio 1873/ 1883.¹³⁴

O açúcar produzido na Usina Joaquim Antônio era identificado como “*Assucar Usina Joaquim Antônio*”. E, segundo Santos (2006) a sua marca era impressa nas embalagens. Além do açúcar, a usina produzia também a cachaça, que era vendida no Maranhão e principalmente, na região de Guimarães e Cururupu.¹³⁵

Uma publicação de *A Pacotilha* no ano de 1885 apresenta uma matéria sobre a “II Exposição do Açúcar e do algodão. E, dentre os participantes deste evento, observamos a representação da Usina Joaquim Antônio realizada pela Sra. Amância [Franco] de Sá Viana, na ocasião o produto exposto é açúcar bruto. A participação neste evento, apesar de não ter alcançado os primeiros lugares de premiação, rendeu menção honrosa pela qualidade do produto. Observemos o quadro abaixo construído com base nas informações extraídas do periódico (Quadro 13).

¹³⁴ LACROIX, Maria de Lurdes Lauande. *A Educação na Baixada Maranhense: 1822-1889*. SIOGE, São Luís 1983, p 21.

¹³⁵ SANTOS, 2006, p.26.

Quadro 13- II Exposição do Açúcar e do Algodão (Premiados do Júri do Açúcar).

Prêmios de Honra	Classe Açúcar purgado	Classe Açúcar bruto
<ul style="list-style-type: none"> • Engenho Central (Companhia Progresso Agrícola) • Engenho Castello, propriedade do Sr. João Antônio Coqueiro. 	<p><i>Premiados</i></p> <p>1º Mariano Olympio de Carvalho 2º Praxedes Mariano Diniz 3º João Severiano da Silva</p> <p><i>Menção Honrosa</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Deocleciano V. Marques • Thomaz de Figueiredo Lima • José Joaquim Lopes da Silva & Filho • Gustavo de Araújo Trindade • Francisco José Bastos • Alfredo Augusto da Costa Leite. 	<p><i>Premiados</i></p> <p>1º Antonio Rocha 2º Thomaz de Figueiredo Lima 3º Antonio Ignácio V. Porto</p> <p><i>Menção Honrosa</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • José da Costa Carvalho • Coronel Luíz Manoel Ferreira Guterres • <u>D. Amância de Sá Vianna</u> • Guimarães & C. • Antonio José de Sousa Mendes • Pedro Leandro Fernandes • Barão de Monção • João Candido Pereira de Castro • Benedito Hygino de Carvalho • João Polycarpo Serejo • Barão de Grajaú

Fonte: Jornal *A Pacotilha*, 1885. Ed. 00054 p.02.

Destacamos aqui a participação do Engenho Joaquim Antônio com a sua produção de ***Açúcar bruto***. Sendo representada por D Amância de Sá Vianna, como já exploramos anteriormente. Todavia, uma questão nos surge. Pelo destaque dado ao açúcar bruto, nos perguntamos se neste período o Engenho já produzia açúcar refinado? Com base em análise feita no Relatório da Companhia Geral de Melhoramento no Maranhão, da qual integraram as firmas que administraram a Usina a partir de 1907, deduzimos que até então a usina fabricava apenas o açúcar bruto, sendo elas fornecedora de matéria- prima para refinarias.

Pereira (2000) que esteve também no município de Central, obteve entre seus registros de entrevistas comentários sobre o açúcar produzido na Usina Joaquim. Segundo o autor, os seus entrevistados o que estabelecia uma diferença grande entre o açúcar produzido na Central e o das outras Usinas que produziam basicamente o açúcar bruto, ou seja, o açúcar mascavo (um tipo de açúcar muito consistente) e ainda produziam um açúcar de cor

amarelada, também chamado de mulatinho, e de consistência seca. O autor destaca que esses dois tipos de açúcar tinham como objetivo o mercado interno. Já o açúcar refinado (cristalizado e branco) já tinha como destino a exportação para lugares como Pará.¹³⁶

2.2.3 Destino das mercadorias

A navegação fluvial e costeira era uma das alternativas utilizadas para deslocamento tanto de pessoas como também das mercadorias oriundas das unidades produtivas da região do litoral ocidental e a Baixada com destino à capital São Luís.

Em *O Guia do Imigrante do Maranhão* de 1888, Guimarães aparece como referência em Porto Marítimo e cidade comercial, sendo seus produtos abastecem os mercados da província do Pará. Nela existindo muitos engenhos de cana, e onde se encontram o Rio Pericumam, Urú, Cururupu como rios Navegáveis.¹³⁷

Sobre o percurso do produto, observamos na fala do Sr. José Ribamar Marques, uma breve descrição.

A canoa a vinha buscar aqui na estiva de talbas. Aquela vala ali que tá entupida. Aquilo ali tudo era limpo para a canoa vim do Bandeira. Os carros de boi que pegava a carga na quitanda Grande. A carga ficava na quitanda grande até a chegar a hora de ir para a canoa. Quando a maré era pequena a gente levava no carro de boi até o Bandeira. Quando era maré de lua, ou período de chuva, as canoas vinham buscar aqui. O dono daqui tinha as canoas dele, só que o casco era enorme e só entrava de maré grande. De maré pequena só dava de canoinhas até no Bandeira. A Varenga (casco) era a canoa grande. Era empurrada na vara. Tinha um remo, mas era empurrado na vara pq o canal não era fundo. Em certas partes, na Comporta por exemplo a maré já vinha lá, pegava água da maré. Na comporta eram duas placas de cimento que eram fechadas para a água daqui crescer, e as canoas poder descer. Não existe mais a limpeza da vala. O doo que mandava limpar para as canoa poder descer. Tinha duas comportas. Lá no Bandeira era só a beirada natural da vala, não tinha construção de cais¹³⁸.

Ao analisarmos o relato acima, entendemos que o açúcar ao ser retirado da Usina era levado por canoas segundo o curso do canal construído até chegar ao Porto do Bandeira, onde era descarregado e recarregado em outra embarcação de grande porte, que conduzia então esse produto para a Capital ou outros lugares. Apesar de nosso entrevistado afirmar que não existia em seu período a estrutura de cais ou construção similar, acreditamos que ali, no então chamado Porto Bandeira, teria existido no período da administração do primeiro dono (Sr. Joaquim Antônio) uma estrutura usada como depósito, onde a produção aguardava a

¹³⁶ PEREIRA, 2000 p.174.

¹³⁷ *Guia do Imigrante Maranhão* 1888. p. 17

¹³⁸ Entrevista José Ribamar Marques em 27 de Fevereiro de 2021.

chegada das embarcações maiores para sua condução para outros destinos. Nossa suposição tem embasamento no fragmento localizado em *O Observador* de 1856. Vejamos a seguir um trecho transcrito do material (Ver anexo F).

Foi criada, no lugar denominado Porto do Gama uma subdelegacia sob a denominação do Pericumã; Tendo por limites toda margem esquerda do Pericumã desde o Porto do Gama até a foz do Rio Muritituba, seguindo por este até o **armazém de Joaquim Antônio Vianna**; deste ponto a estrada , que se dirige à fazenda Bomfim de D. Rita de Castro; desta à Concordia, engenho de D. Virginia da Costa; desta a Santa Rosa, fazenda de João Carlos Soares. E depois à São José , fazenda do Barão do Mearim; ao rio do Peixe, fazenda do Agostinho Aroucha, e divisão de Santa Helena , e daí em direção à fazenda-Criminoso, às Catingas, Ponta Seca, Santa Cruz e finalmente ao Porto do Gama.[Grifo nosso] (*O Observador* 1856 Ed. 00517p 4).

O fragmento acima descreve a criação de uma nova subdelegacia na área do Pericumã, e ao descrever os limites que esta teria como abrangência de atuação, nos surge uma referencia de “ armazém” de propriedade de Joaquim Antônio Vianna. Levando-nos a acreditar que este armazém era localizado no atracadouro das embarcações.

Segundo Santos (2006) Este produto era transportado por via marítima para São Luís e para outros Estados. O transporte era feito pelo Rio Bandeira até alcançar a Baía de Cumã, e de lá seguia para São Luís, Pará e Parnaíba. O escoamento era feito por meio de embarcações como o barco “*Natividade*” e “*Oliveira Folha*”¹³⁹ que levavam a mercadoria até a capital São Luís. Além deste, localizamos o deslocamento feito pela embarcação “*Guarany*”¹⁴⁰ com açúcar de origem da Usina Joaquim Antônio.

Em *O Jornal de* 1920¹⁴¹ e em *A Pacotilha* 1920¹⁴² , localizamos outras embarcações de origem Usina Joaquim Antônio, e que registram sua chegada no Quartel da Recebedoria –Porto da capital . A embarcação “*Sta. Aninha*” e “*União*”, ambos tinham como origem a Usina Joaquim Antônio.

Já em 1944, encontramos registros da passagem do *Barco Nazaré*, pertencente à Usina Joaquim Antônio Vianna, no período de admiração de Aberlado Ribeiro. Neste caso acreditamos que já se tratava de uma embarcação própria. E, esta não seria a primeira de propriedade do Sr. Abelardo, teria outra chamada “*Madeirense*”, como vimos anteriormente neste trabalho.

¹³⁹ SANTOS, 2006, p.26.

¹⁴⁰ *Jornal O Publicador Maranhense*, 1880 ed. 00267 p03 e, em 1881 ed. 000116 p.02.

¹⁴¹ *O Jornal*, 1920, ed.01817, p 04.

¹⁴² *A Pacotilha* de 1920, 17 de Novembro.

A produção possuía como destino além do Pará e Paraíba, lugares de venda na capital São Luís, em casas comerciais que eram abastecidas com o açúcar Joaquim Antônio. Em pesquisa localizamos algumas destas *Casas Comerciais* que adquiriam o produto para revenda na capital (Ver anexos K, L e M). Dentre estas, uma situava-se na Rua Santo Antônio N° 29, onde também funcionaria como depósito da Usina Joaquim Antônio no período da administração dos irmãos Viveiros, pois neste endereço constava também a residência do Sr. Francisco Antônio de Viveiros, estes dados aparecem no periódico *O Jornal* de 1916.

Outro endereço encontrado foi o da Rua 28 de Julho esquina de Marcelino Almeida. Neste endereço existiu um comércio chamado “*Casa Terpando Souza*”, e de acordo com anúncio divulgado no periódico *A Folha do Povo* (1925) neste estabelecimento continham vários produtos, inclusive açúcar Joaquim Antônio. Com base nestes dados montamos um quadro com a identificação destas casas de comércio (Quadro 14).

Quadro 14- Casas de comércio onde se encontravam a venda o açúcar Joaquim Antônio segundo levantamentos realizados em edições dos periódicos *A Pacotilha* entre os anos de 1914 e 1925 e *A Folha do Povo*.

Locais na Capital	Logradouro
Casa Lisboa Machado	Não localizado
Casa D. Alves da Silva & Cia.	Não localizado
Casa M. Santos & Cia Importadora Ltda.	Rua Portugal N° 176
Casa Pereira Teixeira & Cia	Não localizado
Casa Albino Campos & Cia	Não localizado
Casa Terpando Souza	Rua 28 de Julho (Esquina de Marcelino Almeida).
Mercado Grande	Talhos 33 e 34
Casa “ <i>No Retalho da Uzina</i> ”	Rua de Santo Antônio nº29. (Obs:Casa da família Viveiros).

Fonte: O autor, com base em informações extraídas dos periódicos consultados.

Neste último endereço, encontramos além da divulgação da venda do açúcar, também outros produtos que teriam origem de produção as terras. O que chama atenção é que a forma como é apresentado o anúncio a, faz-se acreditar que ali estaria o nome do estabelecimento identificado como “*No Retalho da Uzina*”. Vejamos a seguir este fragmento retirado do periódico *A Pacotilha* (1915)¹⁴³ e *O Diário de São Luís* (1920)¹⁴⁴ (Ver anexos K, L e M) .

¹⁴³ *A Pacotilha*, 1915, ed. 00059.

Sobre o processo de produção, tomamos por base as etapas que se realizavam já no período do fim de seu funcionamento por meio de relatos de nossos entrevistados à exemplos do Sr. Raimundo que exercia a função de Maquinista na Usina Joaquim Antônio, como já citamos em passagens anteriores.

Vejamos a seguir um trecho de seu relato:

O Serviço de maior responsabilidade de dentro da fábrica era essa de alimentador. Eram 14 máquinas: Tinha a principal que era o moedor engenho, a alimentação, a turbina, máquina do vácuo, monte justo, o secador, as taxas, eram dois aparelhos grandes onde se fervia o caldo. Os estribo onde se fervia a garapa até ficar. Eram duas caldeiras, elas ficavam na parte de baixo. De lá que produzia o vapor para a fábrica. Fumaça da caldeira, ela vinha pelo subterrâneo e saía lá no pé do bueiro (chaminé). Essa fumaça era da queima da lenha lá na caldeira.¹⁴⁵

A partir do relato de nosso entrevistado, podemos observar algumas características sobre os tipos de maquinários existente no processo de produção do açúcar na Usina Joaquim Antônio. E, também da existência de uma passagem subterrânea que daria aos pés da chaminé. Segundo ainda nosso entrevistado, essa cana que ia ser moída, e vinha por um trilho que saía de dentro da fábrica e ia até o canavial na área onde hoje é a Colônia. E que esse trilho era regulável, ou seja, poderia ser montado e desmontado de acordo com o local do canavial do qual viria a cana. E, que eram usados na produção, cerca de 80 de vagões cheio de cana por dia, sendo o serviço iniciado às sete da manhã, indo até às quatro da tarde, os vagões neste processo (buscando e deixando cana). Na área da casa de engenho, segundo Sr. Raimundo Nonato, eram cerca de três homens no processo de passagem da cana no engenho (moenda), e o líquido extraído (suco da cana) caía em tipo de calha também subterrânea que a conduzia até outro aparelho, onde seria aquecida para realização da limpeza (retira das impurezas do líquido), para depois então, seguir para as caldeiras.

¹⁴⁴ *O Diário de São Luís* 1920 ed 000049. P03.

¹⁴⁵ Entrevista com Raimundo Nonato Trindade, em 12 de Fevereiro de 2021.

2.3 A cultura de subsistência

Segundo Lacroix (1983), as propriedades da região da Baixada Maranhenses detinham atividades que garantiam seus meios de subsistência com cultivo de gêneros alimentares destinados ao consumo interno da região caracterizaram-se como um setor subsidiário da economia regional. Sendo que a essa economia natural teve papel importante dentro da própria fazenda, pois garantiu a autossubsistência' da unidade produtora. Produtos como a mandioca, milho, feijão, café, tubérculos, tabaco e frutas praticamente alimentaram a população escrava.

Entendemos que essa necessidade, partia da própria estrutura presente na fazenda, onde o mesmo negro cativo que se ocupava na lavoura principal, a mando do seu senhor passava a produzir paralelamente outro gênero alimentício, ou por iniciativa do próprio escravo, conforme a generosidade do senhor, em lhe permitir tal cultivo em suas terras. Desta forma Lacroix (1983) afirma que essa *lavoura variada* foi integrada como organismo da fazenda¹⁴⁶.

Fora dos campos das grandes propriedades, essa lavoura diversificada foi feita em roças ou sítios, por pequenos proprietários ou agregados, geralmente sem a ajuda de escravos ou assalariados. Mesmo praticada fora das fazendas, ela se mostrou sempre dependente da grande lavoura, uma vez que esses pequenos proprietários e agregados também se ocupavam com os produtos "mais importantes" nas fases de maior aquecimento na exportação¹⁴⁷.

O sistema assalariado possibilitou a circulação da moeda e a possibilidade de realizar o comércio (pessoas venderem seus produtos produzidos) na área próxima ao engenho no sábado ou no domingo. Entretanto essa produção tinha a restrição do *Foro da terra*, que também era uma forma de benefício e exploração do dono das terras cedidas ao plantio. Vejamos o relato a seguir:

Era o povo quem roçava. Pagava o Foro para o dono das terras e conforme fosse, pagava 30 kg, /60kg. De acordo com o tamanho do terreno pagava por quilo. Era mais ou menos assim, uma linha de terra pagava um paneiro, esse era o certo. Seja paneiro de arroz, feijão. A cada linha, o dono da terra ganhava 30 kg (um paneiro). Assim, tinham pessoas que plantavam cana, mas era para vender para pessoas que produziam cachaça. O que fazia cachaça não fazia açúcar. A fábrica aqui do engenho fazia açúcar. Quem fazia cachaça aqui nessa época era Thomas de Aquino, ele era o lambiquerio da cachaça.¹⁴⁸

¹⁴⁶LACROIX, Maria de Lurdes Lauande. A Educação na Baixada Maranhense: 1822-1889. SIOGE, São Luís 1983,p.22.

¹⁴⁷Idem. p.23.

¹⁴⁸ Entrevista José Ribamar Marques em 27 de Fevereiro de 2021.

Entretanto, apesar da visão de exploração das terras por meio do **Foro**, segundo os entrevistados, o Sr. Abelardo não permitia que comerciantes de outros lugares. Mantinha certo domínio nas movimentações econômicas. Era dele a única quitanda que existia no lugar, e após ele, seu filho Emanuel Ribeiro.

A terra que pertencia ao Engenho Central foi herdada por Manoel Ribeiro (conhecido como Mano), que vinha mantendo seu domínio sob forte repressão aos moradores de Central [...] Os lavradores arrendavam o terreno e pagavam o foro de suas roças que se encontrassem em sua propriedade. (SANTOS, 2006. p.49-50).

O cultivo de mandioca para produção de farinha, o arroz, o feijão, eram alguns dos gêneros alimentícios produzidos em terras da Usina, e sedo assim, havia o pagamento de foro. Podemos observar na fala de vários de nossos entrevistados. Esses produtos produzidos em pago na forma de Foro ao senhor dono das terras, era comercializado na Quitanda Grande e também levado para São Luís.

Um dado peculiar localizado durante a pesquisa é o indício de existência de cultivo do Cacau nas áreas da Usina. Segundo relatos de moradores da sede (local onde se situava o plantio de cerca de 100 pés de Cacau ainda existentes), esse cacau após ser colhido era lavado, estendido em encerados para secagem e por fim ensacado para embarque com destino a Belém, encaminhado pelo próprio dono da Terra, esse período se refere à Administração do Sr. Abelardo Ribeiro.

Segundo Deusaliza da Silva Melo Cutrim (1998)¹⁴⁹, após o falecimento de Abelardo Ribeiro, houve uma queda drástica na produção, ficando os filhos responsáveis pela reestruturação da fazenda, dentre eles Emanuel Ribeiro (Senhor Mano). E, segundo a autora, é nesse período que ganham destaque o cultivo do feijão, do arroz e da mandioca. Adotou-se também a produção do babaçu, que foi responsável pelo reequilíbrio da economia local. Com tempo, passou a ser a principal atividade de exportação do estado.

2.3.1 O Babaçu e a Usina Joaquim Antônio

Segundo Barbieri (2004)¹⁵⁰, as primeiras práticas de comercialização interna e extarem do babaçu se deram pela firma Robério & Hoyer, empreendimentos dirigidos pelo

¹⁴⁹ CUTRIM, Deusaliza da Silva Melo. **Processo de Emancipação do Município de Central do Maranhão**. Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 1998. p 48-49.

¹⁵⁰ BARBIERI, 2004, p. 26.

comendador português João Pedro Riberio e pelo dinamarquês Martins Hoyer. Estes homens viram no babaçu forte potencial econômico uma vez que era um recurso natural e abundante no estado. De acordo com a mesma autora, em 1867 a pauta do babaçu foi incorporada no conjunto de produtos de exportação do Brasil¹⁵¹. Todavia, só se consolidou anos mais tarde, quando a firma Marcelino Gomes de Almeida & Cia passa a exportar as amêndoas do babaçu para Alemanha. A partir daí, percebe-se o crescimento do espaço para o extrativismo do babaçu e ganhou destaque durante o governo de Godofredo Vianna.

A mensagem do então Governador do Maranhão Godofredo Viana em 05 de Fevereiro de 1923 ao Congresso do Estado do Maranhão expõe o babaçu como um poderoso fator para expansão econômica devido ao seu produto ser originado a partir das palmeiras que são abundantes no território. Soma-se ao prestígio dado pelo Governador, a campanha apresentado aos empresários proporcionada por anúncios divulgados nos periódicos como *O Imparcial*¹⁵² circulante na época e motivavam a sua extração e exportação, ofereciam maquinismos, lugares e firmas compradoras das amêndoas.

Barbosa (2013) e Barbieri (2004) são duas autoras com pesquisa relacionados ao estudo história e social do babaçu. Analisando o estudo das autoras, ambas classificam a existência da econômica do babaçu em fases. De acordo com as autoras, o babaçu teve seu período de ascensão e declínio em três fases Onde a **primeira fase** é caracterizada pelo enfoque da exportação da amêndoa, segundo as autoras, utilizada em acordos comerciais do Brasil com outros países e para consumo interno. Na **segunda fase** temos uma alta procura e produção do óleo do babaçu, impulsionado pela eclosão da Primeira Guerra Mundial e, por fim uma **terceira fase** caracterizada pela transferência das firmas processadores de amêndoas da região sul do país para as zonas de babaçuais no maranhão. Essa terceira fase teria sido alavancada em 1959.¹⁵³

Segundo Barbieri (2004) a comercialização e intermediação da amêndoa de babaçu obedecem a uma sequencia de intermediações que pode ser feita de forma direta (mais curta) ou com maior número de intermediários. A sequencia mais curta, quando a quebradeira vende a amêndoa diretamente para a fábrica, sendo esta uma modalidade menos praticada ou a maior, que é a mais praticada, onde existe uma rede de intermediadores entre a

¹⁵¹ Segundo Barbosa (2013), a primeira exportação de babaçu em amêndoas teria sido realizada em 1911. E, as exportações de babaçu eram feitas principalmente para a Alemanha e Holanda, a mas também para outros países europeus além destes.

¹⁵² Jornal *O Imparcial* 1929, Ed. 01065 p. 01 e 02.

¹⁵³ BARBOSA, 2013, p. 41.

quebradeira de coco e o destino final “ O industrial ou exportador “¹⁵⁴ O babaçu teve participação importante para movimentação comercial na Usina Joaquim Antônio (o lugar), tanto para os camponeses como para o dono da propriedade. E, essas características de intermediação são percebidas nos relatos de nossos entrevistados.

No tempo de Abelardo Riberio, se continuava trabalhando para ele. Era bom! Ele foi criando vários serviços. Foi liberando para todo mundo quebrar o coco babaçu. Aqui no Central era a cidade mais rica do coco babaçu. Esse coco quebrado era vendido para ele (Abelardo Ribeiro). De tarde todo mundo vinha vender , quando não vinha hoje, vinha amanhã, e ai ele foi exportando coco para São Luís, para fazer óleo de coco.

2.3.2 As Quitandas e a Feira Regional

As quitandas estão diretamente relacionadas à existência da produção de subsistência local como também o extrativismo do babaçu. Pois eram nestes locais onde de vendiam em compravam-se produtos muitos deles originários da produção por meio de Foro pelo dono das terras.

Mas, qual a relação da quitanda e da feira com a Usina? A partir de conversar com moradores, percebemos que a quitanda era também um símbolo de poder naquele espaço, de controle econômico, pois, não era permitida a existência de outros estabelecimentos comerciais no lugar. Apenas a quitanda do Dono da terra “*Era a quitanda que abastecia o pessoal da lavoura. Todos os lavradores daqui só compravam lá. Outra pessoa não botava comercio, era só esse que tinha*”¹⁵⁵. Desta forma, os funcionários da fábrica que desejassem comprar produtos, tinham apenas este estabelecimento como opção durante a semana, já que a feira realizava-se apenas nos sábados e domingos. Todavia, de acordo com a memória coletiva, o dono da terra que outros vendedores de produtos o fizessem com preço acima do que era praticado no local.

A Feira foi resultado direto da abolição da escravatura, atrelado à adoção da mão de obra assalariada. A feira foi um espaço onde muitos moradores locais podiam comercializar seus produtos. Aqueles que no inicio produziam pagando Foro ao dono da Terra. O produtores passaram a comercializar seus excedentes, assim como outros gêneros à exemplo da criação e comercialização de animais, peixes e outros.

¹⁵⁴ BARBIERI, 2004, p46-47.

¹⁵⁵Idem. p 46-47.

No final do século XIX, com o advento da libertação dos escravos” foi inaugurada em frente ao portão da Usina Central, uma feira livre, todos os domingos, oportunidades em que os trabalhadores e/ ou , na cantina administrada pelo encarregado da usina que vendia outros gêneros. Segundo nossos informantes, desde os primórdios de pagamento de salário aos trabalhadores da usina, existe a compra e venda de mercadorias na porta da Central [...]O funcionamento da “ Feira Livre” de Central é de maneira mais ou menos compartimentalizada. Cada área tem uma determinada função e todos se consideram por área, uma feira. Explico- Feira da farinha e feijão; feira do gado; feira da carne; feira do peixe e mariscos; feira dos produtos industrializados; box da porção e restaurantes de comidas caseiras. É esse conjunto e suas relações entre si- de troca e/ ou compra e venda – que fazem a Feira Livre de Central.(PEREIRA, 2000).

Os destaques de Pereira (2000) apresentam características de uma estruturação de gêneros vendidos na Feira de Central. Estes pontos contribuem ainda mais para destacar a importância que este espaço ganhou com o passar do século. Pois, se considerarmos que logo após a abolição da escravatura, houve aquisição em 1892 pela Companhia de Melhoramentos do Maranhão, deduzimos que já nesse período funcionaria com a mão de obra assalariada, sendo assim, hoje teria no mínimo 129 anos.

O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) considera sua existência a mais de 150 anos, destaca ainda o âmbito comercial e manutenção de suas características onde seu início se dá no sábado a tarde, período em que eram realizados os pagamentos dos funcionários e fornecedores *“Para tanto, produtores e comerciantes da região passaram a concentrar-se, nesse horário, no local para vender ou trocar seus produtos estendendo-se até o domingo”¹⁵⁶* .

Santos (2006) afirma que a Feira Tradicional de Central do Maranhão é um dos maiores movimentos econômicos da região (Figura 17), *“[...] O engenho utilizava, na época do senhor Abelardo Ribeiro (1930-1962), cerca de setecentas pessoas direta e indiretamente nas atividades do engenho que recebiam seus vencimentos semanalmente”*. Ainda segundo o autor, neste período a Usina já não tinha mais a obrigação de alimentar seus funcionários. Desta forma, os pagamentos que realizavam semanalmente, deveriam suprir suas necessidades. Com dinheiro circulando, atraiu a atenção e interesse de pescadores, lavradores e pecuaristas de várias outras cidades da região que viram oportunidade para comercializar seus produtos, ganhando grandes proporções.

¹⁵⁶ INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses**: microrregião geográfica do litoral ocidental maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. – São Luís: IMESC, 2012. V. 1 p 165.

Figura17-Organização espacial da estrutura do Engenho e da Feira Tradicional da Região em Central do Maranhão MA.



Fonte: Imagem aérea extraído de mídias sociais . Google Imagens com intervenção do autor. Ano 2012.

Os produtos adquiridos por meio do Foro, de acordo com memória coletiva, parte era levada para a capital, e parte abastecia a "Quintana Pequena", depois para "Quitanda Grande". Esta última localizava-se nas proximidades de uma das entradas do engenho, e ao seu lado ficava um Tamarineiro, hoje centenário.

Na frente da Tamarineira tinha aquele comercio grande. Se chamava quitanda grande. Ele era do Dono. Tinha tudo que vocês pensasse para comprar. Agora de comida a maior parte era salgados, porque as comidas frescas só eram de 8 em 8 dias na feira. Depois que encerrou a fabrica a quitanda ainda passou um tempo funcionando ainda com o sr. Januário , nesse tempo tinha um caixeiro (vendedor) chamado Mundico.. Depois de Januário a quitanda passou para um senhor chamado Hypolito, era um comerciante português que passou a tomar de conta. Com Hypolito, já tinha os caixeiros Vinicius e Zé Binho.¹⁵⁷

As características presente no relato do Sr. Raimundo Nonato, estão presentes também na memória de outros moradores da cidade. Segundo relatos, a primeira quitanda

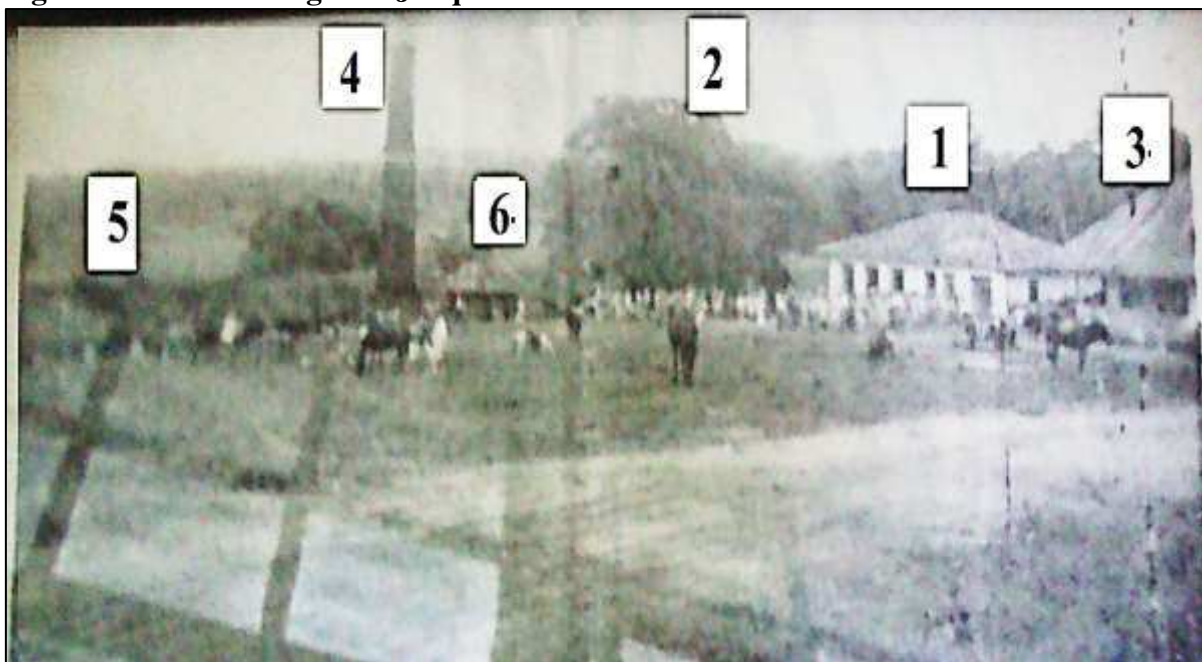
¹⁵⁷ Entrevista com Raimundo Nonato Trindade, em 12 de Fevereiro de 2021.

criada, chamada quitanda pequena, era localizada ao lado da igreja, onde hoje situa-se a escola José Roberto Vianna.

Observamos que a substituição das Quitandas, provavelmente foi motivada por uma necessidade de maior armazenamento dos produtos. A segunda Quitanda foi construída com estrutura bem maior que a primeira, devido a isso passou ser chamada de Quitanda Grande. Tanto a Pequena como a Grande, de acordo com relatos eram construções em adobe e com cobertas em telhas. Após a construção desta segunda, o prédio da antiga quitanda passou então a sediar algumas festas e comemorações para os funcionários.

A imagem abaixo (Figura 18) de uma fotografia do acervo particular da família Ribeiro (últimos proprietários da Usina Joaquim Antônio). E, de acordo com as descrições de nossos entrevistados, e tendo como base a localização de construções ainda existentes, podemos identificar nesta imagem, o que foi a Quitanda Grande, além de outros espaços.

Figura 18-Vista do Engenho Joaquim Antônio em data 1946.



Fonte: Registro fotográfico pertencente ao Acervo particular da Família Ribeiro (últimos donos das terras e Usina Joaquim Antônio).

Ao analisarmos a imagem acima, constatamos os seguintes pontos: No N° 01, identificamos a construção da Quitanda Grande (não mais existente nos dias de hoje), ao seu lado no N° 02, temos a árvore do Tamarineiro (ainda existente), em seguida, do outro lado N°03, uma construção, que de acordo com relatos dos entrevistados era a Gerência pequena, um tipo de escritório da Usina e da Quitanda (não existente) e, que também era a moradia do

Gerente Januário Alves Oliveira nos tempos de Abelardo da Silva Ribeiro (último comprador da Usina). O N° 04 é a chaminé da Usina (ainda existente), no N° 05 são partes do telhado da casa de engenho, e no N° 06 temos uma construção não identificada até o momento. Acreditamos ser um pavimento de algum tipo de operação relacionada à produção do açúcar.

Ao observarmos mais atentamente a imagem, podemos perceber que na frente da Quitanda Grande existe uma grande quantidade de pessoas. Imaginamos que, com base nos relatos ouvidos, o dia em que foi realizado esse registro teria sido feito na ocasião dos pagamentos dos funcionários que era realizado aos sábados pela tarde “*O engenho funcionava de segunda a sábado até pela manhã e sábado pela tarde era o pagamento. No domingo era folga.*”¹⁵⁸.

A Mobilização proporcionada pela feira atraía grande público. E, segundo Trovão (2004) sofre influências dos imigrantes nordestinos, incrementando os hábitos sociais e econômicos locais, fazendo a feira no modelo nordestino. Para o autor, este seria talvez uma dos poucos exemplares do gênero em toda a Amazônia Maranhense cujas características originais ainda permanecem mantidas.

A Feira de Central desenvolve também um papel social importante¹⁵⁹, pois historicamente as pessoas associam a dia do Domingo (dia na qual é realizada atualmente) como o dia propício para reencontrar amigos e familiares que residem nas localidades mais distantes, e que chegam a sede para as compras¹⁶⁰. É também o espaço utilizado para repasse de informações, notícias e convites para festividades, festejos de tambor de crioula ou outra manifestação cultural.

2.4 A Comunicação, Transporte e serviços

As limitações terrestres de acesso e comunicação são aspectos presentes nas sociedades até os dias atuais. Estes aspectos eram preocupações existentes desde o Governo Franco de Sá de forma que facilitasse a comunicação entre as unidades produtores, comerciantes e os deslocamentos dos produtos com segurança.

¹⁵⁸ Entrevista com José Ribamar Marques em 23 de Fevereiro de 2021.

¹⁵⁹ PEREIRA, Robson. Uma primeira observação sobre a feira Livre de Central do Maranhão, da origem e uma etnografia hoje. In: FERRETY, Sergio. **Reeducando o olhar**: estudos sobre feiras e mercados/ organizado por Sergio Ferretti: - São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000. p. 169-189.

¹⁶⁰ SALES, Aricelia Cantanhede. **Fazendo casas de taipa**: etnografia do processo de construção das casas de taipa na cidade de Central do Maranhão- MA/Brasil. Monografia defendida para aquisição do grau de Licenciatura em Educação Artística da Universidade Federal do Maranhão. UFMA, 2012. p 26.

Buscamos identificar estes aspectos no contexto do século XX, para tentar traçar um panorama das formas de acesso aos lugares mais remotos da região. E, como era feito o sistema de comunicação entre as comunidades e fazendas do entorno.

As vias de comunicação entre o mundo interno e externo dos engenhos, durante longo tempo, precárias ou inexistentes, também constituíam elementos importantes na composição espacial da plantation (FERREIRA FILHO, p.83, 2016).

Desta forma analisamos o contexto de existência da nossa Usina Joaquim Antônio ao nos perguntarmos como eram realizados os deslocamentos e a comunicação. Em *O Jornal do Comércio* de 1858, obtemos informações sobre a ocorrência do sistema de correios com partidas periódicas entre as vilas/municípios dentre eles Guimarães, e a capital.

Aspecto curioso, foram os relatos de entrevistados e moradores antigos ao mencionarem a existência no passado, de uma pista de pouso na qual ocorriam voos constantes entre a Usina Joaquim Antônio (lugar) e a capital São Luís. Vejamos a seguir o relato de um dos moradores da Rua Domingos Felisberto, uma das ruas mais antigas da Sede do município.

Olha, aqui em nossa pequena cidade já teve torrefação de café, onde você comprava café torrado na hora. Já teve o campo de pouso que era aonde os aviões chegavam, vinham buscar passageiros. Ele era bem ali subindo o hospital, passando a prefeitura, ali já perto da agrovila. Vinham os aviões da missão, vinha igreja Batista. Aqui já teve cartório que fazia casamento [...] assisti muitos casamentos. Nessa época, Central era Usina Joaquim Antônio ainda, então teve estas coisas. Hoje não tem mais¹⁶¹.

De acordo com as informações acima de um morador, fomos tentados a localizar a empresa que realizar estes transportes aéreos. E, ao visitar a obra “*Cronologia da História de Guimaraes: homenagem aos seus 250^a anos*” de Oliveira (2007) encontrou que a partir de 1949 os monomotores da **empresa de Táxi Aéreo Aliança** passaram a fazer linha aérea entre a capital e Guimarães¹⁶². Continuamos a busca, e localizamos em *O Combate* de 1957 a em Usina Joaquim Antônio (o lugar) entre as rotas realizadas por esta empresa com voos regulares as terças e sábados (Figura 19).

¹⁶¹ Conversa via grupo de whatsapp dos moradores da rua Domingos Felisberto, localidade Central do Maranhão- MA [Fragmentos Seleccionados] em 13 de Abr. de 2021 às 14h :26 min.

¹⁶² OLIVEIRA, 2007, p.166-167.

Figura 19-Anúncio de Empresa de Taxi Aéreo Aliança

TRANSPORTES AEREOS ALIANÇA LTDA

A mais antiga Empresa de Taxi Aéreo do Maranhão
Rua Nina Rodrigues, 45 — Telegramas — AEROTAXI
Fundada em 20 de Junho de 1949
O maximo em rapidez e segurança

LINHAS REGULARES

Aliança	3as e Sabs	Morros	5as feira,
Barreinhas	5as feira	Nazaré	Sabados
Bom Futuro-Pindaré	4as feiras	Paraty	3as e Sabs
Bequimão	3as e Sabs	Penalva	2as, 4as e 6as
Bacury-Cururupá	3as e Sabs	Pindaré-Mirim	2as, 4as e 6as
Cururupú	3as e Sabs	Peri-Mirim	3as e Sabs
Cândido Mendes	Sabados	Pinheiro	3as, 5as e Sabs
Gurutil-Guimarães	3as e Sabs	São Vicente	2as, 4as e 6as
Guimarães	3as e Sabs	S. João Batista	3as, 4as e 6as
Joaquim Antonio. Guimarães	3as e Sabs	Stá. Inês-Pindaré	2as, 4as e 6as
Matinha	2as, 4as e 6as	Stá. Luzia-Pindaré	4as e Sabs
Monção	2as, 4as e 6as	Tamanduai	3as e Sabs
Mirinzal — Guimarães	3as e Sabs	Turiaçu	4as e Sabs

Obs — Aceita-se para qualquer parte do Estado sob fretamento

Fonte: O combate 1957 Ed. 6936 p. 05.

Todavia, segundo relatos, a quantidade de voos era superior a esta, chegando a alcançar 8 voos diários cada um com 4 passageiros, com partidas as Segundas, Terças, Quartas e aos Domingo. De acordo com relatos, a pista que existiu em Central (*Usina Joaquim Antônio—O lugar*) continha uma área de cerca de 1.000 metros quadrados, e a duração do percurso até a capital era de apenas 30 minutos. E, se chamava assim "Taxi Aéreo Aliança" devido ao fato que o principal sócio da empresa, era o dono da fazenda Aliança (sediada em Cururupu-MA). Seu publico principal eram os comerciantes da região.

De acordo com os relatos, fica claro que este tipo de transporte era realizado apenas para transportar pessoas. Não foi possível detectar na fala das pessoas se este mesmo meio era também usado para o transporte de mercadorias de algum gênero específico para ou da Usina.

2.5 De povoado " Usina Joaquim Antônio" para " Município Central do Maranhão"

Após o encerramento da Fabricação de açúcar na década de 60. O Nome Usina Joaquim Antônio permaneceu atrelado ao lugar. Chama-se assim o povoado pertencente do então município de Guimaraes. Em 1961, o município de Mirinzal emancipou-se de Guimaraes, tomando para si o então povoado chamado "Usina Joaquim Antônio". Isso só

mudou com o processo de emancipação deste povoado, que após torna-se município adotou o nome oficial de Central do Maranhão em 1994.

Entre os grupos sociais que se deslocaram para a região, destacam-se principalmente as famílias cearenses fugidas da seca de 1877. Nos anos seguintes, novas levas de cearenses chegariam fato que se repetiria até meados da década de 50¹⁶³.

Com a falência da Usina, o seu proprietário Emanuel Ribeiro arrendou a terra para posseiros. Provavelmente o povoado tenha se expandido nessa época. Tempos depois, parte da fazenda foi vendida para o Governo Federal, para afins ser realizada a reforma agrária¹⁶⁴, período esse em que ocorreu o processo de emancipação deste lugar, se tornando então município.

Para compreender melhor sobre o processo de criação do município de Central do Maranhão (antes, Usina Joaquim Antônio), buscaremos dentre as referências, a pesquisa de Deusalza da Silva Melo Cutrim, sobre o processo de emancipação do Município de Central do Maranhão, realizado em 1998.

Segundo Cutrim (1998), o município de Central do Maranhão foi criado em 1994, com base na Lei Complementar nº 17 de 23 de julho de 1993, que dispõe sobre a criação dos novos municípios, sendo ele desmembrado do Município de Mirinzal, ficando subordinado à Comarca de Guimarães, e sua instalação só veio ocorrer no dia 1º de Janeiro de 1997. Ficando com o nome oficial de Central do Maranhão, na época composto por 44 povoados.¹⁶⁵

Ainda segundo a autora, a luta pela emancipação teve início na década de 70 por intermédio do então deputado Celso Coutinho e então prefeito de Guimaraes. Somente em 1983, foi levado ao plenário da Assembleia Legislativa em forma de Projeto de Lei para a criação do município. Todavia esse projeto ficou um longo tempo engavetado em virtude de divergências existentes entre o autor do projeto, o Deputado Celso Coutinho e a administração de Mirinzal, na época Prefeito Rubem Amorim¹⁶⁶.

O projeto só foi retomado posteriormente por meio do Projeto de Lei nº 350/94 de autoria do Deputado Jorge Pavão, com base na Lei 017/93 já citada. Este foi aprovado, com a proposta do então prefeito Rubem Amorim de redução da área no novo município em 300 hectares do projeto inicial. A decisão foi então publicada no Diário Oficial do Estado no dia 10 de Novembro de 1994, como Lei Estadual nº 6.175, na qual oficialmente cria o município de Central do Maranhão. A primeira eleição ocorreu no dia 03 de outubro de 1996, sendo eleito o Sr. Benedito de Sousa Barros, para um mandato de quatro anos, juntamente com nove vereadores.

¹⁶³ CUTRIM, 1998, P.47.

¹⁶⁴Idem p. 49

¹⁶⁵Idem p.51

¹⁶⁶Idem.p.52.

Pelo fato do povoado ter surgido a partir de uma ocupação realizada nas terras da fazenda Pindaíba cria-se uma polêmica quanti a instalação do município, pois a Assembleia se preocupou em emancipar o povoado sem, no entanto resolver a questão da posse da terra. Desta forma podemos dizer que o município já nasceu privado. Isso impossibilitou a posse do prefeito e vereadores. O caso só foi resolvido com a intervenção do Governo do Estado que desapropriou uma parte da fazenda.

CAPÍTULO 3- FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA E TÉCNICA DO PRODUTO

Segundo Eliana Ratto de Castro Batalha (2019) os mestrados profissionais da área de Ensino desenvolvem produtos de natureza educacional para o uso em escolas públicas do País, visando melhoria do ensino na área específica. Para a autora, a dissertação expressa fundamentação de uma experiência, do qual o produto educacional desenvolvido é parte integrante. E que a exigência para a elaboração do produto educacional gerou a necessidade de a Capes criar parâmetros a serem adotados pelos programas de pós-graduação. Desta forma, a autora coloca que é necessário que o produto educacional seja validado, registrado, utilizado nos sistemas de educação e que seja de acesso livre.¹⁶⁷

Batalha (2019) Pontua que no processo de elaboração do produto educacional, devemos atentar para os seguintes aspectos .

- Deve ser pensado e planejado por orientador e orientando
- Deve-se considerar a participação dos sujeitos da pesquisa na aplicação do produto, uma vez que estejam inseridos no contexto educacional;
- Deve surgir a partir de indagações e inquietações decorrentes da prática docente;
- Deve atender necessidades da comunidade escolar, facilitando assim o processo de ensino e aprendizagem.

Com relação à sua aplicabilidade, observamos com base nos apontamentos da autora que O produto educacional deve possuir caráter de aplicabilidade no contexto escolar e no cotidiano dos sujeitos envolvidos, sejam eles alunos, professores ou gestores, assim como também deve ser observada a união entre a pesquisa acadêmica e a prática profissional.

¹⁶⁷BATALHA, Eliana Ratto de Castro. **Recomendações técnicas para construção dos produtos educacionais: Guia (Produto Educacional de Mestrado)** – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Câmpus Pelotas Visconde da Graça, Programa de Pós - graduação em Ciências e Tecnologias da Educação, 2019. P 27.

3.1 Uso das Linguagens como recursos educacionais

Desde os primórdios da existência do homem, este sentiu a necessidade e de se comunicar. É algo inerente a nossa espécie. A socialização e a comunicação se fazem presentes lado a lado durante toda a sua vida. As primeiras formas de comunicação visual que se tem registro, são as pinturas e desenhos rupestres encontradas em diversas partes do mundo. Estas são testemunhas da tentativa do homem Pré-histórico de realizar a comunicação por meio de imagens ainda com objetivo ritualística. E, com sua evolução, observamos o surgimento de diferentes formas de comunicação.

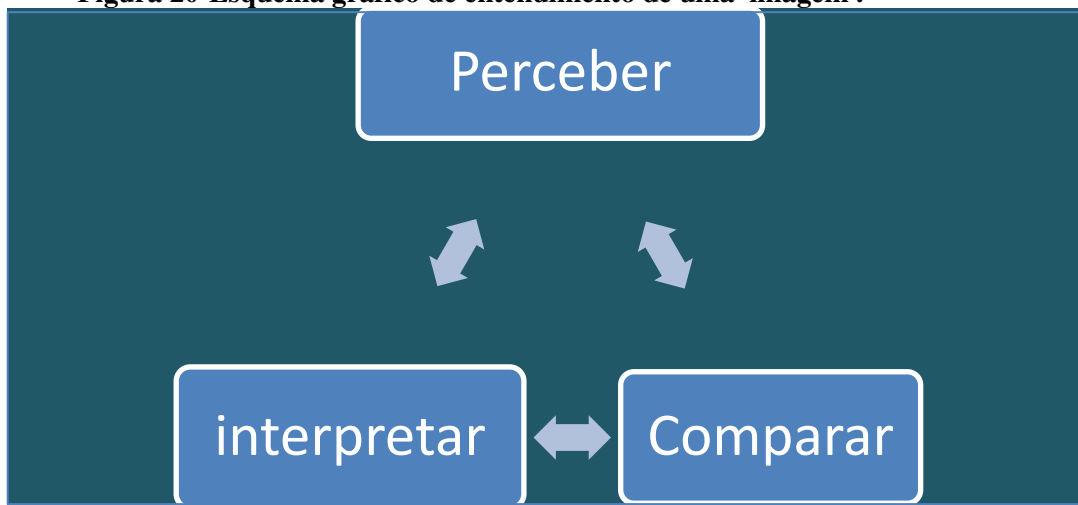
3.1.1 A Imagem & Comunicação

Falar sobre imagem no contexto atual parecer ser algo simples, entretanto, apesar de vivermos em um contexto cuja realidade nos apresenta a todo o momento verdadeiros bombardeiros de imagem de todos os tipos, seja na forma de propagandas em cartazes fixados, seja nas mídias televisivas e principalmente no meio digital. Onde nos parece que a amplitude de seu uso parece sem controle.

Segundo Cristina Costa (2013) A imagem está atrelada à cultura humana, é algo espontâneo a nossa convivência com as imagens¹⁶⁸. Mas, o que é uma imagem? Buscando entender um pouco de seu conceito Martine Joly (2012) nos revela que as imagens são representações visuais que nos ajudam a compreender certos fenômenos que nos cercam. Ou seja, as imagens são formas de comunicação. E, essa imagem é percebida, entendida e expressa por nós de diferentes formas que pressupõe o entendimento da linguagem visual. Lembramos que a linguagem está atrelada à existência de uma alfabetização, e estas, historicamente se fez representada atrelada aos fenômenos sociais(Figura 20).

¹⁶⁸ COSTA, Cristina. **Educação, imagem e mídias**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 71-94 (Aprender e ensinar com textos vol. 12). p.32.

Figura 20-Esquema gráfico de entendimento de uma imagem .



Fonte: Esquema criado pelo autor com base em COSTA, 2013, p86.

Segundo Peter Burke (1997) O uso da linguagem teve configurações diferenciadas e diretamente relacionadas ao atendimento de necessidades específicas. Desta forma, ela aparece relacionada à quatro campos.

- Aos Negócios, onde o objetivo era lidar com as atividades de registros relacionados as movimentações comerciais ;
- A família, onde se observa características de hábitos e mentalidades específicas por meios dos diários (registrados de memórias individuais).
- À Alfabetização e o Estado (encarada coo forma de controle social e domínio politico).
- A Igreja (detentora da alta alfabetização, da posse dos registros escritos). E, que ao nosso entendimento também configura forma de controle religioso e social)

Este último campo, vae ressaltar que muito se utilizou da linguagem da imagem com a função da alfabetização. Tendo em vista que em um contexto em que parte da população não tinha acesso a alfabetização, as imagens de pinturas e esculturas se tornaram ferramentas para a doutrinação dos fieis. Aqui destacamos o importante papel que as imagem possuem até os dias atuais, o de informar. E, mais que isso, o de proporcionar a reflexão. As imagens são "*conhecimento e comunicação*"¹⁶⁹.

¹⁶⁹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares" In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36 – 2003.p 29.

Na atualidade, percebemos o largo uso da imagem. Mas, infelizmente não reflete de mesmo modo que seu conteúdo seja explorado. Que fato entendemos o que esta quer nos passar, talvez pela velocidade que estas informações passam por nós, acaba sem do impossível a apreciação das imagens.

Segundo Cristina Costa (2013) ao tentarmos entender como se dá o reconhecimento da realidade que nos cerca, por meio das imagens, é necessário compreender a existência de diferentes processo perceptivos e, conseqüentemente diferentes tipos de imagens. A autora destaca três tipos:

- As imagens produzidas por meio da percepção Visual (Imagem /Visão);
- As Imagens produzidas através do complexo mental (Imagem /Pensamento);
- As imagens produzidas por nós com intuito de nos comunicar (Imagem /Texto). Que podem ser: Tradicionais ou Técnicas¹⁷⁰.

No campo da pesquisa acadêmica, segundo François Hartog (2020) o processo de adoção das imagens como fontes foi demorado, mas aos poucos, os historiadores vem explorando cada vez mais nos espaços de arquivos, fontes não tão tradicionais, dentre eles, escritos, imagens, transcrições, gravações, pois segundo o autor, também constituem objeto de história de pleno direito¹⁷¹

3.2 As Linguagens visuais e o Ensino de História

Houve um tempo no qual a imagem era um mero adereço na divulgação científica e na produção literária, porém hoje os mais diversos campos do saber, da produção e da comunicação humana se apoiam na linguagem visual e na representação imagética¹⁷².

¹⁷⁰Segundo Costa (2013) as imagens tradicionais são as imagens produzidas a partir do uso de técnicas artesanais com auxílio de instrumento à exemplo da pintura, do desenho . Já as imagens técnicas são imagens produzidas por meio de equipamentos que interferem de forma significativa no seu processo de produção. Nesse grupo podemos localizar a fotografia , o cinema e as imagens digitais. E, o que difere uma da outra é o sistema de produção. As primeiras utilizam técnicas de procedimentos e aprendizado mais simples cujo resultado depende principalmente da habilidade do autor. Já as imagens técnicas possuem a integração de máquinas e recursos não humanos. Estas dependem menos da habilidade do autor, e mais do conhecimento abstrato e científico que admitem o processo de reprodução ampla. COSTA, Cristina. As mídias digitais. In:____. **Educação, imagem e mídias**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 169-199 (Aprender e ensinar com textos vol. 12) p 30- 31.

¹⁷¹ HARTOG, François. Conjuntura do final do século: a evidência em questão? In: _____. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 229-251 (Coleção História e Historiografia).p 237.

¹⁷² COSTA, Cristina. As mídias digitais. In:____. **Educação, imagem e mídias**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 169-199 (Aprender e ensinar com textos vol. 12) p .38.

Cristina Costa (2013) ressalta que sob o ponto de vista da comunicação, as linguagens visuais são mais universais do que as verbais e sonoras. Somos capazes de compreender o sentido de uma imagem¹⁷³. Concordamos com a autora, tendo em vista que isso facilmente se reflete na sala de aula. É notável a facilidade de apreensão de conteúdos por parte dos alunos, quando estes são associados a uma imagem.

Se a leitura de imagem é tão importante para a cultura humana, se ela se apresenta de forma tão espontânea que nem mesmo nos damos conta de estarmos desenvolvendo uma importante atividade cognitiva, se ela é universal e aproxima as culturas, porque a educação formal procura excluir a linguagem visual das atividades pedagógicas tão logo a criança se mostre medianamente alfabetizada? Porque a imagem se torna um elemento secundário na educação à medida que o aluno se alfabetiza? (COSTA, 2013, p. 36).

Para a autora, a imagem é capaz de despertar maior proximidade do conteúdo, promovendo também, impactos e reações que um texto escrito não seria capaz, pois para este seria necessário que o observador fosse dotado da leitura e escrita, ou seja, que soubesse decifrar a linguagem verbal em uso. Estes obstáculos constroem distâncias entre o texto e o leitor. Já a imagem os aproxima por ser uma linguagem mais abrangente. E, ao mesmo tempo em que se configura como uma linguagem universal, segundo a autora se percebe um grande lacuna na sua valorização em meio ao campo do ensino.

Segundo a autora, as escolas historicamente tem sua parcela de culpa no desprezo da linguagem visual. Uma vez que seu intuito era a homogeneização do idioma e da eliminação dos dialetos¹⁷⁴. Entretanto, esta se compreende como um importante ferramenta para o aprendizado mediante planejamento¹⁷⁵.

¹⁷³ Idem p.34

¹⁷⁴ COSTA, Cristina. As mídias digitais. In: _____. **Educação, imagem e mídias**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 169-199 (Aprender e ensinar com textos vol. 12). p. 37.

¹⁷⁵ Idem. p. 39.

3.2.1 A Fotografia

[...] Num mundo globalizado como aquele em que vivemos, o universalismo da linguagem visual aparece como uma possibilidade de se alcançar um maior número de pessoas rompendo-se as fronteiras do nacionalismo (COSTA, 2013, p.38).

Como cita a autora no fragmento acima, vivemos um universalismo da imagem visual, proporcionado pelas transformações sociais, econômicas e industriais que impulsionaram grandes avanços tecnológicos. Consequentemente, ampliaram as formas de comunicação entre as pessoas. Abordamos aqui o uso da linguagem visual da fotografia. Sendo ela, parte da nossa realidade social. Vivemos a imagem em nosso cotidiano em vários usos e funções como também afirma Meneses (2003).

Segundo Maria Eliza Linhares Borges(2011), podemos entender a fotografia como uma imagem fixa. Sendo esta, resultado de ações físico-químicas. Outra característica desta imagem é a existência de um referente (aquilo que é representado). Essa fotografia (impresa), a princípio é a matéria, e sendo matéria pode ser tocada e apalpada. Diferentemente da sua forma digital (mais comum nos dias atuais, mas de igual importância). Outro autor que colabora com estas definições é Joly (2012). Vejamos o fragmento abaixo.

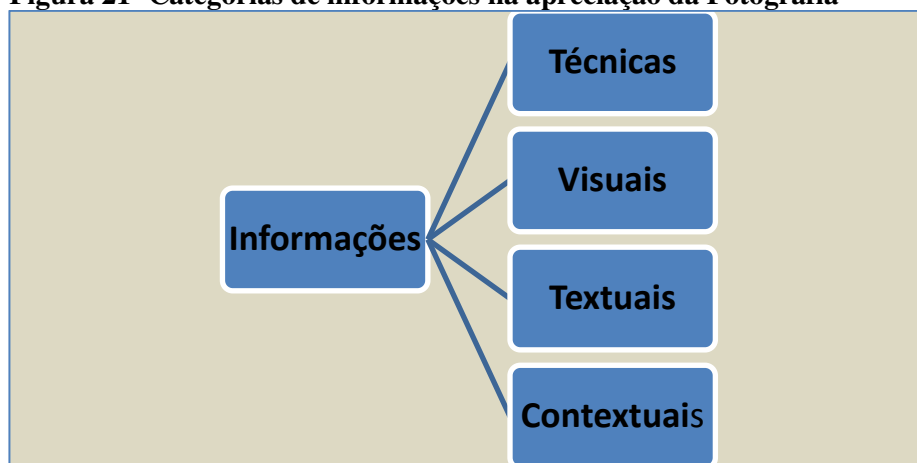
O exemplo da "imagem" é ainda mais eloquente e pode ajudar a compreender melhor sua natureza de signo: uma fotografia (significante) que apresenta um grupo alegre de pessoas (referente) pode significar, de acordo com o contexto, "foto de família" ou, em uma publicidade, "alegria" ou "convívio" (significados) (JOLY, 2012, p.34).

Joly(2012) atenta que na conjuntura do signo da fotografia, o referente de acordo com o contexto pode sofrer intervenções. Aspecto semelhante se observou na fala de Borges(2011). Para este autor, o uso das fotografias deve ser usado com cautela, pois assim como outras imagens , , podem ser manipuláveis seguindo aos interesses de quem as faz.

[...] como outras imagens ela também pressupõe um jogo de inclusão e exclusão. É escolha, e como tal, não apenas institui uma representação do real, como também integra um sistema simbólico pautado por códigos oriundos da cultura que os produz. Diferentemente da Pintura, do Desenho, da caricatura a representação fotográfica pressupõe uma inter-relação entre o olho do fotógrafo, a velocidade da máquina e o referente. a imagem fotográfica conjuga realidade e ficção. Os planos, os focos, o jogo de sombra e luz que a compõem são marcados pela encenação que a intenção do fotógrafo cria. O produto fotográfico oscila entre aquilo que lhe escapa e isto que nela infiltra (BORGES, 2011, p.83-84).

A leitura e interpretação da imagem fotográfica, assim como ocorre na pintura, iniciam-se com a percepção do espectador em contato com a imagem. Esse contato desencadeia uma série de estímulos que vão impulsioná-lo no processo de leitura. De acordo com Costa (2013), nesse processo de leitura é possível destacar a existência de quatro categorias de informações (Figura 21).

Figura 21- Categorias de informações na apreciação da Fotografia



Fonte: COSTA, 2013, p.87.

Segundo Costa (2013) na apreciação da fotografia podemos extrair inúmeras informações. De acordo com Costa (2013) estas informações podem ser organizadas em níveis. Sendo elas Técnicas, Visuais, Textuais e contextuais.

Nas informações técnicas, estão as informações relacionadas à percepção do processo de produção que originou a imagem. Como por exemplo, se ele é preto e branco ou se colorida; revelação ou impressão. Nas informações visuais estão os elementos estéticos da imagem, informações do fotógrafo, de como ele organizou a imagem, corte realizado, o centro escolhido para foco, tipo e a posição da iluminação.

Nas informações textuais nos permitem localizar assunto tratado na imagem e a forma como é desenvolvido. Aqui, segundo Costa (2013) pode ser inserida a intervenção do professor com informações complementares para o entendimento do aluno. E, por último, nas informações contextuais, encontramos os dados que dizem respeito às razões e intenções que levaram o fotógrafo a criar determinada fotografia.

3.2.1.1 A Fotografia como ferramenta educativa

Costa (2013) destaca que as fotografias são usadas há muito tempo na ilustração de livros didáticos ou científicos, como suporte para compreensão de textos, junto a gráficos e tabelas, costumam adquirir um caráter documental sobre o qual já falamos. E, que embora o uso da fotografia venha se ampliando nas últimas décadas, valorizando as publicações, não tem havido muitas mudanças com relação ao seu uso no ambiente escolar. Onde até então, é destinada posição secundária, sendo tratada a apenas mera ilustração de um texto¹⁷⁶.

Todavia, observamos que o contexto de expansão das mídias sociais, a popularização da telefonia móvel, equipamentos com câmeras cada vez mais compactas, sofisticadas e portáteis, proporcionaram uma verdadeira enxurrada de imagens, tornando a fotografia algo banal no ponto de vista de muitas pessoas. Uma realidade muito diferente de séculos atrás, onde à Fotografia era proporcionado verdadeiro ritual para realização de seu registro. Algo que não era de acesso a todos.

A abundância de imagens possibilitou uma imersão da população ao universo da fotográfica, mesmo que de forma inconsciente. As mídias sócias e redes sociais funcionam como impulsionadores dessa revolução visual do uso de imagens fotográficas. Então, porque não usar isso a favor da compressão dos conteúdos? Uma vez que o publico escolar está com o aparato tecnológico à sua disposição. Porque não trabalhar a linguagem da fotografia de forma que os alunos possam refletir sobre os próprios registros, ou registros de outros?

De acordo com Costa (2013). A fotografia constitui uma importante ferramenta pedagógica, principalmente pela sua relevante presença na vida cotidiana tanto dos professores como também dos alunos. Segundo a autora, se faz necessário a criação de espaços para que se conheça a fotografia como tema, antes mesmo de seu uso em sala de aula como apoio "*conhecer a fotografia enquanto linguagem, saber sua história, gêneros e usos*"¹⁷⁷. E, só depois, explorar essa ferramenta, voltada para os mais diversos temas.

No campo da educação, segundo Costa (2013) a fotografia assume diversos papeis, sendo ela utilizada pelo professor par atingir diferente objetos dentro do processo de aprendizagem. Na figura 22 abaixo, apesentamos os aspetos apontados por Costa, no que se trata da abordagem da linguagem da fotografia no campo da educação..

¹⁷⁶COSTA, Cristina. As mídias digitais. In: _____. **Educação, imagem e mídias**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 169-199 (Aprender e ensinar com textos vol. 12) p.83

¹⁷⁷ COSTA, Op. Cit. p. 85.

Figura 22- Utilidades da fotografia no campo da educação



Fonte: Esquema montado pelo autor com base em COSTA, 2013, p.85.

Com base nos apontamentos, observamos o destaque dado ao uso da fotografia no processo de ensino aprendizagem de sob 05 formas diferentes e que podem ser complementares entre si.

- A fotografia pode ser utilizada na apresentação de um tema ou conteúdo. Desta forma o professor possibilita ao aluno um primeiro contato do conteúdo na forma de imagem. Sendo esta usada para explorar e refletir sobre aspectos iniciais a partir da percepção dos alunos.
- A fotografia pode ser utilizada como ilustração de um tema, uma vez que ao se explorar determinado conteúdo, podemos usá-la como exemplo. Possibilitando que o aluno possa identificar visualmente detalhes sobre o tema estudado.
- A fotografia pode ser utilizada como exercício de fixação, onde o resultado pode ser avaliado pelo professor.
- A fotografia pode ser utilizada como ferramenta para pesquisas, que pode ser estimulada de duas formas: Possibilitado que o aluno procure em seu acervo de imagens, ao relacionado a determinado tema, ou quando ele é estimulado a fazer seu próprio registro daquilo que foi proposto pelo professor.
- A fotografia pode ser usada como forma de avaliação, onde o professor avalia o aprendizado e a capacidade adquirida do aluno na aplicação dos conceitos aprendidos

por meio do registro originado pelo próprio aluno. Observamos que este aspecto muito tem em comum com a função de fixação do conteúdo.

3.3 Produção Técnica Educacional – A Estrutura

Como estrutura para nosso produto educacional. Temos as seguintes apresentações:

Quadro 15- Esboço da estrutura do Produto Educacional

CAPA	
FOLHA DE ROSTO	
APRESENTAÇÃO	
SUMÁRIO	
PARTE TEXTUAL	<ul style="list-style-type: none"> • Joaquim Antônio Viana & Família • De Engenho à Usina • Quem esteve no comando? • Os produtos e seus destinos. • Galeria Ontem & Hoje • As fazendas vizinhas • Você Sabia?
REFERÊNCIAS	
COMPLEMENTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Mapa animado, • Para Saber Mais (Sugestões de sites e materiais para consulta); • Registros das ruínas e locais históricos, • Nossa Diversidade centralense; • Jogos interativos • Biografia do Autor

Fonte: Construído pelo autor.

Sobre o formato, planejou-se inicialmente em um livreto no formato impresso. Mas, que além do formato impresso, pudesse também ser disponibilizado na forma digital. Desta forma adaptamos a seção de complementos de sugestões de conteúdos para consulta,

também disponibilizados por meio de links de acesso e QR Codes para facilitar o uso pelas duas formas. Tanto impresso, como também pelo meio digital (PDF).

Quanto à extensão e dimensão do produto, temos um material composto de 60 páginas, ricamente ilustrado de acordo com a temática proposta, sendo também uma forma de possibilitar outras explorações por meio das imagens disponibilizadas. Temos a dimensão proposta para livreto mini 14,8 cm x 21 cm, no tamanho A5, e livreto A4 21cm x 29,7 cm. Sendo que este último corresponde também à dimensão de acesso no formato digital (PDF). Com relação ao tipo de papel, devido a escassez de recursos, optou-se primeiramente ao Sulfite para a primeira versão impressa (versão para avaliação da banca). Todavia, vale ressaltar que, o tipo de papel ideal para este produto, seria o Papel Couché com brilho.

3.3.1 A capa

Na capa do produto educacional apresenta-se em coloração simples, com destaque para o título "*Na Pindahyba*", logo abaixo o subtítulo "O legado de Joaquim Antônio Vianna"¹⁷⁸. Entretanto, após avaliação e orientações, optou-se por suprimir o subtítulo por completo para evitar a interpretação de exaltação de determinada classe em detrimento a outra (Figuras 23 e 24).

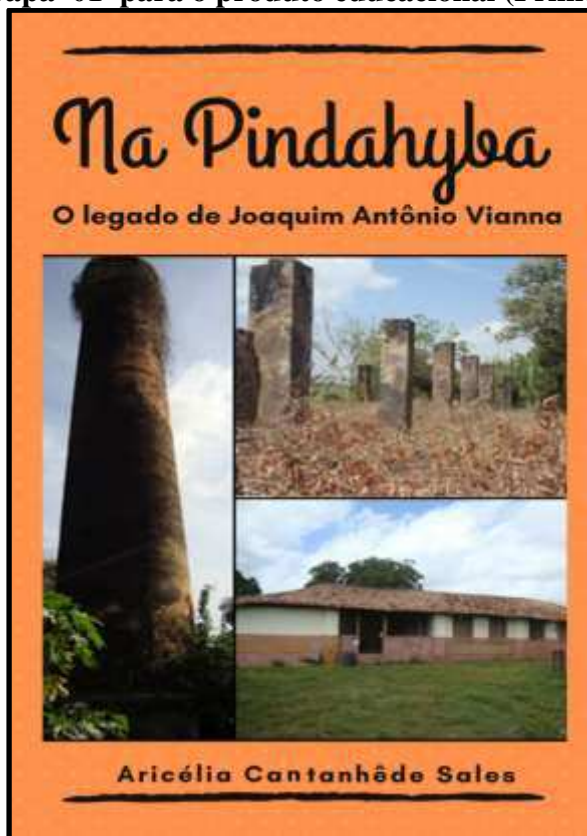
A sua construção se deu por meio da utilização de plataformas digitais de criação e edição de Canvas¹⁷⁹ obtemos como resultado na qual apresenta-se título e o nome do autor, em meio a um conjunto de imagens que caracterizam a construção do engenho/Usina Joaquim Antônio Vianna.

O conjunto de três imagens selecionadas para a capa mostram respectivamente a chaminé da casa de engenho, as ruínas das colunas da Casa de engenho e da Gerência Grande (morada do proprietário do engenho). As imagens são de nossa autoria, todas captadas no ano de 2012, e pertencentes ao nosso acervo particular de registros.

¹⁷⁸ Por meio da ferramenta Canvas, foram construídos dois modelos para capa do Produto educacional. Onde apenas um ao final foi definido após avaliação da banca de qualificação, com as devidas observações de correção.

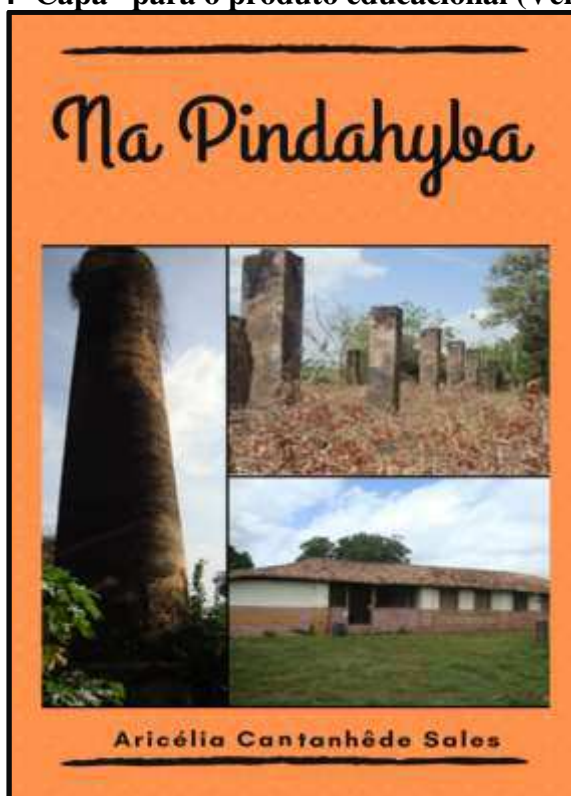
¹⁷⁹ Disponível em <https://www.canva.com/> Acesso em Fev. de 2022.

Figura 23- Capa 01 para o produto educacional (Primeira versão).



Fonte: Produção do autor por meio da ferramenta Canvas, 2022.

Figura 24- Capa para o produto educacional (Versão final)



Fonte: Produção do autor por meio da ferramenta Canvas., 2022.

3.3.2 A Folha de Rosto, a Apresentação e o Sumário.

Para a Folha de Rosto, a página de Apresentação e página de Sumário, optamos por trazer imagens relacionadas à historiografia da comunidade como pano de fundo também de nossa autoria (Figura 25). Acreditamos que esta estratégia possa contribuir para uma melhor familiarização do leitor com o material. E, ainda possam ser usadas estas imagens como elementos questionadores e de exploração por parte do leitor ou do professor na ocasião de uma atividade em sala de aula.

Figura 25- Esboço de apresentação da Folha de Rosto, Apresentação e Sumário com plano de fundo (Registros fotográficos do acervo do autor).



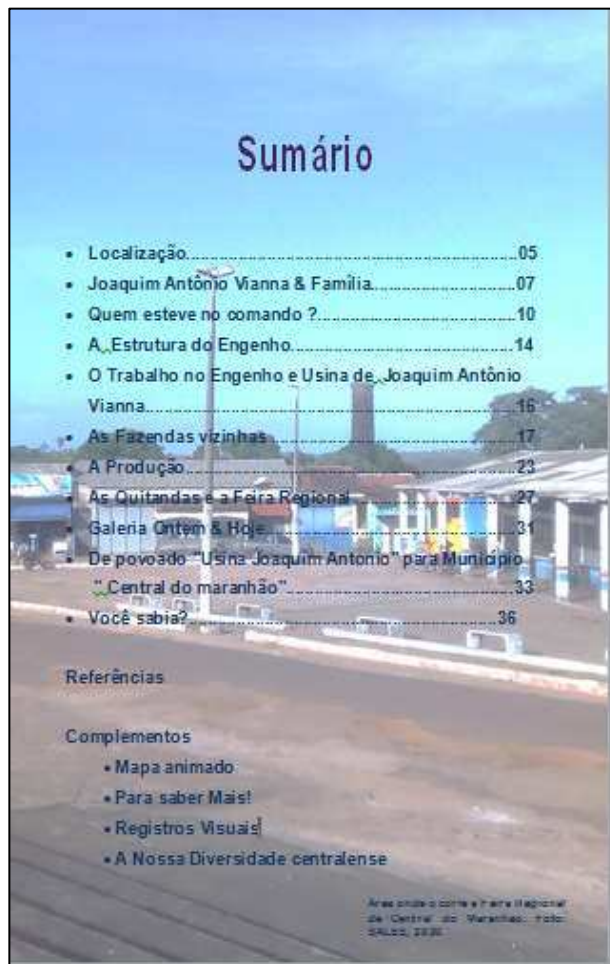
Fonte: Produção do autor. Fotos- Acervo do autor.

A imagem escolhida para a Folha de Rosto é captura de um detalhe (peça metálica) localizado nas ruínas, provavelmente integrante da tubulação que existiu no engenho Joaquim Antônio Vianna. Este registro foi realizado no ano de 2013. Na ocasião de uma ampla limpeza realizada na área das ruínas, onde por consequência pôde-se observar detalhes como estes, capturados em fotografias pelo autor. Com essa imagem, aguçamos o leitor a imaginar a sua possível função desta peça assim como a sua localização.

A imagem escolhida para apresentação é um registro de 2019 da árvore centenária localizada na comunidade Quilombola de Monte Cristo, pertencente ao município de Central

do Maranhão. E, para o Sumário apresentamos a vista da área utilizada pela feira regional, com destaque ao fundo para a Chaminé do Engenho Joaquim Antônio.(Figura 26).

Figura 26- Sumário do Produto Educacional - versão Final



<h2>Sumário</h2>	
• Localização.....	05
• Joaquim Antônio Vianna & Família.....	07
• Quem esteve no comando?.....	10
• A Estrutura do Engenho.....	14
• O Trabalho no Engenho e Usina de Joaquim Antônio Vianna.....	16
• As Fazendas vizinhas.....	17
• A Produção.....	23
• As Quitandas e a Feira Regional.....	27
• Galeria Ontem & Hoje.....	31
• De povoado "Usina Joaquim Antonio" para Município "Central do Maranhão".....	33
• Você sabia?.....	36
Referências	
Complementos	
• Mapa animado	
• Para saber Mais!	
• Registros Visuais	
• A Nossa Diversidade centralense	
<small>Área onde corre a feira regional de Central do Maranhão. Foto: SALVO, 2020.</small>	

Fonte: Produção do autor. Foto- Acervo do autor.

3.3.3 Parte Textual (Conteúdos e conceitos abordados no produto Educacional)

A seleção dos conteúdos levou em consideração as necessidades de abordagem da história local, relacionando-se com a valorização do Patrimônio, desta forma, sendo essencial contemplar os conceitos e classificações do Patrimônio e da identidade Cultural. Partindo da possibilidade de aplicação da abordagem de uma forma interdisciplinar que possam incluir práticas educacionais dentro e fora do ambiente escolar “A produção de materiais educacionais é dirigida a determinados públicos, envolvendo processos de formação em ambientes de ensino formal ou não formal. (BRASIL, 2016, p13). É de nosso interesse que atrelado a aplicação do produto educacional, sejam realizadas explorações de campo na forma

de visitas técnicas em espaços históricos da cidade assim como buscar atingir os níveis diferenciados de ensino.

Como "Parte textual" do material didático, escolhemos pontuar os seguintes aspectos extraídos de nossa pesquisa:

- Localização
- Joaquim Antônio Viana & Família
- Quem esteve no comando?
- A Estrutura do Engenho e Usina .
- O trabalho
- As fazendas vizinhas
- A produção
- As quitandas e a feira regional.
- Galeria Ontem & Hoje
- De povoado "Usina Joaquim Antônio " à Município " Central do Maranhão".
- Você sabia ?

Estes aspectos serão apresentados no produto educacional através de textos curtos e objetivos, na qual a cada página se contemplará até dois destes aspectos, tonando o material leve e não muito extenso, pois se pretende não ultrapassar a quantidade máxima de 60 páginas compostas também por ilustrações e fotografias. A sua concepção de conteúdos tem em vista o público do Ensino Fundamental (8º). Todavia, vale ressaltar que composição dá abertura para um aplicação muito mais abrangente.

Optamos por não utilizar numerações nos itens textuais de nosso produto . Para o texto, apresentamos fazemos uso da Fonte Arial para todo o corpo textual, diferenciando-se o tamanho da fonte para o títulos , corpo do texto, notas explicativas das fotografias e notas de rodapé . Na apresentação textual do produto, temos as seguintes características (Quadro 16):

Quadro 16- Descrição das características do Produto Educacional .

Itens	Fonte e Tamanho	Características
Corpo de Texto do produto	Arial , Tamanho 26	Cor preto
Títulos principais	Arial , Tamanho 48	Cores sortidas em negrito
Notas explicativas das fotografias e ilustrações	Arial, Tamanho 22	Cores sortidas
Notas de Rodapé	Arial, Tamanho 18	Cor preto
Título - Complementos de Vídeos e Textos	Forte, Tamanho 48	Cores sortidas
Título-Complementos	Arial, Tamanho 28	Cores sortidas
Espaçamento entre linhas	1,15	

Fonte: O autor

.Na localização apresentamos brevemente em qual parte do país e estado localiza-se a região onde constam os registros da existência do Engenho e Usina Joaquim Antônio Vianna. Como forma de tornar ainda mais interativa a comunicação com leitor, trazemos a ilustração de mapa com características atuais da distribuição dos municípios da região d Litoral Ocidental maranhense (Figura27).

Figura 27- Página inicial de apresentação do conteúdo-Localização.



Fonte: Extraído do Produto educacional (SALES, 2022)

No item "**Joaquim Antônio Viana & Família**" descrevemos brevemente de acordo com a fontes localizadas, quem foi Joaquim Antônio Vianna e membros de sua família.

Em "**Quem esteve no comando?**", buscamos destacar aspectos dos administradores que estiveram a frente do comando primeiramente da Engenho , e em seguida da Usina Joaquim Antônio Vianna.

No item "**A Estrutura do Engenho e Usina**", destacamos pontos referente a extensão das terras, maquinário , a existência do açude.

As formas de trabalho que existiram no espaço de produção do engenho e Usina também são exploradas.

Primeira forma de trabalho existente, o impacto da abolição da escravatura, a adoção do sistema de contratação com salário e o resultado dessa nova forma de trabalho adotada na Usina à exemplo da Feira Regional e da adoção do Foro de terras.

Apontamos também, com base em informações obtidas por pessoas da comunidade, o envolvimento de homens mulheres e crianças na realização de funções existentes nas etapas de trabalho na Usina.

Em "**As fazendas vizinhas**", listamos uma série de fazendas produtores que existiram no entorno da Usina Joaquim Antônio, muitas delas forma fornecedoras de matéria prima para a sua produção de açúcar. Outras cultivavam gêneros alimentícios de consumo da região. Nets item, apesentamos a imagem de uma dos patrimoniais naturais existentes na região, localizada na área do complexo histórico da Usina. Este item é encerrado com um mapa criado a partir de dados da própria pesquisa, como forma de ilustrar visualmente a disposição destes empreendimentos históricos, e ao mesmo tempo, chama r atenção do leitor para as localizadas ainda existentes nos dias de hoje, que se originaram a partir da existência destas fazendas antigas.

No item "**produção**" são apresentadas informações a respeito dos processos existentes na produção de açúcar realizado pelo engenho/usina a partir dos relatos obtidos por ex-funcionário. Pessoas que trabalharam já nos últimos anos de existência da usina, na década dos anos 60.

Aspectos como, os tipos de cana produzidos, formas de transportes da matéria prima, locais de produção pertencentes ao território da usina. O tipo de açúcar produzido, locais para onde era destinado o produto, identificação do açúcar produzida na usina e outras informações.

Decidimos falar um pouco sobre "**As quitandas e a feira regional**" Pois estes dois elementos possuem grande relevância par ao desenvolvimento local e ao mesmo tempo tiveram forte ligação com o Engenho e Usina Joaquim Antônio, assim como também são diretamente ligados aos tipos de produções agrícolas e comerciais no local até os dias de hoje.

Neste item, está presente um registro de imagem na qual é possível identificar o espaço que nos dias atuais é utilizado pela Feira Regional, na ocasião dos pagamentos dos salários do funcionários do engenho, que ocorria sempre aos sábados a tarde.

A "**Galeria Ontem & Hoje**" é uma proposta de atividade apresentada no produto onde relacionamos diretamente o uso da linguagem da Fotografia como ferramenta para envolver o leitor. Levamos este a mergulhar no tempo e a perceber as transformações espaciais em locais específicos relacionados história da comunidade. A proposta busca também motivar o leitor a fazer o mesmo exercício por meio do quadro "**Sua Vez!**", presente neste item.

Em "**De povoado "Usina Joaquim Antônio" à município " Central do Maranhão**" está presente de forma breve, o processo de emancipação política do então povoado que possui o mesmo nome da Usina de produção de Açúcar, passando a se chamar Central do Maranhão.

Em "**Você Sabia?**" , traz u curiosidade à respeito da cidade. Da existência no passado de pista de pouso para taxi aéreo.

3.3.4 Os Complementos do produto Educacional

Complemento 01- Mapa animado na qual é apresentada na linguagem do desenho, uma representação imaginária a área do entorno da usina e demais construções históricas, a partir de relatos de pessoas da comunidade e dados obtidos na pesquisa.

Complemento 02 - O para saber mais, é um espaço destinado à sugestões de vídeos e textos com temas complementares ao estudo sobre a temática do Patrimônio. Foram selecionados **06 Vídeos** e **06 Conteúdos em textos** para este espaço.

Os Vídeos estão dispostos em duas colunas, onde identificamos ao lado do QR Code de cada um dos conteúdos sugeridos, o título e logo abaixo, também o link para acesso ao conteúdo digital. (Figura 28).

O Vídeo 01 possui como título "**Patrimônio Cultural Material e Imaterial**", tem duração de 1 minutos e 32 segundo, onde é apresentado o conceito de Patrimônio e sua classificação em Material e Imaterial. Este material pode ser aplicado ao público do Ensino Fundamental, pois, além de possuir uma linguagem simples apropriada ao público, possui característica de animação. O que favorece a atração pelas crianças ao conteúdo.

Figura 28- Apresentação Visual do item " Complementos " espaço reservados a sugestões de vídeos.



Fonte: Extraído do Produto educacional.

O Vídeo 02 possui como título " **O que é Patrimônio Cultural? Bens materiais e imateriais** " tem duração de 3 minutos e 58 segundo, pertence ao canal Vem fazer História (VFH). Nele são destacados os conceitos de Patrimônio Cultural, Patrimônio Material e Imaterial além de mostrar exemplos dos Patrimônios Culturais Brasileiros na forma de fotografias apresentadas no vídeo. Este conteúdo pode ser apresentado tanto para o público do Ensino fundamental como também para o Ensino Médio. Patrimônio Cultural.

O Vídeo 03, com título **O Que é Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial?**, tem duração de 3 minutos e 20 segundos, pertence ao canal " Elaborando projetos culturais e sociais" da produtora Rose Meusberger. O material tem como objetivo principal apresentar aspectos que diferenciam o Patrimônio Material do Patrimônio Imaterial.

O Vídeo 04 possui como título "**Cultura, memória e Patrimônio**" pertence ao Canal "Me explica essa História " e tem duração de 18 minutos e 05 segundos. Neste vídeo

estão presentes aspectos que são cobrados no ENEM com relação aos conceitos de cultura, etnocentrismo, aculturação, memória e o patrimônio sob a perspectiva da História.

O vídeo 05, possui como título "**A Importância da preservação**" por Maria Cristina Kormikiari pelo canal " Casa do saber", tem duração de 11 minutos e 29 segundos, e traz um diálogo muito importante com relação à preservação do patrimônio e do passado do valor da memória individual e da memória coletiva. No vídeo também são mostrados aspectos das identidades grupais que estão entrelaçadas à memória, à língua, ao patrimônio, e o que se é escolhido preservar, e de como a história pode ser contada de acordo com esses registros.

O vídeo 06, possui como título "**O Que é Tombamento?**", tem duração de 2 minutos e 53 segundos e pertence ao canal " Elaborando projetos culturais e sociais" da produtora Rose Meusberger . O vídeo mostra de forma breve o conceito de tombamento e a sua importância e objetivo do Tombamento enquanto como política de preservação do Patrimônio. Assim como também apresenta o papel do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) neste processo.

Já com relação aos textos, optou-se por sugestões a partir de conteúdos disponibilizadas site do órgão oficial, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que corresponde aos textos de 01 a 05. O texto 06 é uma indicação de leitura presente no Portal da Secretaria de Estado da cultura de Alagoas , referente aos passos que são seguidos para a realização da inscrição do Patrimônio no processo de tombamento e registro.

Os textos apresentados, são conteúdos complementares que podem ser explorados em sala de aula pelos professores, e ao mesmo tempo de fácil acesso aos alunos por constarem em plataforma digital. Podendo ser acessados pelos aparelhos celulares dos mesmos por meio do QR Code (Figura 28).

Destacamos como conteúdos:

- Texto 1- Patrimônio Cultural,
- Texto 2- Patrimônio Material,
- Texto 3- Patrimônio Imaterial,
- Texto 4- Patrimônio Mundial,
- Texto 5- Patrimônio Mundial Cultural e Natural,
- Texto 6- Processo de inscrição do Patrimônio.

Figura 29 Apresentação Visual do item " Complementos " espaço reservados a sugestões de Textos .



Fonte: Extraído do Produto educacional(SALES, 2022)

No Complemento 03- Um série de registros de imagens do período de 2012 a 2022 de vários pontos históricos do município.

No Complemento 04- A Nossa Diversidade centralense" trago aspectos da produção artesanal , da gastronomia, cultura local presentes nas manifestações culturais da cidades, suas praticas festivas, diversidade religiosa, grupos culturais.

Encerramos o item de complementos, com duas propostas de **jogos lúdicos** presentes nos complementos 05 e 06.

No Complemento 05 (Figura 30), apresentamos se apresenta na forma de um jogo de Caça Palavras onde os alunos são estimulados e buscar palavras no quadro apresentado , e em seguida a traçar sua relação com o conteúdo apresentado no material (Produto Educacional). Essa relação pode ser feita na forma de apresentação oral, em sala de aula aos demais colegas da classe. Uma proposta de atividade que podem ser aplicada tanto ao público do Ensino Fundamental como ao público do ensino médio. seja de forma individual ou em grupos de trabalho (Figura 30).

Figura 30- Complemento 05 do Produto Educacional- Jogo de Caça Palavras

Complemento 05 - JOGO DE CAÇA - PALAVRAS

S	F	S	A	O	-	P	E	D	R	O	-	F	Q	U	P
E	G	C	A	N	A	I	S	S	C	A	N	O	A	S	D
U	C	H	A	M	I	N	E	A	A	C	R	R	A	C	E
-	A	S	S	I	Z	D	O	M	I	N	G	O	T	A	I
M	R	A	E	R	C	A	Ç	H	A	Ç	A	R	R	R	B
A	R	L	A	I	X	H	I	D	R	A	U	L	I	C	O
N	E	A	K	N	V	Y	A	B	A	P	L	Ç	L	E	I
O	I	R	L	Z	N	B	W	Ç	B	C	K	N	H	I	S
L	R	I	Y	A	M	A	Ç	U	C	A	R	L	O	Y	H
Q	K	O	R	L	Q	U	I	T	A	N	D	A	S	O	J
Y	B	E	N	E	D	I	T	O	B	A	R	R	O	S	K
E	S	C	R	A	V	I	Z	A	D	A	F	E	I	R	A
C	A	R	R	O	-	D	E	-	B	O	I	N	M	O	E
W	V	Q	H	J	R	A	I	C	L	Y	O	P	V	C	H

Desafio: Encontrar no quadro acima palavras relacionadas ao conteúdo lido neste material e comentar sobre a sua relação com a história do Engenho/Usina Joaquim Antônio Vianna.

Exemplo: Palavra encontrada: Cana
Relação: A cana era utilizada para produzir o açúcar no engenho.

Obs: Quanto maior a quantidade de palavras encontradas e relações corretas sejam feitas, maior a sua pontuação.

Fonte: Extraído do Produto educacional(SALES, 2022).

Já no **Complemento 06**, temos um jogo de Palavras cruzadas. (Figura 31) Na qual os alunos são desafiados a encontrar as palavras que se encaixam perfeitamente nos quadros acima a partir das dicas apresentadas.

São elas:

01- Nome da fazenda que pertenceu a Joaquim Antônio Vianna. (9 letras)- **PINDAHYBA.**

02-Local de saída de canoas com produtos para o Porto do Bandeira.(4 letras)-**VALA.**

03-Produto principal produzido no Engenho/Usina Joaquim Antônio (06 letras) -**AÇÚCAR.**

04-Esta comercial antigo onde se encontrava todos os tipos de produtos sendo vendidos. (08 letras) -**QUITANDA.**

05-Transporte rústico feito em madeira, movimentado por um ou mais bois. (10 letras e dois espaços)-**CARRO DE BOI.**

06- Subproduto derivado da cana, também produzido na Usina de Joaquim Antônio na forma de líquido. (07 letras)-**CACHAÇA.**

07- Estrutura construída para que a água do reservatório pudesse percorrer e chegar até o local da casa de engenho, para funcionamento das máquinas.(05 letras) -**CANAL.**

08-Estruturas em ferro utilizadas para conduzir a cana do canavial até a Casa de Engenho, e corriam sobre os trilhos, puxadas por animais.(06 letras)-**VAGÕES**.

09-Matéria prima para a produção do açúcar(04 letras)-**CANA**.

10-Fruto muito comum na região, do qual se obtém o azeite e o vinho de coco utilizado na gastronomia local, e de sua fibra o artesanato. (06 letras)-**BABAÇU**.

11-Tipo de transporte utilizado sobre águas e usado para locomover os produtos da Usina ao longo do canal até o Porto do Bandeira.(06 letras) -**CANOAS**.

12-Estrutura de ferro montada em locais mais planos dos canaviais, como forma de facilitar o transporte da cana por meio de vagões até a Casa de engenho. (07 letras)-**TRILHOS**.

13- Animal historicamente utilizado nos engenhos do Brasil Colonial como forma de obter força bruta para mover maquinários pesados e transportar produtos. É também um dos elementos da nossa cultura popular ricamente celebrado no período junino. (03 letras)-**BOI**.

14-Município do qual Central do Maranhão se emancipou politicamente. (08 letras)-**MIRINZAL**.

Figura 31- Complemento 06 do Produto Educacional - Jogo de Palavras Cruzadas

COMPLEMENTO 06- JOGO DE PALAVRAS CRUZADAS

DICA S:

- 01- Nome de fazenda que pertenceu a Joaquim Antônio Vieira.
- 02- Local de onde se têm canoas, conduzindo produtos até o Porto do Bandeira.
- 03- Produto principal produzido no Engenho Usina Joaquim Antônio.
- 04- Tipo de estabelecimento comercial antigo, onde se encontram vários tipos de produtos sendo vendidos.
- 05- Tipo de transporte rústico e feito em madeira, no qual se utiliza um ou mais animais (boi) para realizar a condução de materiais de um lugar para outro.
- 06- Subproduto derivado da cana, e que também é produzido na Usina de Joaquim Antônio na forma de líquido.
- 07- Estrutura construída para que a água do reservatório pudesse percorrer e chegar até o local da casa de Engenho para o funcionamento das máquinas.
- 08- Estruturas em ferro que correm sobre os trilhos conduzindo a cana do canavial até a Casa de Engenho.
- 09- Matéria prima para a produção do açúcar.
- 10- Tipo de fruto muito comum na região, no qual se obtém o azeite e o vinho de coco utilizado na gastronomia local, e de sua fibra se faz artesanato.
- 11- Tipo de transporte utilizado sobre águas usado para locomover os produtos produzidos na Usina ao longo do canal até o Porto do Bandeira.
- 12- Estrutura de ferro montada sobre o solo, utilizada em locais mais planos dos canaviais, como forma de facilitar o transporte de cana por meio de vagões até a Casa de engenho.
- 13- Animal historicamente utilizado nos engenhos do Brasil Colonial como forma de obter força bruta para mover maquinários pesados e transportar produtos. É também um dos elementos da nossa cultura popular ricamente celebrado no período junino.
- 14- Município do qual Central do Maranhão se emancipou politicamente.

Fonte: Extraído do Produto educacional(SALES, 2022).

Encerramos a estrutura do produto com a Biografia do Autor, onde apresentamos aspectos relevantes acerca da trajetória do autor e todos o seu envolvimento com os universos da educação, da cultura,, do turismo e da história local.

3.4 Sugestões para aplicação do produto

A linguagem visual foi um das primeiras formas de comunicação que o ser humano utilizou para transmitir mensagens. Nos dias de hoje, apesar de vivermos bombardeados por imagens, pouco se utiliza para a finalidade educativa. Onde historicamente assumiram papel secundária como mero complemento de texto.

Compreender a fotografia como linguagem e como forma de comunicação, pressupõe seu entendimento a partir da relação perceber- interpretar-comparar. E, é também reconhecer que a fotografia no campo da educação pode assumir funções importantes como a de apresentar, ilustrar, ou fixar um conteúdo, ser fonte de pesquisa e, ser forma de avaliação.

As aproximações dos conceitos acerca da formação da identidade cultural, da memória e da rememoração presentes em sala de aula convencional, ganham com essa proposta, uma nova configuração proporcionando proximidades ou distanciamento dos indivíduos às vivências externas.

Como forma de enfatizar pontos de diálogos como estes anteriormente citados podem nortear a abordagem voltada para uma Educação Patrimonial aliada a Interdisciplinaridade, lista-se como exemplo propostas que podem ser trabalhadas em conjunto pelos componentes curriculares de História, Geografia e Arte¹⁸⁰ (Como verificamos na discussão apresentada no capítulo 2), não se excluindo outras possibilidades.

O uso da linguagem da fotografia exige planejamento para que dela possam ser extraídos os benefícios na forma de informações Técnicas, Visuais, Textuais e contextuais. Desta forma, apresentamos um produto educacional que reúne aspectos históricos, culturais, e sociais de forma textual e não-textual (imagens). A estratégia das imagens, segue também pelo viés de aproximar o público (leitor), de fazê-lo reconhecer pertencer a estes espaços,

¹⁸⁰Tal menção se faz pela formação dos autor ser em Educação Artística, ter tido experiência como mediador cultural nas casas de Cultura, Técnico em Guia de Turismo e por fim, cursar Pós- Graduação em História. Tal abordagem vem sendo exercitada na atuação como educador da Rede municipal de ensino de São Luís- MA, onde atua como professor de Arte nas séries finais do Ensino Fundamental desde 2014.

3.4.1 Pensando estratégias

Segundo Costa (2013) a fotografia está presente nos momentos mais marcantes de nossa vida coo uma forma de registro, uma espécie de ritual a qual nos propomos realizar sempre que desejamos "*marcar, registrar e ilustrar um momento, fatos vividos, lugares conhecidos, pessoas importantes*". Aqui percebemos a forte ligação que a fotografia possui com a memória que para a autora "através das fotos o vivido se fixa, se perpetua e se torna histórico" ¹⁸¹.

A fotografia herdou alguns gêneros da pintura, tais como os retratos, as naturezas mortas e as paisagens, cuja composição já se havia consagrado, gerando um público que sem meios para adquirir uma tela, ansiava por processos mais baratos de produção da imagem. A possibilidade de se ter o retrato ornando a sala das residências tornava a cerimônia da fotografia parte inerente do desenvolvimento da autoimagem e da autoestima. Proliferavam os álbuns domésticos que aguardavam as principais momentos da vida das pessoas.(COSTA, 2013,p. 81).

A afinidade entre a Fotografia, a identidade e memória está em evidência nos trabalhos de da citada autora. Em com base em seus apontamentos que traçaremos como estratégias, o uso de registros visuais de espaços em diferentes épocas como proposta para a construção de um olhar mais crítico e analítico que possa perceber as transformações ocorridas no espaço e tempo.

Escolhemos como espaço para exploração desta abordagem o município de Central do Maranhão, originado a partir da existência do Engenho de açúcar citado acima. Geograficamente localiza-se na Mesorregião do Litoral Ocidental Maranhense, com aproximadamente 7.887 habitantes, de acordo dados do último CENSO do IBGE realizado em 2010¹⁸².

A história do então município se confunde com a história da produção de açúcar na região, tendo sido o Engenho de Joaquim Antônio Vianna um dos empreendimentos de grande destaque na produção açucareira, e sendo este um dos poucos exemplares de força motriz hidráulica. E, ainda anos após sua falência, o então povoado manteve o uso do nome como designação do lugar.

Segundo Santos (2006), Joaquim Antônio também conhecido como Capitão Joaquim Antônio seria membro de uma família abastarda possivelmente de produtores de

¹⁸¹COSTA, Op. Cit. p.90.

¹⁸²Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/central-do-maranhao/panorama> Acesso em Abr. 2021.

algodão e açúcar. E, segundo Viveiros (1992), este teria sido enviado para estudos superiores no exterior, mais precisamente na Holanda, onde cursou Engenharia Hidráulica visando investimentos futuros¹⁸³. E, desta formação pesaria na sua decisão de fundar um engenho de açúcar. Para o autor, resultado da influência e tradição holandesa no cultivo da cana e fabrico do açúcar, que atraía jovens de quase todas as partes do mundo durante séculos para as suas universidades, razão pela qual Joaquim Antônio teria ido estudar engenharia hidráulica ali.¹⁸⁴

De acordo com os autores Santos (2006) e Oliveira (1984); (2007), ao retornar ao Brasil, Joaquim Antônio, aproveitando o contexto de estímulo da produção teria se instalado nas redondezas de Guimarães, onde criou a fazenda Pindahyba¹⁸⁵, e também o seu Engenho.

O "*Ontem e o hoje*"

A proposta se sustenta no uso de um conjunto de fotografias localizadas em circulação nas mídias digitais. E, apesar da exaustiva busca não se conseguiu localizar a autoria e a época em que o registro foi realizado. Todavia, as utilizamos como ponto de partida para nossa proposta de uso das fotografias como ferramenta para exploração dentro da temática da educação. Das quatro imagens, selecionas apenas duas para este estudo comparativo o qual chamamos de "*Ontem*".

¹⁸³VIVEIROS. História do Comércio do Maranhão 1612—1895. Reedição Similar, 1992 p. 207.

¹⁸⁴SANTOS, Agnaldo Reis dos. **A história da Usina Joaquim Antônio**: a mão-de-obra empregada, sucessão administrativa e sua contribuição para a formação do município de Central do Maranhão. Pesquisa apresentada ao programa de Especialização em História da Universidade Estadual do Maranhão/ São Luís: UEMA, 2006. P. 17.

¹⁸⁵ Buscamos referencias históricas com relação ao significado do nome dado à Fazenda de Joaquim Antônio Viana. Entretanto não localizamos o que teria motivado o uso deste nome e qual o significado que este teria no contexto da criação da fazenda. As informações até então alcançadas nos apresentam o termo por meio das definições de dicionários. Obtivemos os seguintes resultados: No **Dicionário online da Língua Portuguesa** temos as seguintes definições: [Brasil] S.f. Gír. Penúria, falta de dinheiro; Estar ou andar na pindaíba, estar sem dinheiro; Corda feita com fio de palha de coqueiro; Árvore anonácea. Disponível em <https://www.dicio.com.br/pindaiba/> Acesso em Ago. de 2021. Em consulta realizada ao **Dicionário de Línguas Indígenas**, onde verificamos que a palavra está entre o grupo de palavras do português que possui influência indígena. Sendo composta da seguinte forma: Pindaíba – vem de pinda 'yba (vara de pescar). Disponível em http://conteudo.ebc.com.br/agencia/indios/dicionario/dicionario_indigena.html. Acesso em 11 de Ago. de 2021. Existe ainda uma divergência com relação à origem do termo. Na matéria "Conheça a origem da palavra Pindaíba" publicada em 17 de Setembro por Sergio Nogueira em <http://g1.globo.com/educacao/blog/dicas-de-portugues/post/conheca-a-origem-da-palavra-pindaiba.html>, o colunista destaca a definição dada pelo então novíssimo dicionário Houaiss. Nele, consta que palavra aparece pela primeira vez em 1899 no Brasil. E, que sua origem mais provável é o quimbundo, língua africana na qual também se encontramos as palavras *mbinda*, que significa “miséria”, e *uaiba*, que significa “feia”. Daí a *mbindaiba* (=miséria feia), que nos deixou na maior pindaíba.

- Espaço onde é realizada a feira Regional de Central do Maranhão- MA
- A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, antes capela pertencente ao conjunto de construções da fazenda de Joaquim Antônio Vianna.

Após a seleção das imagens, buscamos localizar na atualidade o ângulo semelhante captado na primeira imagem, para realizar o segundo registro, que equivalem ao "Hoje". A proposta consiste em apresentar sequencialmente as imagens aos alunos de forma que estes conseguiram extrair delas as percepções visuais descritas por Costa (2013).

Inicialmente apresentando a imagem, associando-a ao Engenho existente naquela localidade. Instigando que os alunos explorem:

- Identificação do lugar
- Que memórias de acontecimentos os alunos possuem deste lugar?
- Qual a história deste lugar?
- Quais as transformações existentes no espaço geográfico ou construção?

A feira regional (Ontem e hoje).

Segundo Pereira (2000) a feira tem ligação direta com a existência do engenho de produção de cana-de-açúcar que existiu no município até a década de 1960. E, sua origem foi marcada com a abolição da escravatura, momento pelo qual a mão de obra passa a ser contratada, como podemos ver nos seus apontamentos.

A feira ainda é realizada todos os domingos no período da manhã. Fazem parte dela comerciantes, compradores e visitantes de toda parte da região. E, de acordo com depoimento de frequentadores, este é o único meio de escoamento dos produtos oriundos da agricultura local.

A imagem a seguir (Figura 32) nos mostra o espaço de realização da feira em um período não identificado. E, apesar de não sabermos ao certo o **tempo** registrado, ainda sim podemos observar por meio deste registro as transformações ocorridas no **espaço geográfico** onde ocorre semanalmente a feira.

Figura 32- (ONTEM) Área onde é realizada a Feira de Central do Maranhão, ao fundo a Chaminé do Engenho Joaquim Antônio.



Fonte: Fotografia de autoria desconhecida. Veiculação por mídias digitais. Data não identificada.

Figura 33- (HOJE) Área onde é realizada a Feira de Central do Maranhão, ao fundo Chaminé do Engenho Joaquim Antônio.



Fonte: SALES, Aricelia, 2013.

As figuras 32 e 33 nos mostram em ângulo semelhante o espaço usado na realização da Feira. Percebe-se ao fundo a imponente chaminé do engenho, que ainda resiste ao tempo. A partir destas imagens podemos construir várias possibilidades de análise das transformações que ocorreram neste espaço. O uso da fotografia como fonte de informação

e registro, as mudanças espaciais, os aspectos econômicos da feira, a mobilização das pessoas, a produção local, dentre outros.

A Feira de Central também desenvolve um papel social, pois historicamente as pessoas associam o seu período de sua realização como o dia propício para reencontrar amigos e familiares que residem nas localidades mais distantes, e que chegam à sede para as compras. É também o espaço utilizado para repasse de informações, notícias e convites para festividades, festejos de tambor de crioula ou outra manifestação cultural, e ainda onde se realizam os convites para participar das Tapagens ou coberturas de Casas de Taipa. É onde encontramos outro aspecto possível de abordagem interdisciplinar entre os componentes de História, Arte e geografia principalmente (SALES, 2012, p.26).

A temática da taipa, além de contemplar um aspecto da cultura local, tem seus traços históricos atrelados a posse das terras do engenho. Desta forma, a até início da década de 1990, era predominante a concentração de habitações de taipa. Tanto pela facilidade de aquisição dos materiais e baixo custo, como pelo fato de não ser permitido a construção em alvenaria. Exceto a aqueles cujo poder aquisitivo permitia compra do terreno. Vejamos o trecho a seguir:

Por ser toda aquela terra de sua propriedade, **não permitia que construíssem casas de alvenaria**, a não ser que comprasse de sua mão o terreno para esse fim. Os lavradores arrendavam o terreno e pagavam o foro de suas roças que se encontrassem em sua propriedade. [Grifo nosso] (SANTOS, 2006. p.49-50).

Ainda nos dias de hoje é possível localizar este tipo de moradia, em menor número na sede e centro do município. Ao passo que nos bairros mais distantes do centro e nos povoados se fazem mais presentes. Colocam-se em destaque, a utilização destes espaços (habitação de taipa), discussões acerca dos espaços de memória, construção e valorização da identidade coletiva, da solidariedade orgânica, dos saberes tradicionais e suas transformações /adaptações além do reconhecimento das etapas de construção, já que para muitos alunos é algo familiar.

As aproximações dos conceitos acerca da formação da identidade cultural, da memória e da rememoração presentes em sala de aula convencional, ganham com essa proposta, uma nova configuração proporcionando proximidades ou distanciamento dos indivíduos às vivências externas que são apresentadas para eles na forma de pinturas da Série Fazendo Casas de Taipa¹⁸⁶, que favorecem a construção de novos olhares para elementos até

¹⁸⁶Projeto artístico que tem o objetivo de apresentar todas as etapas do processo de construção das casas de taipa da região por meio de exposição de pinturas (Painéis em tamanhos variados). Este projeto corresponde ao

então não postos em evidência, ou não tidos como “importantes”. A proposta também coloca a possibilidade de aproximação com comunidades quilombolas e remanescentes de quilombos, uma realidade comum a muitos alunos que residem na comunidade.

Enfatizar pontos de diálogos como estes anteriormente citados podem nortear a abordagem para uma Educação Patrimonial aliada a Interdisciplinaridade. Lista-se como exemplo os componentes curriculares de História e Arte¹⁸⁷ não se excluindo outra possibilidade.

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (ontem e hoje).

Segundo Agnaldo Reis dos Santos (2006) a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, é contemporânea à Usina Joaquim Antônio Viana. Sendo esta construída por mãos de escravos.

O Senhor de engenho Joaquim Antônio, na condição de católico mandou construir uma igreja, localizada em frente à usina, onde é hoje realizada a feira. A igreja por ter sido construída de pedra ainda existe, esta foi construída pelos próprios escravos, a sua construção data do início do segundo meado do século XIX (SANTOS, 2006,p.22).

De acordo com o autor, essa construção teria sido um cumprimento da missão de contribuir no processo de catequização dos povos conquistados, sendo uma forma de impor a religião do colonizador e de educar conforme os dogmas da igreja católica.

Acreditamos que, assim como a construção do Engenho, a igreja também teria sido construída ainda na primeira metade do século XIX. Entretanto, ainda não se localizou fontes que mostrassem tal fato. Trabalhamos apenas com registros localizados a partir de consultas ao acervo da Diocese de Pinheiro, onde se constatou que anteriormente essa construção, designava-se como capela. Vindo a se tornar igreja apenas na década de 1950. Fato curioso que constatamos é que tal igreja havia sido criada duas vezes. O primeiro decreto de criação data de 1956 assinado por Dom Afonso Maria Ungarelli, cria a paróquia no então povoado Usina Joaquim Antônio, pertencente à Guimaraes. Junto a este documento,

produto da pesquisa monografia SALES, Aricelia Cantanhede. **Fazendo casas de taipa:** etnografia do processo de construção das casas de taipa na cidade de Central do Maranhão- MA/Brasil. Monografia defendida na Graduação em Educação Artística da Universidade Federal do Maranhão, 2012.

¹⁸⁷Tal menção se faz pela formação do autor ser em Educação Artística, ter tido experiência como mediador cultural nas casas de Cultura, Técnico em Guia de Turismo e por fim, cursar Pós- Graduação em História. Tal abordagem vem sendo exercitada na atuação como educador da Rede municipal de ensino de São Luís- MA, onde atua como professor de Arte nas séries finais do Ensino Fundamental desde 2014.

encontrava-se a representação gráfica das capelas de Guimarães (entre elas, uma existente em Usina Joaquim Antônio). Isso nos leva a crer que, este material seja anterior ao primeiro decreto, e que tenha sido usado para traçar as delimitações da então paróquia criada. Pois no decreto existe a descrição dos limites territoriais da paróquia criada.

O Segundo decreto de criação, do ano de 1996 é assinado por Dom Ricardo Pedro Pádua, então Bispo Diocesano de Pinheiro. Ambos os decretos criam a nova paróquia à Imaculada Conceição.

Possivelmente a existência de um segundo decreto de criação tenha como base a perda temporária do primeiro documento, posteriormente encontrado. Todavia, existem algumas informações captadas na memória individual e coletiva de que a igreja anteriormente era atribuída à outra santa e, não à Nossa Senhora da Conceição. Estes relatos, nos levam a crer na possibilidade de que, anterior aos documentos citados acima, à então capela já existente possui um santo na qual a comunidade devotava. Ponto que merece aprofundamentos posteriores.

Igreja, apesar de ter sua estrutura em pedra, já passou por período de abandono e reforma.

Como é de conhecimento das pessoas da localidade, a igreja passou por período de abandono, o teto caiu, o capim cresceu por todos os lados e por cima das paredes, ficando em um estado deplorável, no entanto, as paredes por serem construídas de pedras, não caíram, permaneceram de pé até que no governo de João Castelo (1979-1983), a mesma foi restaurada, com investimentos do governo estadual, a obra foi novamente entregue a comunidade católica.(SANTOS, 2006,p22-23).

Segundo relatos de moradores, foi durante essa reforma que ocorreu a remoção de lápides funerárias que existiam em seu interior, restando apenas duas que foram mantidas e remanejadas para as paredes de entrada da igreja (ANEXO V).

Na imagem (Figura 34) podemos observar a construção da igreja, ao lado, escola José Roberto Vianna. A data e autoria deste registro são imprecisas. Todavia, fazemos o mesmo exercício de comparação e observação das transformações do espaço ocorridas ao longo dos anos (Figura 35). Assim como alterações estruturais. A estrutura principal pouco mudou. Ao contrário das imediações da construção da igreja.

Figura 34-- Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Ontem)



Fonte: Fotografia de autoria desconhecida. Veiculação por mídias digitais. Data não identificada.

Figura 35-Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Hoje)



Fonte: Sales, Aricélia Cantanhede, 2020.

Nesta igreja, ainda é possível observar a presença de algumas das lápides funerárias que existiram em seu interior. E, segundo relatos de moradores, foi durante essa reforma que ocorreu a remoção de lápides funerárias que existiam em seu interior, restando apenas duas que foram mantidas e remanejadas para as paredes de entrada da igreja.

A partir destas imagens podemos construir várias possibilidades de análise das transformações que ocorreram neste espaço. O uso da fotografia como fonte de informação e registro, as mudanças espaciais, os aspectos econômicos, a mobilização das pessoas, a produção local, dentre outros. São exemplos de aspectos que podem ser explorados ao realizarmos estas aproximações com o uso das imagens fotográficas à exemplo destas que trabalhamos.

Outro aspecto que pode ser explorado é propor ao próprio aluno, que busque em seus registros familiares, fotografias antigas, e realize ele mesmo o processo de aproximação com o contexto atua por meio de outro registro buscando o ângulo mais próximo possível da foto principal. Assim como propõe Costa (2013), quando nos fala sobre a função de pesquisa atribuída à fotografia.

As Ruínas e as ações de mobilizações da comunidade, um breve relato.

Outra estratégia de grande relevância é a mobilização da comunidade local, tanto escolar como externa. Ações como esta podem surtir grandes resultados positivos se pensadas de forma e serem executadas posteriormente ações de sensibilização da comunidade como palestras, seminários, apresentação de trabalhos educacionais das comunidades escolar a exemplo de exposição fotográficas, produção escrita, representações teatrais, criações gráficas, dentre outros.

Aqui se registra as primeiras tentativas ainda no ano de 2018 por meio da participação de jovens centralenses expondo trabalho de pesquisa sobre a história da cidade no I Encontro Floresta dos Guarás, realizado em Guimarães. Posteriormente, encontros locais reunindo lideranças dos municípios foram realizados.

Desde o ano de 2018, esforços veem sendo somados com objetivo de chamar atenção das autoridades de mobilizar a comunidade local para a necessidade da valorização de proteção do Patrimônio Cultural do então município de Central do Maranhão.

Outro salto importante foi dado em 2019, com a criação do Conselho Municipal de Turismo de Central do Maranhão, esta passou a ter como uma de suas ações de base a c sensibilização e conscientização da preservação do patrimônio local.

Em Dezembro de 2018 foram enviados documentos aos órgãos de estado relatando o estado de abandono na qual se encontravam construções históricas do Litoral Ocidental. Neste mesmo ano, foi criado em central do Maranhão o Conselho Municipal de Turismo, instância local pela qual foi iniciado em 2019 um trabalho de mobilização e

sensibilização da comunidade por meio de uma campanha com foco para Ruínas da Usina Joaquim Antônio Viana.

Novas tentativas de chamar atenção das autoridades par ao **risco de perda do bem histórico** foram feitas em 2020. A campanha gerou como resultado um abaixo assinado e a produção de solicitações que novamente entregues aos órgãos do estado (Governo o do estado, Secretarias de estado e Superintendência do patrimônio Material) sendo repetido o envio em 2021. E, infelizmente até o momento sem sucesso.

Dos pontos destacados anteriormente, que contam a história e são provas da existência da Usina Joaquim Antônio Viana em Central do Maranhão, o mais crítico é estado em que se encontra a Chaminé da Usina.(Figura 36). Esta, chamada popularmente de bueiro, é uma construção em pedra de aproximadamente 20/25 metros de altura. Além das ações do tempo e do clima, vem passando por descaso ao longo de vários anos. Os cuidados oferecidos a esta estrutura e às ruínas das colunas do galpão resumem-se em limpezas esporádicas da vegetação no entorno. O mais agravante, é o **aparecimento de imensas rachaduras** que traduzem o perigo constante de perda e a ocupação desornada nos entornos do grande tesouro arquitetônico da Cidade.

Figura 36-Chaminé, ruínas da Usina e estrutura da antiga Gerencia admirativa do engenho.



Fonte: Acervo do autor. Aricelia C. Sales. 2012.

Acreditamos que a linha de atuação por meio de uma educação patrimonial possa ajudar no fortalecimento de iniciativas locais de valorização do patrimônio e estimular a construção de novas propostas, a exemplo deste trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa foi sem dúvida um grande desafio. Não pela sua realização em si, mas sim pelas dificuldades que se fizeram surgir durante a realização dos levantamentos bibliográficos, das aplicações de questionários, das entrevistas, das aulas na forma remota, da impossibilidade dos deslocamentos, das visitas à órgãos e instituições de pesquisa, dentre outros.

Relacionar a temática da história local do Engenho de Joaquim Antônio Viana à prática da educação patrimonial por meio da criação de um produto educacional, foi outro grande desafio. Entretanto, sua conclusão fez reconhecer a importância da existência de uma ferramenta como esta na rede de ensino local. Um objeto que venha a contribuir para o fortalecimento da identidade cultural e mostrar também a grande riqueza histórica que o município de Central do Maranhão possui e que necessita de preservação e conservação.

O processo investigativo iniciado em 2012, culminou com a nossa entrada no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, e com base nas orientações de mestres e doutores da área da pesquisa, aprofundou-se de forma mais concreta. Vistamos cartórios, arquivos públicos e bibliotecas. Aplicamos questionários, realizamos entrevistas, registros fotográficos, registros audiovisuais, tivemos inúmeras conversas informais tanto presenciais como via online, por meio de plataformas sociais como facebook e whatsapp, que surpreendentemente se mostraram extremamente úteis. Tivemos que nos adequar ao contexto de limitação em decorrência da Pandemia da Covid-19. E, conseguimos!

Conhecer as origens de um lugar essencial para sabermos quem somos e principalmente a valorizar o que temos. A conversa com moradores da comunidade centralense contribuiu para a construção de uma perspectiva histórica diferenciada, mas ao mesmo tempo complementar ao que se mostrava na bibliografia de referência. E, a cada conversa realizada, era uma nova descoberta. Isso me fazia refletir "- Meu Deus! Quantos não já se foram levando consigo um pedaço da história dessa comunidade? Se foram sem antes ter conseguido repassar o que sabiam o que viveram o que recordavam de outros tempos."

O mergulho pela história de vida de cada pessoa trouxe mais realismo e detalhes na construção dessa imensa colcha de retalhos coletiva que se mostrou a investigação sobre o Engenho e Usina Joaquim Antônio, ressaltando a valorização do ser humano como agente

participante da história do seu lugar, e nos fazendo perceber que nem tudo está esquecido. Que, apesar de o poder público não ter olhos, ou ignorar sua existência, o valor histórico de nosso patrimônio e a sua existência está marcada na vida das pessoas da comunidade, seja na sua ou de seus antecessores.

Para construção desta pesquisa, tivemos além desta base de "histórias vivas", diversos autores como referências nas áreas da história do Maranhão, da economia e cultura maranhense, da área da educação e ensino de história. Obras de referência acerca do Patrimônio Cultural.

No primeiro capítulo deste trabalho, foi mostrada uma breve relação Educação Patrimonial, partindo de pressupostos teóricos, sua importância, e sua relação com as diretrizes educacionais. Buscando ainda neste capítulo, pontuar os traços da investigação historiográfica sobre o viés da educação patrimonial, relacionado ao histórico do engenho, à Feira Regional, às construções históricas como um Complexo Histórico.

Observamos que, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular do Território Maranhenses (DCTM), as competências e habilidades sugeridas para o ensino de história, podem ser alcançadas no aluno tendo em vista a aplicação de metodologias voltadas para a educação patrimonial seja formal ou informal.

Observamos que dentro da rede de ensino estadual local (no município de Central do Maranhão), há registros de ações executadas junto à comunidade escolar pautadas no tema da valorização do patrimônio arquitetônico local, todavia, não constatamos continuidade. Fazendo-nos crer que tenha sido algo uma ação isolada. Já na rede de ensino municipal, apesar de não termos tido o retorno desejado com informações mais precisas, constatamos que também existem iniciativas concentradas na valorização da história local. Tomamos como base, a realização de eventos do município à exemplo do aniversário da cidade, na qual observa-se programações com desfiles e apresentações encenadas na qual mostram aspectos das origens da comunidade.

A importância da educação Patrimonial se dá principalmente por conta de promover o sentimento de apropriação da comunidade nativa. Fazendo-o ter outros olhares com relação aos espaços que o cerca. E, no ensino aprendizagem, a interdisciplinaridade vem contribuir com este processo do "olhar com diferentes olhares". Isso é possível, uma vez que se permite o desenvolvimento das habilidades de História articuladas com habilidades de outros componentes como a Geografia, a Língua Portuguesa, a Arte e até mesmo a Matemática.

No segundo capítulo deste nosso trabalho, mergulhamos na historiografia buscando compreender todo o universo de inter-relações que o Engenho Usina Joaquim Antônio Vianna, nos segmentos da economia, da produção, da cultura das relações sociais.

Analizamos dados, associamos informações traçamos uma linha de compreensão com base em autores como Paulo Oliveira (1992) e Agnaldo Reis dos Santos (2006) que anteriormente haviam feito pesquisas onde detectamos informações sobre a Usina Joaquim Antônio. Apesar de não termos conseguido localizar exatamente o ano de sua criação, nos aproximamos da data de 1855 com base em registros que mostram movimentação seja no preparo da terra ou na comercialização do produto (açúcar). Com encerramento do funcionamento em 1965. Foram aproximadamente 110 anos de atividade passando por vários administradores.

Localizamos em seu processo administrativo, além do próprio Joaquim Antônio Vianna, a sua esposa Amância Franco de Sá Vianna, seu filho José Roberto Franco de Sá Vianna, Companhias e firmas como : Maia, Silva & Belford a firma Vieira & Leite, a da Firma Vieira & Viveiros. Sendo seu ultimo proprietário, o sr. Abelardo da Silva Riberio.

Com relação à estrutura do Engenho, constatamos que suas terras, detinham uma abrangência de 8.496 hectares, e a estrutura do edifício da Usina era em pedra e cal e tijolos, coberta de telhas, solidamente construído, pavimentos. Com extensão de um canal com 2 km de comprimento interligado a um açude, que segundo os autores pesquisados teria sido construído pelo próprio Joaquim Antônio Vianna, como objetivo de movimentar a turbina hidráulica do Engenho. Observamos também em nossa pesquisa outros detalhes específicos a respeito do maquinário, ainda não descritos nas bibliografias conhecidas, e vimos que a aquisição de novas máquinas no início do século XX, configurou a modernização do processo de feitoria do açúcar, conseqüentemente na sua mudança de Engenho para Usina.

Não podemos deixar de ressaltar que o uso da mão- de- obra negra do negro escravizado foi quem ajudou a construir a grande história deste empreendimento. Com base em dados localizados e depoimentos coletados verificamos o impacto que se deu a abolição da escravatura.

Na exploração territorial, por meio de diálogos com os moradores, podemos conhecer um pouco sobre comunidades do entorno. E a partir o aprofundamento das investigações chegamos a um traçado gráfico das fazendas antigas que existiram no entorno da Usina Joaquim Antônio. A localização de um mapa na diocese de Pinheiro, contribuiu ainda mais na compreensão em torno da localização destas fazendas antigas.

De acordo com cruzamentos de dados de fontes diversas, dentre elas Almanques Administrativos e Mercantis do Maranhão, foi possível identificamos descrição de algumas destas propriedades assim como seus donos e tipo de produção executava.

Com relação à produção do Engenho, e depois Usina Joaquim Antônio Vianna, identificamos que o açúcar produzido era identificado com a marca “*Assucar Usina Joaquim Antônio*”. Essa marca era impressa nas embalagens. E, além do açúcar, a usina também produzia a cachaça que era comercializada principalmente na região de Guimarães e Cururupu.

O açúcar produzido tinha como um dos destinos a capital da província. Após sair da casa de engenho, o açúcar era conduzido em canoas grande chamadas "varengas", esse transporte era pelo canal que se interligava ao Rio do Bizal até o Porto do Bandeira. Neste ponto era transferido para embarcações maiores, que alcançavam a Baía de Cumã, e de lá seguia para São Luís, Pará e Parnaíba. Barcos como Natividade, Oliveira Filho, Guarany e outros que localizamos em nossa pesquisa. Chegando na capital, a produção possuía como destino o Pará e a Paraíba, além de também ter destino certo em casas de venda (comércios) na própria São Luís.

Além da produção do açúcar, detectamos cultura da cultura de subsistência, por meio de atividades que detinham atividades que garantiam seus meios de subsistência com cultivo de gêneros alimentares destinados ao consumo interno da região caracterizaram-se como um setor subsidiário da economia regional. Fora dos campos das grandes propriedades, essa lavoura diversificada foi feita em roças ou sítios, por pequenos proprietários ou agregados, geralmente sem a ajuda de escravos ou assalariados.

O sistema de pagamentos de salários semanais possibilitou a circulação da moeda no lugar e contribuiu para a realização do comércio. As pessoas passaram a produzir para vender seus excedentes. E, assim surgiu na área próxima ao engenho a partir do dia do sábado, a Feira. Podemos compreender que a Feira de Central foi um resultado direto da abolição da escravatura, da ação da mão de obra assalariada, e da vinda de imigrantes.

Os produtos adquiridos por meio do Foro, de acordo com memória coletiva, parte era levada para a capital, e parte abastecia a "Quintana Pequena", depois para "Quitanda Grande", estes dois estabelecimentos são elementos importante na história do comércio local. Esta última, chamada "Quitanda Grande" localizava-se nas proximidades de uma das entradas do engenho, e ao seu lado ficava um Tamarineiro, ainda existente, mas desvalorizado.

No terceiro e último capítulo, destinamos aos aspectos da fundamentação metodológica e produção técnica do produto educacional com o título "Na Pindahyba".

Fizemos uma breve descrição do processo de produção técnica para o produto educacional. Partindo da concepção inicial de estrutura, estudo de capas e conteúdos a serem explorados no material. Assim como também, conceitos que serão de uso abordados no produto Educacional, de forma a apresentar a historiografia da Usina de Joaquim Antônio Vianna com apoio das linguagens da fotografia como recurso de dinamicidade ao material.

O nosso produto educacional, foi pensando de forma a trazer elementos da histórica local. Desta forma, o configuramos com imagens, texto breve e dinamicidade por meio de sugestões de conteúdos e canais de pesquisa que podem auxiliar tanto os alunos ensino fundamental, como também aos professores desta modalidade de ensino.

O produto tem como público alvo os estudantes do 8º ano da educação básica (Ensino Fundamental). Entretanto, pensamos que sua abrangência possa ser mais ampliada, chegando ao Ensino Médio, e até mesmo ao público geral. Sua construção tomou como base observações apontada por professores da rede de ensino municipal, os quais aceitaram contribuir. A troca de informações por meio de questionários possibilitou identificar características que deveriam ser essências para este material a partir do ponto de vista dos professores. Aspectos como o uso das linguagens visuais como ferramenta de atração, interação e relação ao conteúdo à exemplo da fotografia, dos desenhos e dos mapas.

Buscamos contemplar no produto alguns aspectos que consideremos importantes sobre a história local, sobre o patrimonial cultural material e imaterial e sobre o patrimônio natural. A seleção dos conteúdos levou em consideração as necessidades de abordagem da história local, relacionando-se com a valorização do Patrimônio, desta forma, sendo essencial contemplar os conceitos e classificações do Patrimônio e da identidade Cultural. O resultado é um material composto por 60 páginas ricamente ilustrado, com seis complementos de conteúdos e interações. Que pode ser utilizado pelas redes de ensino do município como ferramenta para um abrigarem e torno da educação patrimonial.

Nem tudo foram flores. Existiram grandes desafios e obstáculos e desmotivavam a continuidade do trabalho, principalmente por ser algo que poucos valorizam. Por que então insistir na tentativa de evidenciar a riqueza histórica que um lugar possui, se poucos dão importância para o passado dela? Fiz-me este questionamento por várias vezes. Um dia, talvez, quando não houver mais indícios físicos, restarão os registros como este, para que os que ainda viverem conheça como surgiu o seu lugar. Essa é a resposta que hoje sustenta a minha continuidade do trabalho.

O Objetivo foi levar para a sociedade novos aspectos localizados acerca da pesquisa sobre o Engenho e Usina Joaquim Antônio, na tentativa de instigar novas linhas de pesquisa e formas de explorar o tema em pesquisas futuras por outros, pois há muito ainda a ser explorado.

Em nossa pesquisa tentamos ressaltar a riqueza histórica, as características da formação socioeconômica e cultural e também mostrar o "esquecimento" por parte das autoridades municipais e Estaduais, pelos órgãos oficiais de proteção aos bens culturais materiais.

Por conta do descaso e ausências de políticas públicas de proteção, conservação, conscientização do valor do patrimônio local, para muitos, atualmente não passa de um conjunto de pedras e restos de colunas antigas que ainda teimam em permanecer de pé.

Esta pesquisa contribuirá para evidenciar a história do Engenho Joaquim Antônio Viana, e todos os que tiveram relação direta e indireta com sua existência, contribuindo para valorização do Patrimônio Histórico da cidade. E, se configura com um mecanismo necessário para chamar atenção de outros pesquisadores, investigadores e outros que venham a se interessar em explorar sua história e seus vestígios materiais, uma vez que aos olhos de muitos está esquecido em meio ao mato, abandonado ou ainda considerado algo sem função, sem valor, sem utilidade.

Estamos certos que ainda há muitos aspectos desta pesquisa que necessitam ser aprofundados, à exemplo das investigações sobre o protagonismo feminino que se mostrou evidente em nossa investigação e que o tempo e história trataram de silenciar. Sobre os à própria figura do Joaquim Antônio Vianna, que se mostra ainda como um anônimo; sobre o destino de seus familiares após a venda do Engenho. São muitas as possibilidades de pesquisa levantadas durante esta exploração, deixando em aberto o caminho para que outros pesquisadores deem continuidade.

Acreditamos que o estudo contribuirá para que o tema seja discutido na rede de ensino municipal e estadual no referido município, aguçando o interesse pelo tema em sala de aula, e proporcionando a construção de novos olhares da comunidade escolar e geral sobre a área histórica na qual compreende o Complexo Histórico da Usina Joaquim Antônio. Assim como um grande laboratório a céu aberto. Possibilitará também, a interdisciplinaridade de conteúdos, a aproximação da comunidade com a sua história, sua memória e seus valores enraizados ali, assim como também, atrair pesquisadores, investigadores e outros que venham a se interessar em explorar ainda mais seus vestígios materiais e imateriais.

REFERÊNCIAS

- ALMANAQUE ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DO MARANHÃO 1861. Disponível em http://casa.cultura.ma.br/portal/sgc/modulo/sgc_bpbl/acervo_digital Acesso em Fev. de 2021.
- ALMANAQUE ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DO MARANHÃO 1863. Disponível em http://casa.cultura.ma.br/portal/sgc/modulo/sgc_bpbl/acervo_digital Acesso em Fev. de 2021.
- ALMANAQUE ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DO MARANHÃO 1861. Disponível em http://casa.cultura.ma.br/portal/sgc/modulo/sgc_bpbl/acervo_digital Acesso em Fev. de 2021.
- ALMANAQUE ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DO MARANHÃO 1863. Disponível em http://casa.cultura.ma.br/portal/sgc/modulo/sgc_bpbl/acervo_digital/. Acesso em Fev. de 2021.
- ALMANAQUE ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DO MARANHÃO 1863. Disponível em http://casa.cultura.ma.br/portal/sgc/modulo/sgc_bpbl/acervo_digital/ Acesso em Fev. de 2021.
- AZEVEDO. Crislane Barbosa de. **Educação patrimonial, ação educativa em museu e ensino-aprendizagem em história.** Akrópolis Umuarama, v. 18, n. 4, p. 299-314, out./dez. 2010.
- BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm >Acesso em 20 de Jul. 2020.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. Brasília:** MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 de Jul. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2020 História** – guia de livros didáticos/ – Secretaria de Educação Básica – FNDE. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2020 Arte** – guia de livros didáticos/ - Secretaria de Educação Básica – FNDE. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019.
- BATALHA, Eliana Ratto de Castro. **Recomendações técnicas para construção dos produtos educacionais:** Guia (Produto Educacional de Mestrado) – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Campus Pelotas Visconde da Graça, Programa de Pós - graduação em Ciências e

Tecnologias da Educação, 2019. Disponível em <http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1644/PRODUTO%20%20EDUCACIONAL%20Eliana%20Batalha.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em Mai 2021.

BARBIERI, Ana Linhares Cavalcante. **As tendências ao desenvolvimento Sustentável no manjo do Babaçu pelas comunidades rurais do Estado do Maranhão.**/ Ana Linhares Cavalcante Barbieri.- Recife, 2004. Dissertação em Economia – Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, 2004.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu:** Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense- Niterói, 2013.

BORGES, M^a. Eliza Linhares. A história-conhecimento e o documento fotográfico. In: _____. **História & Fotografia.** 3^a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 75-109 (História &... reflexões).

CAIMI, Flávia Eloisa. **Sob nova direção:** o PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes. Revista História Hoje, v. 7, n^o 14, p. 21-40 – 2018.

CARVALHO, Carlos Jesus de. **Ascensão e crise da economia açucareira no Maranhão: 1850-1910.** São Luís: EDEMA, 2015. Disponível em <https://www.editorauema.uema.br/wp-content/uploads/files/2018/02/ascensao-e-crise-da-economia-pb-1519141918.pdf> Acesso em Jun. 2021.

COMPANHIA GERAL DE MELHORAMENTOS NO MARANHÃO. **A Usina Joaquim Antônio 1911-1917.** J. Pires & Cia, 1918. Disponível em http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272216551409188615_40511409188615_4051.pdf Acesso em Fev. 2021.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e Patrimônio Cultural:** interpretação e qualificação. - São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.

COSTA, Cristina. Imagem, conhecimento e comunicação. In:_____. **Educação, imagem e mídias.** 2^a. ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 27-49 (Aprender e ensinar com textos vol. 12)

COSTA, Cristina. A imagem fotográfica. In:_____. **Educação, imagem e mídias.** 2^a. ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 71-94 (Aprender e ensinar com textos vol. 12)

COSTA, Cristina. As mídias digitais. In:_____. **Educação, imagem e mídias.** 2^a. ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 169-199 (Aprender e ensinar com textos vol. 12)

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. - São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CUTRIM, Deusaliza da Silva Melo. **Processo de Emancipação do Município de Central do Maranhão**. Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 1998.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife– 2016. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream>. Acesso em 01 de Mar. de 2021.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses: 1822-1929**. – São Luís: Instituto Geia, 2003.

FERNANDES, Ana Claudia. **Araribá Mais História**. 8º ano. Componente curricular História. 1ª Edição, São Paulo, 2018.

FERNANDES, Ana Claudia. **Araribá Mais História**. 8º ano. Manual do professor/organizadora. Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela editora moderna; editora responsável Ana Claudia Fernandes. - 1ª ed.- São Paulo: Moderna, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. - 51ª edição. rev. -São Paulo: Global, 2006.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Cultura do açúcar. Organizado por Fundação Joaquim Nabuco, Tv Escola. - Recife: Editora Massangana, 2010. 180 p. Il.

HARTOG, François. Conjuntura do final do século: a evidência em questão? In: _____. **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 229-251 (Coleção História e Historiografia).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Central do Maranhão** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/central-do-maranhao/panorama>. Acesso em Abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades: Central do Maranhão**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/central-do-maranhao/panorama>. Acesso em Jan.2022.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC. **Regiões de desenvolvimentos do estado do Maranhão: Proposta avançada**. . São Luís, 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial: histórico, conceito e processos**, 2014.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: microrregião geográfica do litoral ocidental maranhense** / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. – São Luís: IMESC, 2012. V. 1: il ; 287.

JOLY, Martine. O que é imagem. In: _____. **Introdução à análise da imagem**. Trad. de Marina Appenzeller. 14ª. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012, p. 13-40 (Série ofício de Arte e Formas).

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade** (1901-1991); Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARANHÃO, Poder Judiciário. Tribunal de justiça. **Catálogo de documentos manuscritos do Poder Judiciário do Maranhão: Comarca de Guimarães, Volume 1** , 1810-1949,/[elaborado por] Christofferson Melo de Oliveira; Luana Rachel Bandeira Costa; Raíssa Lindoso.-São Luís, 2011.

MARQUES, Cezar Augusto. **Apontamentos para o Dicionário Histórico, Geográficos, Topográficos e estatístico da Província do Maranhão**, 1864.

MARQUES, CEZAR AUGUSTO. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Typografia do Frias, 1870.

MELO, Alessandro de & CARDOZO, Poliana Fabíola . **Patrimônio, Turismo, Turismo Cultural e Educação Patrimonial**. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015,

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares” In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36 – 2003.

OLIVEIRA, Paulo. **Guimarães na História do Maranhão**. 1ª Edição. São Luís. SECMA, 1984.

_____. **Cronologia da história de Guimarães**. LITHOGRAF, 1992.

_____. **Cronologia da história de Guimarães: homenagem aos seus 250 anos**. 2ª Edição ampliada. SEGRAF. São Luís, 2007.

PEREIRA, Robson. Uma primeira observação sobre a feira Livre de Central do Maranhão, da origem e uma etnografia hoje. In: FERRETY, Sergio. **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados/ organizado por Sergio Ferretti**: - São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.

PEREIRA, Josenildo de J. **As reformas do trabalho no Brasil Império**: ideias, ecos e vozes da província do Maranhão na década de 1880. *Revista Historiador* Vol. 10 nº18 Jan- Jun de 2018.

POUGY, Eliana; VILELA, André. **Telaris Arte**. 8º ano: ensino fundamental, anos finais/ Eliana Poug, André Vilela.-1.ed.—São Paulo: Ática, 2018.

QUINCAS, Vilaneto. **Catálogo Histórico da Imprensa Maranhense**: do Prelo ao Prego: 1821-2007. São Luís 2008. /Capital Volume I. Disponível em <https://www.editorauema.uema.br/wp-content/uploads/files/2018/02/livro-do-prelo-ao-prego-capital-quincas-vilaneto-1519142120.pdf>. Acesso em Jul. 2021.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos & ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Uma transição Sutil: dos engenhos centrais às usinas. *In. A trajetória da cana de açúcar no Brasil*: perspectivas geográficas, histórica e ambiental [online]. Uberlândia: EDUFU, 2020. p.67-113. Disponível em <http://books.scielo.org/id/2hfcy/pdf/rodrigues-9786558240112-03.pdf>. Acesso em Ago. 2021.

ROLIM FILHO, Claudiomar Matias. Formação Econômica do Maranhão: de província prospera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado?. Brasília--DF, 2016. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23037/1/2016_ClaudiomarMatiasRolimFilho.pdf Ago 2021.

SANTOS, Agnaldo Reis dos. **A história da Usina Joaquim Antônio**: a mão-de-obra empregada, sucessão administrativa e sua contribuição para a formação do município de Central do Maranhão. Pesquisa apresentada ao programa de Especialização em História da Universidade Estadual do Maranhão/ São Luís: UEMA, 2006.

SALES, Aricelia Cantanhede. **Fazendo casas de taipa**: etnografia do processo de construção das casas de taipa na cidade de Central do Maranhão- MA/Brasil. Monografia defendida na Graduação em Educação Artística da Universidade Federal do Maranhão, 2012.

SALES, Aricelia Cantanhede & BARBOSA, Josivaldo Flor Costa. **Salve o Patrimônio Histórico de Central do Maranhão**: engenho central de Joaquim Antônio Viana. Pôster apresentado *In*: II ENCONTRO FLORESTA DOS GUARÁS, 14, 15 e 16 de Julho de 2017- Cururupu /MA.

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC-MA). **Documento do Território Maranhense**: para a Educação infantil e o Ensino Fundamental. - 1ª Edição, FGV Editora, 2019.

SOUZA, Ivan Pereira de. Do engenho à Usina: estudo diacrônico da terminologia do açúcar. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da

Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-26102007-154413/publico/DISSERTACAO_IVAN_PEREIRA_SOUZA.pdf. Acesso em Ago. 2021.

SCHWARTZ, Stuart B. Uma geração exaurida: Agricultura comercial e mão de obra indígena. In SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. Tradução Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras, 2011.

TROVÃO, José Ribamar. **Relatório preliminar do Litoral Ocidental**. São Luís: UFMA, 2000.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão**. (1612 – 1895); (1952-1954), volume I e II, reedição similar, São Luís: Associação Comercial do Maranhão/LITHOGRAF, 1992.

PEREIRA FILHO, Jomar Fernandes. **Economia Maranhense de 1890 a 2010**: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016.

Periódicos

Jornal O Combate. Ano 1957. Edição 06911 p02. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763705&Pesq=UZINA%20JOAQUIM%20ANTONIO&pagfis=28334>. Acesso em 11 de Abril de 2021.

Jornal O Imparcial. Ano 1940. Edição 06976. Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107646&pesq=UZINAS&pagfis=27509> Acesso em 11 de Abril de 2021.

Jornal A Pacotilha (MA) Ano 1903 Edição 00051. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&pesq=UZINA%20JOAQUIM%20ANTONIO&pagfis=26211. Acesso em Fev. 2021.

Jornal Folha do Povo (MA) Ano 1929 II. Edição 0073 . Página 02. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720240&Pesq=UZINA%20JOAQUIM%20ANTONIO&pagfis=816> .Acesso em Fev. 2021

Jornal O Imparcial. Ano 1940. Edição 06976. Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107646&pesq=UZINAS&pagfis=27509> Acesso em 11 de Abril de 2021.

Jornal A Pacotilha (MA) Ano 1903 Edição 00051. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&pesq=UZINA%20JOAQUIM%20ANTONIO&pagfis=26211. Acesso em Fev. 2021

Jornal Folha do Povo (MA) Ano 1929 II. Edição 0073 . Pagina 02. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720240&Pesq=UZINA%20JOAQUIM%20ANTONIO&pagfis=816>. Acesso em Fev. 2021

Jornal O Combate. Ano 1957. Edição 06911 p02. Disponibilidade. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763705&Pesq=UZINA%20JOAQUIM%20ANTONIO&pagfis=28334>. Acesso em 11 de Abril de 2021.

Sites

Página Fecebook da escola José Roberto Viana. Disponível em <https://www.facebook.com/CE-Jos%C3%A9-A9-Roberto-Viana-2172/photos450>. Acesso em Mar de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Blog -Gestão 2013-2016** contém registros apenas de 2013. Disponível em <http://secretariacentral.blogspot.com/> Acesso em Mar. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Comunidade escolar comemora entrega do CEQ José Roberto Viana de 25 de Novembro de 2019. Disponível em <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=265329> Acesso em 20 de Marc. de 2021.

NOGUEIRA, Sergio. Conheça a origem da Palavra Pindaíba. **Dicas de Português G1.com**. Matéria publicada em 17 de Setembro de 2013, às 17h:19 . Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/blog/dicas-de-portugues/post/conheca-a-origem-da-palavra-pindaiba.html>. Acesso em Jul. 2021.

Registros Family Search

Pedigree Resource File [Arquivo de Recursos de Linhagem], database, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/2:2:3HKZ-ZGM> : accessed 2021-07-01), entry for Joaquim Antonio /Vianna/; "Alvares Calabria" file (2:2:2:MMDK-YM2), submitted 2016-01-03 by klavdjo [identity withheld for privacy]. Acesso em Jul.2021.

Pedigree Resource File [Arquivo de Recursos de Linhagem], database, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/2:2:3HKZ-ZG9> : accessed 2021-07-01), entry for Amancia /Franco de Sá/; "Alvares Calabria" file (2:2:2:MMDK-YM2), submitted 2016-01-03 by klavdjo [identity withheld for privacy]. Acesso em Jul.2021.

Pedigree Resource File [Arquivo de Recursos de Linhagem], database, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/2:2:3HKZ-Z5P> : accessed 2021-07-01), entry for Anna Francisca /de Sá/; "Alvares Calabria" file (2:2:2:MMDK-YM2), submitted 2016-01-03 by klavdjo [identity withheld for privacy]. Acesso em Jul.2021.

Pedigree Resource File [Arquivo de Recursos de Linhagem], database, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/2:2:3HKZ-ZG9> : accessed 2021-07-01), entry for Amancia /Franco de Sá; "Alvares Calabria" file (2:2:2:MMDK-YM2), submitted 2016-01-03 by klavdjo [identity withheld for privacy]. Acesso em Jul.2021.

Pedigree Resource File [Arquivo de Recursos de Linhagem], database, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/2:2:3HKZ-ZGX> : accessed 2021-07-01), entry for Romualdo Antonio /Franco de Sá; "Alvares Calabria" file (2:2:2:MMDK-YM2), submitted 2016-01-03 by klavdjo [identity withheld for privacy]. Acesso em Jul.2021.

Pedigree Resource File [Arquivo de Recursos de Linhagem], database, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/2:2:3HKZ-ZGS> : accessed 2021-07-01), entry for Ignez /de Sá Vianna; "Alvares Calabria" file (2:2:2:MMDK-YM2), submitted 2016-01-03 by klavdjo [identity withheld for privacy] Acesso em Jul.2021.

Vídeos Consultados

Documentário Programa de Educação Patrimonial para a área do Projeto Salobo. Direção Felipe Pamplona e Melissa Barbery. Roteiro: Felipe Pamplona, Janice Lima e Melissa Barbery, Brasil, 2009. 30 min. <http://portal.iphan.gov.br/pa/videos/detalhes/70/programa-de-educacao-patrimonial-para-a-area-do-projeto-salobo>. Acesso Set 2021.

Educação Patrimonial em Abaetetuba e Moju PA 2003 a 2007. Direção Silvio Figueiredo. Roteiro Silvio Figueiredo e Zenaide de Paiva. Paragominas. Produções Naza Filmes, 2006. 19min. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pa/videos/detalhes/58/educacao-patrimonial-em-abaetetuba-e-moju-pa-2003-a-2007>

REFERÊNCIAS SUGERIDAS NO PRODUTO

Patrimônio Cultural Material e Imaterial (conteúdo para Ensino Fundamental)- Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7zOSulkHJdY> Acesso em Abril 2022

O que é Patrimônio Cultural? Bens materiais e imateriais (Conteúdo para Ensino Fundamental e Médio). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=BUU2nI-QZ_U, Acesso em Abril 2022.

O Que é Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial?- (Conteúdo para Ensino Médio). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-Uz61DKiMAk> Acesso em Abril 2022

Cultura, memória e Patrimônio (Conteúdo para Ensino Médio) - Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NM3J0fgYexs> Acesso em Abril 2022

A Importância da preservação por Maria Cristina Kormikiari (Casa do saber) -(Conteúdo para Ensino Médio) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hCtwj4eF4G4> Acesso em Abril 2022

O Que é Tombamento?- (Conteúdo para Ensino Médio) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pTVDjREDvVs> Acesso em Abril 2022

Patrimônio Cultural- Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218> Acesso em Abril 2022

Patrimônio Material- Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276/> Acesso em Abril 2022

Patrimônio Imaterial- Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234> Acesso em Abril 2022

Patrimônio Mundial- Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24> Acesso em Abril 2022

Patrimônio Mundial Cultural e Natural- Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29> Acesso em Abril 2022

Processo de inscrição do Patrimônio Disponível em <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-cultural/principal/textos/processo-de-inscricao-do-patrimonio> Acesso em Abril 2022

APÊNDICES

APÊNDICE A- Tabela Comparativa das áreas de Conhecimento -Linguagens

ÁREA DO CONHECIMENTO: LINGUAGENS						
DOCUMENTO CURRICULAR DO TERRITÓRIO MARANHENSE						
BNCC						
UT	OC	Habilidade	CC	Eixo	Campo	Habilidade de
			L P Í O R N G U A G U E S A	Oralidade	Campo das práticas de estudo e pesquisa	Estratégias de produção: planejamento e produção de apresentações orais. EF69LP38
Oralidade	Estratégias de produção: planejamento e produção de apresentações orais	EF69LP39		Oralidade	Campo artístico literário	Estratégias de produção. EF69LP39
Letura	Reconstrução das condições de produção, circulação e recepção	EF69LP44		Letura		Reconstrução das condições de produção, circulação e recepção. Apreciação e réplica. EF69LP44
Oralidade	Estratégias de produção: planejamento, realização e edição de entrevistas orais.	EF89LP13		Oralidade	Campo jornalístico/midiático	Estratégias de produção: planejamento, realização e edição de entrevistas orais. EF89LP13
Análise linguística/semiótica	Variação linguística	EF69LP55		Análise linguística/semiótica	Todos os campos de atuação	Variação linguística. EF69LP55
			A R T E	Linguagem artística: Artes visuais	Matrizes estéticas e culturais	História da arte no Brasil – a arte afro-brasileira. Cultura popular brasileira, regional, local (exemplos: rendeiras; os sotaques do bumba meu boi e sua indumentária; artesanato local; carnaval; festas juninas etc.). EF69AR33
Artes integradas	Matrizes estéticas e culturais	EF69AR33		Linguagem artística: Artes visuais		A arquitetura como manifestação das artes visuais e patrimônio cultural: estilos arquitetônicos de diferentes localidades e épocas. A arquitetura luso-brasileira presente no Maranhão. EF69AR34
Artes integradas	Patrimônio cultural	EF69AR34		Linguagem artística: Artes Visuais	Patrimônio Cultural	
Dança	Contextos e práticas	EF69AR09		Linguagem artística: Dança	Contextos e Práticas	Danças populares maranhenses: bumba meu boi, tambor de crioula, cacuriá, lelê. EF69AR09
Dança	Processos de criação	EF69AR15		Linguagem artística: Dança	Contextos e Práticas	Danças populares maranhenses: bumba meu boi, tambor de crioula, cacuriá, lelê. EF69AR15

CC- Componente Curricular

UT- Unidade Temática

OC- Objeto do Conhecimento

Fonte: Tabela construída com base em (BRASIL, 2017) ; (SEDUC ,2019).

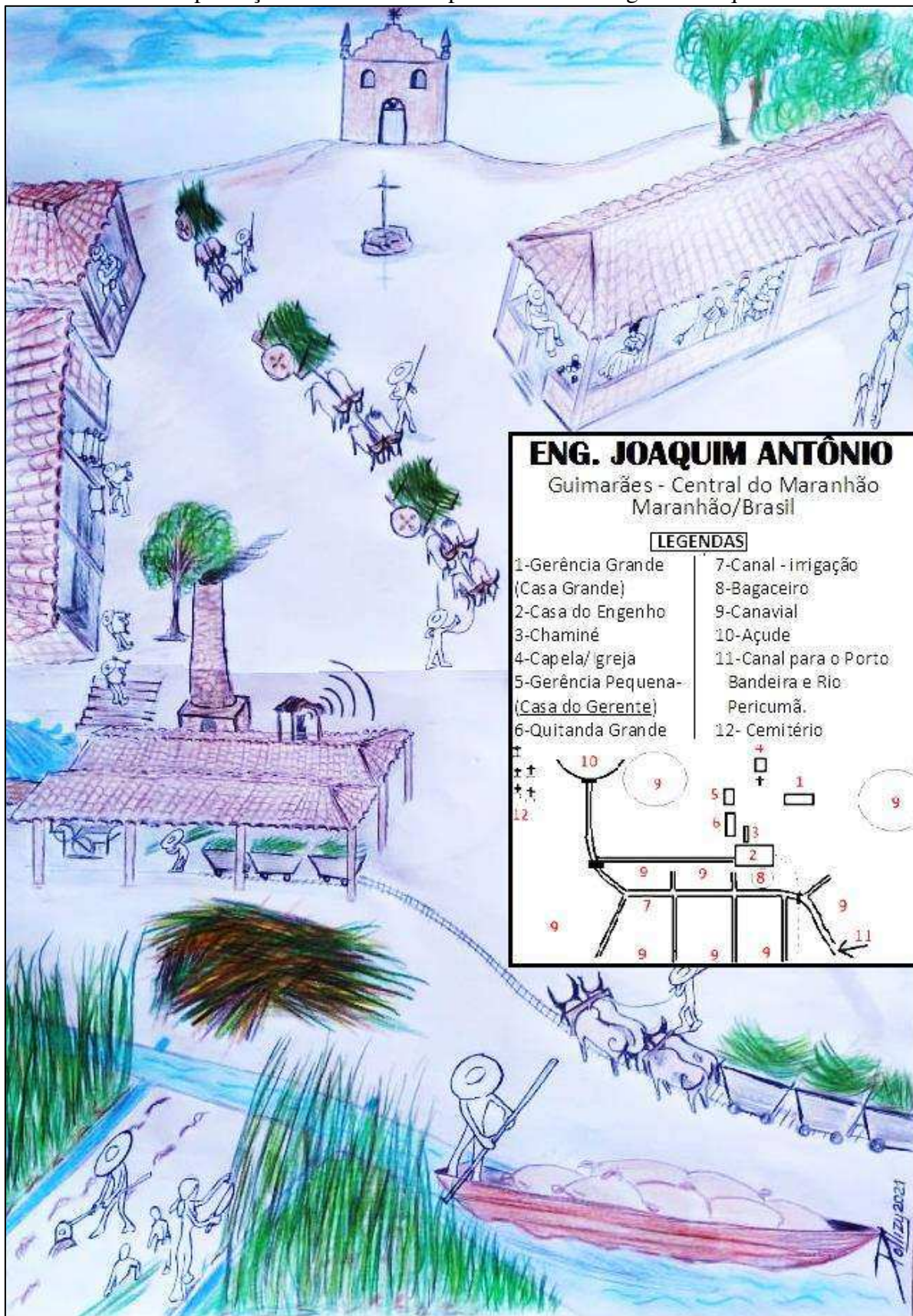
APÊNDICE B- Tabela Comparativa das áreas de Conhecimento -Ciências Humanas

ÁREA DO CONHECIMENTO: CIÊNCIAS HUMANAS					
BNCC		DOCUMENTO CURRICULAR DO TERRITÓRIO MARANHENSE			
CC	OC	Habilidade	CC	UT	OC
O Brasil no século XIX	O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial	EF08HI19	H I S T Ó R I A	O Brasil no século XIX	O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial. A crise agroexportadora do Maranhão.
		EF08HI20			(EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas. (EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.
O sujeito e seu lugar no mundo	Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais	EF08GE01	G E O G R A F I A	O sujeito e seu lugar no mundo	Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais no território maranhense.
	Diversidade e dinâmica da população mundial e local	EF08GE02			(EF08GE01) Descrever as rotas de dispersão da população humana pelo planeta e os principais fluxos migratórios em diferentes períodos da história, discutindo os fatores históricos e condicionantes físico-naturais associados à distribuição da população humana pelos continentes, assim como pelas diversas macrorregiões do território maranhense. (EF08GE02) Relacionar fatos e situações representativas da história das famílias do município em que se localiza a escola, considerando a diversidade e os fluxos migratórios da população mundial e sua influência na construção da identidade local.
Formas de representação o e pensamento espacial	Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e África	EF08GE18		Formas de representação e pensamento espacial	Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e África. (EF08GE18) Elaborar mapas ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da África e América.

CC- Componente Curricular UT- Unidade Temática OC- Objeto do Conhecimento

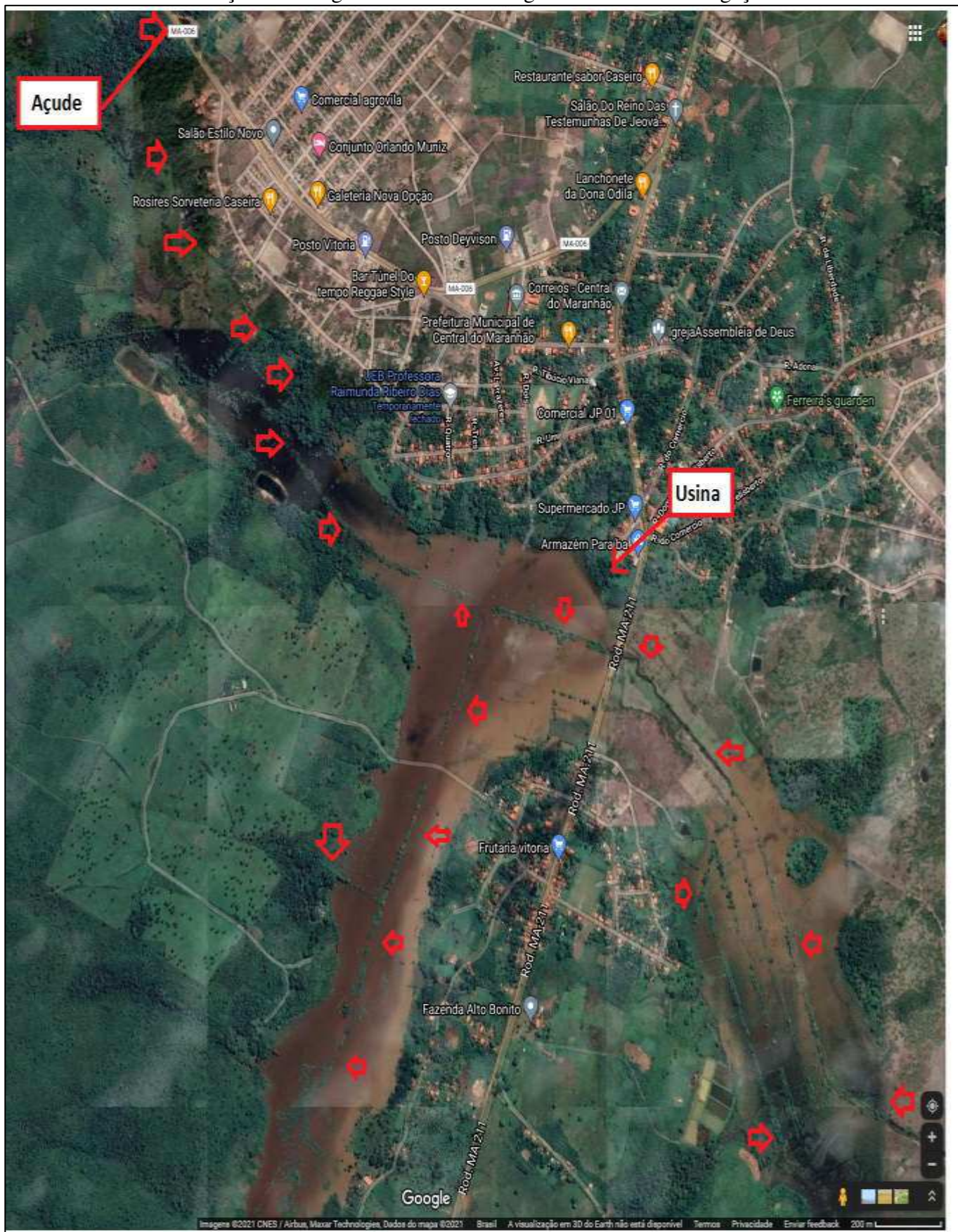
Fonte: Tabela construída com base em (BRASIL,2017) ; (SEDUC ,2019).

APÊNDICE C- Reprodução na forma de Mapa animado do Engenho Joaquim Antônio Vianna



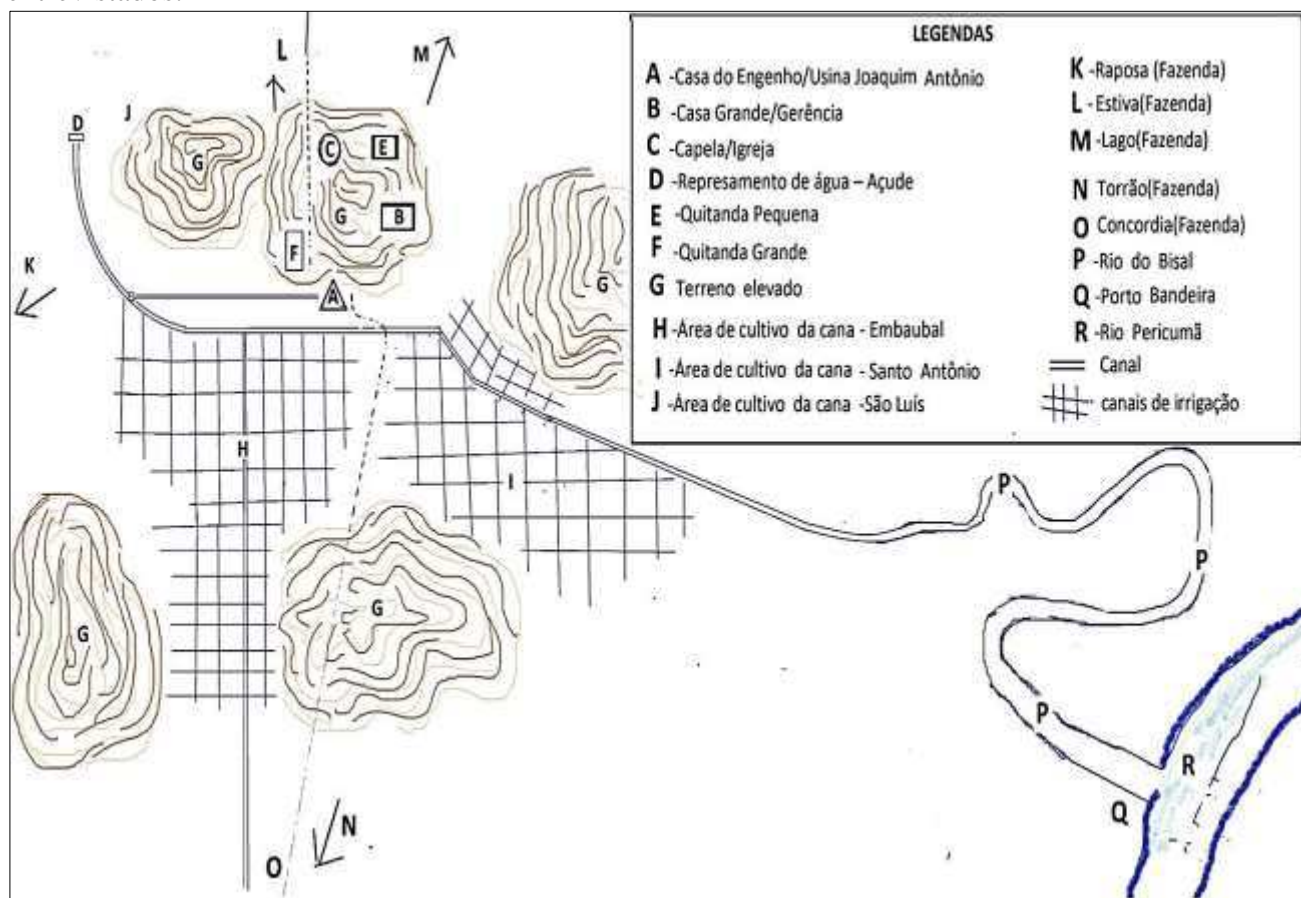
Fonte: Representação Gráfica criada pelo autor reproduzindo os espaços históricos do Complexo Cultural Usina Joaquim Antônio Vianna, com base nas informações extraídas das entrevistas e com inspiração na obra Casa Grande & Senzala. (SALES, 2022).

APÊNDICE D- Localização em Imagem Satélite de vestígios dos canais de irrigação da Usina.



Fonte: Google Maps, 2021. (Edição da imagem pelo autor).

APÊNDICE E- Esquema estrutural construído a partir da análise da imagem satélite e relatos de entrevistados.



Fonte: Esquema elaborado pelo autor, com uso de ferramentas de computação gráfica e manipulação de imagens. (SALES, 2021).

APÊNDICE F- Administradores e dados de produção da Usina Joaquim Antônio (1855-1917)

Período	Produção do açúcar (Ton).	Administração
1855 -1868	Registros não localizados	Cap. Joaquim Antônio Vianna
1869	Registros não localizados	D. Amância Franco de Sá Vianna
1870	2.022	
1875	6.900	
1880	8.480	D. Amância Franco de Sá Viana e José Roberto de Sá Vianna
1882	16.114	
1892-1906	Registros não localizados	Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, representada pelos senhores Raimundo Joaquim Ewerton Maia, Antônio Joaquim da Silva e Cesar Augusto Belfort, distrito sob a firma – Maia, Silva & Belford.
1907	183.525	Vieira & Leite Vieira e Viveiros Administradores (Viveiros)
1908	308.525	
1909	270.000	
1910	281.267	
1911	212.310	Período de Alexandre José de Viveiros
1912	90.710	
1913	244.000	
1914	163.000	
1915	168.000	
1916	155.000	
1917	136.067	
1925-1929	Registros não localizados	Deputados Carlos Neves e Deputado Augusto Almeida
1929-1962	Registros não localizados	Abelardo da Silva Ribeiro

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações coletadas durante levantamento bibliográfico (2021).

APÊNDICE G- Apontamentos para uma breve cronologia do Engenho/ Usina Joaquim
Antônio Vianna

1847- Eleições para deputados provinciais – Joaquim Antônio Viana em *O Progresso*.

1850- A lei n. 581, de 4 de setembro, conhecida como **Lei Eusébio de Queirós**, estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império. Sua promulgação é relacionada, sobretudo, às pressões britânicas sobre o governo brasileiro para a extinção da escravidão no país.

1856-Registro de ocorrência de incêndio na propriedade de Joaquim Antônio Viana (Fazenda Pindaíba).

1857- Registro em 17 de Outubro de 1857 de captura de negro fugitivo que encontrava-se escondido em terras da fazenda Pindaíba, propriedade do Capitão Joaquim Antônio Viana.

1860- Publicação de matéria em *O Jornal do Comércio* em resposta ao *O Publicador Maranhense*, onde constam os proprietários pioneiros em produção de lavoura na Região, sendo estes o Coronel Antônio Onofre e Capitão Joaquim Antônio, cita ainda, que antes mesmo de 1857 já produziam em suas terras inclusive com uso de arados.

1861 a 1864 - Destaque da Usina por Joaquim Antônio Viana entre os empreendimentos da região (Engenhos hidráulicos).

1868- Amância Franco de Sá Vianna envia seus filhos José Mara Franco de Sá Vianna e José Roberto Franco de Sá Vianna para a Europa.

1868- Falecimento do Cap. Joaquim Antônio Vianna.

1871- A **Lei do Ventre Livre (LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871)** foi assinada pela Princesa Isabel e promulgada em 28 de setembro de 1871, considerando **livre** todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir de então.

1871- Amância Franco de Sá Vianna aparece entre acionistas do Banco do Maranhão com a quantidade de 10 ações nesta instituição.

1874- Amância Franco de Sá Vianna aparece entre acionistas do Banco do Maranhão com a quantidade de 10 ações nesta instituição.

1876- Amância F. de Sá Viana aparece entre acionistas da Companhia de Navegação a Vapor.

1880- Nota de José Roberto Sá Vianna como procurador de sua (Amância de Sá Vianna) arrenda escravos de ambos os sexos para serviço de lavoura de cana no estabelecimento da mesma Sra, que ele administra, pela quantia de cem mil réis.

1880- Amância Franco de Sá Vianna aparece entre acionistas da Companhia de iluminação a Gás com a quantidade de 16 ações nesta instituição.

1880- Movimentos do Açúcar com D. Amância de Sá Vianna como Dona da produção de 200 sacos açúcar, com origem de Pindaíba, transportada pela embarcação Gurarany.

1881- Movimentos do Açúcar com D. Amância de Sá Vianna como Dona da produção de 220 sacos açúcar, com origem de Pindaíba, transportada pela embarcação Gurarany.

1883- Movimentos do Açúcar com D. Amância de Sá Vianna como Dona da produção de 282 sacos açúcar, com origem de São Bento, transportada também pela embarcação Gurarany.

1884- Amância Franco de Sá Vianna aparece entre acionistas do da Companhia de iluminação a Gás com a quantidade de 16 ações nesta instituição.

1884- Nota de chegada de passageiros vindos da Europa. Amância de F. Sá Vianna, as filhas, as senhoritas Ignez de Sá Vianna e Amância de Sá Vianna e o filho José Roberto de Sá Vianna.

1884- Inauguração do Engenho Central de São Pedro (Companhia Progresso Agrícola) em Pindaré-Mirim.

1884- Amância Franco de Sá Vianna aparece entre acionistas do Banco Hipotecário Comercial do Maranhão com a quantidade de 11 ações nesta instituição.

1885- A **Lei dos Sexagenários (LEI Nº 3.270, DE 28 DE SETEMBRO DE 1885)**, também conhecida como **Lei Saraiva-Cotegipe**, concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade.

1885- Amância Franco de Sá Vianna aparece entre acionistas da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão com a quantidade de 30 ações nesta instituição.

1887- Registro de chegada com origem dos portos do Norte, José Roberto de Sá Viana e um criado.

1887- Nota de Falecimento de Capitão José Joaquim Vianna (Julho/1887) irmão de Joaquim Antônio Vianna.

1887-Nota de Amância F. Sá Viana anunciando a partida do filho José Roberto de Sá Viana para o Norte. E, com isso, ela declara em nota o encerramento do contrato de arrendamento (contrato de procuração) que tinha com seu filho, Roberto Vianna no engenho de açúcar na fazenda Pindaíba.

1888- Amância Franco de Sá Vianna aparece entre acionistas do Banco Hipotecário Comercial do Maranhão com a quantidade de 11 ações nesta instituição.

1888- Amância Franco de Sá Vianna aparece entre acionistas da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão com a quantidade de 30 ações nesta instituição.

1888- A Lei Áurea- Decretada em 13 de maio de 1888, depois ter sido aprovada no Senado e assinada pela princesa Isabel. Essa lei decretou a abolição definitiva e imediata da escravatura no Brasil e foi resultado da forte pressão popular sobre o Império.

1889- Falecimento de D. Amância Franco de Sá Vianna aos 61 anos de idade.

1890-Chegam de viagem com origem do Ceará, Sr. Túlio de Sá Valle , sua esposa, 2 filhos, 3 criados; Sra. Maria Thereza Franco de Sá, Sr. José Roberto de Sá Vianna, Amância de Sá Vianna e Sra. Ignês de Sá Vianna.

1890 – Aquisição da Usina pela Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão com administração por meio da firma na qual Francisco Antônio de Viveiros e seu irmão Alexandre José de Viveiros gerenciavam.

1890- Concerto de Amância Vianna (Filha) em confraternização do aniversário de seu noivo Capitão Souza.

1890 – Ato de nomeação de cidadãos para cargos de autoridades policiais. Nomeados da localidade de Pericumã: Subdelegado- João Fausto da Costa; Primeiro Suplente- Antônio Brício de Araújo Junior; Segundo Suplente- José Roberto de Sá Vianna; e Terceiro Suplente- Leopoldo Schalcher.

1891- Casamento de Coronel Francisco José de Souza e Amância de Sá Viana [Souza], filha de Joaquim Antônio Viana e Amância Franco de Sá Vianna..

1891- Partida de José Roberto de Sá Viana juntamente com sua tia Maria Thereza Franco de Sá para a cidade de Fortaleza.

1891- Decreto de D. Lourenço de Sá, então Governador do Maranhão. Nº 84 de 02 de junho de 1891, tomando providências sobre a criação de usinas para o serviço da lavoura de cana.

1891- Nota de venda do Engenho Monte Caseros em Pericumã de propriedade do Dr. José Roberto Vianna Guilhon.

1892- Registro em A Pacotilha (ed. 00240) “Companhia de Explorações Agrícolas recebe do Engenho Joaquim Antônio em Pericumã 90 sacas de açúcar da safra atual. Sendo esta a primeira Remessa de açúcar para a referida companhia que espera bons resultados de sua lavoura em Pericumã.

1893- Registro em A Pacotilha (ed.00104) “liquidação da Companhia de Explorações Agrícolas após realização de Assembleia Geral , foi aprovada a cessão contratada de seus canaviais e benfeitorias no Engenho Central São Pedro à Companhia Progresso Agrícola, mediante 2271 ações dessa companhia e determinou liquidar a lavoura do Engenho Joaquim Antônio em Pericumã, nomeando uma comissão liquidante.

1896- Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão compra as fazendas de lavoura Pindahyba, Itabira, Campinho e Guajajara situadas no Pericumã. Compra realizada por Raimundo Joaquim Ewertn Maia, Antônio Joaquim da Silva e Cesar Augusto Belfort, sob a firma – Maia, Silva & Belfort, da qual todos três passam a usar a sociedade industrial destinada principalmente à indústria agrícola.

1897- Aquisição dos três engenhos da firma dissolvida por Dr. Benedito Leite e Coronel Manoel Ignácio Dias Vieira, agora associados ao Coronel Antônio Joaquim da Silva.

1902- Registro de presença de colonos cearenses fixados na propriedade da fazenda Pindaíba já sob administração do Coronel Silva (Antônio Joaquim da Silva).

1903- Registro de realização de eleições na Usina Joaquim Antônio para deputados federais, senador e Vice-Presidente da Republica na 2ª Seção do Município de Guimarães sediada neste local.

1909- Nota de Falecimento da Senhorita Amância Leal Viana, filha do já falecido José Roberto Vianna e enteada do Sr. Joaquim Leonardo Gomes.

1910- Registro de Fotografia realizado na área de plantio da cana pernambucana em terras da Usina Joaquim Antônio (Mais antigo registros já localizado).

1911- Inspeção de terras da Usina em *A Pacotilha* .

1911- Empréstimo junto ao Estado 365.583\$688. Investimento na produção do açúcar branco refinado. Aquisição de novos maquinismos e ampliação da estrutura do engenho.

1912- Aquisição de conjunto de maquinários novos para a Usina junto à empresa Norte Americana “The Bahmann Iron Works Cº. Entre as máquinas uma Instalação completa de refinaria (Entrada no mercado das refinadoras).

1914- O Açúcar refinado Joaquim Antônio aparece em anúncios de venda do produto disponível em casas de comercio na capital.

1915-Falecimento de D. Maria Thereza Franco de Sá em Fortaleza onde residia com sua sobrinha Inês Sá Vianna [Albano]. D. Maria era tia de Coronel Francisco Joaquim de Souza e de José Roberto de Sá Vianna.

1915- Coronel Vieira da Silva aparece em nota como Co-proprietário da Usina Joaquim Antônio.

1915- Jerônimo de Viveiros aparece em nota publicada como representante comercial da Usina Joaquim Antônio.

1915- Ação Natalina da Usina Joaquim Antônio. Nota publicada com título “Natal do Pobres” onde o proprietário da Usina “ convida aos pobres da cidade (São Luís) para

receberam uma “ lembrança de natal” no local Retalho da Usina (Mesmo lugar de sua moradia).

1916- Retorno de Tarquínio Vianna de Souza e José Roberto Vianna de Souza, dos filhos do Coronel Francisco José de Souza e Amância de Sá Vianna Souza e netos de Joaquim Antônio Vianna. Estavam a 6 anos estudando curso de Humanidades em Friburgo na Suíça.

1916- Coronel Francisco Joaquim de Souza decide mudar com a Família para seu engenho Tijuca em Pinheiro.

1916-Morte de Francisco Antônio de Viveiros (Gerente da Usina). Como a morte do irmão Alexandre José de Viveiros assume o posto de Gerente da Usina.

1918- Publicação do Relatório de produção da Usina Joaquim Antônio período de 1911 a 1917, produzido por Alexandre de Viveiros.

1917- Chegada do Vapor “*Bahia*” (origem Ceará) –D. Maria de Sá Vianna Valle, Inez de Sá Vianna Albano e as senhoritas Lili e Inah Vianna Albano, estando hospedadas na casa do cunhado e tio Coronel Francisco Joaquim de Souza.

1919- Congresso de Lavradores –entre participantes Alexandre de Viveiros.

1919- Registro de pagamentos de Juros do empréstimo à Usina Joaquim Antônio.

1919- Diálogos entre Abelardo da Silva Ribeiro e Luís da Silva Pinto sobre o caso de apreensão da canoa “*Benvola*”.

1924- Falecimento de Francisco Joaquim de Sousa, esposo de Amância de Sá Vianna [Sousa].

1925- Venda da Usina para o Estado

1925- Matéria publicada sobre a estrutura da Usina Joaquim Antônio Viana.

1925-Coluna “*Sessão do Congresso*” (A Pacotilha)- discussão sobre o caso da venda da Usina Joaquim Antônio no Congresso Maranhense.

1925- Matéria sobre a “*Venda Clandestina da Usina Joaquim Antônio*”.

1925-Compra da Usina pela firma na qual pertencem os deputados Carlos Neves e Augusto Almeida .

1926- Anuncio de sorteio da Caixa Forte, onde um dos contemplados reside na “*Rua Usina Joaquim Antônio*” em Guimarães.

1927- Perda de promissória Rr. 5:000\$000 da Usina Joaquim Antônio em favor de Francisco Aguiar & C. (Usina Joaquim Antônio Ltda) . Escritório situado na rua 28 de Julho nº16.

1929- Nota do Sr Antônio Gonçalves da Costa revelando sua proposta de compra da Usina por 150 Contos de Reis e sua indignação pela venda ter ocorrido ao outro candidato por menor valor.

1929-Compra da Usina pelo Sr. Abelardo Ribeiro (Administração que durou de 1929 a 1962)

- 1929- Falecimento de Maria de Sá Vianna Valle, viúva de Túlio de Sá Valle e filha de Joaquim Antônio Vianna.
- 1935- O Caso Antônio Castro (Assassinato de Thomaz Egídio Raposo nas terras da Usina Joaquim Antônio).
- 1936- Casamento de Raimundo Vianna de Souza (filho de Amância Sá Vianna Souza e Coronel Souza) com Aracy Nogueira (filha de Major Manoel Aurélio Nogueira e D. Joana Nogueira).
- 1962- Encerramento da produção de açúcar na usina, sendo que a mesma ainda fabricaria por mais 3 anos apenas aguardente.
- 1972- Venda do maquinário à empresários pernambucanos. E, envio do Sr. Saturnino Ferreira de Sousa para realizar o desmonte do Maquinário da Usina Joaquim Antônio.
- 1996- Emancipação do município – Central do Maranhão- MA.
- 2018- (Dezembro) Criação do Conselho Municipal de Turismo de Central do Maranhão- (COMTUR Central do MA).
- 2019- Entrada o Município de Central do Maranhão pela primeira vez no Mapa do Turismo Brasileiro por meio de ações realizadas pelo COMTUR.
- 2019- (Outubro)–Início da Campanha de Proteção ao Patrimônio Cultural de Central do Maranhão coordenada e realizada pelo Conselho Municipal de Turismo de Central do Maranhão em conjunto com parceiros e apoiadores da causa. Realização de abaixo assinado pedido medidas de urgência para proteção das Ruínas da Usina Joaquim Antônio. E construção do primeiro dossiê de referencias sobre a Usina Joaquim organizado por representantes da Associação de Cultura Popular e Recreação de Central do Maranhão.
- 2020-(Fevereiro) Encerramento da Campanha, da coleta de assinaturas e produção de documentos pelo Conselho Municipal de Turismo -COMTUR de Central do Maranhão.
- 2020-(Março) Entrega pelo COMTUR da documentação da campanha e dossiê impresso de referências aos órgãos superiores [Superintendência de Patrimônio do Estado do Maranhão- MA]
- 2020-Falecimento de Emanuel Ribeiro (popularmente conhecido como Mano Ribeiro), filho herdeiro de Abelardo Ribeiro (último administrador do Engenho Joaquim Antônio).
- 2020-Falecimento do Sr. Raimundo Costa Bezerra (popularmente conhecido como Duca Ferrabraz). Ex-funcionário da Usina na área mecânica, era o responsável pelo concerto e manutenção das máquinas.

2020-(Outubro) Envio pelo COMTUR da documentação da campanha via e-mail (Devido ao contexto da pandemia Covid -19) aos órgãos superiores via e-mail [Gabinete do Governo do Maranhão, Secretário de Estado da Cultura, Secretária de Estado do Turismo.

2021-(Fevereiro) Encerramento da Primeira Gestão do Comtur de Central do Maranhão e início da atuação da nova diretoria (2021-2023).

APÊNDICE H- Questionário via e-mail (Família Ribeiro e Família Costa).



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIST

QUESTIONÁRIO - VIA E-mail

Você tomou conhecimento do Termo de consentimento e concorda em participar desta pesquisa?

() Sim () Não

Grau de Parentesco com Sr. Abelardo da Silva Ribeiro e Sr. Januário Costa:

Perfil	
Sua idade	Escolaridade:
Cidade onde nasceu	
Cidade em que reside atualmente	

Listamos abaixo algumas perguntas referentes a pontos que talvez tenha tido contato. **Caso haja algum item que não se aplica, ou considere invasivo (informação de cunho pessoal restrito), favor pule para o item seguinte.**

1-Você teve contato direto com o espaço onde se localiza o Engenho Joaquim Antônio Viana?
2-Quais recordações você guarda do local do funcionamento do Engenho ou de outros espaços ligados a ele, que tenha frequentado?
3-Mesmo após ter encerrado o funcionamento do engenho, a sua família mantinha frequência em visitar o local das terras?
4-Que recordações você guarda da casa chamada "Gerência"?
5-De acordo com seu conhecimento e memórias de conversas com seu pai. Gostaríamos que comentasse um pouco sobre a casa chamada "Gerência" . Ela já existia na época da compra do Engenho pelo Sr. Abelardo? E, se forma feitas intervenções estruturais ou melhorias em sua estrutura com o passar dos anos.
6-Vocês possuíam funcionários zeladores, cozinheiros ou outras pessoas contratadas para os serviços na casa?
7-Você recorda de ter ouvido de seu pai alguma curiosidade ou detalhe inusitado sobre esta casa, ou sobre objetos que havia nela?
8-De acordo com seu conhecimento e memórias acerca dos seus antecedentes. E, se for conveniente perguntar, gostaríamos de saber qual a origem (naturalidade) do Sr. Abelardo Ribeiro e de como sua família se estabeleceu na região.

Sobre o empreendimento familiar

As perguntas a seguir foram elaboradas levando em consideração a existência de possíveis diálogos do entrevistado com entes familiares que estiveram diretamente envolvidos na direção do empreendimento. Caso haja perguntas que não se aplicam ou que o entrevistado não tenha conhecimento, favor passar para próximo item.

09-Após a compra do engenho realizada pelo Sr. Abelardo. Você possui conhecimento se a estrutura física sofreu alterações, intervenções ou melhorias?
10-A família possui algum tipo de esboço, planta- baixa ou croqui da estrutura do engenho?

11-A família possui imagens da área interna da fábrica na época de seu funcionamento, ou de outros pontos da localidade em seu acervo particular? Obs: Em caso positivo, se for possível, gostaríamos de ter acesso a este registro, estando reservados todos os direitos de créditos de Acervo Particular como identificação no uso dos registros no corpo do material a ser produzido.
De acordo com suas lembranças /memórias de diálogos com seus antecedentes. 12-Sobre o Maquinário. Você recorda do destino dado ao maquinário do engenho após seu fechamento?
13-Você tem conhecimento da quantidade de pessoas que trabalhavam no empreendimento (engenho) ? Seja diretamente ou indiretamente.
14-Você recorda de nomes de pessoas envolvidas no trabalho do engenho cujo seu pai tenha mencionado em conversas?
15-O engenho comprava matéria-prima de outras propriedades do entorno ou apenas utilizava as que eram cultivadas em suas terras?
16-Você tem conhecimento de ter ocorrido acidentes de trabalho na propriedade do Engenho, durante seu funcionamento sob direção de sua família ?
Durante o período sob a direção de sua família, você tem conhecimento: 17 - Do destino que era dado ao açúcar produzido no engenho? 18-Do uso de algum tipo de “marca” comercial no produto? 19-Da existência de locais de venda do produto a granel em São Luís ou em outros lugares do estado? 20-Além do açúcar refinado, eram produzidos outros tipos de produtos? 21-A sua família teve algum envolvimento na configuração política do recém-criado município de Central na década de 90 ? (No sentido de apoio ou patrocínio).

Sobre Matérias e publicações

22-A família possui registros em seu acervo particular de publicações sobre o Engenho no período que esteve de sua posse ou de período anterior (Ex: Fotografias)?

23-A família possui registros de balanços de produção, ou outros tipos de documentos relacionados ao Engenho Joaquim Antônio Vianna.

Caso desejar, você pode realizar contribuições adicionais acerca de algum ponto que considere importante e que caso não tenha sido contemplando na entrevista acima. **Desde já agradeço a atenção dada e a disponibilidade em contribuir para construção da minha pesquisa.**

Muito obrigada por sua colaboração!

Aricélia Cantanhede
ariceliacantanhede@gmail.com

APÊNDICE I- Questionário- Docente - Rede Estadual



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIST

APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO- PROFESSOR

Perfil profissional

01-Qual a sua Escolaridade: () **Graduação (ções)** () **Pós-Graduação(ções)** () **Especialização(ções)**

02-Há quanto tempo você atua na rede de ensino como professor (a) ? _____

03-Com quais séries do Ensino Médio Regular ou EJAI trabalha atualmente? _____

04-Em quais turnos você leciona atualmente? () **Manhã** () **Tarde** () **Noite**

05-Você trabalha em outras escolas além do C.E. Quilombola José Roberto Viana? () **Sim** () **Não**

06-Qual (quais) disciplina (s) você atualmente leciona (Considere também, as ministradas em outras escolas)? _____

07-Em qual cidade você reside? _____

Escola CE Quilombola José Roberto Viana

08-Como você avalia a infraestrutura da escola () **Péssimo** () **Ruim** () **Regular** () **Bom** () **Excelente**

09-Como você avalia o relacionamento da equipe de trabalho na escola ((professores, coordenação, direção)?

() **Péssimo** () **Ruim** () **Regular** () **Bom** () **Excelente**

Em sala de aula

10-Você aborda em conteúdos da sua disciplina aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos ou ambientais de Central ou da região? () **Sim** () **Não** () **As vezes**

11-Em sala de aula, quais os principais obstáculos que você enfrenta na hora de ministrar suas aulas correlacionado seus conteúdos com aspectos locais ou regionais?

12-Você se sente motivado em ministrar aulas relacionadas aos aspectos locais de Central do Maranhão?

() **Sim.** () **Não.** () **Talvez.**

13-Você já desenvolveu alguma atividade com seus alunos na qual abordava a existência do Engenho Joaquim Antônio Viana?

() **Nunca tentei!**

() **Sim! Já tentei e deu certo.**

() **Já tentei e não deu certo.**

() **Não ! Mas, tem interesse em realizar atividades com este foco.**

14-Existe na escola, material específico sobre a história do Município, conseqüentemente do Engenho Joaquim Antônio Viana na qual os professores podem utilizar para realização de projetos, pesquisas ou atividades com seus alunos ? () **Sim.** () **Não.** () **Não tenho conhecimento se há.**

15-A minha pesquisa, pretendo criar um livreto abordando principalmente os aspectos históricos do Engenho Joaquim Antônio Viana, para ser usado como suporte ou apoio em atividades de Educação Patrimonial. Na sua opinião, um material como este facilitaria a execução de determinadas atividades em sua disciplina ?

() **Sim.** () **Não.** () **Talvez.**

16-Na sua opinião, que características um material como este, deve ter para ser algo atrativo ao aluno e ao mesmo tempo ajude ao professor na hora de ministrar os conteúdos relacionados à história local.

(Use o verso da folha para seu comentário)

Sobre a participação

17- Teria interesse em participar do processo de produção de um material com este objetivo, na forma de oficinas presenciais ou online e/ ou na testagem do produto (livreto) ?

() **Sim.**

() **Não.** Gostaria de apenas colaborar sem participar das oficinas.

() **Talvez** (Depende do período).

Muito obrigada por sua colaboração!

Aricélia Cantanhede

ariceliacantanhede@gmail.com

APÊNDICE- J- Questionário Gestor Escolar - Rede Estadual



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIST

APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO – GESTOR ESCOLAR REDE ESTADUAL

Perfil do Gestor/ Coordenador

01-Qual função você exerce no CE Quilombola José Roberto Viana?

() **Diretor** () **Vice-Diretor** () **Coordenador** () **Supervisor Escolar** () **Secretário Escolar**02-Qual a sua Escolaridade: () **Graduação (ções)** () **Pós-Graduação(ções)** ()**Especialização(ções)**

03-Há quanto tempo você atua na rede de ensino como gestor/coordenador (a) ? _____

04-Em qual cidade você reside? _____

05-O C.E. Quilombola José Roberto Viana é uma escola : () Federal () Estadual () Municipal**06-Séries que oferta**

() 1º ano _____ manhã _____ tarde _____ noite

() 2º ano _____ manhã _____ tarde _____ noite

() 3º ano _____ manhã _____ tarde _____ noite

EJAI _____ Outros _____

07-Recursos humanos		Manhã	Tarde	Noite
Corpo Docente	Quantidade de Professores			
Corpo Discente	Quantidade de alunos Médio Regular			
	Quantidade de alunos EJAI			
	Quantidade de alunos com deficiência			
	Quais tipos de deficiências são apresentados			
Funcionários/Prestadores de serviços /terceirizados				

08-Como você avalia a infraestrutura da escola () **Péssimo** () **Ruim** () **Regular** () **Bom** () **Excelente****09-Quantidade de Salas de aula** _____ São climatizadas ? () Sim () Não**10-Quantidade Banheiros para alunos** Fem. ____ Masc. ____ Adaptados para cadeirantes _____

11-A escola Possui: () Biblioteca com acervo _____; () Sala de Recursos/ Auditório _____; () Sala de professores _____ () Refeitório _____; () Quadra esportiva _____ () Garagem para servidores _____ () Banheiro exclusivo para professores _____; () Bebedouros _____; () Laboratório de informática _____; () Sala de Música _____; () Laboratório de Ciências _____

12-A Escola possui de internet () **Sim** () **Não**

() A internet é de uso geral (alunos, professores, funcionários)

() A internet é de uso restrito (professores e direção) () Não se aplica.

13-A escola possui um canal próprio de comunicação com a comunidade externa à exemplos de site, blog, página de facebook, instagram, ou outro ? () **Sim** () **Não** () **Não tenho essa informação**Sobre o Grêmio Estudantil da escola? () **Está ativo** () **Está inativo** () **Não tenho essa informação**14-Existe na escola, algum material específico sobre a história do Município, conseqüentemente do Engenho Joaquim Antônio Viana na qual os professores podem utilizar para realização de projetos, pesquisas ou atividades cm seus alunos ? () **Sim.** () **Não.** () **Não tenho conhecimento se há.****Muito obrigada por sua colaboração!**

Aricélia Cantanhede- ariceliacantanhede@gmail.com

APÊNDICE- K Questionário Gestor Escolar - Municipal



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIST

QUESTIONÁRIO – GESTOR ESCOLAR REDE MUNICIPAL

Município: Central do Maranhão

1-Escolas municipais em atividade

Quantidade de alunos educação infantil-creche	
Quantidade de alunos ensino fundamental (1° ao 5°)	
Quantidade de alunos ensino fundamental(6° ao 9°)	
Outra	

02-Recursos humanos		Manhã	Tarde	Noite
Corpo Docente	Quantidade de Professores educação infantil-creche			
	Quantidade de Professores ensino fundamental (1° ao 5°)			
	Quantidade de Professores ensino fundamental(6° ao 9°)			
	Quantidade de professores EJAI			
Corpo Discente	Quantidade de alunos ensino fundamental (1° ao 5°)			
	Quantidade de alunos ensino fundamental(6° ao 9°)			
	Quantidade de alunos EJAI			
	Quantidade de alunos educação infantil-creche			
	Quantidade de alunos com deficiência			
Funcionários/Prestadores de serviços /terceirizados				

3- Quais tipos de deficiências estão presentes entre os alunos.

4-As escolas municipais possuem

- () Biblioteca com acervo () Sala de Recursos/ Auditório () Sala de professores
() Refeitório () Quadra esportiva () Garagem para servidores
() Banheiro exclusivo para professores () Bebedouros
() Laboratório de informática () Sala de Música () Laboratório de Ciências

5-As escolas da rede municipal possuem conexão de internet disponível para professores e alunos ?

- () Sim () Não

6-As escolas da rede municipal possuem um canal próprio de comunicação com a comunidade externa à exemplos de site, blog, página de facebook, instagram, ou outro ? ()Sim ()

7-Existem nas escolas da rede municipal, algum material específico sobre a história do Município, conseqüentemente do Engenho Joaquim Antônio Viana na qual os professores podem utilizar para realização de projetos, pesquisas ou atividades em seus alunos ? ()Sim. ()Não.

8- Na rede municipal existem projetos educativos voltados para a história local, cultura local ou Patrimônio em elaboração, em planejamento ou já em execução? Se sim, comente brevemente.

Gestor Municipal da Educação/ Coordenador Municipal de Educação

Muito obrigada por sua colaboração!

Aricélia Cantanhede- ariceliacantanhede@gmail.com

APÊNDIC L - Roteiro de entrevista Ex- Funcionários da Usina Joaquim Antônio

- Nome completo
- Idade
- Parentes: Pai, mãe, irmãos
- Como e quando você ou sua família chegaram a Central ?
- Sobre o lugar onde nasceu, sobre seu pais e de quando era criança.
- Envolvimento com a Usina Joaquim Antônio?
- Função (ões) que realizou na Usina Joaquim Antônio. Descrever como era o dia a dia de trabalho para identificar as etapas do trabalho.
- Realizava outras atividades " por fora" ? Qual/ Quais?
- O que você se lembra sobre a estrutura (prédio) período em que trabalhava na Usina?
- O que você recorda sobre as fazendas em volta da Usina?
- O que você sente nos dias de hoje, ao observar o que restou da Usina Joaquim Antônio?

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento José Ribamar Marques



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIST

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar das oficinas de produção, referente ao projeto/pesquisa voltado para **Educação Patrimonial com enfoque na História Local do Engenho Joaquim Antônio Viana localizado no município de Central do Maranhão**, pesquisa desenvolvida(o) por Aricelia Cantanhede Sales, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 98 985077660 ou pelo e-mail ariceliacantanhede@gmail.com. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada / orientada] por Dra. Antônia Motta. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. E, que **os objetivos são estritamente acadêmicos, em linhas gerais para produção do produto de Pesquisa da Dissertação de Mestrado** da pesquisadora acima citada. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Minha colaboração se fará por meio de entrevista semiestruturada, e ou participação das oficinas de produção do produto, que poderá ser feita por meio de presencial ou online (atendendo às normas sanitárias do contexto atual), sendo necessário o uso de registros audiovisuais (gravações, vídeos, fotos) a partir da assinatura desta autorização. Fui ainda informado (a) de que posso solicitar ser retirado da pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções, prejuízo, ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento.

Central do Maranhão, 12 de Fev. de 2021

José Ribamar Marques

Assinatura do (a) participante


Contato de Telefone: _____

E-mail: _____

Aricelia Cantanhede Sales

Assinatura do(a) pesquisador(a)


ANEXO B – Termo de Consentimento Raimundo Nonato Trindade


UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIST

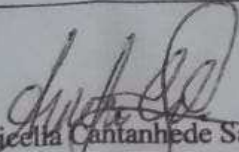
TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar das oficinas de produção, referente ao projeto/pesquisa voltado para **Educação Patrimonial com enfoque na História Local do Engenho Joaquim Antônio Viana localizado no município de Central do Maranhão**, pesquisa desenvolvida(o) por Aricelia Cantanhede Sales, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 98 985077660 ou pelo e-mail ariceliacantanhede@gmail.com. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada / orientada] por Dra. Antônia Motta. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. E, que os **objetivos são estritamente acadêmicos, em linhas gerais para produção do produto de Pesquisa da Dissertação de Mestrado** da pesquisadora acima citada. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Minha colaboração se fará por meio de entrevista semiestruturada, e ou participação das oficinas de produção do produto, que poderá ser feita por meio de presencial ou online (atendendo às normas sanitárias do contexto atual), sendo se necessário o uso de registros audiovisuais (gravações, vídeos, fotos) a partir da assinatura desta autorização. Fui ainda informado (a) de que posso solicitar ser retirado da pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções, prejuízo, ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento.

Central do Maranhão, 12 de 02 de 2024



Assinatura do (a) participante
 Conato de Telefone: 981927956

E-mail: _____


Assinatura do(a) pesquisador(a)
98110 32 83

ANEXO C- Termo de Consentimento (Gestor Escolar)- CE Quilombola José Roberto Vianna.

Gestor Escolar


UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIST


TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar das oficinas de produção, referente ao projeto/pesquisa voltado para **Educação Patrimonial com enfoque na História Local do Engenho Joaquim Antônio Viana localizado no município de Central do Maranhão**, pesquisa desenvolvida(o) por Aricélia Cantanhede Sales, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 98 985077660 ou pelo e-mail ariceliacantanhede@gmail.com. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada / orientada] por Dra. Antônia Motta. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. E, que **os objetivos são estritamente acadêmicos, em linhas gerais para produção do produto de Pesquisa da Dissertação de Mestrado** da pesquisadora acima citada. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Minha colaboração se fará por meio de entrevista semiestruturada, e ou participação das oficinas de produção do produto, que poderá ser feita por meio de presencial ou online (atendendo às normas sanitárias do contexto atual), sendo necessário o uso de registros audiovisuais (gravações, vídeos, fotos) a partir da assinatura desta autorização. Fui ainda informado (a) de que posso solicitar ser retirado da pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções, prejuízo, ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento.

Central do Maranhão, 01 de FEV de 2021

Maria Raimunda Pires Dias
 Assinatura do (a) participante
 Conato de Telefone: _____

E-mail: _____


 Aricélia Cantanhede Sales
 Assinatura do(a) pesquisador(a)

ANEXO D- Termo de Consentimento Docente 1

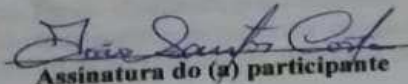


**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIST**

TERMO DE CONSENTIMENTO


Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar das oficinas de produção, referente ao projeto/pesquisa voltado para **Educação Patrimonial com enfoque na História Local do Engenho Joaquim Antônio Viana localizado no município de Central do Maranhão**, pesquisa desenvolvida(o) por Aricelia Cantanhede Sales, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 98 985077660 ou pelo e-mail ariceliacantanhede@gmail.com. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada / orientada] por Dra. Antônia Motta. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. E, que **os objetivos são estritamente acadêmicos, em linhas gerais para produção do produto de Pesquisa da Dissertação de Mestrado** da pesquisadora acima citada. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Minha colaboração se fará por meio de entrevista semiestruturada, e ou participação das oficinas de produção do produto, que poderá ser feita por meio de presencial ou online (atendendo às normas sanitárias do contexto atual), sendo necessário o uso de registros audiovisuais (gravações, vídeos, fotos) a partir da assinatura desta autorização. Fui ainda informado (a) de que posso solicitar ser retirado da pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções, prejuízo, ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento.

Central do Maranhão, 01 de Fev de 2024



Assinatura do (a) participante

Conato de Telefone: _____

E-mail: _____


Aricelia Cantanhede Sales
Assinatura do(a) pesquisador(a)

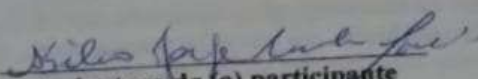
ANEXO E - Termo de Consentimento Docente 2

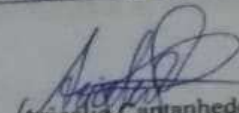

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIST

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar das oficinas de produção, referente ao projeto/pesquisa voltado para **Educação Patrimonial com enfoque na História Local do Engenho Joaquim Antônio Viana localizado no município de Central do Maranhão**, pesquisa desenvolvida(o) por Aricelia Cantanhede Sales, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 98 985077660 ou pelo e-mail ariceliacantanhede@gmail.com. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada / orientada] por Dra. Antônia Motta. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. E, que **os objetivos são estritamente acadêmicos, em linhas gerais para produção do produto de Pesquisa da Dissertação de Mestrado** da pesquisadora acima citada. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Minha colaboração se fará por meio de entrevista semiestruturada, e ou participação das oficinas de produção do produto, que poderá ser feita por meio de presencial ou online (atendendo às normas sanitárias do contexto atual), sendo necessário o uso de registros audiovisuais (gravações, vídeos, fotos) a partir da assinatura desta autorização. Fui ainda informado (a) de que posso solicitar ser retirado da pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções, prejuízo, ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento.

Central do Maranhão, 01 de FEV de 2021


Assinatura do (a) participante
 Contato de Telefone: 984419315
 E-mail: maecdo.abilio@mat.mn.br


 Aricelia Cantanhede Sales
Assinatura do(a) pesquisador(a)

ANEXO F- Fragmentos de jornais anteriores a 1860. Registros da Usina de Joaquim Antônio Viana.

Le-se no Progresso de 2 do corrente:
—Incendio.—Temos de registrar mais hum incendio terrivel. No dia 18 do mez p. p. o engenho Pindabiba, propriedade do Sr. Joaquim Antonio Vianna, sito no districto de Guimarães, foi victima de hum fogo devorador, que reduzio a cizas aquelle importante estabelecimento; tendo-se conseguido e com grande difficuldade salvar apenas a casa de vivenda, que tudo o mais foi pasto das chamas—casas de engenho, de taxas, de purgar, de slambique, e seus pertences; ranchos &c &c. Felizmente a colheita do anno passado salvou-se por já ter sido remettida para a cidade. O fogo originou-se de hum roçado, que trez dias antes havia sido queimado na direcção de balravento: minou pelo matto e veio ter ao engenho apezar dos esforços inauditos empregados para interromper-lhe a marcha. Quando se lembrão de avizar os visinhos de Muritituba foi tarde, por que chegarão quando já tudo estava concluido. Felizmente não se tem de lamentar perda alguma de vida. Posto que por vezes muitos estiverão a ponto de ficarem asphixiados pelo fumo a senhora e os filhos do Sr. Vianna salvarão-se fugiudo pelas estradas.

Fonte: Jornal *O Diário do Maranhão*, 1856 Ed. 0087 p.04.

O OBSERVADOR.

—Foi creada, no lugar denominado Porto do Gama uma subdelegacia sob a denominação do Piricumã;—tendo por limites toda margem esquerda do Piricumã desde o Porto do Gama até a foz do rio Muritituba, seguindo por este até o armazem de Joaquim Antonio Vianna; deste ponto a estrada, que se dirige á fazenda Romfim, de D. Rita de Castro; desta á Concordia, engenho de D. Virginia da Costa; deste a Santa Rosa, fazenda de João Carlos Soares; e depois á S. José, fazenda do Barão do Mearim; ao rio do Peixe, fazenda do Agostinho Aroucha, e divisão de Santa Helena; e dahi em direcção á fazenda—Criminozo,—ás Catingas, Ponta Secca, Santa Cruz e finalmente ao Porto do Gama.

—Lê-se no *Progresso*:
 Chegou, e brevemente dará representações no nosso theatro, uma companhia artistica cujo chefe he

Fonte: Jornal *O Observador* 1856 Ed. 00517p 4.

ANEXO G - II Exposição do Açúcar

PUBLICAÇÕES A PEDIDO.

Ainda o sr. Alfeu.

Nesta publicação a sua fei sub-

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

PACOTILHA.

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

tois de sr. Alfeu. E láto a

ANEXO H- Acionistas da Companhia de iluminação a Gás do Maranhão (D. Amância Franco de Sá Vianna)

Ano 1876 | Edição 00773

Diário do Maranhão
 JORNAL DO COMMERCIO, LAVOURA E INDUSTRIA.
 Maranhão - SEXTA-FEIRA, 3 de Março de 1876.

SEÇÃO GERAL.
 Propriedade de AMBROSIO MACHADO.
 Redacção: Lacerda e Almeida.
 Impressão: Typographia de S. Serrão.

Relatório
 DOS ACCIONISTAS DA COMPANHIA DE ILUMINAÇÃO A GÁS DO MARANHÃO.

1 Agostinho Coelho Fragozo..... 60
 2 Augusto Magalhães Barros Vasconcelos..... 25
 3 Anna Leopoldina Serra Borges (d.)..... 10
 4 Antonio José Fernandes Guimarães..... 210
 5 Antonio Texeira Rebelo Ilovo (d.)..... 15
 6 Antonio Cesar Cantanhede..... 26
 7 Anna Rosa Ribeiro de Moraes (d.)..... 3
 8 Adelino de Macedo Frebourg..... 105
 9 Antonio Franco de Sá..... 25
 10 Alfredo Henrique Albuquerque e Mello..... 2
 11 Antonia Telles de Faria (d.)..... 55
 12 Augusto Guilherme Garcia..... 10
 13 Agostinho Maria Guedes..... 15
 14 A. J. da Silva Leite (conjuagular)..... 91
 15 Anna Francisca Cordeiro Vieira (d.)..... 24
 16 Anna Inocência Vellozo de Castro (d.)..... 14
 17 Arcelina Rosa Ferreira Vianna (d.)..... 3
 18 Anna Eudisterna Ferreira Góes (d.)..... 8
 19 Américo Augusto dos Reis (d.)..... 3
 20 Adelaide A. Freire de Silva (d.)..... 3
 21 Anna Francisca de Amorim (d.)..... 1
 22 Anna Benedita Gomes de Castro (d.)..... 2
 23 Arthur, filho de J. da Costa Guimarães e Souza..... 2
 24 Augusto menor..... 1
 25 Antonio Augusto Alves Serrão..... 11
 26 Antonio Domingos Maia & C..... 65
 27 Antonio Feliciano Calvete..... 22
 28 Alice Vieira Leal (d.)..... 46
 29 Amância F. de Sá Vianna (d.)..... 1

Relatório
 DOS ACCIONISTAS DA COMPANHIA DE ILUMINAÇÃO A GÁS DO MARANHÃO.


1 Agostinho Coelho Fragozo..... 60
 2 Augusto Magalhães Barros Vasconcelos..... 25
 3 Anna Leopoldina Serra Borges (d.)..... 10
 4 Antonio José Fernandes Guimarães..... 210
 5 Antonio Texeira Rebelo Ilovo (d.)..... 15
 6 Antonio Cesar Cantanhede..... 26
 7 Anna Rosa Ribeiro de Moraes (d.)..... 3
 8 Adelino de Macedo Frebourg..... 105
 9 Antonio Franco de Sá..... 25
 10 Alfredo Henrique Albuquerque e Mello..... 2
 11 Antonia Telles de Faria (d.)..... 55
 12 Augusto Guilherme Garcia..... 10
 13 Agostinho Maria Guedes..... 15
 14 A. J. da Silva Leite (conjuagular)..... 91
 15 Anna Francisca Cordeiro Vieira (d.)..... 24
 16 Anna Inocência Vellozo de Castro (d.)..... 14
 17 Arcelina Rosa Ferreira Vianna (d.)..... 3
 18 Anna Eudisterna Ferreira Góes (d.)..... 8
 19 Américo Augusto dos Reis (d.)..... 3
 20 Adelaide A. Freire de Silva (d.)..... 3
 21 Anna Francisca de Amorim (d.)..... 1
 22 Anna Benedita Gomes de Castro (d.)..... 2
 23 Arthur, filho de J. da Costa Guimarães e Souza..... 2
 24 Augusto menor..... 1
 25 Antonio Augusto Alves Serrão..... 11
 26 Antonio Domingos Maia & C..... 65
 27 Antonio Feliciano Calvete..... 22
 28 Alice Vieira Leal (d.)..... 46
 29 Amância F. de Sá Vianna (d.)..... 1

127	1	Augusto menor.....	1
128	11	Antonio Augusto Alves Serrão.....	11
129	65	Antonio Domingos Maia & C.....	65
130	22	Antonio Feliciano Calvete.....	22
131	2	Alice Vieira Leal (d.).....	2
132	15	Amância F. de Sá Vianna (d.).....	15
133	1	Arthur Napoleão G. Serrão.....	1
134	50	A. F. Wilson.....	50
135	65	Anna R. Lamagner Vianna Ribeiro (d.).....	65
136	22	Alfonso de Alencastro Graca.....	22
137	46	Augusto de Mello Rocha (d.).....	46

Fonte: Jornal O Diário do Maranhão, 1876, ed. 00773. Disponível em http://memória.bn.br/DocReader/HotpageBN.aspx?bi=720011&pagfi=5618&ur=http://memoria.bn.br/dpcreader#. Acesso em Fev. 2021.

ANEXO I- Decreto nº 01 de criação da Igreja Matriz 1956 –

117
56



PRELAZIA DE PINHEIRO
MARANHÃO

DECRETO

Tendo a obrigação de cuidar quanto melhor possível da assistência espiritual aos fieis do vastissimo territorio da Prelazia de Pinheiro, que Nos foi confiado pela Santa Sé, depois de ouvido o Revmo. Pe João Batista Caya, Arcebispo do Vigariado Forâneo de Nossa Senhora do Rosario e Paroco da Paroquia de Guimarães, determinamos erigir uma nova Paroquia, como de fato a erigimos, com sede em Usina Joaquim Antonio (Antiga Central) desmembrando a Paroquia de São Jose de Guimarães, da qual separamos o territorio da nova Paroquia que fica ao sul de uma linha marcada pelos seguintes limites:

- a) O Rio Uru desde o lugar de confluencia com o Rio Iru-Mirim até o ponto de intersecção com a linha telefônica perto de Mirinzal;
- b) A linha telefônica, desde o ponto de intersecção com o Rio Uru até o lugar de Entroncamento e do Lugar Entroncamento até a intersecção com a estrada de redagem que vai de Mirinzal a Santa Rita de Macedo;
- c) Trecho da estrada de redagem mencionada no item b), desde a intersecção com a linha telefônica até o Igapó de Santa Rita de Macedo;
- d) Uma linha reta imaginaria, desde a intersecção da estrada do item precedente com o Igapó de Santa Rita de Macedo até o Porto de Nazaré;
- e) O Igapapé de Nazaré, do Porto de Nazaré até o Rio Pericumã.

Portanto a nova Paroquia fica demarcada:

- 1/ Ao leste, pelo Rio Pericumã que a separa da Paroquia de Alcantara;
- 2/ Ao sul, pelo Rio Pericumã que a separa da Paroquia de Bequimão;
- 3/ Ao oeste, pelos limites que separam o Municipio de Guimarães dos Municipios (logo das Paroquias correspondentes) de Pinheiro e de Santa Helena;
- 4/ Ao norte, pelos limites que separam o Municipio de Guimarães do Municipio de Cururupú, até encontrar a confluencia do Rio Uru-Mirim com o Rio Uru e pelos limites acima declarados que separam a nova Paroquia de Central da Paroquia de São José de Guimarães.

Os direitos e as obrigações do Paroco ~~por~~ tempore são os mesmos reconhecidos pelo Direito Canônico e pelo Concilio Plenario Brasileiro.

Por conseguinte, em virtude do presente decreto, depois de tudo bem considerado, declaramos canonicamente erigida a nova Paroquia de Central, como acima foi decripta, tendo a Igreja Paroquial no lugar Usina Joaquim Antonio, sob o titulo da Imaculada Conceição; com todos os direitos, favores e facultades de que desfrutam as outras Paroquias de Nossa Prelazia, seja in spiritualibus, seja in temporalibus.

Determinamos outrossim que a nova Paroquia de Central comece a funcionar desde o dia primeiro de janeiro de 1957.

Em nome do Pai e do Filho e do Espirito Santo. Amen.

Dado e passado em Usina Joaquim Antonio (municipio de Guimaraes) em 31 de dezembro de 1956.

+ Afonso Maria Unjarelli
Prelado de Pinheiro

ANEXO J- Segundo decreto onde consta a criação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição

DIOCESE DE PINHEIRO
 Av. Presidente Dutra, 386
 CEP 65.200 - Pinheiro - Maranhão

DOM RICARDO PEDRO PAGLIA
 BISPO DIOCESANO DE PINHEIRO

Nos que as presentes Letras virem, Saudação, Paz e Bênção, em Nossa Senhora.

Fazemos saber que movidos pela desejo de ver o Nome de Deus sempre mais amado e glorificado, Nós decretamos erigir a nova Paróquia de Central do Maranhão.

Deste modo, devidamente consideradas as normas dos Sagrados Cânones, no que dizem respeito à criação de paróquias, virtute praesentium, erigimos e erecta declaramos a Nova Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Central, quod zando a mesma, em face do Código de Direito Canônico e das demais leis eclesiásticas, de todos os direitos, favores e privilégios, tanto de ordem espiritual como temporal, da mesma forma que as demais paróquias da Diocese.


A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, de Central do Maranhão, fica constituída de todo o território do atual Município de Central do Maranhão.

Determinamos, outrossim, que a nova Paróquia de Central do Maranhão comece a funcionar 4ª feira, dia 04 de dezembro do corrente ano.

Nossa Senhora da Conceição, amada e venerada de maneira toda particular pelos cidadãos de Central do Maranhão, proteja e ampare a todos os fiéis da nova Paróquia.

Dada e passada na Cúria diocesana, na cidade de Pinheiro na Festa de São Francisco Xavier, aos três dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e seis.

Dom Ricardo Pedro Paglia, M.S.C.
 + Ricardo Pedro Paglia, M.S.C.
 Bispo Diocesano de Pinheiro



ANEXO K – Casas de Venda do Açúcar Joaquim Antônio e Anúncios

vembro n. 9-A (Praia do Caju).
1243-3

Para combater a carestia da vida

Devido a carestia da vida, a casa "Terpando Souza" resolveu abrir à rua 28 de Julho, esquina de Marcellino Almeida, o retalho dos seguintes generos de 1.ª necessidade:

Calé	3\$80
Fara. dagua especial 500	
Assucar christal e tritulado	1200
Feijão olho p. gr.	900
" " meudo	800
" " vermelhinho	800
Batatas	1200
Milho	260
Sabão	1300
Brevemente açucar da uzina	

Joaquim Antonio
Abaixo os açambarçadores!
Um tiro na carestia! 2311-

DIREIRO LOPES DA SILVA

Fonte: Jornal *A Folha do Povo*, 1925, ed. 00240 p 3.

A. B.

O superior assucar refinado da uzina "Joaquim Antonio", é encontrado á venda nas seguintes cazas: Lisbôa Machado; D. Alves da Silva & C; M. Santos & C; Pereira Teixeira & C; Albino Campos & C. etc.

3358-3

Fonte: Jornal *A Pacotilha*, 1914 ed. 00249 p 01.

Maranhão--Sexta-feira, 12 de março de 1915

ção, tudo isso já houve
am dessas revoltas, des-
es do congresso, do mi-
governo, dessas tenden-
tas,--que nós aqui ti-
nos nasceu, em nós cu-
Atlantico, a inabalavel
e se acha absolutamen-
o regime de 15 de no-
Porque não é outra

NO RETALHO DA UZINA
"Joaquim Antonio" á rua de Santo Antonio, 29, vende-se:
Superior **assucar refinado** n 400 réis o kilo, assucar cristal amarelo a 400 réis o kilo, feijão manteiga a 400 réis o kilo, restillo forte a 300 réis a garrafa, cana capim a 400 réis a garrafa, farinha seca a 160 réis o kilo.

599-2

lhos por galhos e pe
por arvore e noutra al
Os trabalhos de aju
foram realizados com
"Imperial", chegando
um hectare num dia:
tambem nas mesmas c
E' digno de nota que
precaução de isolar o
lhões e variedades ent
tar a hibridação.
Os trabalhos de pla

Botão Dupon

Fonte: Jornal *A Pacotilha*, 1915, ed. 0059 p 01.

ANEXO L- Casas de Venda do Açúcar Joaquim Antônio e Anúncios

O proprietário da Uzina "JOAQUIM ANTONIO" comunica aos seus amáveis freguezes que em 1.º de Julho recommençará a vender o seu excelente assucar refinado, á rua de Santo Antonio, 29

Fonte: Jornal A Pacotilha , 1915 Ed. 00150 p 01.

A carestia do assucar

A "Pacotilha" no seu numero de 28 de agosto fluente, publica um telegrama, que dá os preços correntes na praça do Rio de Janeiro, por onde se vê as seguintes cotações:

Assucar refinado	de 1.ª qualidade	1\$300 o kilo
Idem	idem 2.ª	" a 1\$260 o kilo
Idem	idem 3.ª	" a 1\$100 o kilo

Isto se passa no Rio, que é mercado de um milhão e meio de sacos e maisucar produzidos em Campos e onde está agindo o Comissariado de Alimentação Publica.

Aqui, em S. Luiz, a uzina "Joaquim Antonio", não obstante o isolamento em que vive—a unica a trazer os seus productos a esta praça—ainda vende nos seus RETALHOS—á rua de Santo Antonio, 29 e no Mercado Grande, talhos nr. 33 e 34.

Assucar refinado	de 1.ª qualidade	a 1\$000 o kilo
Idem	" " 2.ª	" " \$900 o kilo

o que importa numa diferença de 300 reis para menos no assucar de 1.ª qualidade e 350 reis no de 2.ª qualidade. 2338—2

Tal diferença é o mesmo na uzina

"JOAQUIM ANTONIO"

que é a amiga do povo

Fonte: Jornal A Pacotilha , 1918, ed. 00205 p 01.

NO RETALHO DA USINA
"Joaquim Antonio"
A rua de Sant'Antonio, 29
VENDE-SE

Assucar Central	a 1.000 reis o kilo;
Assucar Bitola	a 800 reis o kilo.
Restilo de 30 graus	garantidos a 1\$400 o litro. 3411—2

Fonte: Jornal A Pacotilha, 1919, ed.00001 p.01

ANEXO M- Casas de Venda do Açúcar Joaquim Antônio e Anúncios

Assucar barato

Assucar alvo de 1°, 1\$200 o kilo; assucar alvo de 2°, 1\$000; assucar cristal, 900 o kilo.

Vende-se no retalho da Usina "Joaquim Antonio", á rua de Santo Antonio, n. 29;

4165-2

Fonte: Jornal A Pacotilha , 1920 ed. 00298, p 01.

NO RETALHO DA UZINA

"Joaquim Antonio" á rua de Santo Antonio, 29, vende-se;

Superior **assucar refinado** a 400 réis o kilo, assucar cristal amarello a 400 réis o kilo, feijão manteiga a 400 réis o kilo, resillo forte a 300 réis a garrafa, cana capim a 400 réis a garrafa, farinha secca a 160 réis o kilo.

599-5

Fonte: Jornal A Pacotilha, 1915, ed. 00055.

ANEXO O- Fragmentos de jornais com passagens sobre a Usina Joaquim Antônio.

Aos Bancos, ao Commercio e ao Publico

Firmada pela "Usina Joaquim Antonio Ltd.", perdeu-se uma promissoria, de Rr. 5:000.000, a favor de Francisco Aguiar & C., e com o endosso em branco, porém já por estes assignados; pelo que se faz este annuncio, depois do aviso já dado, pessoalmente, a todos, para reiterar o nenhum valor do documento, rogando-se, todavia, a quem o houver encontrado a fineza de entregal-o no escriptorio á rua 28 de Julho n.º 16.

1473

Maranhão, 4 de maio de 1927.

Fonte: Jornal *O Imparcial* (MA) 192, ed. 00333.

Cia., Antonio Chaves (rua Cel. Colares Moreira), M. Couto (rua Candido Mendes), José de Ribamar Maciel Pinheiro (rua Jansen Matos), Jorge Marinho de Souza (praça João Lisboa), J. Quitans & Cia., Usina Joaquim Antonio Ltda. (responsavel **Abelardo Ribeiro**), Aldo Pereira, C. Lopes & Irmão, Manoel Pereira (rua Jacinto Maia, 394), Silva & Cia., Preben Niels-helm Bartholdy, F. Silva (Regente Braulio), Raimundo C. de Araujo

Fonte: Jornal *O imparcial* 1941, ed. 07388, p. 02.

ANEXO P- Transporte aéreo (Anúncios de Empresa de Taxi Aéreo)

SERVIÇO AEREO CONDOR
 SYNDICATO CONDOR LIMITADA
 PASSAGENS - ENCOMENDAS - CORRESPONDENCIA
 Viagens semanais

I D A : —	V O L T A : --
S. LUIZ GUIMARÃES CURURUPU' TURIASSU' CARUTAPERA	CARUTAPERA TURIASSU' CURURUPU' GUIMARÃES S. LUIZ

Partidas de S. Luiz	Chegadas a S. Luiz	Horarios
Quintas - feiras	Sextas - feiras	6 Horas 10 Horas

INFORMAÇÕES com os AGENTES
 BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO
 Avenida Pedro II, n.º 4

Fonte: Jornal *O Imparcial*, 1940. Ed 06976.

TRANSPORTES AEREOS ALIANÇA LTDA

A mais antiga Empresa de Taxi Aéreo do Maranhão
 Rua Nina Rodrigues, 45 — Telegramas — AEROTAXI
 Fundada em 20 de Junho de 1949
 O maximo em rapidez e segurança

LINHAS REGULARES

Aliança	3as e Sabs	Morros	5as feira
Barreinhas	5as feiras	Nozará	Sabados
Bom Futuro-Pindaré	4as feiras	Paraty	3as e Sabs
Bequimão	3as e Sabs	Penalva	2as, 4as e 6as
Bacury-Cururupú	3as e Sabs	Pindaré-Mirim	2as, 4as e 6as
Cururupú	3as e Sabs	Peri-Mirim	3as e Sabs
Cândido Mendes	Sabados	Pinheiro	3as, 5as e Sab
Gurutil-Guimarães	3as e Sabs	São Vicente	2as, 4as e 6as
Guimarães	3as e Sabs	S. João Batista	3as, 4as e 6as
Josquim Antonio Guimarães	3as e Sabs	Sta. Inês-Pindaré	2as, 4as e 6as
Matinha	2as, 4as e 6as	Sta. Luzia-Pindaré	4as e Sabs
Monção	2as, 4as e 6as	Tamanduá	3as e Sabs
Mirinzal — Guimarães	3as e Sabs	Turiacú	4as e Sabs

Obq — Aceita-se para qualquer parte do Estado sob fretamento

Fonte: Jornal *O combate* 1957, ed. 6936, p. 05.

ANEXO Q- Ruínas históricas da antiga Comporta localizada na comunidade de Monte Cristo- Central do Maranhão.



Foto: Farney Vianna, 2020 (Créditos das imagens).

Intervenção realizada 2019/2020.



Foto: Farney Vianna, 2020 (Créditos das imagens).

ANEXO R- Ruínas históricas – Chaminé da Usina Joaquim Antônio Vianna



Foto: Aricélia Cantanhede, 2020 (Acervo do autor).



Foto: Aricélia Cantanhede, 2020 (Acervo do autor).

ANEXO S- Ruínas históricas- Colunas da Casa de Engenho



Foto: Aricélia Cantanhede, 2020 (Acervo do autor).



Foto: Aricélia Cantanhede, 2020 (Acervo do autor).

ANEXO T- Ruínas históricas- Área onde localizava-se a Quitanda Grande e Tamarineira Centenária. Hoje, é um terreno abandonado e usado como depósito de resíduos da feira .



Foto: Aricélia Cantanhede, 2020 (Acervo do autor).

Tamarineira Centenária



Foto: Aricélia Cantanhede, 2020 (Acervo do autor).

ANEXO U- Tirirical -Cemitério Antigo do povoado. Segundo relatos de moradores, esta área foi um dos espaços de extração de madeira para uso como lenha (matéria prima) para o Engenho de Joaquim Antônio Vianna.



Foto: Aricélia Cantanhede, 2020 (Acervo do autor).



Foto: Aricélia Cantanhede, 2020 (Acervo do autor).

ANEXO V- Avenida Governador Antônio Dino (Ontem e Hoje).



Foto: Autor e ano desconhecidos.



Foto: Aricélia Cantanhede, 2019 (Acervo do autor).

ANEXO W- Rua Domingos Felisberto- Umas das ruas mais antigas do município (anteriormente chamada rua de cima). Ontem e Hoje.



Foto: Autor e ano desconhecidos.



Foto: Aricélia Cantanhede, 2019 (Acervo do autor).

ANEXO X- Rua Domingos Felisberto.



Foto: Autor e ano desconhecidos.



. Foto: Aricélia Cantanhede, 2022 (Acervo do autor).

Anexo Y - Lápides localizadas na parte interna da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.



Fonte:, Aricélia Cantanhede, 2020 (Acervo do autor).